

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental**

FREDERICO YURI HANAI

**SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE:
UMA APLICAÇÃO AO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO
DO TURISMO NA REGIÃO DE BUENO BRANDÃO,
ESTADO DE MINAS GERAIS, BRASIL**



São Carlos
Estado de São Paulo
2009

FREDERICO YURI HANAI

**SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE:
UMA APLICAÇÃO AO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO
DO TURISMO NA REGIÃO DE BUENO BRANDÃO,
ESTADO DE MINAS GERAIS, BRASIL**

Tese apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) da Universidade de São Paulo (USP) para obtenção do título de Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental.

Orientador: Prof. Assoc. Evaldo Luiz Gaeta Espíndola

São Carlos
Estado de São Paulo
2009

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional, eletrônico ou digital, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Tratamento
da Informação do Serviço de Biblioteca – EESC/USP**

H233s Hanai, Frederico Yuri
Sistema de indicadores de sustentabilidade : uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil / Frederico Yuri Hanai ; orientador Evaldo Luiz Gaeta Espíndola. --São Carlos, 2009.

Tese (Doutorado-Programa de Pós-Graduação e Área de Concentração em Ciências da Engenharia Ambiental) -Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2009.

1. Sustentabilidade. 2. Indicadores. 3. Indicadores de sustentabilidade. 4. Sistema de indicadores. 5. Desenvolvimento sustentável. 6. Turismo sustentável. 7. Indicadores de sustentabilidade do turismo. 8. Bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu. 9. Bueno Brandão. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO E APROVAÇÃO

Candidato: Engenheiro FREDERICO YURI HANAI.

Tese defendida e julgada em 28/07/2009 perante a Comissão Julgadora:




Prof. Associado **IVALDO LUIZ GABTA ESPINDOLA (Orientador)**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP) APROVADO




Prof. Dr. **TADEU FABRÍCIO MALHEIROS**
(Escola de Engenharia de São Carlos/USP) APROVADO



Profª. Drª. **ODALÉIA TELLES MARCONDES MACHADO QUEIROZ**
(Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" /ESALQ) Aprovado



Profª. Drª. **DORIS VAN DE MEENE RUSCHMANN**
(Escola de Comunicação e Artes/ECA) APROVADO



Drª. **JANETE BRIGANTE**
(Fundação para o Incremento da Pesquisa e do Aperfeiçoamento Industrial/FIPAI/Pesquisadora) Aprovado



Prof. Dr. **VICTOR EDUARDO LIMA RANIERI**
Suplente do Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Engenharia Ambiental, em exercício



Prof. Titular **GERALDO ROBERTO MARTINS DA COSTA**
Presidente da Comissão da Pós-Graduação da EESC

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Frederico Hanai (in memoriam), exemplo e referência profissional e de vida, e o grande motivador e incentivador da realização desta tese.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Leiko Wakimoto Hanai e aos meus irmãos, Daniel Eiji Hanai, Eric Riuma Hanai e Danielle Mamy Kitamura Hanai, pelo apoio, incentivo, preocupação, carinho, compreensão e paciência.

Ao Evaldo Luiz Gaeta Espíndola, pela oportunidade, credibilidade, aceitação da orientação, atenciosa disposição, prontos atendimentos às decisões e aos encaminhamentos processuais, valiosas discussões, reflexões e efetivas elucidações, e principalmente pela preciosa amizade advinda da agradável convivência.

Ao Joviniano Pereira da Silva Netto, por todo incentivo, auxílio, credibilidade, amizade, apoio, compreensão e correções do texto.

A Janete Brigante, pela oportunidade, credibilidade e confiança nas ações propostas do trabalho, e principalmente pela agradável convivência e valiosa amizade.

A Niminon Suzel Pinheiro, pela credibilidade, incentivo e apoio à realização das ações do trabalho.

A Aline Ferrari, a Léa Miriam Custódio e ao Uirá Piá-Uaçu Oliveira Deák pelo interesse, empenho, seriedade e profissionalismo dedicados às visitas técnicas, às pesquisas e ações do Núcleo de Turismo do Projeto Mogi-Guaçu.

A Clara Lemos pela amizade, disposição e apoio dedicados nas pesquisas de campo e nas reflexões da pesquisa.

A Giselle de Paula Queiróz Cunha, pela amizade e auxílio nas ações e pesquisa de campo do Projeto Mogi-Guaçu e nas reflexões sobre a tese.

A Claudete Poianas da Silva, pela atenção, disposição, amizade, compreensão, carinho e recomendações.

Ao Nelson Emanuel Tessarin, Sonia Regina Bueno de Lima e Mara Lúcia Cotrim Gomes, pela atenção e disposição sempre recebidas.

A Sara Aboy Garcia pela preciosa atenção, disposição e recepção durante a estada em Pontevedra e Galicia (Espanha) e pela amizade, carinho, companheirismo e simpatia.

A Carmen Padin Fabeiro, pela colaboração, oportunidade e viabilização da pesquisa na Espanha e pela atenção, amizade, trabalho e companheirismo.

A Lucimeire de Castro, pela amizade, empenho, facilitação e auxílio nas ações de pesquisa e extensão.

Ao José Carlos Basílio Júnior (Juninho), pelo interesse, credibilidade e atenção nas ações propostas do trabalho.

A Aline Alves da Silva, Anabela Oliveira Venâncio e André Luis Sartori, pelo interesse, disposição e auxílio aos trabalhos de campo.

A Vivien Leslie Libânio Sander, pela amizade, colaboração voluntária e contribuição às entrevistas de pesquisa em campo.

Ao Marcelo Concário pela amizade, disposição e traduções imediatas dos resumos e artigos científicos publicados.

Aos coordenadores de Núcleos do Projeto Mogi-Guaçu (Maria Edna Tenório Nunes, Ana Lúcia Cotrim Gomes de Albuquerque, Domingos Sávio Barbosa, Giselle de Paula Queiróz Cunha, Andréa Novelli, Rita de Cássia de Almeida, Márcia Noélia Eler, Edmilson Luchesi), pelo companheirismo e colaboração, que tornaram mais fáceis a execução das ações conjuntas.

Aos integrantes da equipe do Núcleo de Turismo do Projeto Mogi-Guaçu (Aline Ferrari, Ana Sílvia Gomyde, Clara Lemos, Daniela Cristina Quarezemin, Gabriela Garcia Moura da Silva, José Sciarra Neto, Joviniano Pereira da Silva Netto, Léa Miriam Custódio, Luiz Gustavo Caldeira, Marcelo Henrique da Silva Scaranello, Profa. Niminon Suzel Pinheiro, Roberta Sanches, Tatiana Pellinzon, Uirá Piá-Uaçu Oliveira Deák), pela dedicação, colaboração e empenho nos trabalhos em escritório e em campo.

A todos os meus amigos e colegas, que estando sempre presentes, auxiliaram, incentivaram e apoiaram, direta ou indiretamente, o desenvolvimento deste trabalho.

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela concessão da bolsa de Doutorado.

Ao Programa Santander Banespa pela concessão da bolsa do estágio de doutorado no exterior.

Ao Programa Mobilidade Internacional da Pró-Reitoria de pós-graduação da USP pela viabilização do estágio de doutorado no exterior.

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação pela viabilização do auxílio para participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos internacionais;

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental pela oportunidade de aprimorar os conhecimentos e obtenção do título.

Ao Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada (CRHEA) pela viabilização e apoio à realização das ações da pesquisa e à participação em eventos.

Ao Programa Petrobras Ambiental pelo patrocínio do Projeto Mogi-Guaçu, viabilizando as ações do Núcleo de Turismo e as investigações da tese.

A Fundação para o Incremento da Pesquisa e Aperfeiçoamento Industrial (FIPAI), pela gerência financeira do Projeto Mogi-Guaçu, viabilizando as parcerias e a participação dos integrantes do Núcleo de Turismo.

Aos prefeitos, gestores, secretários, diretores e demais auxiliares das Prefeituras Municipais de Bueno Brandão-MG, Bom Repouso-MG e Jacutinga-MG, que acreditaram e apoiaram as ações do trabalho.

Aos Circuitos Turísticos Serras Verdes e das Malhas do Sul de Minas pelo interesse e apoio às ações do trabalho.

A Secretaria de Pós-graduação da Escola de Engenharia de São Carlos, pela atenção, atendimentos e condução profissional dos processos e encaminhamentos.

Ao Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP) pelo apoio e facilitação da execução das ações do Núcleo de Turismo do Projeto Mogi-Guaçu.

A professora Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz pelas valiosas contribuições e sugestões na proposta inicial do projeto, na qualificação e na defesa, contribuindo para o aprimoramento e aperfeiçoamento da tese.

Ao professor Marcelo Pereira de Souza, pelas valiosas contribuições e sugestões na qualificação e pelo empenho e profissionalismo dedicado à condução das atividades de coordenação do Programa de Pós-graduação.

Ao professor Tadeu Fabrício Malheiros, pela oportunidade de aprofundamento dos estudos sobre indicadores e pelas contribuições e sugestões de análise dos resultados.

Ao professor Valdir Schalch pelo apoio, atenção e incentivo à realização do doutorado.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da EESC/USP, pelos ensinamentos e aprofundamento dos conhecimentos, fundamentando o desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor Benedito Galvão Benze, do Departamento de Estatística da Universidade Federal de São Carlos, pela atenciosa disposição e pela assessoria e orientação na definição do método estatístico empregado neste trabalho.

Ao professor Xulio Pardellas de Blas pela oportunidade e viabilização do estágio de doutorado na Universidad de Vigo - Espanha.

Aos funcionários do Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada, Nelson Emanuel Tessarin, Sonia Regina Bueno de Lima e Mara Lúcia Cotrim Gomes, pela atenção e disposição sempre recebidas.

A Elena Luzia Palloni Gonçalves pela revisão das referências bibliográficas.

Ao Peterson Fernandes, secretário do Projeto Mogi-Guaçu, pelos prontos atendimentos às solicitações e necessidades do Núcleo de Turismo.

Aos professores Artur Shoiti Takesawa, Niminon Suzel Pinheiro e Wagner Anésio de Queiróz pela dedicação e colaboração voluntária na elaboração e realização de cursos.

A todos os estagiários e integrantes das equipes dos Núcleos do Projeto Mogi-Guaçu, que contribuíram e auxiliaram direta e indiretamente às ações específicas do Núcleo de Turismo.

Aos colaboradores da pesquisa de Bueno Brandão-MG (Bell Nunes, Djalma Rocha Junior, Fernanda Passari, Juliana Constâncio, Lourival Cavini Júnior, Lucimeire de Castro, Pedro de Oliveira Filho, Rafael Tenório Ribeiro, Rosangela de Almeida, Solange Vida, Valdinéia Pereira), pelo interesse, motivação e dedicação às reuniões técnicas, cujas valiosas discussões e reflexões enriqueceram e permitiram a efetivação e a conclusão da pesquisa.

Aos alunos do 5º período do curso de Engenharia Ambiental da Escola de Engenharia de São Carlos (2008), que contribuíram e colaboraram no processo de seleção e definição de indicadores.

Aos alunos do programa de mestrado em *Dirección y Planificación del Turismo* da *Facultad de Ciencias Empresariales y Turismo* da *Universidad de Vigo* na Espanha (2007/2008), pela participação e contribuições à pesquisa.

Aos moradores locais dos municípios de Bueno Brandão-MG, Jacutinga-MG e Bom Repouso-MG, pela receptividade, interesse, apoio e envolvimento nas ações do trabalho.

Aos turistas e visitantes de Bueno Brandão-MG, Jacutinga-MG e Monte Sião-MG, pela disposição e colaboração nas entrevistas e realização da pesquisa.

Agradecimentos aos seguintes colaboradores dos municípios da região que apoiaram e auxiliaram a execução do trabalho:

- Bell Nunes - Bueno Brandão;
- Djalma Rocha Junior - Bueno Brandão;
- Fernanda Passari - Bueno Brandão;
- José Carlos Basílio Júnior - Bueno Brandão;

- José Coutinho dos Santos Júnior (Zé Bagunça) - Bueno Brandão;
- José Marcelo Guarnieri Barbosa - Bueno Brandão;
- José Roberto Brandão - Bueno Brandão;
- Juliana Constâncio - Bueno Brandão;
- Lourival Cavini Júnior - Bueno Brandão;
- Lucimeire de Castro - Bueno Brandão;
- Mauro Zampieri - Bueno Brandão;
- Pedro de Oliveira Filho - Bueno Brandão;
- Rafael Tenório Ribeiro - Bueno Brandão;
- Rosângela de Almeida - Bueno Brandão;
- Solange Vida - Bueno Brandão;
- Valdinéia Pereira - Bueno Brandão;
- Vera Lúcia Mendes - Bueno Brandão;
- Elaine de Fátima Rezende dos Santos - Bom Repouso;
- Gerson Andrade Pereira - Bom Repouso;
- Ismael Guimarães de Almeida - Bom Repouso;
- Jonatan Sobrinho - Bom Repouso;
- Maria de Fátima Brandão - Bom Repouso;
- Mauro José da Silva - Bom Repouso;
- Messias Izael de Almeida - Bom Repouso;
- Milson Luiz Brandão - Bom Repouso;
- Nilcéia Rezende da Silva - Bom Repouso;
- Pablo Andrade Pereira - Bom Repouso;
- Rafael Belizário dos Santos - Bom Repouso;
- Rosina Andrade Mariano - Bom Repouso;
- Adriana Aparecida Vergueiro - Jacutinga;
- Adriano Fernandes de Andrade - Jacutinga;
- Aline Alves da Silva - Jacutinga;
- Anabela Oliveira Venâncio - Jacutinga;
- André Luis Sartori - Jacutinga;
- Antônio Rogério Sartori - Jacutinga;
- João Fernando Antunes - Jacutinga;
- Odval Aparecido Bertolassi - Jacutinga;
- Roosevelt Rodrigues - Jacutinga;
- Marali Alves da Cunha - Senador Amaral;
- Rosângela Donizetti Baião - Senador Amaral;
- Antonio Daldosso - Monte Sião;
- João Tadeu Dorta Machado - Monte Sião;
- José Edgard Guireli - Monte Sião;
- José Gomes Correa - Monte Sião;
- Luiz Atílio Pennacchi - Monte Sião;
- Regiane de Cássia Machado - Monte Sião;
- Sheila Tumiotto - Ouro Fino.

RESUMO

HANAI, F. Y. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009.

A presente pesquisa teve como objetivo principal investigar e elaborar instrumentos e procedimentos para a proposição do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur), utilizando-se abordagem participativa e envolvendo a comunidade local do município de Bueno Brandão-MG, localizado na região da bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu, no sul do estado de Minas Gerais, Brasil. As preocupações com os problemas e desafios socioeconômicos e ambientais, relacionados ao uso dos recursos hídricos e à estrita dependência econômica da produção agropecuária nesta região remetem à necessidade e proposição de oportunidades de desenvolvimento local, visando propiciar melhores condições de vida aos moradores locais. A inserção do turismo, no contexto de novas perspectivas de desenvolvimento, torna-se alternativa socioeconômica emergente, exigindo a elaboração e aplicação de procedimentos, instrumentos e indicadores que verifiquem e avaliem a efetivação das condições de sustentabilidade (ambiental, social, econômica, cultural e institucional) do desenvolvimento do turismo. Assim, o processo de desenvolvimento da pesquisa envolveu: a contextualização do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade aplicada ao turismo; a análise das condições atuais do desenvolvimento turístico na região; a elaboração e a aplicação do programa de sensibilização turística; a abordagem conceitual e tipológica de indicadores, assim como as iniciativas, os sistemas e os modelos de indicadores do turismo sustentável, levantados e obtidos a partir de estudos de casos; o processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade, por meio da abordagem participativa da sociedade local de Bueno Brandão, levando em consideração visões de outros grupos envolvidos na pesquisa (turismólogos e graduandos de Engenharia Ambiental); e a elaboração e proposição do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur), configurando-o como um instrumento metodológico prático, útil e exequível para subsidiar o processo de desenvolvimento, gestão e monitoramento do turismo na região, consonante com os princípios de sustentabilidade. E por fim, são apresentados os legados metodológicos, relatando algumas recomendações e sugestões identificadas e adquiridas pelas experiências vivenciadas no decorrer da pesquisa.

Palavras-chave: sustentabilidade; indicadores; indicadores de sustentabilidade; sistema de indicadores; desenvolvimento sustentável; turismo sustentável; indicadores de sustentabilidade do turismo; bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu; Bueno Brandão.

ABSTRACT

HANAI, F. Y. **A system of sustainability indicators:** the case of an application to tourism development in the Bueno Brandão region, Minas Gerais state, Brazil. 2009. Dissertation (Doctorate) – Graduate Program in Environmental Engineering Sciences – Engineering School in São Carlos (EESC) – University of São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009.

The main objectives of this study were to assess and to create instruments and procedures in order to propose a System of Sustainability Indicators for Tourism Development (SISDTur), by following a participatory approach and involving the community of Bueno Brandão-MG located in the region of upstream basin of the Mogi-Guaçu river, in southern Minas Gerais state, Brasil. The concern for the socioeconomic and environmental problems and challenges related to the use of water resources and the strong economic dependence on agriculture and animal farming have led to the needs analysis and planning of opportunities for local development in order to provide better living conditions for that population. As a new perspective for development, the introduction of tourism becomes an emerging socioeconomic option, which demands the creation and application of procedures, instruments and indicators to verify and evaluate the effectiveness of sustainability conditions (environmental, social, economic, cultural and institutional) of tourism development. Thus, the research process involved: the contextualization of sustainable development and of sustainability applied to tourism; the analysis of the current status of tourism development in the area; the creation and application of the tourism sensitization program; the conceptual and typological approach to indicators, as well as the initiatives, the systems and the models concerning indicators of sustainable tourism, which were identified following the analysis of case studies; the process of selecting and defining sustainability indicators, which resulted from a participatory approach involving the local community of Bueno Brandão and took into consideration the opinions of other groups of individuals involved in the research (tourism professionals and undergraduates in Environmental Engineering); and the creation and proposition of the System of Sustainability Indicators for Tourism Development (SISDTur), which characterized it as a practical methodological instrument that was both useful and feasible to support the development, management and monitoring of tourism in the region, in compliance with sound principles of sustainability. Finally, the methodological contributions are discussed, and recommendations and suggestions are made, all of which originate from the experience accrued throughout the implementation of the study.

Keywords: sustainability; indicators; sustainability indicators; indicators system; sustainable development; sustainable tourism; indicators for tourism sustainability; basin upstream of the Mogi-Guaçu river; Bueno Brandão.

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução, hipóteses e objetivos da pesquisa	1
Capítulo 2 – Justificativas, contextualização e necessidades da pesquisa	13
Capítulo 3 – Metodologia da pesquisa e estruturação da tese.....	35
Capítulo 4 – Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas.....	45
Capítulo 5 - O turismo na região de Bueno Brandão: situação atual e perspectivas futuras	85
Capítulo 6 – Programa de sensibilização sustentável do turismo: uma proposta para o envolvimento e a participação da comunidade local	147
Capítulo 7 - Indicadores de sustentabilidade: conceitos, tipologias e aplicação ao contexto do desenvolvimento turístico local	173
Capítulo 8 – Indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: uma revisão de alguns estudos de casos	209
Capítulo 9 - O processo participativo na seleção e definição de indicadores de sustentabilidade do turismo: uma experiência envolvendo a comunidade local do município de Bueno Brandão-MG	255
Capítulo 10 - Seleção e definição de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: uma abordagem participativa envolvendo três grupos de colaboradores da pesquisa	301
Capítulo 11 - Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTur): uma proposta para aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG	353
Capítulo 12 - Conclusões e legados metodológicos.....	397

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO, HIPÓTESES E OBJETIVOS DA PESQUISA



HANAI, FREDERICO YURI. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009. Orientador: Prof. Assoc. Evaldo Luiz Gaeta Espíndola.

INTRODUÇÃO

No Brasil e no mundo, são observados constantes danos e sérios efeitos que o processo atual de desenvolvimento econômico vem causando ao meio ambiente. O rápido crescimento demográfico e a multiplicidade de atividades humanas exploram e consomem os recursos naturais e, simultaneamente, produzem diversas quantidades de resíduos, poluentes e interferências no ambiente natural que, conseqüentemente, comprometem a qualidade da vida humana e ecológica.

Assim, verifica-se o acelerado processo de degradação do meio ambiente e em especial, dos recursos hídricos, estabelecendo o desafio de seu uso e gestão. A água é um recurso natural fundamental para a sobrevivência da humanidade e está presente em todo tipo de atividade social e econômica devido a sua multiplicidade de usos (humano, doméstico, agrícola, industrial, recreativo, entre outros).

No decorrer da história da humanidade, o desenvolvimento econômico e a diversificação da sociedade resultaram em usos múltiplos e variados dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. A complexidade destes usos da água pelo Homem aumentou e produziu enorme conjunto de degradação e poluição. Os usos múltiplos excessivos e as retiradas permanentes para diversas finalidades têm diminuído consideravelmente a disponibilidade de água e produzido inúmeros problemas de escassez em vários países e regiões (TUNDISI, 2003).

No Brasil, grande parte dos corpos d'água sofre processo de degradação. As bacias hidrográficas são consideravelmente alteradas em função do desenvolvimento industrial, da urbanização crescente e desordenada, bem como das diversas atividades antrópicas potencialmente impactantes que se instalam, de forma não planejada, ao longo das bacias. Da mesma forma, as produções agrícolas e pecuárias vêm impactando negativamente as bacias hidrográficas, comprometendo a conservação e a qualidade dos recursos hídricos.

Os principais problemas referentes à quantidade e à qualidade dos recursos hídricos no Brasil mostram situações complexas e diversificadas, exigindo

avanços institucionais e tecnológicos para recuperação e proteção, além de novas visões para a gestão preditiva, integrada e adaptativa dos recursos hídricos (TUNDISI, 2003).

Em estudo na bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu (localizada nos estados de São Paulo e Minas Gerais), Brigante e Espíndola (2003) identificaram sérios problemas ambientais e a degradação crescente na qualidade da água decorrentes das atividades industriais, urbanas e agrícolas existentes. Nessa região, as diversas atividades produtivas - em maior relevância, as produções agrícolas e pastoris - vêm causando graves impactos negativos sobre os recursos naturais e hídricos, principalmente na região montante desta bacia no estado de Minas Gerais (Figura 1.1), onde se situam as principais nascentes e mananciais do rio, gerando efeitos e reflexos ambientais ao longo de toda sua extensão.

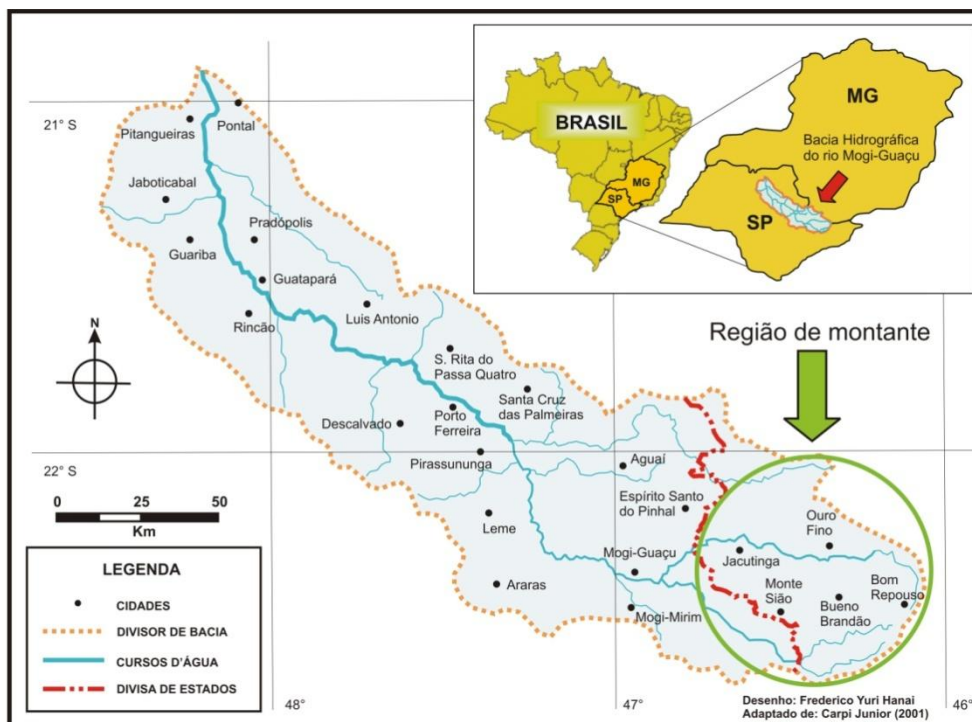


Figura 1.1 – Localização da Bacia Hidrográfica de Montante do Rio Mogi-Guaçu.
Fonte: adaptado de Carpi Junior (2001).

Muitos dos problemas ambientais detectados na bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu decorrem do uso inadequado da terra. Destaca-se o

cultivo intenso de batata e morango que, juntamente com o cultivo do café, alho e tomate vêm ampliando o uso e a degradação dos recursos naturais.

Brigante e Espíndola (2003) mencionam que a região é extremamente rica em nascentes e pequenos riachos, mas são evidentes níveis crescentes de: supressão das matas nativas e ciliares; aumento do processo erosivo e esgotamento do solo; assoreamento e contaminação de córregos; rebaixamento do lençol freático; soterramento e desaparecimento de nascentes de água, gerando efeitos negativos no solo, no ar, na paisagem e principalmente nos recursos hídricos (Figura 1.2).



Figura 1.2 – Conjunto de imagens¹: aplicação de agrotóxicos na produção de morango, erosão das margens e assoreamento do corpo d'água, prática do cultivo da batata em topografia inapta

Os cultivos agrícolas da forma como têm sido praticados, em áreas inaptas impróprias pela topografia regional, são considerados de alto impacto ambiental, exigindo demanda de água para a irrigação e ocasionando grande movimentação do solo com o uso frequente de maquinários e implementos agrícolas (Figura 1.2). A utilização de altas cargas de pesticidas e insumos agrícolas que, aliados à maior incidência de chuvas em regiões de elevada altitude, aumenta expressivamente os efeitos do escoamento difuso dos poluentes sobre os recursos hídricos da região (BRIGANTE e ESPÍNDOLA, 2003).

Os efeitos maléficos dessas alterações na quantidade e na qualidade da água das cabeceiras são sentidos pela comunidade usuária. São frequentemente notificadas contaminações por agrotóxicos entre os agricultores e doenças de

¹ Todos os conjuntos de imagens apresentados no decorrer da tese são de autoria própria, captados durante a realização da pesquisa no período de 2005 a 2007.

veiculação hídrica na comunidade em geral, assim como conflitos pelos usos múltiplos dos recursos hídricos (ESPÍNDOLA e BRIGANTE, 2007).

A degradação observada nos recursos hídricos contribui de forma significativa para um desequilíbrio ecológico sem precedentes e potencialmente irreversível, prioritariamente na região de montante, refletindo negativamente em toda extensão do rio Mogi-Guaçu (BRIGANTE e ESPÍNDOLA, 2003).

Considerando a seriedade dos efeitos negativos causados pelas atividades produtivas rurais, torna-se necessária a adoção de medidas eficazes e urgentes para conter a degradação ambiental identificada na bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu. No entanto, as preocupações em relação aos problemas ambientais existentes geram questionamentos sobre como redirecionar o uso e manejo dos recursos hídricos, interferindo nos aspectos sociais e econômicos da região. Os desafios intensificam-se pois, além dos diversos efeitos ambientais, a atual e estrita dependência econômica das produções rurais (agrícolas e pecuárias) na região têm se mostrado limitadas e insuficientes para a manutenção da qualidade de vida das comunidades locais.

As propriedades rurais constituídas de pequenas unidades familiares (cujas terras historicamente e evolutivamente foram sendo subdividas entre os membros das famílias) possuem alta e restrita dependência do sistema produtivo agrícola². Assim, observa-se um decréscimo nas oportunidades profissionais e nas rendas obtidas pelas atividades agrícolas, que têm sido insuficientes para a sustentação das propriedades rurais.

Esta situação tem ocasionado preocupantes e ameaçadoras consequências na estrutura da sociedade local, podendo ser citados como exemplos, a diminuição das expectativas econômicas provenientes da produção rural, a descrença na possibilidade de melhoria no padrão de vida das famílias e o êxodo dos jovens moradores para os núcleos urbanos em busca de melhores perspectivas profissionais.

² Por períodos sucessivos, as propriedades rurais da região vêm sendo subdividas pelo processo contínuo e progressivo de partilha de bens – terras herdadas pelos descendentes das famílias. A cada geração de uma família há a divisão da área da propriedade rural, distribuindo-a no número de descendentes diretos e assim sucessivamente, configurando o quadro atual de muitas pequenas propriedades rurais existentes no município, altamente dependentes da produtividade agrícola (HANAI, SILVA NETTO e CONCÁRIO, 2008).

Desta forma, torna-se necessária e prioritária a geração de novas ocupações funcionais no meio rural e a emergência de atividades não-agrícolas em complementação às tradicionais rurais, seja por meio da adoção de estratégias que propiciem oportunidades de desenvolvimento econômico ou ainda, por meio da adoção de alternativas de aproveitamento do espaço rural.

As novas modalidades de atividades não-agrícolas sugeridas para o meio rural referem-se ao desenvolvimento local compreendido de forma sistêmica, evidenciando a necessidade de processos que incentivem a gestão e o uso sustentável do espaço rural no sentido de beneficiar a comunidade.

Dentre as estratégias possíveis, o turismo destaca-se como uma atividade de grande potencial que pode ser condizente com o desenvolvimento socioeconômico da região, a partir do momento em que está comprometido com a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura regional, como também na busca de melhorias das condições de vida dos moradores.

O turismo sustentável vem reconhecendo as necessidades atuais relacionadas às questões ambientais e socioeconômicas, almejando também ações de desenvolvimento responsável, constituindo-se em verdadeiro desafio para pesquisadores e envolvidos com a relação “turismo e meio ambiente”.

Para se consolidar como atividade responsável e ambientalmente adequada são necessários a organização e o planejamento do turismo integrado ao desenvolvimento local, envolvendo a participação ativa da sociedade local, a fim de alcançar seus objetivos sustentáveis e princípios pressupostos.

Este cenário reflete também a situação atual do município de Bueno Brandão-MG, localizado na bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu, onde a necessidade de desenvolvimento sustentável do turismo requereu atenção especial, dedicada pela presente pesquisa.

Bueno Brandão possui uma população estimada de 10.864 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2005), e está localizado no sul do estado de Minas Gerais a 460 km da cidade do Rio de Janeiro, 458 km de Belo Horizonte e a 175 km da cidade de São Paulo (Figura 1.3).

O município possui índice de desenvolvimento humano (IDH) no valor de 0,769 e PIB (Produto Interno Bruto) per capita de R\$ 4.885,00. A agricultura é o setor que mais contribui ao PIB municipal, impulsionado pelo cultivo da batata inglesa (em maior destaque), seguidos do milho e cana-de-açúcar (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2000; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006).

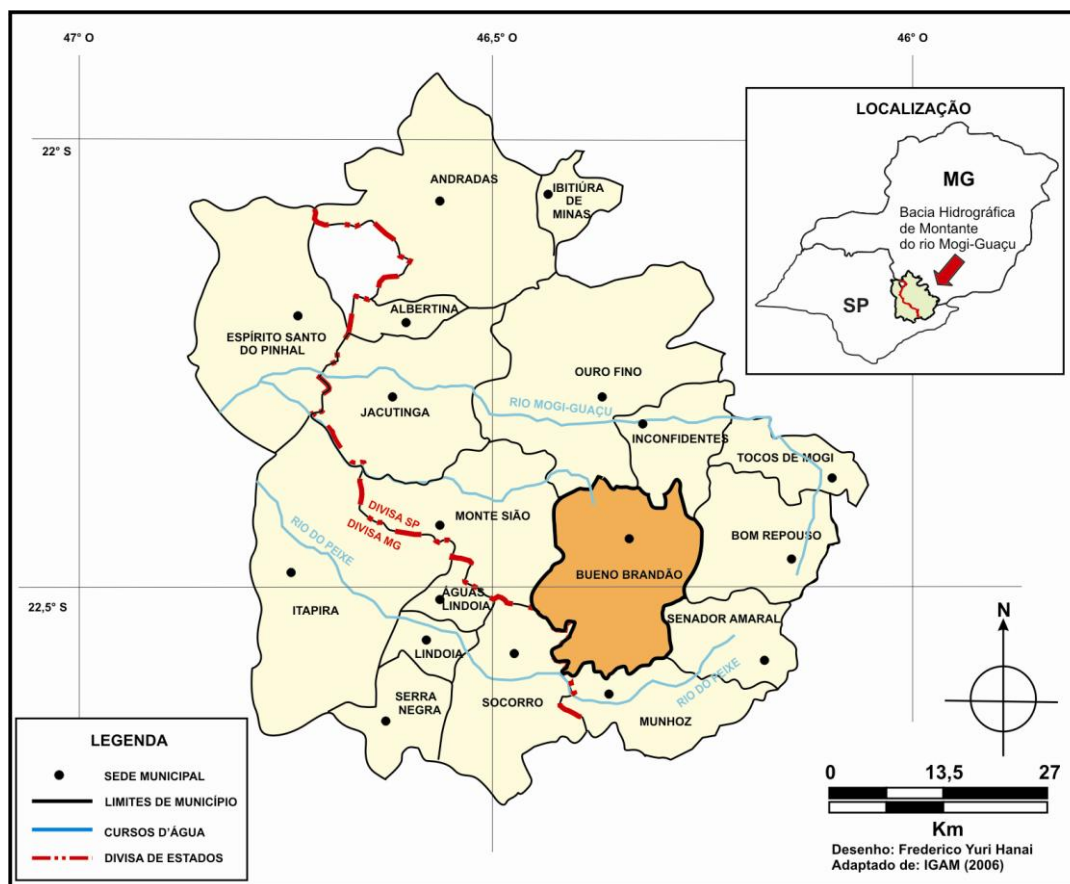


Figura 1.3 – Localização do município de Bueno Brandão no sul do estado de Minas Gerais.
Fonte: adaptado de Instituto Mineiro de Gestão de Águas (2006).

As características geográficas, paisagísticas e climáticas da região, aliadas à receptividade da população local, fazem de Bueno Brandão um destino cada vez mais procurado pelos turistas. Ocupando uma área de 355 km², o município possui inúmeras cachoeiras, das quais mais de 30 já foram catalogadas e estão sendo exploradas turisticamente (Figura 1.4).



Figura 1.4 – Conjunto de imagens das cachoeiras da região de Bueno Brandão

As belezas naturais, paisagísticas e os moradores locais, bastante receptivos, promovem o movimento turístico no município fazendo com que receba muitos turistas e visitantes, principalmente em finais de semana e feriados prolongados. O crescimento da atividade turística tem sido impulsionado pelo destaque nos atributos naturais existentes, tais como: serras, picos, rios, cachoeiras e paisagens de vales e montanhas.

O turismo intensificou-se como atividade econômica relevante desde o ano de 2000, com a promoção e viabilização de visitação aos diversos atrativos da região, principalmente nas quedas d'água existentes, tornando o município conhecido pelos visitantes como a "Cidade das Cachoeiras" (informação verbal³).

Porém, nos últimos anos, devido à sua ampla divulgação nos principais meios de comunicação, os problemas e impactos decorrentes da visitação desordenada e não planejada começaram a surgir, e com eles as consequentes preocupações e desafios da gestão sustentável da atividade turística.

Esta situação demonstra a real e imperativa urgência do planejamento, organização e estruturação do turismo em Bueno Brandão, convergindo com as opiniões concordantes e com os interesses expressados pelos empreendedores,

³ Informação fornecida pelo Departamento de Turismo, Cultura, Desporto e Lazer em 2005.

gestores municipais e envolvidos com a atividade turística. Além disso, a preocupação com o futuro do turismo no município configura um quadro positivo e favorável para o seu desenvolvimento de maneira adequada e sustentável.

Para que o turismo se caracterize como atividade que responda às necessidades locais e se consolide como forma sustentável de desenvolvimento na região, mister se faz o planejamento e a gestão do seu processo de desenvolvimento, com a aplicação prática de modelos e sistemas de monitoramento.

A concepção da presente tese se baseia na ideia de que a averiguação da sustentabilidade do turismo é possível por meio de procedimentos e de instrumentos de monitoramento da atividade turística, incluindo os indicadores de sustentabilidade.

Portanto, há necessidade prioritária de investigar cientificamente procedimentos e indicadores para a análise do processo de desenvolvimento do turismo, no sentido de propiciar a elaboração de instrumentos técnicos e científicos para sua medição, auxiliando a tomada de decisões e a gestão sustentável da atividade turística na região de Bueno Brandão-MG.

HIPÓTESES DA PESQUISA

Pelo exposto, a pesquisa fundamentou-se nas seguintes hipóteses básicas:

HIPÓTESE 1: A adoção da abordagem participativa, envolvendo a comunidade local da região do município de Bueno Brandão-MG, é possível e relevante ao processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade do turismo e pode ser viabilizada por meio do programa de sensibilização turística.

HIPÓTESE 2: É possível conceber um Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur), aplicável à realidade da região de Bueno Brandão-MG, concebido como instrumento de auxílio à gestão turística, permitindo averiguar a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo na região.

OBJETIVO GERAL

A presente pesquisa tem como objetivo principal investigar e elaborar instrumentos e procedimentos para a proposição do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur), por meio da abordagem participativa envolvendo a comunidade local do município de Bueno Brandão-MG, com a finalidade de subsidiar o processo de desenvolvimento, gestão e monitoramento do turismo na região, consonante com os princípios de sustentabilidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A tese tem como objetivos específicos:

- Disponibilizar o Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur) para uso e aplicação pela comunidade local na região no município de Bueno Brandão-MG, configurando-o como uma ferramenta de auxílio ao monitoramento e à gestão do desenvolvimento sustentável do turismo; e
- Compartilhar os legados metodológicos advindos da realização da pesquisa, relatando algumas recomendações e sugestões identificadas e sublinhadas pelas experiências adquiridas ao longo do desenvolvimento dos estudos.

REFERÊNCIAS

BRIGANTE, J.; ESPÍNDOLA, E.L.G. (Org.) **Limnologia fluvial: um estudo no rio Mogi-Guaçu**. São Carlos: RiMa, 2003. 278 p.

CARPI JUNIOR, S. **Processos erosivos, recursos hídricos e riscos ambientais na bacia do rio Mogi-Guaçu**. 2001. 171 f. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2001.

COOPER, C. FLETCHER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D.; SHEPHERD, R. (org.) **Turismo: princípios e prática**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2001. 559p.

ESPÍNDOLA, E.L.G.; BRIGANTE, J. (Org.) **Projeto Mogi-Guaçu: desenvolvendo ações socioambientais**. São Carlos: RiMa, 2007. 382p.

HANAI, F.Y.; ESPÍNDOLA, E.L.G.; BRIGANTE, J. A importância do turismo sustentável e sua inserção na região de montante do rio Mogi-Guaçu. In: ESPÍNDOLA, E.L.G.; BRIGANTE, J. (Org.) **Projeto Mogi-Guaçu: desenvolvendo ações socioambientais**. São Carlos: RiMa, 2007. p.142-192.

HANAI, F.Y.; SILVA NETTO, J.P.; CONCÁRIO, M. Análise da fragmentação da paisagem na região de Bom Repouso – sul do estado de Minas Gerais. **Geografia**, Rio Claro, v.33, n.1, p.127-140, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Dados – Cidades@**. População estimada em 01/07/2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 11 jun.2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de Dados – Cidades@**. Produto Interno Bruto dos municípios em 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DE ÁGUAS. **Geoprocessamento** – Mapas. Disponível em: <<http://www.igam.mg.gov.br/mapas/gd6.pdf>> Acesso em: 25 jun.2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Ranking dos IDH-M dos municípios do Brasil – 1991 a 2000**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas> > Acesso em: 21 jun. 2009.

TUNDISI, J.G. **Água no século XXI: enfrentando a escassez**. São Carlos, SP:RiMa, IIE, 2003. 248p.

CAPÍTULO 2

JUSTIFICATIVAS, CONTEXTUALIZAÇÃO E NECESSIDADES DA PESQUISA



HANAI, FREDERICO YURI. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009. Orientador: Prof. Assoc. Evaldo Luíz Gaeta Espíndola.

AS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO NA REGIÃO

As preocupações com os problemas e desafios socioambientais identificados pelos estudos técnico-científicos realizados na região da bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu levaram à proposição do trabalho denominado “Projeto Mogi-Guaçu”, com vistas ao desenvolvimento de medidas preventivas direcionadas às questões ambientais, socioeconômicas e de saúde pública. As ações propostas pelo projeto visaram a propiciar melhores condições de vida aos moradores locais, contemplando estratégias de prevenção e a atenuação dos impactos ambientais, interferindo nos aspectos sociais e econômicos da região (ESPÍNDOLA e BRIGANTE, 2007).

Diante dos resultados e da lógica em empreender medidas corretivas da degradação em cenários que se sucedem de montante a jusante em uma bacia hidrográfica, a região foi eleita como prioritária em ações de defesa do ambiente, buscando resultados positivos para toda a bacia hidrográfica.

O Projeto Mogi-Guaçu foi contemplado com o patrocínio do Programa Petrobras Ambiental, sendo desenvolvido pelo Núcleo de Estudos de Ecossistemas Aquáticos (NEEA), do Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada (CRHEA), da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), Universidade de São Paulo (USP) e realizado pela Fundação para o Incremento da Pesquisa e Aperfeiçoamento Industrial (FIPAI).

A abrangência do Projeto Mogi-Guaçu na região montante da bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu compreendeu dezoito municípios localizados nos Estados de Minas Gerais e São Paulo: Albertina-MG; Andradas-MG; Bom Repouso-MG; Bueno Brandão-MG; Ibitiúra de Minas-MG; Inconfidentes-MG; Jacutinga-MG; Monte Sião-MG; Munhoz-MG; Ouro Fino-MG; Senador Amaral-MG, Tocos do Mogi-MG, Águas de Lindóia-SP; Espírito Santo do Pinhal-SP; Itapira-SP; Lindóia-SP; Serra Negra-SP; e Socorro-SP.

A abrangência dos objetivos do Projeto Mogi-Guaçu sustentou-se sobre nove linhas de atuação, estruturadas em Núcleos para desenvolvimento de suas ações (ESPÍNDOLA e BRIGANTE, 2007):

- Núcleo de Educação Ambiental: tornar a educação ambiental uma ferramenta adicional que busca a releitura dos processos educacionais com ênfase na interação mais positiva entre sociedade e meio ambiente; fomentar a melhoria contínua do ensino de Ciências nas escolas públicas;
- Núcleo de Recursos Hídricos: estimular a conscientização ambiental dos produtores rurais com vistas à proteção das nascentes; reforçar nas comunidades rurais a necessidade de medidas de proteção de nascentes;
- Núcleo de Saneamento Básico Rural: informar o público da área rural sobre a importância das medidas de saneamento básico; e, por meio de oficinas, promover a transferência de tecnologia de baixo custo para disponibilização final de esgotos sanitários no meio rural;
- Núcleo de Agricultura: aumentar nas comunidades rurais o nível de informação sobre os perigos do uso incorreto dos agrotóxicos; reforçar a necessidade de ter cuidado com agrotóxicos por meio de recursos visuais; capacitar agentes de difusão de conhecimentos sobre o tema agricultura orgânica;
- Núcleo de Vegetação: estimular a recuperação de áreas de preservação permanente nas micro-propriedades rurais da região; orientar e estimular a recomposição de mata ciliar; estimular a criação de viveiros e, ao mesmo tempo, oferecer mudas desenvolvidas regionalmente para cobrir as demandas locais;
- Núcleo de Piscicultura: capacitar piscicultores para Boas Práticas de Manejo (BPM) que promovam redução dos riscos potenciais evidenciados, com a transferência de tecnologia em BPM *in loco* e oferta de material de consulta permanente para o piscicultor;
- Núcleo de Transferência de Tecnologias e Apoio a Sociedade Civil Organizada: identificar demandas de mobilização popular; auxiliar na formação de organizações preocupadas com as questões ambientais; diagnosticar as limitações e os obstáculos ao pleno desempenho de seus objetivos sociais e ambientais; efetivar o contato entre os detentores do conhecimento científico e tecnológico e a comunidade com sua sabedoria local;

- Núcleo de Turismo: propiciar novas perspectivas aos moradores locais da região pela inserção de novas funções e novas alternativas econômicas emergentes associadas ao desenvolvimento sustentável do turismo, incentivando-o como opção social a ser considerada em decisões futuras pela população local.

Dentre as atividades realizadas pelo Projeto, o Núcleo de Turismo buscou promover e orientar o desenvolvimento turístico sustentável de alguns municípios com potencialidade turística na região sul do estado de Minas Gerais.

Na região de montante da bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu, a carência de novas oportunidades de desenvolvimento e a atual e estrita dependência econômica das produções agrícolas e pecuárias têm se mostrado insuficientes e limitadas para a manutenção da qualidade de vida das comunidades locais. Esta situação atual remete à importância de realizar estudos e ações para a inserção e desenvolvimento de turismo, justificadas pelos seguintes motivos principais:

- a) tem sido observada a degradação crescente dos recursos hídricos e naturais decorrente principalmente das atividades produtivas rurais impactantes que vêm ampliando a ocupação do solo e intensificando o uso desses recursos, que acabam comprometendo o potencial paisagístico-natural e a qualidade ambiental de toda bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu;
- b) a prevenção e solução dos problemas ambientais existentes na região da bacia de montante do rio Mogi-Guaçu exigem redirecionamento do uso e manejo dos recursos naturais e hídricos, interferindo nos aspectos sociais e econômicos, criando a necessidade de novas alternativas sustentáveis de desenvolvimento na região onde predominam as atividades rurais;
- c) o turismo pode se constituir como atividade alternativa ou complementar para o desenvolvimento da região, pois busca a conservação dos recursos naturais e possibilita a melhoria da qualidade de vida dos moradores rurais. Porém, são necessários procedimentos e programas para o seu desenvolvimento adequado;

- d) o planejamento do turismo bem concebido, integrado ao meio ambiente local e devidamente controlado pela população, constitui-se numa das alavancas do desenvolvimento regional e pode proporcionar diversos benefícios sociais, econômicos e ambientais.

No período de 2005 a 2006 foram desenvolvidas ações pelo Núcleo de Turismo do Projeto Mogi-Guaçu, que objetivaram a proposição da inserção do turismo sustentável como opção socioeconômica alternativa de desenvolvimento da região da bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu, a ser considerada em decisões futuras pela população local.

O Núcleo de Turismo do Projeto Mogi-Guaçu, contudo, não buscou impor a ideia de que o desenvolvimento generalizado do turismo é a alternativa única, imediata e perfeita para solução dos vários problemas da região. E muito menos foi a intenção de elaborar e implementar um Plano de Turismo idealizado para as localidades da região, diferenciando-se de muitos casos mal-sucedidos que colocam as ações turísticas planejadas de forma impositiva, e que muitas vezes é concebido distante (física e conceitualmente) da realidade local.

As ações do Núcleo de Turismo buscaram orientar e informar a sociedade local que o turismo constitui-se numa alternativa socioeconômica viável pela existência da potencialidade turística da região. Buscou-se propiciar novas perspectivas emergentes de desenvolvimento local, pelo incentivo à inserção do turismo sustentável, que pode gerar benefícios sociais, econômicos e ambientais, e por meio de planejamento participativo, proporcionar melhoria das condições de vida da população da região (HANAI, ESPÍNDOLA e BRIGANTE, 2007).

Devido à existência de atrativos paisagísticos naturais, rurais e culturais na região montante da bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu (alguns apresentados na Figura 2.1), o turismo se caracteriza como uma alternativa econômica viável, adequada à realidade da região, e um instrumento de estímulo ao uso sustentável dos recursos existentes e dos espaços rurais.

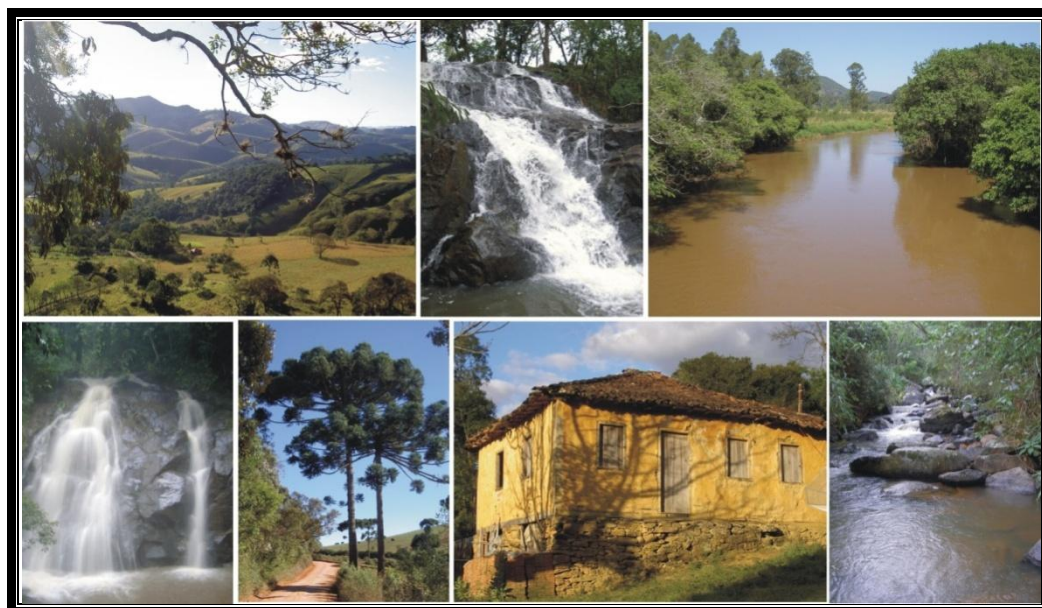


Figura 2.1 – Conjunto de imagens dos atrativos da região

Tendo em vista o caráter sustentável, o turismo rural familiar (organizado e qualificado), que valoriza o meio ambiente e a cultura local, torna-se uma opção para o desenvolvimento rural, contemplando os setores econômicos capazes de criar atividades alternativas, com o objetivo de proporcionar a manutenção da população nos seus locais de origem.

A realização das ações de extensão universitária do Núcleo de Turismo do Projeto Mogi-Guaçu provocaram indagações e questionamentos sobre a inserção dos princípios de sustentabilidade no desenvolvimento do turismo na região do município de Bueno Brandão-MG, remetendo à necessidade de se investigar cientificamente este processo.

Apesar de as ações executadas na região buscarem o desenvolvimento do turismo harmonizado e coerente com as aptidões naturais e culturais existentes, as iniciativas de desenvolvimento sustentável do turismo, provocadas pelo Núcleo de Turismo do Projeto Mogi-Guaçu, devem ser constantemente verificadas e monitoradas.

Esta consideração é importante, pois a simples inserção das ações empreendidas de desenvolvimento turístico não garante o alcance e a satisfação dos princípios pressupostos pelo turismo sustentável. É essencial o estabelecimento

de diretrizes e mecanismos que verifiquem e avaliem a efetivação das condições de sustentabilidade (ambiental, social, econômica, cultural e institucional) do desenvolvimento do turismo.

Dessa forma, procedimentos e instrumentos de análise do turismo e indicadores de sustentabilidade são necessários para consolidar o processo de inserção do turismo sustentável, visando propiciar continuamente a manutenção e o sucesso da atividade turística na região.

O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO DO ESPAÇO RURAL

A possibilidade de incorporar outras atividades econômicas ao meio rural tem sido a estratégia adotada com intuito de manter o homem no campo e melhorar sua qualidade de vida, gerando o aumento de oportunidades e uma diversidade de atividades e funções do meio rural. Cada vez mais se tem evidenciado que a agricultura não pode ser a única base econômica para o desenvolvimento do meio rural em longo prazo (CAMPANHOLA e SILVA, 1999).

O amplo processo de diversificação das atividades do meio rural faz com que o setor primário passe a dividir espaço com a prestação de serviços, uma alternativa que possibilita ao produtor renda complementar, utilizando não somente a terra, o ar e a água, mas também as paisagens e os espaços naturais para atividades relacionadas ao lazer e ao turismo (ARAÚJO, 2000).

As regiões rurais são agregados complexos e a oportunidade econômica dessas regiões é limitada a três possibilidades: descobrir e mobilizar novos recursos; dar novo uso sustentável para recursos existentes; e/ou fazer melhor uso dos mesmos (ALMEIDA e SOUZA, 2003).

O turismo, nesse contexto de busca de alternativas, destaca-se como uma atividade de grande potencial que pode ser condizente com um projeto de crescimento econômico socialmente bem distribuído, aliado à proteção ambiental, valorizando a identidade cultural da sociedade, e contribuindo para a preservação dos recursos naturais da bacia hidrográfica de montante do rio Mogi-Guaçu.

O panorama do turismo nacional demonstra que a atividade turística nos ambientes naturais e rurais, apesar de emergente, já é significativa e de grande importância no Brasil. Seu desenvolvimento - nos segmentos denominados de ecoturismo e de turismo rural⁴ - vem apresentando altas taxas de crescimento e provavelmente, continuará a crescer de forma intensa e constante.

O turismo no meio rural no Brasil encontra-se em grande expansão devido às seguintes razões convergentes: por um lado, a necessidade de produtores rurais (principalmente os pequenos proprietários) em buscar alternativas para diversificar e aumentar a fonte de proventos e agregar valor aos seus produtos; por outro lado, os visitantes que buscam contato com o campo e a natureza procuram a convivência com estilos de vida diferentes, experiências inéditas, conhecimentos da cultura, tradições e costumes do mundo rural, além do desejado descanso.

O segmento do turismo no meio rural tem crescido hoje dentro de significativas taxas de 18% a 23% ao ano, consistindo-se numa atividade turística de grande relevância no Brasil (TURISMO EM NÚMEROS, 2007).

Assim, a promoção de atividades de turismo no meio rural e na natureza, incluindo os segmentos de turismo rural tradicional e ecoturismo, pode propiciar a satisfação dos turistas, bem como a dos produtores rurais, firmando-se como alternativa para o desenvolvimento local e para a conservação dos aspectos culturais e ambientais.

O turismo no meio rural é reconhecido como importante vetor de diversificação das atividades não-agrícolas, desempenhando relevante papel no desenvolvimento de regiões e de locais específicos, e segundo Almeida (1999),

⁴ Em função da abrangência e das intrínsecas relações entre as atividades turísticas nos espaços rurais e naturais, o ecoturismo e o turismo rural têm recebido várias abordagens conceituais terminológicas no Brasil, inexistindo uma uniformidade consensual de suas definições (EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO/INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 1994; LINDBERG e HAWKINS, 1995; ZIMMERMANN, 1996; SERRANO e BRUHNS, 1997; RUSCHMANN, 1999; ALMEIDA; FROEHLICH e RIEDL, 2000; ALMEIDA e RIEDL, 2000; SILVA, VILARINHO e DALE, 2000; ZIMMERMANN, 2000; RODRIGUES, ADYR, 2000; RODRIGUES, ADYR, 2001; SEABRA, 2001; WEARING e NEIL, 2001; BOULLÓN, 2002; KINKER, 2002; FENNELL, 2002; NEIMAN, 2002; PORTUGUEZ, 2002; CALVENTES, 2004). Neste trabalho, considera-se mais apropriado a adoção do conceito restritivo e específico dessas atividades, a fim de diferenciá-las de outros tipos de turismo que não se configuram e nem se remetem aos princípios originais de ecoturismo e turismo rural.

Campanhola e Silva (1999), Araújo (2000), Ruschmann (2000), Pedron *et al.* (2003) e Almeida e Souza (2003), é capaz de:

- estimular a revitalização e recuperar áreas decadentes, estagnadas e degradadas;
- reduzir impactos ambientais, estimular a preservação de recursos naturais e valorizar aspectos paisagísticos locais;
- recuperar e valorizar patrimônios históricos e culturais, resgatar relatos e fatos históricos-culturais e promover a manutenção de costumes tradicionais;
- fomentar a criação e diversificação de funções - não necessariamente empregos - para as populações locais;
- melhorar a condição financeira das pessoas residentes no meio rural, propiciando rendas complementares advindas do turismo;
- manter jovens no ambiente de origem rural, em virtude de novas expectativas futuras, revertendo em certos casos, o processo de êxodo rural;
- proporcionar a inserção social e impulsionar a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar dos moradores rurais, resgatando sua auto-estima;
- interiorizar e melhorar a infra-estrutura e a qualidade dos serviços de interesse da população rural (saneamento básico, hospitais, segurança, transporte, estabelecimentos comerciais etc.);
- ser um meio de intercâmbio entre o ambiente rural e o ambiente urbano;
- potencializar a demanda por produtos artesanais relacionados com as atividades do meio rural, agregando valor econômico e estimulando a produção do setor agrícola;
- gerar maior arrecadação de impostos e de divisas;
- contribuir para a manutenção da estabilidade social e econômica que as atividades primárias, per si não são capazes de proporcionar;
- produzir importante efeito multiplicador sobre os investimentos diretos e um instrumento privilegiado de desenvolvimento.

Diversos estudos mostram que as propriedades rurais que hoje se encontram envolvidas com alguma atividade relacionada ao turismo obtiveram muitos benefícios, seja naquelas em que o turismo é a principal atividade, ou naquelas em que complementa a renda (ALMEIDA e RIEDL, 2000).

A maior relevância que deve ser dada às atividades não-agrícolas para o meio rural (capazes de dinamizar a economia local) não se refere apenas à geração de empregos e renda das unidades familiares isoladamente, mas num sentido amplo, atribui-se ao desenvolvimento local⁵, ou conforme Portuguez (2002) e Souza (2002), ao desenvolvimento sócio-espacial⁶.

O turismo bem concebido, integrado ao meio ambiente local e devidamente controlado pela população, constitui uma das alavancas do desenvolvimento rural. Todavia, Almeida (1999) alerta que não deve ser encarado como uma solução definitiva para os problemas sociais e econômicos de muitas zonas rurais, e sim, ser uma atividade interligada a outras também fundamentais para o desenvolvimento local.

O turismo rural não representa a solução para os problemas do campo. Trata-se de uma opção empresarial que pode trazer efeitos econômicos positivos, conseguindo contrabalancear uma eventual desintegração das atividades tradicionais (RUSCHMANN, 2000).

⁵ O **desenvolvimento local** pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. O **desenvolvimento local sustentável** resulta da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos -, a eficiência econômica – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente (BUARQUE, 2004, p.25).

⁶ Para Portuguez (2002, p. 37-38), o **desenvolvimento local** é uma expressão cabível à definição de uma dada porção do espaço onde um projeto é implantado. Já a expressão **desenvolvimento sócio-espacial** cabe a uma abrangência maior do processo do desenvolvimento, que deve valer-se dos recursos (de toda ordem) disponíveis em cada coletividade, estando dessa forma, comprometido com a realidade, possibilidades e anseios de cada grupo envolvido no processo de desenvolvimento (PORTUGUEZ, 2002, p.37-38).

Para Souza (2002, p.18), o conceito de **desenvolvimento sócio-espacial**, muito mais abrangente, é compreendido como um processo de superação de problemas e conquista de condições (culturais, técnico-tecnológicas, político-institucionais, espaço-territoriais), propiciadoras de maior felicidade individual e coletiva, o desenvolvimento exige a consideração simultânea das diversas dimensões constituintes das relações sociais (cultura, economia, política) e, também, do espaço natural e social (SOUZA, 2002, p. 18).

O turismo tem criado novos desafios no processo de revitalização econômica no espaço rural, entretanto deve ser desenvolvido por meio de uma estratégia que compreende todos os aspectos relacionados à sustentabilidade do turismo, considerando as possíveis ameaças sociais e ambientais do seu desenvolvimento (AUGUSTYN, 1998).

TURISMO SUSTENTÁVEL

Durante as décadas de 1980 e 1990, o paradigma do desenvolvimento do turismo convencional tem sido substancialmente substituído para uma nova forma de desenvolvimento de destinos: o turismo sustentável (HUNTER, 1997).

O turismo sustentável foi definido pela OMT (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003, p. 24) como aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”.

É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003, p. 24).

O objetivo do turismo sustentável é a gestão do ambiente, dos recursos e das comunidades nos núcleos receptores, atendendo às suas necessidades, mantendo sua integridade cultural e preservando o meio ambiente. As atividades turísticas são encaradas como atividades que usufruem da natureza e dela dependem para se reproduzirem. Como as outras atividades econômicas, o turismo sustentável participa de um contexto maior e mais abrangente, com o qual deve interagir de maneira consequente e responsável (QUEIROZ, 2000).

O turismo sustentável destaca-se como uma atividade de grande potencial que pode ser condizente com o processo de desenvolvimento de uma região, permitindo o crescimento econômico socialmente justo, aliado à conservação dos recursos naturais, à valorização da identidade cultural da sociedade, e contribuindo para a melhoria das condições de vida dos moradores locais e demais envolvidos com a atividade.

O fenômeno turístico requer a incorporação de princípios éticos e sustentáveis de planejamento, que implica em reconhecer os problemas sociais, a diversidade cultural, a dinâmica ambiental, as peculiaridades locais e as especificidades dos destinos.

O turismo sustentável deve ser considerado como um modelo adaptável capaz de se adaptar amplamente em diferentes situações e articular diferentes finalidades em termos da utilização dos recursos naturais (HUNTER, 1997).

Para se consolidar como atividade responsável e ambientalmente adequada, verdadeiros desafios de pesquisadores e envolvidos com a relação entre o turismo e a sustentabilidade, faz-se necessário o monitoramento das atividades turísticas em espaços naturais e rurais de visitação.

MONITORAMENTO DO TURISMO

O monitoramento é o processo de empreender medições regulares de um ou mais fenômenos com objetivo de estimar suas mudanças ao longo do tempo. O monitoramento é fundamental para as estratégias de desenvolvimento sustentável, pois fornece a oportunidade de estimar a efetividade de políticas e ações, identificando as mais apropriadas e bem sucedidas, e esboça atenção a áreas problemáticas para que respostas apropriadas de gestão sejam acionadas (TWINING-WARD e BUTLER, 2002).

O monitoramento é um importante componente de qualquer gestão interna de um sistema, pois fornece valiosas informações sobre o progresso das ações desenvolvidas e facilita os ajustes necessários nas políticas para garantir que sua implementação permaneça no rumo direcionado às metas pré-definidas (ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2002a, 2002b).

O monitoramento se diferencia qualitativamente de um simples acompanhamento e constitui-se num instrumento dinâmico, essencial para assegurar a interação entre o processo de planejamento e gestão do turismo em uma localidade, possibilitando (EAGLES et al., 2002; UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005):

- documentar sistematicamente o processo de desenvolvimento turístico;
- acompanhar e verificar os progressos em direção a objetivos previamente traçados;
- identificar os desvios na execução das atividades propostas no sentido de corrigir e ajustar as medidas corretivas necessárias;
- analisar as condições favoráveis e as problemáticas observadas;
- avaliar a eficácia e a pertinência de políticas, planos e programas implementados, num processo de retroalimentação permanente e constante.

O estabelecimento de programas de monitoramento e a seleção e aplicação de instrumentos de gestão são escolhas que somente podem ser feitas por gestores locais, e entretanto os grupos de pesquisadores podem auxiliar no processo de testar a eficiência das ferramentas de gestão (BUCKLEY, 1998).

Para o monitoramento do turismo é necessário o uso de indicadores. Entretanto, ainda não existe consenso sobre um conjunto de indicadores para mensurar o desenvolvimento do turismo sustentável, e não há no mundo, acordo sobre sistemas de mensuração e monitoramento do turismo que oriente gestores e técnicos a criarem políticas e estratégias para minimizar a degradação de recursos naturais, sociais e culturais (SIRAKAYA, JAMAL e CHOI, 2001).

O monitoramento do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável requer inicialmente a identificação de indicadores operacionais que forneçam unidades de informações gerenciáveis sobre as condições econômicas, ambientais e sociais de uma localidade (BÖHRINGER e JOCHEM, 2007).

Os indicadores fornecem informações indispensáveis para avaliar as mudanças e as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento do turismo em uma área. Servem como instrumento para destacar problemas, examinar tendências e prever condições futuras (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003), sendo portanto, a seleção de indicadores e seu monitoramento periódico um componente fundamental para o planejamento e gestão da sustentabilidade do turismo.

Os indicadores constituem-se, desta forma, em importantes e indispensáveis instrumentos para o monitoramento do desenvolvimento sustentável do turismo. As dimensões de sustentabilidade do turismo são susceptíveis de análise e medição periódica por meio de indicadores adaptados a realidade territorial específica de cada localidade, os quais necessitam, para um uso eficiente, da criação de um sistema de informação territorial que inclua variáveis de diversos âmbitos (ambientais, socioeconômicos ou institucionais) (IVARS BAIDAL, 2001; VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003a; 2003b).

O essencial para o sucesso de um processo de monitoramento é o estabelecimento de uma equipe de monitoramento e o desenvolvimento de uma base central de dados e informações, armazenados e atualizados pelos indicadores. O banco de dados de um destino deve conter informações históricas e atualizadas para que os atores sociais possam realizar decisões de desenvolvimento, planejamento e gestão (SIRAKAYA, JAMAL e CHOI, 2001).

NECESSIDADE DO ESTUDO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE APLICADO AO CONTEXTO DO TURISMO

A necessidade de um conjunto de indicadores que avaliem a viabilidade, o desempenho e a sustentabilidade de um sistema é especialmente urgente na gestão do desenvolvimento sustentável em todos os níveis, desde o global até uma vila (BOSSEL, 2001).

Observa-se, atualmente, que o estabelecimento de indicadores é considerado uma prioridade máxima para o planejamento e a organização do turismo, pois “sem indicadores o termo sustentável fica sem sentido” (BUTLER, 1999). O desenvolvimento de indicadores para o monitoramento do turismo é um requisito essencial de planejamento e gestão estratégica dos destinos turísticos, dado o critério essencial de sustentabilidade do turismo (SIRAKAYA, JAMAL e CHOI, 2001).

O progresso de desenvolvimento sustentável pode ser medido por um conjunto de indicadores com níveis de referências pré e pós estabelecidos para fornecer avisos de quando os limites estão sendo alcançados na avaliação de vários recursos no destino (SIRAKAYA, JAMAL e CHOI, 2001).

Na atualidade existe um consenso generalizado em relação à importância de que qualquer destino turístico planeje seu desenvolvimento, considerando os princípios da sustentabilidade. Assim, recentemente tem-se gerado uma literatura específica sobre indicadores de turismo sustentável, fundamentalmente promovida pela própria OMT (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO, 2005). Talvez, por uma parte, pelo caráter emergente desta literatura, e por outra, pela própria complexidade do conceito de turismo sustentável, é imprescindível o estudo de casos concretos que permitam delimitar os aspectos a medir, as medidas a utilizar, as fontes de informações necessárias e a avaliação do progresso em direção à sustentabilidade (MEDINA MUÑOZ e MEDINA MUÑOZ, 2003).

A crescente preocupação sobre a sustentabilidade ambiental e cultural tem levado a um aumento necessário de estudos para desenvolver indicadores de monitoramento dos recursos relacionados ao turismo (SIRAKAYA, JAMAL e CHOI, 2001). Entretanto, a implementação e concretização de turismo sustentável são impedidas pelo atual estado superficial de conhecimento sobre indicadores, já que a abordagem dos indicadores contribui para a tomada de decisões sobre o desenvolvimento sustentável (WEAVER, 1998; TWINING-WARD e BUTLER, 2002).

Nesse sentido, os indicadores de sustentabilidade do turismo precisam ser mais efetivos e melhores em termos de confiabilidade, devendo ser claramente definidos, reproduzíveis, sem ambiguidade, compreensíveis e práticos, e ainda refletir os interesses e visões de diferentes atores sociais (BOSSEL, 1999).

Também se faz necessária a participação de atores locais na seleção dos indicadores aplicados a âmbitos locais, pois as diferenças intrínsecas de cada região, as realidades comunitárias, as experiências individuais e os interesses pessoais contribuem de forma especial na seleção dos parâmetros e fenômenos a serem medidos (CINTRA, 2004).

O engajamento dos potenciais usuários durante o processo de construção dos indicadores também permite maior eficiência, eficácia e internalização de toda discussão pela sociedade, gestores ambientais e tomadores de decisão que serão, ao final, os reais agentes da mudança necessária para contribuir para o desenvolvimento sustentável (MALHEIROS, PHILIPPI JR. e COUTINHO, 2008).

Num desenvolvimento aprofundado de indicadores de sustentabilidade, o envolvimento dos moradores locais é crucial para a sua identificação comunitária, assim como para o acompanhamento das metas do planejamento e do desenvolvimento sustentável do turismo (CINTRA, 2004; CHOI e SIRAKAYA, 2006).

Um dos problemas que existe quando da aplicação do conceito de sustentabilidade ao turismo é que não há uma metodologia exata e aceitável para medi-la. Apesar de vários indicadores de turismo sustentável terem sido propostos, poucos esforços têm sido feitos para propor ou estimar indicadores em destinos existentes (FARSARI e PRASTACOS, 2000).

Sendo assim, existe a necessidade de um maior grau de elaboração técnico-científica dos indicadores para aumentar a sua coerência, a sua representatividade, o seu poder de comparação e, finalmente, a sua aceitação política e social (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003a, 2003b).

Constata-se que o momento atual é propício para implementação de projetos, condizentes com metodologias inovadoras que se concretizem em técnicas e ferramentas operativas, capazes de responder às necessidades de desenvolvimento e gestão sustentável do turismo (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003a).

Dessa forma, ressalta-se a importância de pesquisas aprofundadas sobre indicadores ambientais e a necessidade de estudos que forneçam instrumentos e procedimentos de análise da sustentabilidade e de monitoramento do turismo a fim de auxiliar o planejamento e a gestão de atividades turísticas nos espaços rurais, o que se buscou desenvolver na proposta da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.A. Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL Turismo no espaço rural brasileiro, 1., 1999, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 1999, 239p. p.83-97.

ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas, SP, Papyrus, 2000. 238p. (Coleção Turismo).

ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. **Turismo Rural:** ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru-SP: EDUSC, 2000. 264p. (Coleção Turis).

ALMEIDA, J. A.; SOUZA, M. Turismo rural e desenvolvimento sustentável: duas experiências brasileiras. **Espacio y desarrollo**, Peru, v.15, p.109-123, 2003.

ARAÚJO, J.G.F. **Abc do turismo rural**. Viçosa, MG: Aprenda fácil, 2000. 138p.

AUGUSTYN, J. National strategies for rural tourism development and sustainability: the Polish experience. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.6, n.3, p.191-209, 1998.

BÖHRINGER, C.; JOCHEM, P.E.P. Measuring the immeasurable: a survey of sustainable indices. **Ecological Economics**, Amsterdam, Elsevier, v.63, p.1-8, jun.2007.

BOSSEL, H. Assessing viability and sustainability: a systems-based approach for deriving comprehensive indicator sets.. **Conservation Ecology**, Waterloo, v.5, n.2, art.12, 2001.

BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, methods, applications: a report to Balaton Group**. International Institute for Sustainable Development. Winnipeg, Manitoba, Canada, IISD, 1999. 124p.

BOULLÓN, R.C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 278 p. (Coleção Turis).

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável..** Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 180 p.

BUCKLEY, R. Tools and indicators for managing tourism in parks. **Annals of tourism research**, New York, v.25, n.4, p.208-211, oct. 1998.

BUTLER, R.W. Sustainable tourism – a state of art review. **Tourism Geographies: an international journal of tourism space, place and environment**, Florence, n.1, v.1, p.7-25, feb. 1999.

CALVENTES, M.C.M.H. **Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos**. Londrina: Edições Humanidades, 2004. 159p.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J.G. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL: Turismo no espaço rural brasileiro, 1., 1999, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 1999. p.9-42.

CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism Management**, Elsevier, London, v.27, p.1274-1289, dec. 2006.

CINTRA, H. B. Indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo e o turismo rural. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO RIO DE JANEIRO, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. v.Único.

EAGLES, PAUL F.; McCOOL, STEPHEN F.; HAYNES, CHRISTOPHER D.A. **Sustainable Tourism in protected areas: guidelines for planning and management.** Gland, Switzerland; Cambridge, UK: IUCN – The World Conservation Union, 2002. 183 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO/INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** Brasília, EMBRATUR; IBAMA, 1994. 48p.

ESPÍNDOLA, E.L.G.; BRIGANTE, J. (Org.) **Projeto Mogi-Guaçu: desenvolvendo ações socioambientais.** São Carlos: RiMa, 2007. 382p.

FARSARI, Y.; PRASTACOS, P. **Sustainable tourism indicators: pilot estimation for the Municipality of Hersonissos, Crete.** Heraklion, Greece: Regional Analysis Division; Institute of Applied and Computational Mathematics (IACM); Foundation for the Research and the Technology Hellas (FORTH), 2000. 21p.

FENNELL, D.A. **Ecoturismo: uma introdução.** São Paulo-SP: Contexto, 2002. 281p.(Coleção Turismo Contexto).

HANAI, F.Y.; ESPÍNDOLA, E.L.G.; BRIGANTE, J. A importância do turismo sustentável e sua inserção na região de montante do rio Mogi-Guaçu. In: ESPÍNDOLA, E.L.G.; BRIGANTE, J. (Org.) **Projeto Mogi-Guaçu: desenvolvendo ações socioambientais.** São Carlos: RiMa, 2007. p.142-192.

HUNTER, C. Sustainable tourism as na adaptative paradigm. **Annals of Tourism Research**, Elsevier Science, New York, v.24, n.4, p.850-867, 1997.

IVARS BAIDAL, J.A. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG).** Alicante: Universidad de Alicante; Instituto Universitario de Geografía, 2001. 75p. (Documentos de Trabajo, n.1).

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais.** Campinas-SP: Papirus, 2002. 224p.(Coleção Turismo).

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.** São Paulo, SENAC, 1995. 292p.

MALHEIROS, T.F.; PHILIPPI JR., A.; COUTINHO, S.M.V. Agenda 21 Nacional e indicadores do desenvolvimento sustentável: contexto brasileiro. **Saúde e Sociedades**, São Paulo, v.17, n.1, p.7-20, 2008.

MEDINA NUÑOZ, R.D.; MEDINA MUÑOZ D.R. Indicadores del desarrollo sostenible del turismo: una aplicación al caso de Canarias como destino turístico. In: CONGRESO DE TURISMO, UNIVERSIDAD Y EMPRESA, 5., 2002, Benicasim. **La calidad integral del turismo.** Valencia (España): [s.n.], 2003. p.289-306.

NEIMAN, Z. **Meio ambiente: educação e ecoturismo.** Barueri: Manole, 2002.181p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos: guía práctica**. Madrid: OMT, 2005. 545p.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OCDE Environmental indicators: toward sustainable development = Rumo ao desenvolvimento sustentável: indicadores ambientais**. Tradução de Ana Maria S.F. Teles. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2002a. 244p.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Working together towards sustainable development: the OECD experience**. Paris, France: OECD Publications Service, 2002b. 85p.

PEDRON, F. A.; KLEIN, A. L.; ALMEIDA, J. A. J.; SOUZA, M. A geração de emprego e renda no turismo rural: uma análise de sete estudos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 1., 2003, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2003.

PORTUGUEZ, A.P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: HUCITEC, 2002. 127p.

QUEIROZ, O.T.M.M. **Impactos das atividades turísticas em área de reservatório: uma avaliação sócio-ambiental do uso e ocupação na área da Represa do Lobo, município de Itirapina, SP**. 2000. 237 f. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2000.

RODRIGUES, ADYR B. Turismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p.111-126. (Coleção Turismo).

RODRIGUES, ADYR B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: _____. **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001. p.101-116. (Coleção Turismo – Contexto).

RUSCHMANN, D.V.M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas-SP: Papirus, 2000. p.63-73. (Coleção Turismo).

RUSCHMANN, D.V.M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1999. 199 p.(Coleção Turismo).

SEABRA, G. **Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas-SP: Papirus, 2001. 95p. (Coleção Turismo).

SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997. 150p. (Coleção Turismo).

SILVA, J.G.; VILARINHO, C.; DALE, P.J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p.15-62. (Coleção Turismo).

SIRAKAYA, E.; JAMAL, T.B.; CHOI, H.S. Developing indicators for destination sustainability. In: WEAVER, D.B. **The encyclopedia of Ecotourism**. Oxon: CABI, 2001. Cap.26, p.411-432.

SOUZA, M.J.L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A.B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p.17-22. (Geografia: teoria e realidade).

TURISMO EM NÚMEROS. O setor e a sociedade. **Turismo em números**, São Paulo, SINDETUR, ano 6, n.61, p.26-29, 2007.

TWINING-WARD, L.; BUTLER, R. Implementing STD on a Small Island: development and use of sustainable tourism development indicators in Samoa. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.10, n.5, p.363-387, 2002.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME/WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Making tourism more sustainable: a guide for policy makers**. Paris, France; Madrid, Spain: UNEP/WTO, 2005. 210p.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible. In: VALDÉS PELÁES, L; PÉREZ FERNANDEZ, J.M. DEL VALLE TUERO, E.A. **Experiências públicas y privadas en el desarrollo de un modelo de turismo sostenible**. Oviedo: Fundación Universidad de Oviedo, 2003a. p.105-129.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Measuring sustainability in a mass tourist destination: pressures, perceptions and policy responses in Torrevieja, Spain. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.11, n.2/3, p.181-202, 2003b.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole, 2001. 256p.

WEAVER, D.B. Introduction to ecotourism. In: _____. **Ecotourism in the Less Developed World**. Queensland: Cab International; Griffith University Australia, 1998. p.1-33.

ZIMMERMANN, A. **Turismo rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. Do autor, 1996. 67p.

ZIMMERMANN, A. Planejamento e organização do turismo rural no Brasil. In: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J.M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000. p.127-142. (Coleção Turismo).

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DA PESQUISA E ESTRUTURAÇÃO DA TESE



HANAI, FREDERICO YURI. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009. Orientador: Prof. Assoc. Evaldo Luíz Gaeta Espíndola.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa basearam-se no enfoque participativo, envolvendo alguns atores sociais relevantes (comunidade local do município de Bueno Brandão-MG, turismólogos e graduandos em Engenharia Ambiental), visando à elaboração de um Sistema de Indicadores para análise da Sustentabilidade do Desenvolvimento de Turismo (SISDTur), aplicável à realidade local da região.

As seguintes etapas metodológicas foram realizadas durante a execução da pesquisa:

- 1) A análise da situação atual e perspectivas futuras do desenvolvimento do turismo em Bueno Brandão-MG, envolvendo:
 - o levantamento e a identificação dos recursos naturais e culturais da região;
 - o levantamento e cadastro dos empreendimentos, estabelecimentos e serviços turísticos receptivos existentes;
 - a identificação da estrutura administrativa e institucional da gestão do turismo no município;
 - a pesquisa com visitantes e turistas⁷ da região, por meio da aplicação de entrevistas;
 - a identificação do perfil da população local, moradores e produtores rurais (entrevistas com a população local).

⁷ A distinção entre visitantes e turistas reside nos conceitos de lazer, recreação, viagens e turismo. Lazer é o tempo disponível para um indivíduo, depois que o trabalho, o sono e outras necessidades básicas tenham sido atendidas. Recreação são atividades desenvolvidas durante o tempo de lazer. As viagens de um dia envolvem excursões a atrações turísticas, definindo o conceito de visitantes. O turismo é o movimento temporário para destinações fora do local de residência ou trabalho, o qual exige instalações e serviços criados para atender às necessidades das atividades durante a estada. Mesmo que as visitas de um dia ou as excursões sejam atividades de recreação comuns, para que o turismo ocorra, o tempo de lazer deve ser gozado em um bloco de tempo para permitir uma estada fora da residência (COOPER et al., 2001).

- 2) A elaboração e a aplicação do programa de sensibilização turística, que envolveram:
 - a identificação do perfil socioeconômico e cultural da população local (entrevistas com a população local);
 - a preparação do conteúdo e elaboração de materiais didáticos e informativos para o programa de sensibilização turística;
 - a aplicação do programa de sensibilização turística em meios de comunicação (*spots* para veiculação em rádios, entrevistas em periódicos e rádios locais);
 - a aplicação do programa de sensibilização turística por meio de palestras destinadas à comunidade local.

- 3) O estudo teórico, a revisão da literatura e a dissertação sobre os temas da pesquisa:
 - conceitos, reflexões e perspectivas do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade do turismo;
 - conceitos, tipologias e sistemas de indicadores de sustentabilidade e sua aplicação ao contexto do desenvolvimento do turismo.

- 4) O levantamento e a identificação de indicadores aplicados ao contexto do turismo em estudos de casos no mundo;

- 5) O processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade, por meio da abordagem participativa, que compreendeu os seguintes procedimentos:
 - a identificação do grupo de colaboradores da pesquisa (população local, turismólogos e graduandos em Engenharia Ambiental);
 - o estabelecimento de critérios e escalas numéricas para atribuição de conceitos aos indicadores;
 - a realização das reuniões, cursos e oficinas técnicas com os grupos de colaboradores e análise dos indicadores (atribuição de

conceitos, discussões de necessidades e fragilidades dos indicadores);

- a aplicação de indicadores em visitas a campo para medição de impactos da atividade turística em espaços de visitação;
- o estabelecimento dos padrões de sustentabilidade aceitáveis aos indicadores selecionados.

6) A elaboração e proposição do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SIDTur) para aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG.

Para uma melhor compreensão da metodologia empregada, apresenta-se no esquema da Figura 3.1 a explanação das atividades desenvolvidas e a inserção da pesquisa científica no contexto de desenvolvimento sustentável do turismo no município de Bueno Brandão-MG.

A metodologia envolveu a execução de ações de extensão universitária, que contou com o apoio de uma equipe composta por docentes, pesquisadores e discentes de cursos superiores de Turismo, de Engenharia Ambiental, de Administração, de Geografia e por colaboradores voluntários de instituições de ensino superior (Escola de Engenharia de São Carlos – EESC da Universidade de São Paulo-USP, Centro Universitário de Rio Preto – UNIRP, Centro Universitário Central Paulista - UNICEP, Universidade Estadual de Londrina - UEL). Os envolvidos colaboraram com as ações por meio de atividades acadêmicas, nas formas de iniciação científica, estágio supervisionado e atividades de extensão universitária.

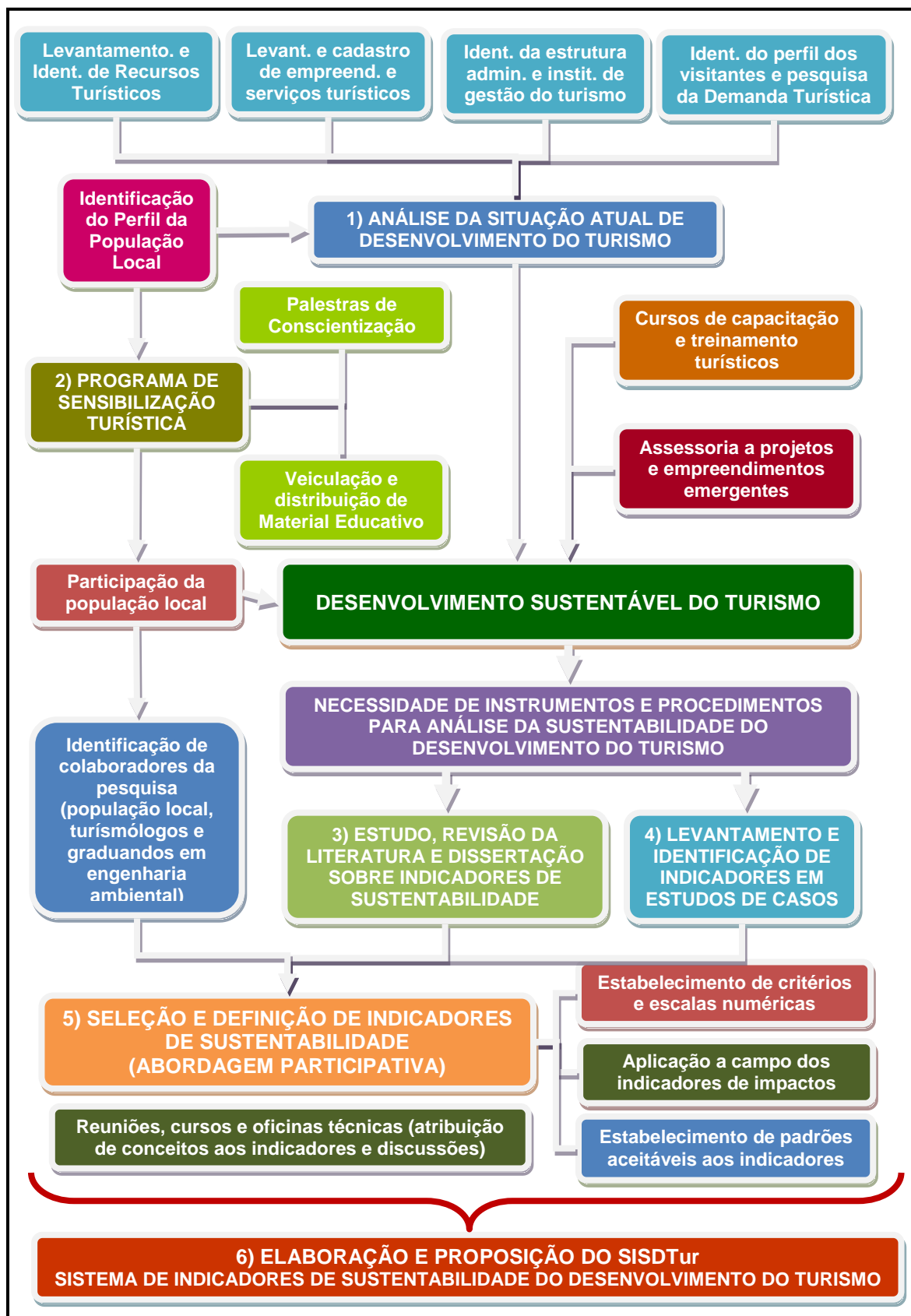


Figura 3.1 – Esquema das ações de extensão e da concepção da pesquisa no contexto do desenvolvimento sustentável do turismo

ESTRUTURAÇÃO DA TESE

A estrutura da tese foi configurada no formato de artigos apresentados em capítulos específicos, visando à facilitação de compreensão dos trabalhos realizados e à publicação dos artigos em periódicos científicos. Neste tipo de configuração dos capítulos, o leitor poderá perceber a inevitável repetição de algumas descrições e informações, pelo fato da necessária contextualização das ações da pesquisa nos artigos encaminhados aos distintos periódicos científicos.

Em cada capítulo (redigido no formato de artigo científico), são apresentados a introdução, o objetivo, o embasamento teórico sobre o assunto específico, assim como os materiais, métodos e as considerações sobre os dados e resultados obtidos.

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos ao longo da pesquisa estão apresentados no esquema da Figura 3.2, situando a configuração dos capítulos (artigos) que compõem a tese.

O Capítulo 1 introduziu e formulou a concepção, hipótese e objetivos da pesquisa. O Capítulo 2 discorreu sobre as justificativas, a contextualização e as necessidades do estudo da pesquisa. O presente Capítulo 3 descreve a metodologia empregada e a configuração da estrutura da tese.

O Capítulo 4 apresenta as reflexões atuais sobre os conceitos e perspectivas do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade e do turismo sustentável, buscando apontar algumas visões e considerações das suas diferentes abordagens identificadas na literatura científica atual. Os estudos e reflexões da presente pesquisa baseiam-se no ideário do desenvolvimento sustentável do turismo, acreditando-se que a sustentabilidade do turismo deva ser constantemente almejada, a fim de viabilizar melhores formas de desenvolvimento e melhores condições de vida para a sociedade. Desta forma faz-se necessária a contextualização do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade aplicada ao turismo, apresentada neste capítulo.

No capítulo 5, busca-se analisar as condições atuais do desenvolvimento turístico na região de Bueno Brandão, por meio da identificação dos perfis dos moradores locais, dos turistas e visitantes (demanda turística), do levantamento dos

recursos, equipamentos e serviços turísticos existentes e da identificação da estrutura administrativa e institucional da gestão do turismo no município.

O Capítulo 6 discorre sobre as concepções, procedimentos e recomendações para implementação de programas de sensibilização turística em destinos turísticos, apresentando um exemplo de aplicação na região de Bueno Brandão.

No Capítulo 7 é feita uma abordagem conceitual de indicadores, assim como suas tipologias, modelos e sistemas usualmente empregados, visando a sua compreensão para aplicação ao contexto do desenvolvimento sustentável do turismo.

O Capítulo 8 relata as iniciativas, os sistemas e os modelos de indicadores do turismo sustentável, levantados e obtidos a partir de estudos de casos, visando à análise dos instrumentos adotados e dos procedimentos aplicados para o monitoramento do desenvolvimento turístico nas localidades investigadas.

O Capítulo 9 discorre sobre o processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico, por meio da abordagem participativa da sociedade local da região do município de Bueno Brandão-MG, relatando os resultados e as experiências adquiridos durante a pesquisa.

No Capítulo 10 é relatado o processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade para aplicação ao contexto do desenvolvimento turístico na região do município de Bueno Brandão-MG, considerando as visões de três grupos distintos de envolvidos na pesquisa (população local, turismólogos e graduandos de Engenharia Ambiental), no intuito de fornecer subsídios para a elaboração do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento Turístico (SISDTur).

O Capítulo 11 apresenta a proposta do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur), definido por meio das ações de investigação desenvolvidas ao longo da pesquisa, visando à configuração de um instrumento metodológico prático, útil e exequível para o monitoramento da

sustentabilidade e gestão da atividade turística na região do município de Bueno Brandão-MG.

Por fim, o Capítulo 12 apresenta a conclusão final, verificando-se as hipóteses inicialmente formuladas na concepção da pesquisa e resume os legados metodológicos advindos dos estudos, relatando algumas recomendações e sugestões identificadas e adquiridas pelas experiências vivenciadas ao longo do desenvolvimento da tese.

REFERÊNCIA

COOPER, C. FLETCHER, J.; WANHILL, S.; GILBERT, D.; SHEPHERD, R. (org.) **Turismo**: princípios e prática. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2001. 559p.

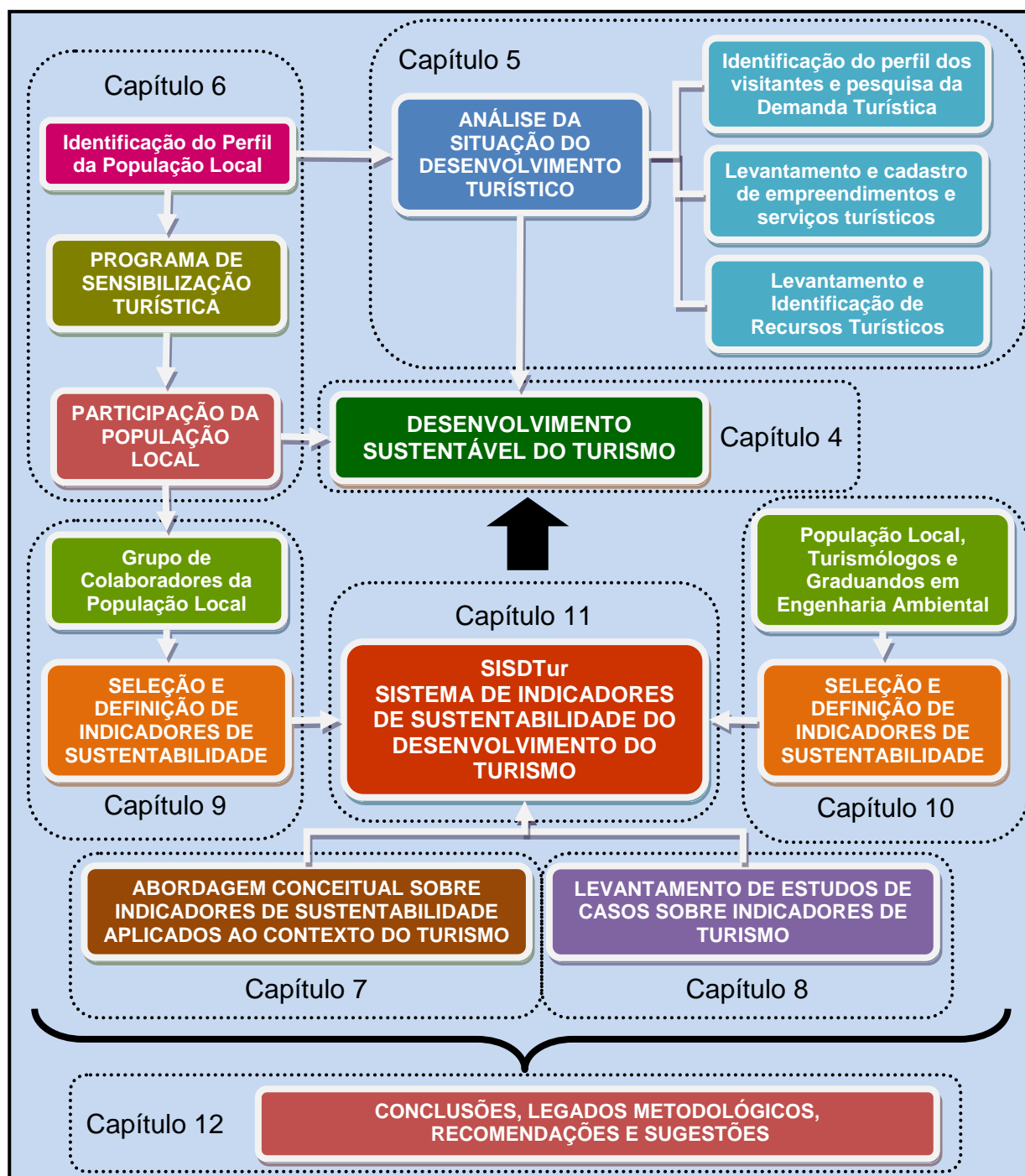


Figura 3.2 – Configuração da estrutura de apresentação dos capítulos da tese

CAPÍTULO 4

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE DO TURISMO: CONCEITOS, REFLEXÕES E PERSPECTIVAS



HANAI, FREDERICO YURI. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009. Orientador: Prof. Assoc. Evaldo Luíz Gaeta Espíndola.

RESUMO

O presente capítulo apresenta as reflexões atuais sobre os conceitos e perspectivas do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade e do turismo sustentável, buscando apontar algumas visões e considerações das suas diferentes abordagens identificadas na literatura científica atual. As diversas compreensões e significações relacionadas ao conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade conferem uma série de implicações e princípios éticos, que vêm sendo inseridos e aplicados nos contextos acadêmicos, segmentos sociais e planificação de desenvolvimento local, inclusive do turismo. Os referenciais de pensamento da complexidade, de racionalidade ambiental, de democracia participativa e de visão integrada e interdisciplinar são bastante lúcidos para se produzir estratégias e aplicar as proposições do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável do turismo, apesar de ser considerado por alguns autores como meramente utópico, provoca e incentiva o desafio da sua aplicação numa forma de desenvolvimento mais responsável, direcionando a sua abordagem ao planejamento futuro, com esforços operativos e sistemáticos para consolidação dos princípios e aspirações da sustentabilidade.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; turismo sustentável; sustentabilidade; sustentabilidade do turismo.

INTRODUÇÃO

A problemática ambiental se generalizou e induziu a uma série de efeitos no avanço e na orientação das disciplinas científicas para tentar solucioná-la. Assim, ressaltam-se a importância e a emergência de análises acerca dos efeitos da questão ambiental sobre a produção de conhecimentos e o processo de inserção do saber dentro de diferentes paradigmas científicos, elaborando bases conceituais que permitam pensar a articulação de processos sócio-ambientais.

O conceito de desenvolvimento sustentável advém das reflexões acadêmicas, ideológicas e tecnológicas sobre o processo atual de desenvolvimento social e econômico. O reconhecimento e a valorização de temas tais como, os problemas sociais e ambientais, as críticas ao purismo economicista, o intercâmbio entre sociedades e nações, o aprimoramento da consciência ambiental, o respeito ao ambiente natural, o respeito às singularidades culturais, a relação entre os homens e a qualidade de vida, têm levado à discussão e à proposição do denominado “desenvolvimento sustentável”.

As diversas compreensões e significações relacionadas ao conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade conferem uma série de implicações e princípios éticos, que vêm sendo inseridos e aplicados nos contextos acadêmicos, segmentos sociais e planos de desenvolvimento, inclusive do turismo.

As abordagens que resultam do interesse e da preocupação em conceber o turismo sob a ótica do desenvolvimento sustentável, bem como os seus desdobramentos socioeconômico e ambientais, sob a averiguação da sustentabilidade, vêm proporcionando inúmeras contribuições à reflexão e ao debate a respeito do mérito, bem como os rumos que se apresentam para essa atividade (PIRES, 1998).

A discussão da sustentabilidade se consolida como um tema central da atualidade, nas discussões do fenômeno turístico. O turismo passa gradualmente a incorporar visão de planejamento e aporte de benefícios econômicos, sociais e ambientais, um mecanismo para inclusão e transformação social, implicando-se em ampla reflexão ética (IRVING et al, 2005).

Os diversos fatores, critérios e dimensões relacionados ao conceito de sustentabilidade requerem novas concepções de planejamento num sentido mais amplo, que implica em reconhecer os problemas sociais, a diversidade cultural, a dinâmica ambiental, as peculiaridades locais e as especificidades dos destinos, num processo de transformação socioambiental.

Desta forma, a presente pesquisa utiliza-se da concepção de desenvolvimento sustentável, fundamentando-se no ideário de sustentabilidade do turismo. Para tanto, faz-se necessário abordar, *a priori*, a temática em seus diferentes aspectos, buscando estabelecer uma base teórico-conceitual para a compreensão e o aprofundamento do estudo.

OBJETIVO

O presente capítulo apresenta as reflexões atuais sobre os conceitos e perspectivas do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade e do turismo sustentável, buscando apontar algumas visões e considerações das suas diferentes abordagens identificadas na literatura científica atual.

Ressalta-se que não foi objetivo deste trabalho aprofundar as discussões sobre a complexidade das concepções sobre o tema, já que, por si só, configuraria em um estudo com várias hipóteses a serem analisadas e discutidas. A intenção é apresentar um quadro atual da conjuntura sobre o tema, buscando-se dissertar sobre algumas vertentes e perspectivas de estudiosos sobre o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade do turismo.

OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao longo dos anos, desde sua proposição no documento *Nosso Futuro Comum* da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, produzido pela ONU (Organização das Nações Unidas) e apresentado no Relatório Brundtland em 1987, o termo “desenvolvimento sustentável” vem sendo amplamente utilizado e disseminado, tanto no debate acadêmico, intelectual, como no uso comercial de sua ideia.

Quer seja denominado “ecodesenvolvimento” ou “desenvolvimento sustentável”, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos é adotada desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia) no ano de 1972 e na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio 92 ou Eco-92) no Brasil (SACHS, 2002).

Apesar do efeito mobilizador exercido pela Rio 92, Leff (2002) cita que as ações que vêm sendo empreendidas em nome do desenvolvimento sustentável têm se mostrado até o momento ambíguas, fragmentadas e pouco capazes de fazer justiça à complexidade dos desafios práticos associados às questões ambientais como: justiça social, redução das desigualdades; crescimento econômico planejado, controlado; redução da degradação e conservação ambiental; usos e manejos conscientes e adequados dos recursos; participação efetiva da sociedade na tomada de decisões; e internalização de uma relação de simbiose autêntica e duradoura dos seres humanos com a natureza.

Os desafios reais do desenvolvimento sustentável são pelo menos tão heterogêneos e complexos quanto a diversidade de sociedades humanas e de ecossistemas naturais em todo o mundo. Como um conceito, sua maleabilidade permite permanecer uma ideia aberta, dinâmica e envolvente que pode ser adaptada a servir em muitas diferentes situações e contextos no espaço e no tempo. Do mesmo modo, sua abertura de interpretação permite aos participantes (de múltiplos níveis, de local ao global, de diversos setores da atividade em instituições de governo, negócios e da sociedade civil) a redefinir e a reinterpretar seu significado para adequar a sua própria situação (KATES, PARRIS e LEISEROWITZ, 2005).

As derivações conceituais e formais de usos do termo desenvolvimento sustentável têm servido para que outros paradigmas entrem em cena, com modelos teórico-práticos direcionadores de padrões de qualidade de vida (MACHADO, 2002).

O caráter adaptativo, flexível e de ressonância do paradigma da sustentabilidade permite sua adaptação a situações locais diversas, ainda que também possibilita o uso inapropriado, puramente retórico e propagandístico (KATES, PARRIS e LEISEROWITZ, 2005; VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2004).

Desenvolvimento sustentável tornou-se, portanto, o tema de atenção de agências internacionais humanitárias, o jargão de planejadores de desenvolvimento, o principal assunto de conferências, artigos e o *slogan* de movimentos e de ativistas ambientais (LÉLÉ, 1991).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UTOPIA OU REALIDADE?

Atualmente, algumas tendências que confrontam o processo de desenvolvimento economicista atual consideram o termo “desenvolvimento sustentável” como uma utopia⁸.

Candiotto e Corrêa (2004) relatam que muitos autores fazem sérias críticas ao desenvolvimento sustentável devido ao termo se referir a um modelo de desenvolvimento “desejável” e hipotético, não apresentando um arcabouço metodológico destinado à operacionalização das ações que poderiam conduzir à sustentabilidade, além do fato de não apresentar uma coesão teórico-conceitual.

O ideário de desenvolvimento sustentável vem sendo amplamente questionado na academia, principalmente em função da pouca operacionalidade de ações sustentáveis, e da manutenção da estrutura de produção e acumulação capitalista (CANDIOTTO e CORRÊA, 2004).

Em alguns momentos, o conceito é popularizado e banalizado, principalmente pelas empresas e o setor empresarial, objetivando o *marketing* sustentável do comprometimento com as questões ambientais e sociais. “O discurso político tende a privilegiar *o sustentável*, da mesma forma em que o pulveriza, em sentidos e significados diversos, transformando-os em utopia contemporânea” (IRVING et al., 2005, p. 7).

Mesmo com inúmeras obras e reflexões sobre a temática do desenvolvimento sustentável, do ponto de vista operacional e de utilização, para Candiotto e Corrêa (2004, p. 279), o termo “não passa de uma utopia vaga, de

⁸ A **utopia** é um “modelo abstrato e imaginário de sociedade ideal, concebido como crítica à organização social existente, porém inexecutável por não estar vinculado às condições políticas e econômicas da realidade concreta. A utopia é o projeto alternativo de organização social capaz de indicar potencialidades realizáveis e concretas em uma determinada ordem política constituída, contribuindo desta maneira para sua transformação” (HOUAISS e VILLAR, 2001, p.2817).

pouca aplicabilidade dentro da estrutura política e econômica mundial, onde predominam interesses neoliberais e imperialistas”.

Por outro lado, Ranauro (2004) elucida que, se o desenvolvimento sustentável é uma utopia, então como utopia, deve-se encontrar mecanismos para sua implementação. “A lógica da transformação não pode ser baseada na lógica da situação, senão será a sua reprodução” (RANAURO, 2004, p.21).

Um novo ritmo e rumo das relações sociais deve ser estabelecido, em que não se encontra apenas um saber, uma ética e uma lógica, mas várias que coabitam o mesmo meio ambiente e por isso devem participar, com seus saberes, linguagens e entendimento do mundo para que se possa encontrar possibilidade de uma verdadeira sustentabilidade (RANAURO, 2004, p. 21).

Buarque (2004) relata que os antecedentes históricos indicam que o conceito de desenvolvimento sustentável não é apenas mais um modismo ou uma ideia brilhante da ONU, proferidas na Eco-92, mas uma construção teórica para organizar uma nova postura da sociedade diante dos desafios atuais e futuros, e consistente com o novo paradigma de desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável não nega o crescimento, mas se refere à necessidade de mudar a qualidade do crescimento. O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação qualitativa que permite destacar o caráter operacional da sustentabilidade ao afastar este conceito de um estado utópico, dificilmente alcançável e argumento frequente para desqualificar as possibilidades reais de aplicação dos princípios de sustentabilidade (IVARS BAIDAL, 2001).

Apesar de esta criativa ambiguidade e abertura para interpretação, o desenvolvimento sustentável tem envolvido um conjunto central de princípios e valores orientadores (KATES, PARRIS e LEISEROWITZ, 2005).

PRINCÍPIOS DA SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade por definição é uma complexa e ambiciosa meta motivadora de definição de políticas, compreendendo critérios ambientais, econômicos e sociais, equitativamente importantes para uma sociedade sustentável (SPANGENBERG e BONNIOT, 1998).

A sustentabilidade, entendida como um conjunto de princípios funcionais dos sistemas, permite definir um estilo de desenvolvimento sustentável como uma opção social que inclui objetivos múltiplos, segundo determinadas escalas de valores e contextos variáveis que vão transformando no tempo e se retroalimentam permanentemente. Estes conceitos, em qualquer caso, estão mais ligados a ideia de mudança do que a noção de estabilidade, comumente associada a sustentar um sistema de forma permanente para manter um determinado estado. A transformação e a adaptação podem considerar-se como propriedades constitutivas da sustentabilidade, já que, no fundo, se trata de manter a capacidade co-evolutiva dos sistemas sociais e naturais para fazer frente às flutuações e adaptar-se às transformações (JIMÉNEZ HERRERO, 2006).

A simples existência da palavra sustentabilidade já permite agregar múltiplos significados, tais como: redistribuição de rendimentos; equidade de produção; manutenção dos ecossistemas; manutenção da resiliência natural e do homem; e redistribuição de poder. Cada um destes significados contém diferentes implicações para as ações necessárias (McCOOL, MOISEY e NICKERSON, 2001).

Sachs (2002, p. 85) recomenda a utilização de oito critérios distintos de sustentabilidade para validação dos objetivos do ecodesenvolvimento ou do desenvolvimento sustentável:

1) Sustentabilidade Social

- Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;
- Distribuição justa de renda;
- Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente;
- Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

2) Sustentabilidade Cultural

- Mudanças no interior da continuidade cultural (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);
- Capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas);
- Autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

3) Sustentabilidade Ecológica

- Preservação do potencial da natureza na sua produção de recursos renováveis;
- Limitação do uso dos recursos não-renováveis.

4) Sustentabilidade Ambiental

- Respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

5) Sustentabilidade Territorial

- Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público);
- Melhoria do ambiente urbano;
- Superação das disparidades inter-regionais;
- Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguro para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).

6) Sustentabilidade Econômica

- Desenvolvimento econômico inter-setorial equilibrado;
- Segurança alimentar;
- Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica;
- Inserção soberana na economia internacional.

7) Sustentabilidade Política (nacional)

- Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos;
- Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;
- Um nível razoável de coesão social.

8) Sustentabilidade Política (Internacional)

- Eficácia do sistema de prevenção de guerras, na garantia de paz e na promoção da cooperação internacional;
- Um pacote entre países dos hemisférios Norte e Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e

compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco);

- Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios;
- Controle institucional efetivo da aplicação do *princípio da precaução* na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade;
- Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Outros autores expressam a sustentabilidade em diferentes dimensões sistêmicas de integração: ambiental, ecológica, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional, espacial, tecnológica e legal, nos níveis internacional, nacional, regional e da comunidade local (BOSSEL, 1999; BIDONE e MORALES, 2004; CHOI e SIRAKAYA, 2006).

A ABORDAGEM HOLÍSTICA, SISTÊMICA E ESTRATÉGICA DA SUSTENTABILIDADE

A questão ambiental induz transformações teóricas para o desenvolvimento do conhecimento em diversas disciplinas científicas, exigindo uma integração de conhecimentos e uma totalização do saber, de forma sistêmica, holística e interdisciplinar (LEFF, 2002).

A ideia de desenvolvimento sustentável como uma visão holística implica em mudanças fundamentais nos níveis de estruturas social, econômica, política e cultural, que significa reestruturação fundamental da presente sociedade (CUELLO NIETO, 1997).

Desta forma, proponentes e analistas de desenvolvimento sustentável devem compreender as múltiplas dimensões da sustentabilidade e tentar desenvolver medidas, critérios e princípios para elas (LÉLÉ, 1991).

O referencial de análise para o desenvolvimento sustentável deve ser holístico porque requer uma observação do comportamento da totalidade que envolve interações complexas entre os sistemas sociais, econômicos e ambientais (BUARQUE, 2004).

Para Leff (2002), a falta de bases epistemológicas⁹ sólidas para pensar as condições de articulação das ciências e dos processos transdisciplinares, nos quais se difundem e se (re)trabalham as noções, conceitos e métodos das ciências, gerou uma demanda de unificação terminológica na temática ambiental. Esta exigência manifesta-se como uma necessidade de estabelecer uma “comunicação interdisciplinar” por meio de conceitos unívocos.

As disciplinas científicas, cada vez mais distanciadas da existência concreta, constituíram-se como linguagens herméticas, reservadas aos iniciados, e que parecem absorver-se, ou perder-se, no niilismo¹⁰ de suas abstrações bem comportadas (GUSDORF, 1975, p.15-16).

Ressalta-se assim, a necessidade de pensar as condições teóricas e estabelecer métodos que orientem as práticas da interdisciplinaridade. A questão ambiental impulsionou a emergência de novos campos do saber onde se articulam certas disciplinas teórico-práticas, bem como a construção de objetos interdisciplinares de conhecimento (LEFF, 2002).

A problemática ambiental na qual confluem processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade não pode ser compreendida em sua complexidade nem resolvida em eficácia sem o concurso e integração de campos muito diversos do saber. [...] A distinção dos níveis e as formas de integração do conhecimento são necessárias para implementar uma estratégia de desenvolvimento com uma concepção integrada dos processos históricos, econômicos, sociais e políticos que geraram a problemática ambiental, bem como dos processos ecológicos, tecnológicos e culturais que permitiriam um aproveitamento produtivo e sustentável dos recursos (LEFF, 2002, p. 60).

⁹ Epistemológica: relativo a epistemologia, à teoria do conhecimento. Reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano, especialmente nas relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo e o objeto inerente, as duas polaridades tradicionais do processo cognitivo (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 11800).

¹⁰ Niilismo: redução ao nada; aniquilamento; não-existência (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 2018).

As diferentes percepções da problemática ambiental geram demandas diferenciadas de conhecimentos teóricos e práticos. É preciso estudar os efeitos da problemática ambiental sobre as transformações metodológicas, as transferências conceituais e a circulação terminológica entre as diferentes disciplinas que participam na explicação e diagnóstico das transformações sócio-ambientais (LEFF, 2002).

Como um processo holístico, o desenvolvimento sustentável requer uma união dialética indissociável entre teoria e prática (CUELLO NIETO, 1997). A aplicação prática de princípios e estratégias do desenvolvimento sustentável apresenta-se mais complexa e difícil que a simples incorporação de uma dimensão ambiental dentro dos paradigmas econômicos, dos instrumentos do planejamento e das estruturas institucionais que sustentam a racionalidade produtiva prevalecente. Estas considerações mostram a necessidade de novas práticas de uso integrado dos recursos, gerando uma reflexão sobre as bases epistemológicas para pensar a articulação das ciências e a produção de conhecimentos requerida pela teoria das relações sociedade-natureza. O alcance dos propósitos do desenvolvimento sustentável e igualitário exige então um trabalho teórico e a elaboração de estratégias conceituais para a construção de uma *racionalidade ambiental*¹¹ (LEFF, 2002).

A transposição dos princípios norteadores de sustentabilidade, da teoria à prática, e a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável tem representado um grande desafio para as diversas áreas de conhecimento, no sentido de implementar iniciativas e ações que gerem, simultaneamente, uma maior equidade social, um nível elevado de conservação ambiental e uma maior racionalidade (eficiência) econômica (BUARQUE, 2004; IRVING et al., 2005).

¹¹ A **racionalidade ambiental** é entendida como o ordenamento de um conjunto de objetivos, explícitos e implícitos; de meios e instrumentos; de regras sociais, normas jurídicas e valores culturais; de sistemas de significação e de conhecimento; de teorias e conceitos; de métodos e técnicas de produção. Esta racionalidade funciona legitimando ações e estabelecendo critérios para a tomada de decisão dos agentes sociais; orienta as políticas dos governos, normatiza os processos de produção e consumo e conduz as ações e comportamentos de diferentes autores e grupos sociais para os fins de desenvolvimento sustentável, equitativo e duradouro (LEFF, 2002, p.127).

O desenvolvimento sustentável busca responder a cinco amplas exigências (LÉLÉ, 1991): (1) integração da conservação e do desenvolvimento; (2) satisfação das necessidades básicas humanas; (3) alcance da equidade e social justiça; (4) provisão da autonomia social e da diversidade cultural; e (5) manutenção da integridade ecológica.

As estratégias conceituais para gerar os instrumentos teóricos e práticos na gestão ambiental do desenvolvimento sob condições de sustentabilidade e equidade não podem surgir dos paradigmas econômicos dominantes e das práticas tradicionais do planejamento (LEFF, 2002).

Nas últimas décadas, têm se produzido mudanças na contextualização do desenvolvimento econômico, reconhecendo-se a importância dos sistemas produtivos locais nos processos de mudança e crescimento e se estabelece a importância do território como um papel ativo. Esta mudança nas teorias de desenvolvimento econômico tem dado lugar à formação de um novo paradigma conhecida como desenvolvimento endógeno (PADÍN FABEIRO, 2004).

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

O desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações (BUARQUE, 2004).

Cuello Nieto (1997) argumenta que o desenvolvimento sustentável deveria ser tratado diferentemente das abordagens tradicionais de desenvolvimento, pois estas abordagens tradicionais enfatizam o crescimento e não o progresso. Ou seja, o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser visto como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, o qual está associado a crescimento material, quantitativo da economia (BINSWANGER, 1999).

Deve-se ter em mente que crescimento é uma medida quantitativa do desenvolvimento humano e uma fonte de muitos problemas socioeconômicos e

ambientais (intencionais ou não), enquanto que progresso é um conceito qualitativo indicando um melhor estado de existência (LÉLÉ, 1991; CUELLO NIETO, 1997).

Pearce, Barbier e Markandya (1994) assumem que o desenvolvimento é um vetor de objetivos sociais desejáveis (tais como: aumento real na renda *per capita*; melhoria na saúde e padrão nutricional; alcance educacional; acesso a recursos; e distribuição justa de benefícios), que são atributos dos quais a sociedade busca alcançar e maximizar.

Mas para que o desenvolvimento exista, são necessárias mais do que a simples acumulação de bens e serviços. Mudanças qualitativas de vida e na felicidade das pessoas são necessárias, incluindo dimensões sociais, culturais, estéticas e de satisfação de necessidades materiais e espirituais (GUIMARÃES, 2001).

Desta forma, o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança e, para ser consistente e sustentável, deve levar ao dinamismo e à viabilidade econômica, mobilizando e explorando as potencialidades locais e contribuindo para elevar as oportunidades sociais e, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são as bases de suas potencialidades.

O desenvolvimento endógeno se caracteriza como uma forma específica de organização da produção, da integração da sociedade e das instituições nos processos produtivos e na capacidade de resposta do território e dos atores econômicos a um novo cenário econômico, político e institucional. O desenvolvimento endógeno é um processo de crescimento econômico e mudança estrutural, liderado pela comunidade local, que busca satisfazer as suas necessidades e demandas por meio de sua participação ativa nos processos de desenvolvimento (PADÍN FABEIRO, 2004).

A perspectiva do desenvolvimento local acontece quando se direciona a dimensão humana e as pessoas envolvidas são beneficiadas em seus territórios. O turismo se vincula a esta perspectiva, no intuito de propiciar melhorias nos espaços onde as atividades turísticas são desenvolvidas sustentavelmente.

Sendo assim, a distribuição dos benefícios representa uma questão central na ética da sustentabilidade do turismo. Nesse sentido, como o turismo pode representar a base de economias locais, pode oferecer também condições para novas perspectivas de desenvolvimento, beneficiando a população autóctone. Dessa maneira, é possível socializar as oportunidades (CORIOLANO, 1998), estimulando o surgimento de experiências que promovam o desenvolvimento local.

Os esforços recentes de desenvolvimento, inclusive do turismo, vem reconhecendo os desafios atuais relacionados às questões ambientais, sociais, econômicas e ecológicas, almejando também ações responsáveis de desenvolvimento na busca da sustentabilidade local.

O CONCEITO DE TURISMO SUSTENTÁVEL

O turismo sustentável foi definido pela OMT (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003, p. 24) como aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”. Assim, busca atender às atuais necessidades econômicas, sociais e de qualidade de vida para o desenvolvimento regional, enquanto conserva os recursos naturais e mantém a integridade cultural da população local, promovendo a responsabilidade coletiva e a satisfação das expectativas dos turistas de maneira que a atividade possa continuar indefinidamente proporcionando os benefícios propostos (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME, 2003; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003; UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005).

É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003, p. 24).

Nesta declaração, a OMT amplia os princípios do desenvolvimento turístico sustentável à conservação dos recursos naturais, históricos e culturais, à necessidade de um adequado planejamento e gestão da atividade, à satisfação da demanda e à ampla distribuição dos benefícios do turismo por toda a sociedade.

O desenvolvimento turístico sustentável é um processo de mudança qualitativa, produto da vontade política que, com a participação imprescindível da população local, adapta o marco institucional e legal, assim como os instrumentos de planejamento e gestão, a um desenvolvimento turístico baseado em um equilíbrio entre a preservação do patrimônio natural e cultural, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social do desenvolvimento (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003a, p.108).

Pelo exposto, os princípios da sustentabilidade devem constituir o objetivo primordial de qualquer espaço ou produto turístico, em qualquer de seus estados evolutivos, e não circunscrever-se exclusivamente às manifestações supostamente alternativas como o ecoturismo e o turismo rural (IVARS BAIDAL, 2001).

A Organização Mundial de Turismo (2003) reconhece que as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentáveis são aplicáveis a todas as formas de turismo, em todos os tipos de destinos, incluídos o turismo de massas e os diversos segmentos turísticos.

Segundo a UNEP e WTO (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005), o turismo sustentável não representa uma forma especial de turismo. Em realidade, todas as formas de turismo deveriam ser sustentáveis e esse deveria, em tese, ser o compromisso central em planejamento. A sustentabilidade do turismo é consequência, portanto, da responsabilidade de todos os segmentos nele envolvidos.

PRINCÍPIOS E DIMENSÕES DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Os princípios de sustentabilidade se referem aos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais do desenvolvimento turístico, tendo que estabelecer um equilíbrio adequado entre estas três dimensões para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. A UNEP e WTO (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005) recomendam os seguintes princípios norteadores para o planejamento em turismo sustentável:

- a conservação ambiental e a otimização do uso dos recursos ambientais, que se constituem em elementos fundamentais do desenvolvimento turístico, mantendo os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica contínuas no tempo e no espaço;

- O respeito à autenticidade sócio-cultural das comunidades anfitriãs, com o compromisso de conservação de seu patrimônio construído e seu estilo de vida e valores tradicionais, e fortalecimento da compreensão intercultural e tolerância;
- A garantia de operações econômicas viáveis (eficiência e crescimento de longo prazo), com a geração de benefícios socioeconômicos distribuídos para todos os atores envolvidos (elevação da qualidade de vida e equidade social), incluindo oportunidades de emprego estável e obtenção de investimentos e serviços sociais, de maneira que contribuam à redução da pobreza.

A temática do turismo, de certo modo, vem sendo discutida ora como uma atividade tipicamente econômica (muitas vezes confundida com o termo indústria do turismo) ora como uma atividade sócio-ambiental (turismo sustentável) (SAMPAIO, 2001).

No entanto, a abordagem do desenvolvimento turístico deve se libertar das análises estritamente econômicas e privilegiar as abordagens que apontam para o controle democrático-participativo dos riscos sócio-ambientais gerados pela evolução e pelo processo de acumulação, reprodução e expansão do capital (LUCHIARI, 2002).

Na preocupação com a sustentabilidade, pode-se reconhecer um avanço, senão prático ao menos discursivo, em relação às abordagens econômicas mais restritas do fenômeno turístico. Num primeiro momento, o enfoque mais conservador restringia a abordagem da sustentabilidade a uma visão econômica. No período seguinte, preocupou-se com a sustentabilidade ambiental, centrada nos recursos naturais. Recentemente, incorporou-se às práticas e aos discursos da sustentabilidade, os atributos de democracia, participação, descentralização, eficiência, equidade, cidadania, autonomia e pertencimento, passando a apontar a esfera local para a sua realização (LUCHIARI, 2002).

DIVERSIDADE, AMBIGUIDADE E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE TURISMO SUSTENTÁVEL

Apesar da aparente unanimidade sobre a importância da sustentabilidade e de sua profusa utilização, ainda há muita ambiguidade manifestada pelo próprio conceito de desenvolvimento sustentável. O mesmo acontece com o turismo sustentável, em que o excesso de argumentos sobre a sua conceituação pode ser explicado pela inexistência de uma explícita e universalmente aceita teoria relacionada ao turismo sustentável (HARDY, BEETON e PEARSON, 2002).

A adoção do conceito de turismo sustentável, baseado na interpretação restrita do vocábulo sustentável (passível de sustentação, segundo Houaiss e Villar, 2001), consiste-se num grande equívoco por considerar a viabilidade de manter a atividade turística numa área por período de tempo indefinido e sem desaparecer; fato observado em algumas interpretações adotadas. Esta abordagem não é o que geralmente implica o termo turismo sustentável.

Segundo Butler (1999), desde o surgimento do conceito de turismo sustentável, o termo tem sido utilizado e reconhecido em todo o mundo e aceito, mesmo que superficialmente, de forma muito difusa. Para o autor, existe o problema atual da incapacidade de se definir para a satisfação da maioria dos atores locais envolvidos com o turismo, o significado exato do turismo sustentável. Devido a existência desta ambiguidade, quase qualquer forma de turismo pode ser sustentável.

A aplicação dos princípios da sustentabilidade no turismo participa da dicotomia existente entre sua ampla difusão e das limitações dos progressos alcançados (IVARS BAIDAL, 2001). Dada a imprecisão do conceito, utilizado para descrever uma filosofia, um processo, um produto ou um plano, não é de se surpreender que se encontrem dificuldades para identificar modos de implementação ou para avaliar a sustentabilidade de iniciativas turísticas particulares (SANCHO PÉREZ et al., 2001).

Mesmo com a ambiguidade do conceito, poucos são os trabalhos que definem e expõem sua compreensão em relação à noção de sustentabilidade. Muitos provavelmente tomam a ideia-conceito por subentendida, talvez por já o

terem internalizado de tal forma que não o mencionam. Outros tentam apenas adjetivar seu trabalho, desconhecendo a complexidade do conceito (MARZALL e ALMEIDA, 1999).

Ainda é frequente a manipulação do termo turismo sustentável a partir dos distintos interesses dos envolvidos, dependendo do contexto em que se utiliza, adquirindo características diferentes para a população local, para a administração, para os investidores e empresários, e para os próprios turistas (BUTLER, 1999; ÁVILA BERCIAL, 2002).

Nesta concepção, a sustentabilidade possui significados diferentes em circunstâncias sociais e ambientais distintas. As diferentes interpretações possíveis do conceito de sustentabilidade, muitas vezes impróprias, por serem imprecisas e interessadas, constituem um fator-chave para explicar a enorme difusão social da sustentabilidade, mas também são obstáculos para progredir em direção aos autênticos valores do desenvolvimento sustentável (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2004).

No entanto, é improvável que haverá uma aceitação total do conceito de turismo sustentável e sua aplicação universal, devido ao grande êxito da aplicação do termo em diversos contextos, e pelo fato de ter se tornado significado para muitas aplicações e interesses (BUTLER, 1999). Na comunidade científica, apesar de haver controvérsias para sua legitimidade, está claro que o turismo sustentável tem trazido mudança substancial no processo convencional de pensamento sobre o desenvolvimento da atividade turística (CHOI e SIRAKAYA, 2005).

A evolução das relações entre turismo e desenvolvimento tem refletido nas diversas declarações e documentos oficiais lançados pelas organizações e instituições do setor turístico, tais como:

- a Carta do Turismo Sustentável de Lanzarote, que engloba intenções e princípios fundamentais convencionados ao conceito de turismo sustentável (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE, 1995);
- a Agenda 21 para a indústria de viagens e turismo, em que se estabelecem uma série de princípios, de acordo com o código de comportamento tanto da

oferta como da demanda turística (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 1997; UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME, 2003);

- os guias e manuais publicados pela OMT e UNEP, em que se estabelecem as diretrizes gerais para a consecução e desenvolvimento do turismo sustentável, assim como os principais indicadores para a gestão dos destinos turísticos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 1999, 2003; ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO, 2005; UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005).

Nestes documentos observa-se a paulatina transição do predomínio preliminar dos aspectos socioculturais e econômicos do turismo ao paradigma onipresente da sustentabilidade (IVARS BAIDAL, 2001).

TURISMO SUSTENTÁVEL OU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Butler (1999) afirma que muitas confusões do conceito de turismo sustentável advêm das definições imprecisas e conflitantes do conceito, e particularmente da necessidade de se distinguir entre o turismo sustentável e o desenvolvimento sustentável do turismo. Para o autor, o turismo sustentável não é automaticamente o mesmo que o turismo desenvolvido seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável.

As considerações de turismo sustentável tem se tornado muito distantes e removidas do seu conceito materno, resultando em uma lacuna tal que os princípios e políticas do turismo “sustentável” não necessariamente contribuem para o desenvolvimento sustentável (HUNTER, 1997).

Butler (1999) contesta o uso do termo “turismo sustentável”, apesar de seu uso corrente, argumentando que este termo implica na manutenção do turismo por si mesmo, quaisquer que sejam seus impactos associados, em vez de se preocupar com a manutenção do contexto humano e físico em que o turismo ocorre.

Apesar de possuir sua origem no conceito geral de desenvolvimento sustentável, o tema turismo sustentável parece ter evoluído de forma muito isolada

do contínuo debate sobre o significado de sua formação. Tal isolamento tem resultado no surgimento de um modelo excessivamente simplista e inflexível do turismo sustentável, que falha na aplicação em circunstâncias específicas (HUNTER, 1997).

Desta forma, Butler (1999) sugeriu a expressão “desenvolvimento sustentável do turismo”, que é o turismo desenvolvido e mantido em uma área (comunidade e ambiente) de uma forma e numa escala que permanece viável ao longo de um infinito período e não degrada ou altera o ambiente (físico e humano) em que existe para um grau que proíbe o desenvolvimento com êxito e o bem estar com outras atividades e processos.

Portanto, o desenvolvimento sustentável do turismo é o desenvolvimento que permite manter o estado saudável necessário para a sobrevivência do sistema em condição desejável e com padrão aceitável em alto grau de qualidade (KO, 2005).

É importante fazer a distinção entre turismo sustentável (o objetivo a ser alcançado) e o desenvolvimento sustentável do turismo (o processo). Para alcançar o objetivo, o desenvolvimento sustentável do turismo deve ser operacionalizado antes que qualquer progresso tangível possa ser feito (DYMOND, 1997).

A diferença entre as definições não são meramente uma questão de semântica. A definição de turismo sustentável diz pouco sobre o futuro do turismo. Turismo sustentável não é o mesmo que o desenvolvimento turístico com os princípios do desenvolvimento sustentável. Assim, a necessidade de se definir o tipo de turismo a ser estudado ou desenvolvido sob a condição sustentável é portanto crucial, se o conhecimento sobre a sustentabilidade do turismo for expandido (BUTLER, 1999).

Segundo Hardy, Beeton e Pearson (2002), as diferenças de atitudes direcionadas ao turismo sustentável são evidentes na forma em que é definido. Alguns defendem o turismo sustentável levando a defini-lo como um termo restrito setorial, enfatizando o crescimento no sentido da viabilidade de ser mantido. Outros preferem usar o termo desenvolvimento sustentável no contexto do turismo, ao invés de turismo sustentável, no sentido de prevenir a suposição restrita implicada no termo turismo sustentável.

O VIÉS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

O conceito de turismo sustentável se consolidou na última década como peça básica no debate sobre a gestão dos recursos turísticos. Entretanto, o pretendido desenvolvimento sustentável da atividade turística, que tem sido objeto de inúmeras propostas dialéticas, em boa parte dos casos não tem chegado a concretizar-se em um inventário de políticas eficazes e com um modelo de gestão aberto e participativo (SÁNCHEZ RIVERO e PULIDO FERNÁNDEZ, 2008).

Segundo Hunter (1997), quatro possíveis abordagens do turismo sustentável podem ser resumidas e ilustradas num sentido abstrato, baseadas em interpretações vagas do desenvolvimento sustentável:

- Desenvolvimento sustentável por um “turismo imperativo”: esta abordagem é fortemente enviesada em direção à promoção e ao desenvolvimento do turismo e pode ser essencialmente considerada para satisfazer as necessidades e desejos de turistas e de operadoras de turismo;
- Desenvolvimento sustentável por meio de “produtos turísticos”: nesta abordagem, a vertente ambiental do sistema turístico nos destinos pode até receber consideração, mas é secundária em relação às necessidades principais de desenvolver novos (e manter os existentes) produtos turísticos, com todos os seus vínculos em termos de negócios e possibilidades das operadoras de turismo, de modo que o crescimento do setor turístico possa ser praticado até onde seja possível;
- Desenvolvimento sustentável por meio do “turismo conduzido ambientalmente”: nesta abordagem, as decisões são tomadas com o viés do sistema turístico em direção a uma consideração primordial no estado do ambiente. Talvez seja aplicável em áreas onde o turismo ainda não existe ou é uma atividade relativamente nova. A finalidade seria promover tipos de turismo (por exemplo ecoturismo) que especificamente e evidentemente contam com a manutenção de uma alta qualidade do ambiental natural e/ou de experiências culturais. Nesta abordagem, ainda há um foco muito forte no produto turístico, mas difere da abordagem anterior por priorizar considerações ambientais sobre as oportunidades mercadológicas.

- Desenvolvimento sustentável por meio do “turismo *neotenus*”: esta abordagem muito forte da sustentabilidade é praticada sob a crença de que existem circunstâncias em que o turismo deveria ser ativamente e continuamente desencorajado em espaços ecológicos. Em alguns locais, como reservas naturais de importância nacional ou internacional, o crescimento do turismo deveria ser sacrificado para benefícios e utilidades maiores.

Segundo Rodrigues, Arlete¹² (2002, p.44), “considerar a atividade turística sustentável ou integrante da possibilidade do desenvolvimento sustentável é apenas desviar os termos da questão sem analisar a complexidade de uma atividade econômica que tem por base o consumo de paisagens naturais exóticas ou a histórica passada”. Segundo a autora, não se pode deslocar a ideia da atividade turística atribuindo-lhe potencial de sustentabilidade sem levar em conta que é uma atividade econômica que produz (e consome) mesmo tendo como pressuposto “consumir” paisagens, territórios, em ambientes considerados restauradores ou de descanso para os indivíduos ou mesmo pequenos grupos. É preciso considerá-la articulada com os elementos gerais da produção e do consumo.

Rodrigues, Arlete (2002) apresenta uma visão da atividade turística como consumista dos espaços naturais e considera que é, na própria essência, incompatível com a ideia de desenvolvimento sustentável.

O turismo é uma atividade complexa que compreende tanto a produção como o consumo, tanto as atividades secundárias (produção do espaço) como terciárias (serviços) que agem articuladamente apropriando-se de lugares “exóticos”, de “paisagens naturais”, de “paisagens históricas”, transformando-os em lugares que deverão ser observados para se obter conhecimentos culturais, históricos, possibilitar o descanso, e vários outros motivos simbólicos ou reais (RODRIGUES, ARLETE, 2002, p. 48).

Como atividade econômica, a sustentação do turismo está pautada na contínua descoberta de paisagens naturais e históricas de novos lugares exóticos que são rapidamente transformados para serem consumíveis. A atividade turística

¹² De acordo com as diretrizes para apresentação de dissertação e teses da Universidade de São Paulo (USP, 2004), nas citações com coincidências de sobrenome e ano, devem-se usar os prenomes completos para estabelecer as diferenças dos autores referenciados.

“dirige o consumo aos lugares exóticos, transformando-os para serem comercializáveis, nos padrões de conforto e qualidade de vida do mundo moderno” (RODRIGUES, ARLETE, 2002, p.49).

Também para Machado (2002), o ecodesenvolvimento, travestido de turismo sustentável, como viés do desenvolvimento sustentável, é rica estratégia de *marketing* não somente nas intenções politicamente planejadas de empreendimentos estatais, mas, sobretudo, nas intenções de práticas de especulação comercial.

Para Rodrigues, Arlete (2002, p. 53), “o desenvolvimento da atividade turística é insustentável”, e assim, compreender o turismo pelo viés do desenvolvimento sustentável é dar-lhe uma dimensão de análise. Viés significa, não o sentido principal, mas o sentido diagonal, um desvio, e só diagonalmente é que se pode argumentar que esta atividade econômica seja sustentável em relação ao ambiente.

De forma geral, pode-se dizer que existem duas visões bem distintas sobre a aplicação prática do conceito de turismo sustentável. Por uma parte, a visão daqueles que rejeitam plenamente o turismo convencional (denominando-o automaticamente de insustentável) e assim, buscam evitar sua aparição em novos locais. Por outra parte, a visão das instituições internacionais (por exemplo OMT) e os governos de países turísticos desenvolvidos para quem a introdução e aplicação do conceito de turismo sustentável não somente é possível, mas também sobretudo necessária nos destinos turísticos convencionais (ALONSO-SAÑUDO, 2002).

Verifica-se, portanto que a concepção do desenvolvimento sustentável como um objetivo alcançável e prático para o turismo ainda não alcançou a maturidade (KO, 2005). Assim, longe de identificar-se como um estado ideal, utópico, geralmente associado a turismos denominados alternativos, o desenvolvimento turístico sustentável deve traduzir-se em objetivos alcançáveis e transferir-se aos diferentes tipos de implantação turística, incluídos os destinos de demanda massiva, seguramente os mais necessitados de novos enfoques de planejamento e gestão turística (IVARS BAIDAL, 2001).

PERSPECTIVAS E PROJEÇÕES DO TURISMO SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade não pode identificar-se como um estado ideal, praticamente utópico. Deve conceber-se como um processo de mudanças qualitativas que oriente o desenvolvimento turístico a objetivos alcançáveis (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003a; 2003b). Assim, a sustentabilidade no turismo depende de uma concepção estratégica e duradoura de desenvolvimento, apoiada numa interpretação interdisciplinar e integral da dinâmica regional (IRVING et al., 2005).

É necessária, ainda, uma visão integradora, aberta e congruente com o progresso do conhecimento, permitindo expor novamente a missão do turismo nas sociedades contemporâneas, de modo que possa surgir uma nova concepção de turismo sumariamente diferente (NICOLAS, 2003).

O caminho da sustentabilidade em planejamento turístico não representa um “produto acabado” ou um “ideal pré-fabricado”, mas um processo contínuo de construção, que requer avaliação permanente e flexibilidade para mudanças, uma direção possível (IRVING et al., 2005, p. 6-7).

As abordagens sobre a importância da atividade turística já deixaram para trás a marginalidade acadêmica, abrindo uma nova possibilidade para se compreender o lugar no mundo contemporâneo (LUCHIARI, 2002). Portanto, pensar em sustentabilidade no turismo implica em idealismo e visão estratégica de longo prazo, mas também pragmatismo, a partir de experiências capazes de transformar utopia em possibilidade e discurso em prática cotidiana (IRVING et al., 2005).

A sustentabilidade é um conceito que precisa transitar, o quanto antes, da teoria à prática. E em turismo necessariamente deve ultrapassar as concepções que a coloca em âmbito puramente ambiental, para situá-la em âmbito dos problemas das populações locais, que são as que devem se posicionar aos excessivos dilemas atuais (JIMÉNEZ MARTÍNEZ e HIRABAYASHI, 2003).

Consideráveis recursos humanos e financeiros estão sendo investidos para desenvolver políticas práticas e modelos de avaliação para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, no caso do desenvolvimento do turismo, pouca prática metodológica tem sido desenvolvida, apesar de muitos pesquisadores

argumentarem que o turismo deve contribuir ao desenvolvimento sustentável de uma localidade. Porém, apesar de um número grande de argumentos e debates a respeito do turismo sustentável, que vem sendo apresentados desde o início dos anos noventa, a maioria aborda num nível mais teórico do que prático (KO, 2005).

Na área de avaliação da sustentabilidade, a implementação de metodologias práticas são necessárias, ao invés de abordagens superficiais, pois sem uma abordagem prática, o termo desenvolvimento sustentável do turismo se torna provavelmente uma propaganda ou um *slogan*, que é a origem de interesse de muitas pessoas (KO, 2005).

Considerando a complexidade do conceito de turismo sustentável e a dificuldade de fazê-lo operacional, identifica-se um conjunto de princípios que devem guiar os esforços orientados à sustentabilidade (MEDINA MUÑOZ e MEDINA MUÑOZ, 2003):

- O turismo sustentável deve entender-se como uma forma de turismo que é capaz de manter sua viabilidade em um local durante um tempo indefinido;
- Um local ou território unicamente pode conseguir um turismo sustentável quando todos os agentes (organismos públicos, empresas e residentes) têm um comportamento sustentável;
- A magnitude e o tipo de desenvolvimento turístico deveria variar em cada local ou território de acordo com suas próprias características ambientais e socioculturais, e o próprio papel que o setor turístico e outros setores econômicos podem exercer;
- O desenvolvimento turístico deve ser planejado e gerido de forma que não provoque sérios problemas ambientais e socioculturais na localidade turística;
- A qualidade ambiental global da região turística dever ser mantida e melhorada onde seja necessário;
- Os recursos naturais, históricos, culturais e de outro tipo que possam formar parte da oferta turística de um destino devem ser conservados para seu uso contínuo no futuro, além de trazer benefícios para a sociedade atual. Neste sentido, a proteção de patrimônio, tanto cultural como natural e o histórico-artístico, deve guardar um equilíbrio entre rentabilizar seu aproveitamento e a manutenção que requer grande parte deste patrimônio;

- A adequada ordenação dos recursos territoriais, planejando o espaço e considerando a compatibilidade dos usos e aproveitamento racional dos recursos;
- Deve manter-se um alto nível de satisfação do turista, de forma que os destinos turísticos retenham sua possibilidade de ser comercializados e sua popularidade;
- As novas expectativas e exigências dos turistas requerem uma renovação constante da oferta. Além disso, é necessário adaptar-se à tendência dos destinos turísticos ecológicos e buscar a qualidade ambiental;
- Com relação a promoção e comercialização, a maior sensibilidade ecológica dos turistas exige uma adaptação na promoção que se emprega a região turística; e
- Os benefícios do turismo devem ser amplamente estendidos na sociedade e os distintos agentes que a integram.

O desenvolvimento sustentável do turismo tem sido dificultado pelo fato de não haver ainda consenso nos objetivos, na aplicabilidade e na exequibilidade do seu conceito. Como resultado, o desenvolvimento sustentável do turismo tem sido criticado e frequentemente mal concebido como um tipo de turismo de baixo impacto (TWINING-WARD e BUTLER, 2002).

Irving et al. (2005) atentam que promover o turismo sustentável não representa apenas controlar e gerenciar os impactos negativos advindos das atividades turísticas. Mais do que isso, o turismo na contemporaneidade ocupa uma posição privilegiada da economia globalizada para gerar o desenvolvimento local com a conservação dos recursos ambientais, e promover a responsabilidade social e cultural, que devem ser interpretados como aspirações comuns que podem ser mutuamente reforçadas. “Políticas e ações para planejamento turístico devem ser desenhadas de maneira a otimizarem e promoverem os benefícios em sentido amplo e interdisciplinar” (IRVING et al., 2005, p. 3).

O turismo sustentável não deve ser considerado, portanto, como uma estrutura rígida, mas preferivelmente como um modelo adaptável que reconhece

uma variedade de abordagens de acordo com circunstâncias específicas (HUNTER, 1997).

Apesar de o debate sobre turismo sustentável ainda continuar entre acadêmicos e dentro do setor turístico, a prática do turismo sustentável tem sido adotada mundialmente. Alguns estudiosos criticam o turismo sustentável, porém não puderam ainda fornecer recomendações alternativas para o desenvolvimento do setor turístico de uma outra forma responsável (CHOI e SIRAKAYA, 2006).

Argumenta-se que o contexto de desenvolvimento do turismo sustentável é real, e a probabilidade de ser alcançado é quando se baseia na população local. Assim, propõe-se que as futuras contextualizações do turismo sustentável se direcionem a comunidade local, na mesma proporção que as aspirações econômicas e ambientais (HARDY, BEETON e PEARSON, 2002).

O objetivo do turismo sustentável fundamenta-se em critérios de sustentabilidade, ou seja, deve buscar o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e culturais existentes, a viabilidade econômica do turismo e a equidade social numa perspectiva ética e direcionada para as comunidades locais. É um processo de mudança qualitativa das iniciativas políticas que incluem a participação indispensável da população local e adaptam as estruturas legais e institucionais no sentido de realizar o desenvolvimento sustentável (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003b).

TURISMO SUSTENTÁVEL E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

As metodologias de planejamento visando o turismo sustentável atualmente têm se preocupado em inserir abordagens de participação, envolvimento e bem-estar das comunidades locais.

Segundo Petersen e Romano (1999), projetos bem sucedidos de desenvolvimento estão, em geral, associados às condições primordiais de: participação da sociedade civil na elaboração e implementação de planos, programas e ações inovadoras; e enfoque local no processo de desenvolvimento.

Inclusive na Lei Geral do Turismo (BRASIL, 2008), que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, o artigo 5º aponta o objetivo de [...] planejar, em seus

territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, [...] com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica.

O incentivo à efetiva participação da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico busca propiciar o seu envolvimento de maneira consciente na definição das ações desejáveis de desenvolvimento regional, a fim de incorporar os princípios sustentáveis e valores éticos nos propósitos de planejamento da atividade turística.

Assim, o desenvolvimento sustentável requer a participação de diversas perspectivas e atores sociais, com o ideal de reconciliar valores e objetivos diferentes (e as vezes opostos) no sentido de uma nova síntese e subsequente coordenação de ação mútua para alcançar os múltiplos valores simultaneamente e sinergeticamente (KATES, PARRIS e LEISEROWITZ, 2005).

A busca da sustentabilidade deve enfatizar precisamente as propostas que permitam a verdadeira e eficiente inclusão dos membros da comunidade local com a determinação e capacidade para realizá-las, implicando numa maior propriedade e participação dos benefícios gerados pela atividade turística (JIMÉNEZ MARTÍNEZ e HIRABAYASHI, 2003).

Ranauro (2004) e Irving et al. (2005) enfatizam que a participação das comunidades não deve ser entendida como um processo passivo de envolvimento entre as pessoas, ou num monólogo assistido e concordado, que se exerce parcialmente ou em certos setores da vida social ou do processo educacional. Ao contrário, a participação relaciona-se ao poder efetivo de decisão e implica no envolvimento ativo em todas as instâncias e em todos os domínios, visando resgatar e valorizar saberes locais, priorizando-os nas relações dos homens com a natureza e dos homens entre si.

“Não há como pensar em sustentabilidade sem a contribuição equitativa das comunidades e seus saberes” (RANAURO, 2004, p. 27).

É preciso assumir e valorizar a diversidade cultural presente nos territórios, priorizando a emancipação e a autonomia das comunidades em relação aos modelos econômicos racionais que programam, de cima para baixo, as territorialidades locais (LUCHIARI, 2002, p. 125).

Segundo Padín Fabeiro (2004), as comunidades locais possuem uma identidade própria que permite novas iniciativas e ações estratégicas de desenvolvimento local. Assim, o diálogo com as comunidades deve ser intenso e aberto, deve contemplar visões diferentes de mundo, deve encontrar caminhos não vislumbrados apenas por uma ótica, enfim, deve haver uma interação entre as diferenças e valorização da diversidade. As comunidades, se postas em ação, implementariam um novo ritmo na ordem do desenvolvimento, um ritmo endógeno e dinâmico, que contribuiria para a proposta da sustentabilidade, que não seria equitativa de outra maneira (RANAURO, 2004; IRVING et al., 2005).

Os espaços de participação também devem ser abertos para que sejam ocupados pelos saberes e culturas das comunidades envolvidas nos processos de desenvolvimento sustentável (RANAURO, 2004). Devem-se encontrar mecanismos para que as comunidades receptoras de turismo, conscientes da importância desta atividade, da importância de seus valores culturais e conhecedoras das especificidades dos recursos naturais e culturais locais, passem a buscar no turismo oportunidades para o desenvolvimento local sustentável (CORIOLANO, 1998).

SUSTENTABILIDADE DO TURISMO E INDICADORES

O reconhecimento do desenvolvimento sustentável que pode ser adotado como um processo de mudança qualitativa em destinos turísticos torna a sustentabilidade um paradigma operacional e possível de ser medido. O turismo sustentável tem se tornado um elemento-chave para políticas e gestão turística e é importante devido à sua ampla aceitação social. Dentro deste processo, o estabelecimento de um sistema de indicadores é necessário para a análise, avaliação e monitoramento das políticas de desenvolvimento turístico (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003a).

O conceito de turismo sustentável ainda está continuamente evoluindo e as diversas abordagens da sustentabilidade resultam na falta de indicadores de desenvolvimento sustentável do turismo universalmente aceitos (AUGUSTYN, 1998).

Para Miller (2001), ainda que pareça um paradoxo desenvolver indicadores para o turismo sustentável quando não existe uma definição satisfatória e consensual do seu conceito, o processo de construção de indicadores propicia a tradução dos objetivos e princípios da sustentabilidade em instrumentos e critérios concretos, quantificáveis e verificáveis. E embora as diferenças de opinião e o uso recente do conceito de sustentabilidade tenham influenciado significativamente o conceito de indicadores, sua construção e contextualização tem sido amplamente discutida (FRAUSTO MARTÍNEZ, CHALÉ CAAMAL e ROJAS LÓPEZ, 2005).

Verifica-se, assim, que o discurso sobre turismo sustentável tem agora movido para o desenvolvimento de ferramentas que são necessárias para medir e avaliar os vários aspectos do turismo sustentável. Uma área que se apresenta com considerável atenção é a da pesquisa sobre indicadores (CHOI e SIRAKAYA, 2005).

Nesse sentido, a imprecisão conceitual associada ao paradigma da sustentabilidade não deve ser um obstáculo para a criação de indicadores. O processo dinâmico e aberto de criação e aplicação de indicadores de sustentabilidade ajudará a concretizar seu significado e alcance, além de contribuir claramente à sua operacionalização (IVARS BAIDAL, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável se semeia como uma proposta diferenciada de desenvolvimento, de visão racional e ampliada, e vem se constituindo numa alternativa viável e não apenas como uma utopia devaneia e inatingível, apresentando-se essencialmente pelas condições atuais da sociedade carente de novo paradigma emergente de desenvolvimento.

Os diversos fatores e critérios relacionados ao conceito de sustentabilidade conferem uma série de implicações e princípios éticos, que devem estar inseridos nos contextos e planos de desenvolvimento, inclusive do turismo. As aspirações de sustentabilidade na atividade turística conduzem a uma nova forma de pensar a abordagem do fenômeno complexo do turismo, inserindo e incorporando os princípios éticos e propósitos do desenvolvimento sustentável em sua *performance*.

Os referenciais de pensamento da complexidade, de racionalidade ambiental, de democracia participativa e de visão interdisciplinar são bastante lúcidos para se produzir estratégias e aplicar as proposições do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável do turismo, apesar de ser considerado por alguns autores como utópico, provoca o desafio da sua aplicação e operacionalização numa forma de desenvolvimento mais responsável, consonante com o almejo das aspirações dos princípios da sustentabilidade.

A abordagem que deve ser dada ao turismo sustentável é a de direcioná-lo operacionalmente ao planeamento futuro, com esforços sistemáticos para consolidação de melhores condições na qualidade de vida de comunidades locais, na organização econômica e na conservação do meio ambiente.

Para se consolidar como atividade responsável e ambientalmente adequada, é necessário o planeamento turístico integrado ao desenvolvimento regional, envolvendo a participação ativa da população local, tanto no processo de definição dos objetivos, como na elaboração de instrumentos, procedimentos e de indicadores para análise da sustentabilidade e gestão do desenvolvimento local do turismo sustentável.

REFERÊNCIAS

ALONSO-SAÑUDO, A.I. La aplicación del concepto de turismo sostenible en los países desarrollados. In: ÁVILA BERCIAL, R. **Turismo sostenible**. Madrid (España): IEPALA, 2002. p.25-36.

AUGUSTYN, J. National strategies for rural tourism development and sustainability: the Polish experience. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.6, n.3, p.191-209, 1998.

ÁVILA BERCIAL, R.. Introducción al concepto de desarrollo turístico sostenible. In: _____. **Turismo sostenible**. Madrid (España): IEPALA, 2002. p.17-24.

BIDONE, E.D.; MORALES, P.R.D. **Desenvolvimento sustentável e engenharia**. Rio de Janeiro: Fundação Ricardo Franco, 2004. 260p.

BINSWANGER, H.C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. 436p.

BOSSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, methods, applications: a report to Balaton Group.** International Institute for Sustainable Development. Winnipeg, Manitoba, Canada, IISD, 1999. 124p.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2008, ano 145, nº181. Seção 1, p.168 (1-5).

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 180 p.

BUTLER, R.W. Sustainable tourism – a state of art review. **Tourism Geographies: an international journal of tourism space, place and environment**, Florence, n.1, v.1, p.7-25, feb. 1999.

CANDIOTTO, L.Z.P.; CORRÊA, W.K. Desenvolvimento rural sustentável: algumas considerações sobre o discurso oficial do governo federal. **Geografia**, Associação de Geografia Teórica (AGETEO), Rio Claro, v.29, n.2, p.265-280, mai/ago. 2004.

CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. Measuring residents' attitude toward Sustainable Tourism: development of sustainable tourism attitude scale. **Journal of Travel Research**, Sage Publications, Thousand Oaks, v.43,p.380-394, may 2005.

CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism Management**, Elsevier, London, v.27, p.1274-1289, dec. 2006.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE, 1., 1995, Lanzarote, Ilhas Canarias, Espanha. **Carta del Turismo Sostenible...** Lanzarote, Ilhas Canarias, Espanha: [s.n.], 1995. p.1-5.

CORIOLOANO, L.N.M.T. Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável. In: _____. (Org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE – Universidade Estadual do Ceará, 1998. p 110-121.

CUELLO NIETO, C. Toward a holistic approach to the ideal of sustainability. **Techné: Journal of the Society for Philosophy and Technology**, Blacksburg, v.2, n.2, 1997, p.41-48.

DYMOND, S.J. Indicators of sustainable tourism in New Zealand: a local government perspective. **Journal of sustainable tourism**, Clevedon, v.5, n.4, p.279-293, 1997.

FRAUSTO MARTÍNEZ, O.; CHALÉ CAAMAL, G.G.; ROJAS LÓPEZ, J. Herramientas y técnicas para la aplicación y evaluación de indicadores de desarrollo sustentable para localidades o municipios. In: PALAFOZ MUÑOZ, A. **Turismo: teoría y praxis**. Quintana: Universidad de Quintana Roo; Cuerpo Académico de Turismo; Plaza y Valdés, 2005. p.85–91.

GUIMARÃES, R.P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.) **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 364p.

- GUSDORF, G. Prefácio. (Strausbourg, 3 dez. 1975). In: JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p.7-27.
- HARDY, A.; BEETON, R.J.S.; PEARSON, L. Sustainable tourism: an overview of the concept and its position in relation to conceptualizations of tourism. **Journal of sustainable tourism**, Clevedon, v.10, n.6, p.475-496, 2002.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2925 p.
- HUNTER, C. Sustainable tourism as na adaptative paradigm. **Annals of Tourism Research**, Elsevier Science, New York, v.24, n.4, p.850-867, 1997.
- IRVING, M.A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A.P.; MELO, G.M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Instituto Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, n.18, dez. 2005. p.1-7.
- IVARS BAIDAL, J.A. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG)**. Alicante: Universidad de Alicante; Instituto Universitario de Geografía, 2001. 75p. (Documentos de Trabajo, n.1).
- IVARS BAIDAL, J.A. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG)**. Alicante: Universidad de Alicante; Instituto Universitario de Geografía, 2001. 75p. (Documentos de Trabajo, n.1).
- JIMÉNEZ HERRERO, L.M. Los procesos de sostenibilidad en España. **Ambienta**, Madrid, p.8-19, nov.2006.
- JIMÉNEZ MARTÍNEZ, A.J.; HIRABAYASHI, Y. De la teoría a la práctica em la sustentabilidad y la participación comunitaria: na propuesta metodológica. In: GÓMEZ NIEVES, S. **Desarrollo turístico y sustentabilidad**. Zapopan, Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2003. p.37-56.
- KATES, R.W.; PARRIS, T.H.; LEISEROWITZ, A.A. What is sustainable development? Goals, indicators, values and practice. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, St.Louis, v.47, n.3, p.8-21, apr. 2005.
- KO, T.G. Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach. **Tourism Management**, Elsevier, London, n.26, p.431-445, 2005.
- LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 240p.
- LÉLÉ, S.M. Sustainable Development: a critical review. **World Development**, Pergamon Press, Oxford, Great Britain, v.19, n.6, p.607-621, jun. 1991.

LUCIARI, M.T.D.P. Turismo e território: sustentabilidade para quem? In: BARRETO, M.; TAMANINI, E. **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p.111-125.

MACHADO, E.V. Turismo, paisagem e ambiente: o viés do desenvolvimento sustentável – algumas notas como contribuição ao debate. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p.68-75.

MARZALL; K.; ALMEIDA, J. O estado da arte sobre indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POTENCIALIDADES E LIMITES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1999, Santa Maria-RS. **Atas...** Santa Maria-RS: Universidade Federal de Santa Maria, 1999, p.1-10.

McCOOL, S.F.; MOISEY, R.N.; NICKERSON, N.P. What should tourism sustain? The disconnect with industry perceptions of useful indicators. **Journal of Travel Research**, Sage Publications, Thousand Oaks, v.40, n.2, p.124-131, nov.2001.

MEDINA NUÑOZ, R.D.; MEDINA MUÑOZ D.R. Indicadores del desarrollo sostenible del turismo: una aplicación al caso de Canarias como destino turístico. In: CONGRESO DE TURISMO, UNIVERSIDAD Y EMPRESA, 5., 2002, Benicasim. **La calidad integral del turismo**. Valencia (España): [s.n.], 2003. p.289-306.

MILLER, G. The development of indicators for sustainable tourism: results of a Delphi survey of tourism researchers. **Tourism Management**, Elsevier Science, London, v.22, p.351-362, 2001.

NICOLAS, D.H. Turismo y sustentabilidad: crisis de paradigmas y nuevas orientaciones. In: NIEVES, S.G. **Desarrollo turístico y sustentabilidad**. Zapopan, Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2003. p.57-69.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Agenda para planificadores locais: turismo sustentável y gestión municipal**. Madrid: OMT, 1999. (Edición para América Latina y el Caribe).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos: guía práctica**. Madrid: OMT, 2005. 545p.

PADÍN FABEIRO, C. **El desarrollo endógeno local, estudio de la actividad turística como forma de aprovechamiento de los recursos: aplicación al caso del Baixo Miño**. 2004. 373f. Tesis (Doctorado en Ciencias Economicas) – Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Vigo, Vigo, 2004.

PEARCE, D.; BARBIER, E.; MARKANDYA, A. **Sustainable development: economics, and environment in the third world**. London: Earthscan publications, 1994. 217p.

- PETERSEN, P.; ROMANO, J.O. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid Brasil, 1999. 144p.
- PIRES, P.S. **Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista**. 1998. 218 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo. 1998.
- RANAURO, M.L. Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das “comunidades” no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, n.14, p.21-28, dez. 2004.
- RODRIGUES, ARLETE M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, ADYR B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p.42-54. (Geografia: teoria e realidade).
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Tradução de José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 95 p.
- SAMPAIO, C.A.C. Turismo: sob análise do desenvolvimento sustentável. **Turismo: visão e ação**, Itajaí, ano 4, n.8, set. 2001, p.29-44.
- SÁNCHEZ RIVERO, M.; PULIDO FERNÁNDEZ, J.I. **Medida de la sostenibilidad turística**: propuesta de un índice sintético basado en ponderaciones factoriales. Madrid: IX CONVOCATORIA PREMIO TRIBUNA FITUR JORGE VILA FRADERA 2007; FITUR, 2008. 203p.
- SANCHO PÉREZ, A.; GARCÍA MESANAT, G.; PEDRO BUENO, A; YAGÜE PERALES, R.M.. **Auditoria de sostenibilidad en los destinos turísticos**. Valencia: Minim, Instituto de Economía Internacional, 2001. 97p.
- SPANGENBERG, J.H.; BONNIOT, O. **Sustainability indicators: a compass on the road towards sustainability**. Wuppertal: Wuppertal Institute, 1998. (Wuppertal Paper, Nº 81).
- TWINING-WARD, L.; BUTLER, R. Implementing STD on a Small Island: development and use of sustainable tourism development indicators in Samoa. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.10, n.5, p.363-387, 2002.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME. **Tourism and local agenda 21: the role of authorities in sustainable tourism**. Paris, France: UNEP; Division of Technology, Industry and Economics Production and Consumption Branch; International Council for Local Environmental Initiatives, 2003. 60p.
- UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Making tourism more sustainable: a guide for policy makers**. Paris, France; Madrid, Spain: UNEP/WTO, 2005. 210p.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas, SIBi-USP, 2004. (Caderno de Estudos, n. 9). 110p.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. **Indicadores de sostenibilidad para destinos maduros: balance y propuestas de aplicación.** Conferência creando estructuras para la investigación e la educación en la política turística y gestión de destinos. Madrid: Organización Mundial de Turismo, 2004. 10p.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Measuring sustainability in a mass tourist destination: pressures, perceptions and policy responses in Torrevieja, Spain. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.11, n.2/3, p.181-202, 2003b.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible. In: VALDÉS PELÁES, L; PÉREZ FERNANDEZ, J.M. DEL VALLE TUERO, E.A. **Experiências públicas y privadas en el desarrollo de un modelo de turismo sostenible.** Oviedo: Fundación Universidad de Oviedo, 2003a. p.105-129.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Agenda 21 for the travel and tourism industry:** towards environmentally sustainable development. Madrid: WTO, 1997. 78p.

CAPÍTULO 5

O TURISMO NA REGIÃO DE BUENO BRANDÃO: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS



HANAI, FREDERICO YURI. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental - Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) - Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009. Orientador: Prof. Assoc. Evaldo Luíz Gaeta Espíndola.

RESUMO

O presente capítulo tem como objetivo identificar a situação atual do desenvolvimento do turismo na região do município de Bueno Brandão-MG, elucidando as condições existentes para a projeção de recomendações e de perspectivas futuras, visando subsidiar o seu planejamento e a sua gestão sustentável. Neste trabalho os seguintes procedimentos metodológicos foram empregados para levantamento das condições atuais do desenvolvimento turístico: a identificação da estrutura administrativa e institucional da gestão do turismo no município; o levantamento e a identificação dos recursos e atrativos turísticos existentes e dos estabelecimentos dos meios de hospedagem, de alimentação, de transportes e dos serviços receptivos de turismo; a pesquisa realizada com os turistas e visitantes da região; a identificação do perfil da população local, moradores e proprietários rurais, para averiguar o interesse, o conhecimento, a mobilização, a expectativa e a vocação para desenvolvimento de atividades turísticas sustentáveis. Os resultados demonstraram a existência de atrativos naturais e culturais na região, o interesse e a disposição da população local pelo turismo, a demanda de turistas e a existência de empreendimentos turísticos emergentes. Os dados obtidos e as informações coletadas configuram o panorama favorável de perspectivas do desenvolvimento turístico em Bueno Brandão e constituem-se em importantes fontes úteis ao planejamento e à gestão sustentável do turismo no município. O capítulo é finalizado com algumas considerações e recomendações sobre: a mobilização e a participação social na estrutura organizacional do turismo; a capacidade institucional e administrativa do desenvolvimento do turismo; a necessidade de investimentos em estabelecimentos e infra-estrutura turísticos; e a definição das políticas e do planejamento do turismo no município.

Palavras-chave: desenvolvimento do turismo; planejamento do turismo; gestão do turismo; turismo sustentável em Bueno Brandão-MG.

INTRODUÇÃO

Os debates e reflexões sobre modelos e alternativas de desenvolvimento – capazes de enfrentar os desafios e problemas econômicos, sociais e ambientais contemporâneos – estão levando a novas concepções de desenvolvimento, como endógeno, humano, social e local, destacando-se a proposta de desenvolvimento sustentável (BUARQUE, 2004).

O paradigma do desenvolvimento sustentável influencia em diversas atividades socioeconômicas, dentre elas, o turismo. O desenvolvimento do turismo vem reconhecendo os desafios atuais relacionados às questões ambientais, sociais e econômicas, almejando também ações corretas de desenvolvimento responsável com os princípios da sustentabilidade.

As aspirações de sustentabilidade têm conduzido a uma nova forma de pensar e abordar o fenômeno complexo do turismo. Os diversos fatores e critérios relacionados ao conceito de sustentabilidade requerem novas concepções de planejamento num sentido mais amplo, que implica em reconhecer os problemas sociais, a diversidade cultural, a dinâmica ambiental, as peculiaridades locais e as especificidades dos destinos, num processo de transformação socioambiental.

Triviño Pérez e López Hernández (2002) citam que a clara dependência existente entre a atividade turística e o grau de conservação do espaço em que se desenvolve, adverte sobre a necessidade de introduzir critérios de sustentabilidade nos instrumentos de ordenamento do território e urbanístico e também nos planejados especificamente para a gestão de destinos turísticos.

No Brasil, algumas iniciativas de planejamento turístico têm sido implementadas como alternativa sustentável de desenvolvimento local, visando suprir as necessidades e as exigências atuais de transformações socioeconômicas regionais.

Este é o caso da região sul do Estado de Minas Gerais, no município de Bueno Brandão-MG, onde se observa a atual e estrita dependência econômica das produções rurais (agrícolas e pecuárias), que tem se mostrado insuficiente e limitada

para a sustentabilidade do desenvolvimento local e para a manutenção da qualidade de vida dos moradores locais, principalmente rurais.

Nesta região, devido à existência de atrativos paisagísticos naturais, rurais e culturais, o turismo constitui-se numa atividade adequada à realidade regional, e um instrumento de estímulo à melhoria das condições de vida da sociedade e dos moradores rurais, podendo contribuir ao uso sustentável destes recursos e do espaço rural, assim como resgatar e valorizar os patrimônios histórico-culturais existentes.

O desenvolvimento turístico de uma região se faz a partir da utilização dos recursos naturais e culturais do local, pois é sobre os quais os produtos turísticos se fundamentam, e por isso devem ser conservados. Em outros termos, o turismo se apóia sobre os recursos ambientais (naturais, sociais, econômicos e culturais), e o seu planejamento deve ser integrado ao desenvolvimento regional, envolvendo a participação ativa da população local na busca de melhorar a sua condição de vida, contemplando os objetivos e princípios sustentáveis pressupostos.

Segundo Padín Fabeiro (2004), a região turística é uma combinação entre seus recursos endógenos, tanto naturais como aqueles criados pelo homem, com os quais se gera o produto turístico e a habilidade do destino para movimentar estes recursos. O planejamento da atividade turística deve ser entendido como uma parte das estratégias de desenvolvimento endógeno local, e que deve estar inserido no plano de desenvolvimento integral e não se constituir num elemento isolado e único.

O planejamento e a gestão sustentável do turismo exige, desta forma, a prévia identificação e a lúcida compreensão das condições atuais e potenciais de desenvolvimento de um destino turístico.

OBJETIVO

O presente capítulo tem como objetivo identificar a situação atual do desenvolvimento do turismo na região do município de Bueno Brandão-MG, elucidando as condições existentes para a projeção de recomendações e de perspectivas futuras, visando subsidiar o seu planejamento e a sua gestão sustentável.

O PLANEJAMENTO E A GESTÃO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

O desenvolvimento do turismo reconhece os desafios atuais relacionados às questões ambientais, sociais, econômicas e ecológicas, buscando as ações sustentáveis para o constante desafio do equilíbrio das atividades humanas com o meio natural e rural.

O paradigma da sustentabilidade supõe uma revalorização e uma reorientação do planejamento e gestão turística (IVARS BAIDAL, 2001). O desafio da sustentabilidade em destinos turísticos é urgente, e requer o compromisso institucional de gestores e autoridades locais, assim como da colaboração ativa dos atores individuais que atuam nestes destinos. A incorporação dos princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas públicas setoriais, dentre elas, a de turismo, tem favorecido a sinergia, a integração de instrumentos, as técnicas de planejamento e a gestão ambiental e turística.

A UNEP e WTO (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005) recomendam para o planejamento em turismo sustentável:

- a) otimização do uso dos recursos ambientais, que constituem o elemento-chave para o desenvolvimento turístico, com a manutenção dos processos ecológicos e apoio à conservação dos recursos renováveis e da biodiversidade;
- b) respeito à autenticidade sociocultural das comunidades dos destinos, com o compromisso de conservação de seu patrimônio construído e seus gêneros de vida, valores tradicionais, e fortalecimento da compreensão intercultural e tolerância;
- c) garantia de operações viáveis, de longo prazo, com a geração de benefícios econômicos direcionados às comunidades de destino, de maneira a contribuir para diminuição dos problemas socioeconômicos locais.

O planejamento e gestão territoriais sustentáveis implicam no desenvolvimento de aptidões do território no sentido de aproveitamento de seus

recursos e atrativos como forma de qualificar o espaço e adaptar a demanda à realidade geográfica local. O território não é somente suporte e entorno, mas também cenário da realização turística e, como tal, um recurso ou receptáculo da atividade turística e articulador do município turístico. Seu planejamento merece a consideração de aposta para o desenvolvimento sustentável. Os múltiplos aspectos que se manifestam em um determinado espaço turístico se colocam funcional e tematicamente nos quatro âmbitos seguintes (ARANDA TORRENTS, 2003):

- a) a especialização funcional;
- b) a organização territorial;
- c) os componentes do atrativo turístico (disponibilidade de uso e projeção dos principais recursos); e
- d) o perfil e a aptidão turísticas e ambientais.

Aranda Torrents (2003) sugere os seguintes axiomas para o planejamento sustentável do turismo:

- O planejamento turístico do território é uma forma ótima de conjugar turismo e ambiente. A configuração paisagística de um município turístico e seu nível de conforto ambiental são cada vez maiores condicionantes para seu êxito como destino turístico;
- O planejamento e a gestão territorial sustentável implicam no desenvolvimento de aptidões do território no sentido de aproveitamento de seus recursos e atrativos como forma de qualificar o espaço e adaptar a demanda a realidade geográfica;
- Oferecer o município como produto integral exige ajuste a um objetivo sustentável entre cujos componentes não devem faltar a sensibilidade ambiental, valorização e respeito ao estado ecológico e a adaptação ao entorno natural e contexto geográficos.

No Brasil, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), oficialmente instituído em 1994, buscou estimular o desenvolvimento turístico nacional, a partir da descentralização das políticas públicas de turismo e do fortalecimento do planejamento turístico nos municípios, reconhecendo o papel

essencial de intervenção dos envolvidos locais no desenvolvimento turístico sustentável, assim como da necessidade de modelos de planejamento abertos a uma ampla participação de sociedades locais. Seus cinco princípios declarados são: descentralização; sustentabilidade; combinação com iniciativas privadas e organizações não governamentais; mobilização das comunidades locais e capacitação de recursos humanos (EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO, 1999, 2002).

Dentre as ações estratégicas destacam-se: orientar a elaboração do Plano Diretor, de acordo com a Lei Orgânica do Município, que deverá contar, entre outros, com o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo e sua implantação, e com um Plano de Zoneamento; contribuir a formação dos Conselhos Municipais de Turismo, orientadores do planejamento e desenvolvimento de atividades turísticas no município, com a participação da iniciativa privada e da comunidade local (EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO, 1999, 2002).

Apesar das críticas de alguns especialistas acadêmicos - identificadas e analisadas no estudo realizado por Brusadin (2005) -, sobre o método adotado para a implementação do PNMT, muitos municípios aderiram voluntariamente a este programa.

Em seguida, o Programa de Regionalização do Turismo lançado em 2004 (BRASIL, 2004a, 2004b) buscou implementar um modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização cooperação inter-setorial e interinstitucional e na sinergia de decisões.

O programa assimila a noção de território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe. Essa noção de território supõe formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento. Incorpora, também, o ordenamento dos arranjos produtivos locais e regionais como estratégico, dado que os vínculos de parceria, integração e cooperação dos setores geram produtos e serviços capazes de inserir as unidades produtivas de base familiar, formais e informais, micro e

pequenas empresas, que se reflete no estado de bem-estar das populações (BRASIL, 2004a, 2004b).

O atual Plano Nacional do Turismo (PNT 2007/2010) incorpora esta abordagem no Macroprograma de Regionalização do Turismo, cuja proposta é balizada pela segmentação – da oferta e da demanda – como uma estratégia de organização do turismo para fins de planejamento e gestão, tendo em vista a concepção de produtos, roteiros e destinos que reflitam as características de peculiaridade e especificidade de cada região. A oferta turística adquire maior significância e identidade pela qualidade e originalidade da produção artesanal, industrial e agropecuária local, capaz de agregar valor ao produto turístico, estrategicamente denominada produção associada ao turismo (BRASIL, 2007a).

A ação centrada na unidade municipal busca mobilizar uma política pública de planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico de forma articulada e compartilhada.

O CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO

A experiência do turismo no município de Bueno Brandão iniciou-se já algum tempo com a promoção e viabilização de visitação aos atrativos naturais da região, principalmente nas quedas d'água existentes, que tornaram o município conhecido pelos visitantes como a “Cidade das Cachoeiras”.

São várias cachoeiras existentes e o município conta também com propriedades típicas rurais para desenvolvimento de atividades associadas ao turismo rural (restaurantes típicos rurais, produções tradicionais de bebidas, vinhos, doces, geléias, cachaça etc.). Já existem agências receptivas, com guias treinados, que fornecem passeios, caminhadas, atividades de aventura, organizados aos diversos atrativos da região (serras, picos, rios, cachoeiras e paisagens de vales e montanhas). A produção de artesanato é incentivada e organizada por meio de uma associação de artesãos locais, destacando-se obras esculpidas em madeira, bebidas produzidas tradicionalmente, pinturas, trabalhos manuais com matérias-primas locais, entre outros. O município também tem promovido eventos culturais ao longo do ano, destacando-se o “Arraiá do Zé Bagunça”, referência a uma festa

junina tradicional idealizada por um típico morador (Zé Bagunça) que atrai muitos visitantes anualmente.

A experiência do turismo em Bueno Brandão foi motivada por meio de ações pontuais e independentes promovidas por propriedades rurais e empreendimentos locais (situados principalmente nas cachoeiras). Desde então, o município começou a divulgar os seus atrativos, iniciando-se num processo progressivo de estruturação turística, envolvendo a gestão pública local, uma Organização Não Governamental (ONG Místicos Campos), guias de turismo, proprietários e empreendedores locais, e integrando-se ao Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais¹³.

Entretanto, nos últimos tempos, devido à ampla divulgação turística do município, os problemas e impactos decorrentes da visitação desordenada e não planejada começaram a aparecer na região.

O crescimento da atividade turística tem sido impulsionado pelo destaque nos atributos naturais existentes. Tem-se verificado o grande fluxo de visitantes à região, agravando os problemas associados ao turismo em massa e seus consequentes efeitos negativos, pois o município possui atualmente capacidade limitada de suporte turístico (infra-estrutura, meios de alimentação e hospedagem) e a maioria dos atrativos naturais ainda não está devidamente preparada e organizada para visitação.

O aumento do fluxo de turistas, principalmente nos feriados e finais de semana, superlota os estabelecimentos de hospedagem (pousadas e hotéis), assim como os *campings* oficiais e os não oficiais (há um grande número de terrenos e espaços em propriedades rurais sendo utilizados precariamente para acomodação de visitantes nos períodos de alta temporada). Esta forma de turismo ocasiona diversos impactos negativos nos espaços de visitação (principalmente em

¹³ O Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais foi criado em 2004 e abrange vinte municípios da região sul do estado de Minas Gerais. O Circuito Turístico é uma forma de organização social que congrega municípios com relativa proximidade geográfica, caracterizados pela existência de afinidades em relação aos aspectos culturais, históricos, naturais, sociais e econômicos, e que se associam para fortalecer uma identidade turística, e desenvolver o turismo de forma organizada e integrada. É uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida por um estatuto, constituída por membros da sociedade civil, representantes do Poder Público, e de profissionais (gestores) da área turística, e amparada por empresas e entidades públicas e privadas que se dedicam ao desenvolvimento integrado e regional do turismo (MINAS GERAIS, 2006).

cachoeiras, rios e trilhas naturais), comprometendo a conservação dos atrativos e a qualidade da experiência de visitação, gerando a insatisfação dos visitantes e dos moradores locais.

Os problemas do turismo foram observados e identificados pelo presente estudo, por meio da aplicação de indicadores apropriados para medição de impactos, constatando a incidência dos efeitos negativos provocados pela visitação intensa e desordenada em espaços naturais, tais como: resíduos; erosão, pisoteio e compacta o do solo; marcas de incêndio; danos a árvores e   vegeta o; entre outros (conforme ilustrados na Figura 5.1).



Figura 5.1 – Conjunto de imagens de alguns impactos do turismo identificados nos espaços naturais de visitação

Os impactos negativos ocorrem principalmente devido  : inexistência de estrutura de recepção nos locais naturais de visitação; falta de controle e planejamento adequado das atividades turísticas; falta de gestão integrada do turismo; e inexistência de uma política bem definida de desenvolvimento turístico local.

Apesar de ser importante para o direcionamento da atividade turística em Bueno Brandão, não existe atualmente uma política ou um plano formal que indique as diretrizes de orienta o do turismo local. Essa situa o está relacionada ao fato de o turismo ser um fenômeno relativamente novo no município, e desta forma, apenas recentemente passou a ser alvo de maior atenção do poder público local (LEMOS, 2007).

Assim, tornaram-se imperativo e urgente o planejamento e a organização do turismo em Bueno Brandão, convergindo com as opiniões concordantes e com os interesses expressados pelos empreendedores, gestores municipais e envolvidos com a atividade turística, que estão preocupados com o futuro do turismo no município, configurando um quadro positivo e favorável para o seu desenvolvimento de maneira sustentável.

MÉTODO

Para a identificação das condições atuais e potenciais do desenvolvimento turístico na região de Bueno Brandão-MG, as seguintes ações foram empregadas, e são descritas sucintamente a seguir:

- 1) A identificação da estrutura administrativa e institucional da gestão do turismo no município, assim como as atribuições, funções e quadro atual dos órgãos, entidades e organizações relacionados ao desenvolvimento turístico;
- 2) O levantamento e a identificação dos recursos e atrativos turísticos existentes (paisagísticos naturais, históricos, culturais, religiosos, rurais), assim como dos estabelecimentos dos meios de hospedagem, de alimentação, de transportes e dos serviços receptivos de turismo (hotéis, pousadas, restaurantes, guias de turismo, agências);
- 3) A pesquisa realizada com os turistas e visitantes da região, envolvendo a obtenção de informações sobre os seus perfis socioeconômico, cultural e turístico, bem como sua avaliação sobre o turismo no âmbito local. A pesquisa permite identificar o perfil socioeconômico, cultural e de viagens dos turistas e visitantes e verificar a qualidade da infra-estrutura e dos serviços turísticos prestados na região;
- 4) A identificação do perfil da população local, moradores e proprietários rurais, para averiguar o interesse, o conhecimento, a mobilização, a expectativa e a vocação para desenvolvimento de atividades turísticas sustentáveis. Considera-se de grande importância o levantamento de opiniões sob a ótica da população local sobre o desenvolvimento turístico local, pois fornece bases para definição de ações estratégicas de

mobilização, assim como subsídios indispensáveis para o programa de sensibilização turística, auxiliando nas futuras ações adequadas à realidade regional e ao perfil da sociedade local.

Não foi a intenção deste trabalho realizar um estudo aprofundado sobre o potencial do desenvolvimento do turismo existente no município, já que este objetivo configuraria em um outro trabalho científico e exigiria a adoção e a aplicação de procedimentos metodológicos específicos para a análise de potencialidade turística (BORLA, 2000; DENG, KING e BAUER, 2002; PARDELLAS, 2004). As ações metodológicas do presente trabalho visaram levantar os recursos, atrativos e empreendimentos turísticos atualmente existentes, a fim de identificar o panorama geral das condições atuais do desenvolvimento turístico em Bueno Brandão.

O processo de levantamento de informações e obtenção de dados empregou os seguintes instrumentos de pesquisa:

- a) Cadastro de atrativos naturais e culturais (Apêndice A), que permite coletar dados detalhados sobre os atrativos naturais e culturais sendo registradas informações sobre: localização; acessos; sinalização; descrição das características observadas; descrição da área de entorno; atividades possíveis de serem praticadas; acessibilidade; infra-estrutura e facilidades turísticas; percepção do pesquisador;
- b) Cadastro de meios de hospedagem (Apêndice B). Por meio deste instrumento são levantadas informações sobre o empreendimento com a descrição detalhada e a avaliação dos equipamentos, facilidades e serviços turísticos ofertados, sendo registrados: a sua localização; o tipo e classificação do meio de hospedagem; o total de leitos e unidades habitacionais; os equipamentos disponíveis e serviços oferecidos; a avaliação das instalações e serviços; os valores de diárias e serviços; os dados sobre funcionários contratados; os dados sobre taxa e período de ocupação; a origem dos hóspedes e as percepções do pesquisador;
- c) Cadastro de meios de alimentação (Apêndice C). As características dos meios de alimentação são levantadas e avaliadas por meio deste formulário, registrando os seguintes dados sobre o empreendimento:

- localização; tipo e classificação; sistema de serviços; horários de funcionamento; descrição de especialidades; equipamentos e serviços; dados sobre os clientes; taxa de atendimento; dados sobre funcionários contratados; percepção e avaliação do pesquisador;
- d) Cadastro de meios de transporte e serviços turísticos (Apêndice D). Neste instrumento são registrados os seguintes dados e informações sobre transportes e as agências de turismo receptivo: localização; tipo e classificação; sistema de serviços; horários de funcionamento; descrição de equipamentos e serviços; percepção e avaliação do pesquisador;
- e) Questionário estruturado aplicado aos moradores locais (Apêndice E). Este instrumento compreende questões abertas e fechadas (dicotômicas e em série graduadas) numa estrutura de entrevista padronizada sobre: o perfil socioeconômico e cultural da população local; o grau de conhecimento de turismo; o grau de interesse, participação e envolvimento em atividades turísticas; o grau de satisfação do desenvolvimento do turismo; e o grau de percepção dos impactos e da sustentabilidade relacionados às atividades turísticas;
- f) Questionário estruturado aplicado aos visitantes (Apêndice F). Este instrumento permite identificar as características relacionadas aos costumes, preferências e motivações em viagens dos turistas e visitantes e obter informações sobre a avaliação dos aspectos relacionados à infraestrutura, instalações e serviços turísticos ofertados na região e nos espaços de visitação.

Os questionários estruturados para aplicação nas entrevistas com os moradores locais, turistas e visitantes foram elaborados levando-se em conta a melhor organização lógica e sequencial das questões, a fim de otimizar as entrevistas e facilitar a coleta de informações.

A entrevista semi-estruturada, conforme recomenda Triviños (1992), valoriza a presença do entrevistador e oferece perspectivas possíveis para que o entrevistado alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a

investigação. Há uma combinação de perguntas fechadas e abertas, dentro do foco colocado pelo investigador, sem perder de vista a liberdade do informante.

Para a realização das entrevistas e coleta de dados a campo, uma equipe de trabalho foi composta por docentes, pesquisadores e discentes de cursos de graduação em Turismo, Engenharia Ambiental, Geografia e do mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental das seguintes instituições de ensino superior: Escola de Engenharia de São Carlos – EESC da Universidade de São Paulo-USP, Centro Universitário de Rio Preto – UNIRP, Universidade Estadual de Londrina - UEL.

A formação de uma equipe de investigação em campo com vários integrantes teve intuito de agilizar os procedimentos de pesquisa na coleta de dados e na realização das entrevistas. Para o treinamento da equipe de campo e para avaliar a fidedignidade e validade dos questionários, foi prevista a realização de pré-testes. O pré-teste é uma forma de verificar como o questionário funciona e se são necessárias alterações de formulação, sequência, quantidade e extensão das questões. Os membros da equipe de trabalho foram reunidos, treinados, preparados e orientados previamente para aplicação dos instrumentos de pesquisa, e em como agir nos eventuais imprevistos.

A coleta de dados e informações por meio dos instrumentos citados foi realizada por meio de visitas *in loco* aos atrativos, às propriedades rurais e por intermédio de entrevistas pessoais com os moradores locais e com os visitantes nos locais atrativos, no momento da visitação. A abordagem individual (apesar de mais trabalhosa) pelas entrevistas permite melhor esclarecimento das questões e possibilita correção de eventuais enganos, propiciando a obtenção de dados mais confiáveis (Figura 5.2).



Figura 5.2 – Conjunto de imagens das entrevistas aos visitantes e à população local

Devido à importância de se obter relatos e dados sinceros dos entrevistados (moradores locais, proprietários rurais, turistas e visitantes), buscou-se estudar as técnicas para deixá-los à vontade em responder as questões, e as formas de conquistar a confiança. Baseado nos estudos de Mucchielli (1978), Selltiz et al. (1987) e Bordenave (1983), elaborou-se instruções para aplicação dos questionários e recomendações para uma boa abordagem dos entrevistados (Apêndice G).

Na elaboração e aplicação dos questionários em entrevistas pessoais, diversas observações foram levadas em consideração, ressaltando-se (MUCCHIELLI, 1978; SELLTIZ et al., 1987):

- o cuidado na definição da ordem e melhor sequência psicológica das questões do ponto de vista do entrevistado;
- o uso de termos concretos e objetivos na formulação das questões;
- o uso da abordagem mais pessoal em questões com propósito de levantamento de características particulares;
- o uso da abordagem impessoal em questões que exijam respostas mais francas, para prevenir situações embaraçosas;
- a formulação de tipos especiais de questões que sejam indiretas ou projetivas, com objetivo de obter a informação desejada por inferência das

respostas dadas a diversas questões e de checar a fidelidade e consistência dessas respostas.

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS, ATRATIVOS, ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS

A Tabela 5.1, apresentada a seguir, exhibe a quantidade dos recursos e atrativos turísticos identificados (naturais, histórico- culturais, rurais), assim como dos estabelecimentos e serviços receptivos de turismo (hospedagem, alimentação, guias de turismo e agências) existentes no município de Bueno Brandão na época de realização da pesquisa (identificados no período de 2005 a 2007).

Tabela 5.1 – Recursos e estabelecimentos turísticos existentes em Bueno Brandão

Recursos e Estabelecimentos Turísticos	Categorias	Quant.
Atrativos Naturais	Cachoeiras	34
	Serras, Picos e Mirantes	8
Atrativos Culturais	Arquitetura Histórica	2
	Arquitetura Religiosa	2
	Artesanato	9
	Eventos anuais	3
Atrativos Rurais	Alambiques	4
	Vinícolas	2
Meios de Hospedagem	Hotéis	3
	Pousadas	14
	Pousadas e Campings Oficiais	2
	Campings Oficiais	2
Meios de Alimentação	Restaurantes	4
Agências	Agências receptivas, de atividades de aventura e passeios	2
Guias de Turismo	Guias e condutores ambientais	56

A existência de diversos e vários atrativos naturais, culturais e rurais identificados na região (Figura 5.2) promove perspectivas positivas de desenvolvimento do turismo, constituindo-se em importantes recursos potenciais para elaboração de produtos turísticos, recomendando que sejam aproveitados e desenvolvidos adequadamente no ideário da sustentabilidade.

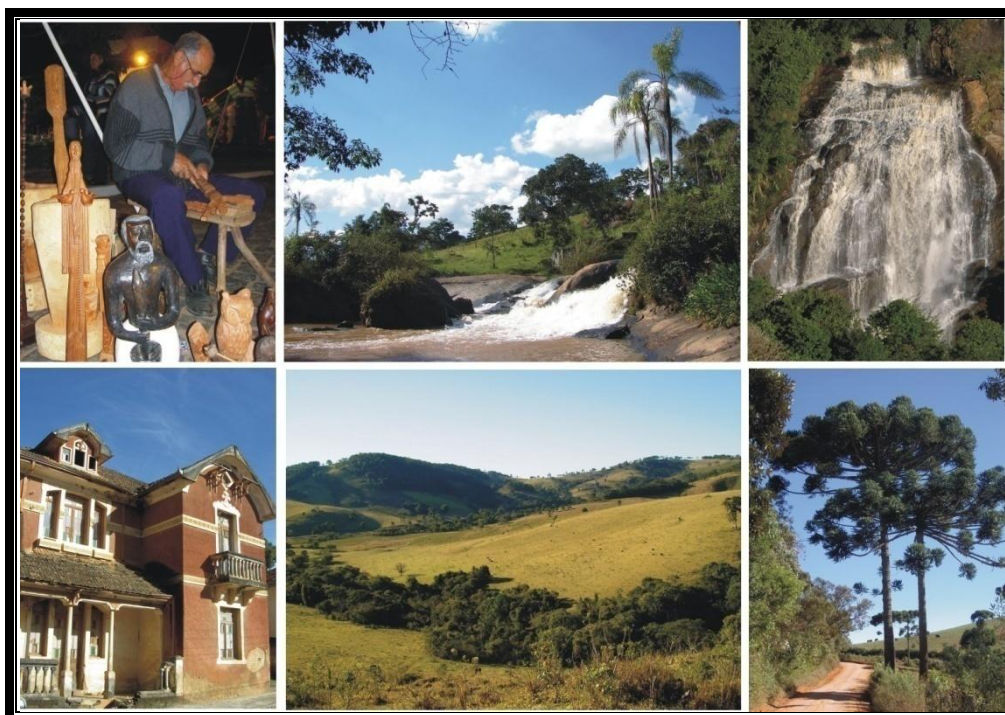


Figura 5.2 – Conjunto de imagens de alguns atrativos naturais, rurais e culturais existentes na região

A equipe também avaliou os estabelecimentos turísticos (meios de hospedagem e alimentação) existentes e, pela percepção dos pesquisadores, há a necessidade de ampliação da oferta de restaurantes e de melhoria no atendimento e prestação dos serviços turísticos associados a estes empreendimentos.

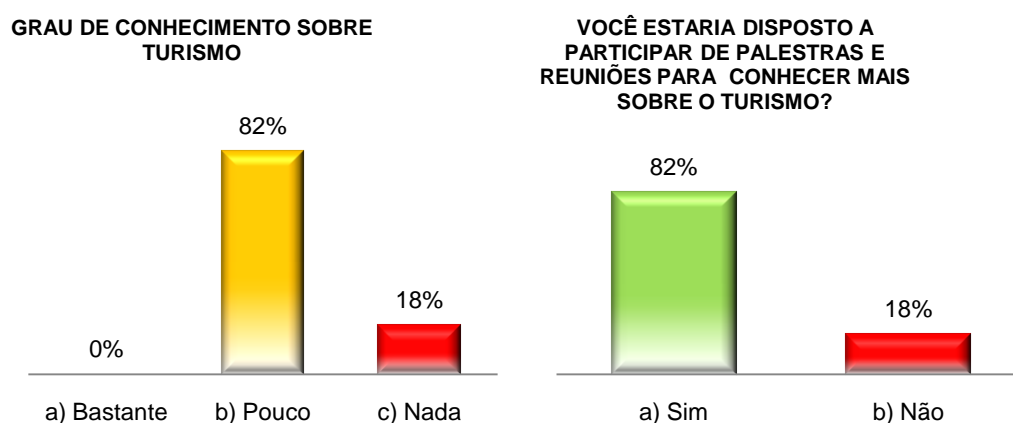
Os resultados destacam a necessidade de se fomentar esforços para realização de cursos de capacitação técnica e treinamentos turísticos, visando melhorar a qualidade dos serviços e do atendimento nos estabelecimentos comerciais e em empreendimentos turísticos (meios de hospedagem e alimentação), cujas ações devem ser propostas e viabilizadas por políticas e programas específicos de turismo, engajadas no plano setorial de desenvolvimento turístico do município.

OS MORADORES LOCAIS

A coleta de informações e opiniões sobre a população local foi importante para diagnosticar a mobilização e a expectativa gerada pelo desenvolvimento turístico local, obtendo-se os seguintes dados:

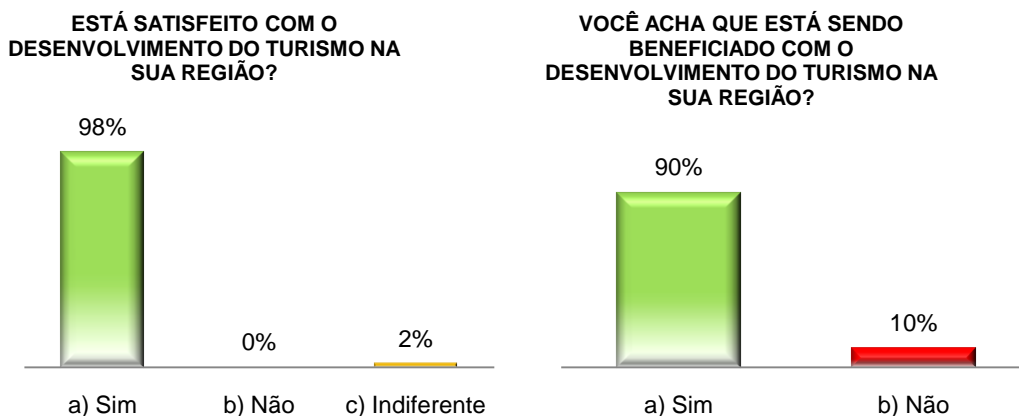
- Grau de interesse de participação e envolvimento no desenvolvimento do turismo;
- Percepção e conhecimento sobre turismo;
- Conhecimento sobre os benefícios do turismo;
- Conhecimento sobre os impactos do turismo (sociais, econômicos, culturais e na natureza);
- Conhecimento sobre os princípios do turismo sustentável;
- Expectativa sobre o desenvolvimento do turismo;
- Envolvimento e participação no processo de desenvolvimento turístico;
- Perfil socioeconômico e cultural.

A pesquisa com os moradores locais identificou o grau de conhecimento sobre turismo auto-atribuído (82% se consideram pouco informados e 18% se consideram totalmente desinformados sobre turismo). Entretanto, observou-se o interesse e a disposição favorável dos moradores locais em obter conhecimentos sobre a atividade turística, sendo que 82% dos entrevistados se mostraram dispostos a participar das reuniões e palestras de sensibilização turística (Figuras 5.3 e 5.4).



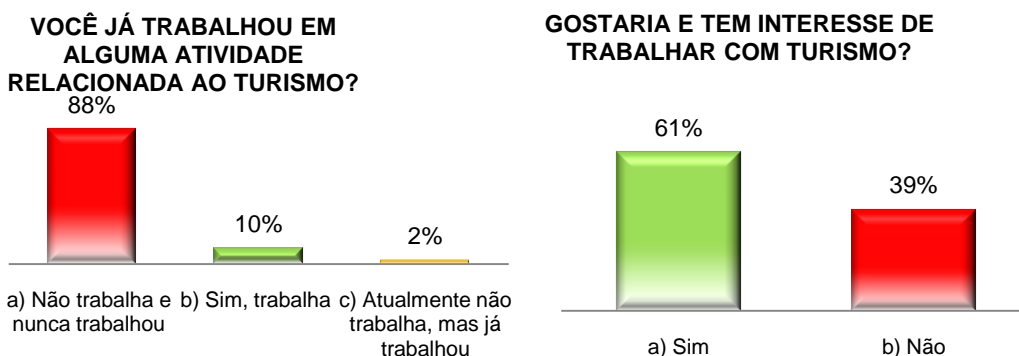
Figuras 5.3 e 5.4 – Resultados da pesquisa com moradores sobre o grau de conhecimento sobre turismo e sua disposição em participar de palestras e reuniões de sensibilização turística

Todos os moradores entrevistados acreditam e têm grandes perspectivas na melhoria do município pelo turismo, pois 98% dos moradores entrevistados estão satisfeitos com o desenvolvimento do turismo na região e 90% já se sentem beneficiados com ele (Figuras 5.5 e 5.6).



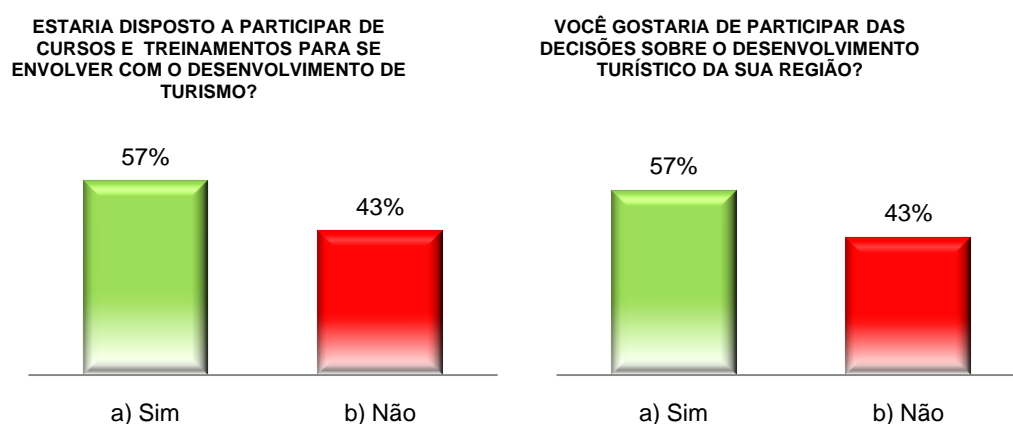
Figuras 5.5 e 5.6 – Satisfação e sentimento dos moradores locais beneficiados com o desenvolvimento do turismo

São poucos os moradores locais que já trabalharam ou estiveram envolvidos com alguma atividade relacionada ao turismo (12%), sendo que muitos (61%) têm interesse e gostariam de se envolver profissionalmente com a atividade turística (Figuras 5.7 e 5.8).



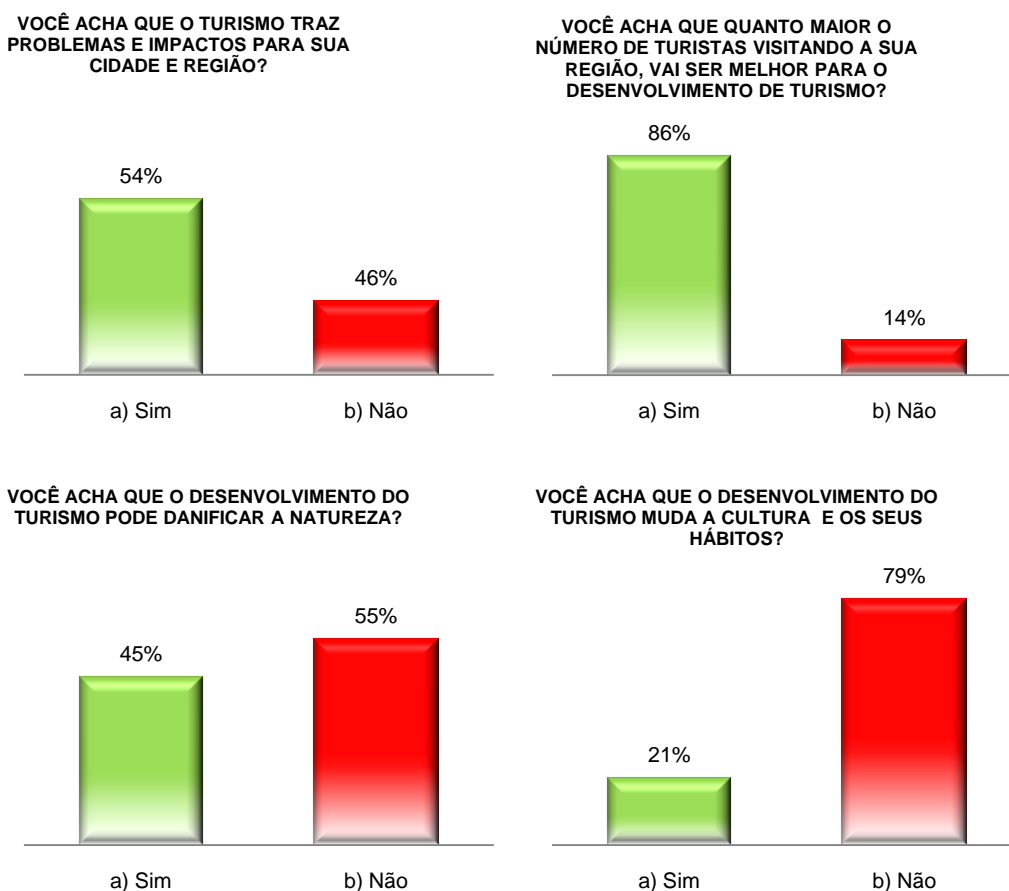
Figuras 5.7 e 5.8 – Envolvimento dos moradores locais com a atividade turística

Inesperadamente, por ser um município com experiência e vocação turística, observou-se que apenas 57% dos moradores entrevistados estariam dispostos a participar de cursos de capacitação e treinamentos técnicos em turismo (Figura 5.9), e 43% não possuem interesse em se envolver nas decisões sobre o futuro do desenvolvimento turístico (Figura 5.10), apontando para a necessidade de ações que promovam mobilização da sociedade e que introduzam princípios de cooperativismo.



Figuras 5.9 e 5.10 – Disposição e interesse dos moradores locais em capacitação e treinamento turísticos e nos processos decisórios do desenvolvimento do turismo

Observa-se pelas Figuras de 5.11 a 5.14, o desconhecimento dos moradores locais sobre os possíveis efeitos das atividades turísticas na região, pois: 54% dos moradores entrevistados acreditam que não existam problemas e impactos negativos advindos do turismo; a maioria (86%) deles considera o número grande de visitantes apenas do ponto de vista benéfico; apenas 45% acham que o desenvolvimento do turismo pode danificar a natureza; e 79% não acham que o turismo modifica os hábitos e os costumes culturais locais. Esta constatação mostra a necessidade da elaboração e aplicação do programa de sensibilização sustentável do turismo aos moradores locais, visando maior esclarecimento sobre o desenvolvimento da atividade turística e seus efeitos num destino.



Figuras – 5.11, 5.12, 5.13 e 5.14 – Conhecimento dos moradores locais sobre os efeitos do desenvolvimento do turismo

Os resultados da pesquisa propiciaram maior conhecimento sobre o perfil sociocultural da população local e da sua percepção em relação ao desenvolvimento turístico. A identificação do perfil da população contribui também para o direcionamento do conteúdo, da linguagem e da forma de aplicação do programa de sensibilização turística. As entrevistas e o próprio questionamento sobre o interesse da população no turismo despertaram a curiosidade sobre o processo de desenvolvimento da atividade na região.

O incentivo à efetiva participação da comunidade local no processo turístico busca propiciar o seu envolvimento de maneira consciente, ativa e efetiva na definição das ações desejáveis de desenvolvimento regional.

OS TURISTAS E VISITANTES

As pesquisas com os turistas foram realizadas em diferentes períodos do ano, buscando-se coincidir os períodos de disponibilidade da equipe de entrevistadores com os de maior fluxo de turistas no município (durante os feriados prolongados).

A maioria das entrevistas com os turistas de Bueno Brandão foi realizada na Cachoeira do Félix, devido à constatação de maior fluxo de visitação, e por este atrativo estar sempre inserido nos roteiros das demais cachoeiras da região (dentre elas, a do Mergulho, a do Luís, a dos Machados, e a dos Avestruzes). Esta cachoeira recebe grande quantidade de turistas pelo fato de estar localizada nas proximidades da sede municipal, com maior facilidade de acesso, e por ser muito conhecida e divulgada no município.

Ao longo de dois anos, foram entrevistados um total de 290 turistas em diferentes períodos do ano, principalmente nos finais de semana e feriados prolongados, quando houve maior número e fluxo de turistas no município.

Houve grande receptividade, interesse, disposição e colaboração dos turistas na pesquisa, gerando dados e informações consideradas muito confiáveis (Figura 5.15).

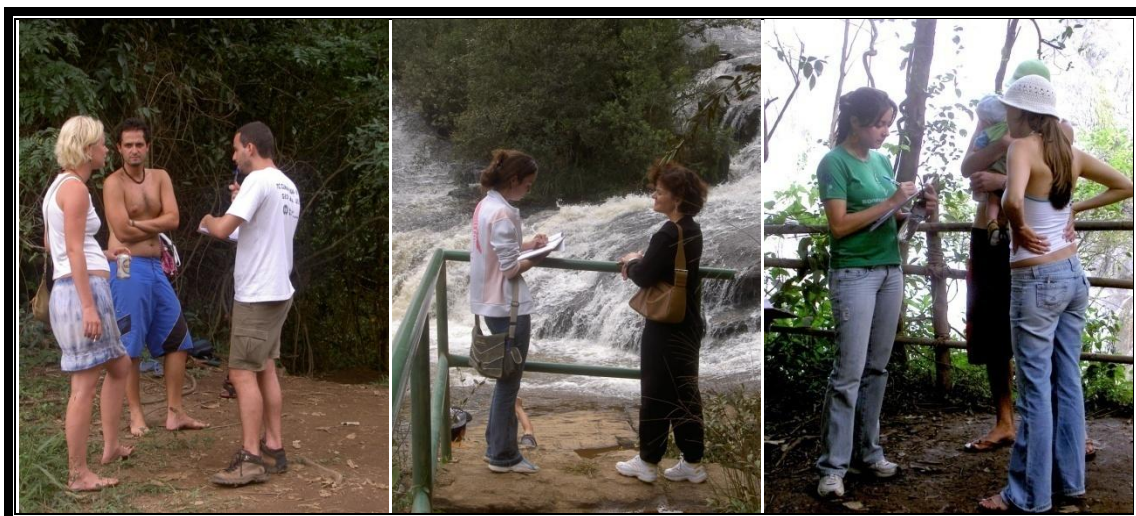
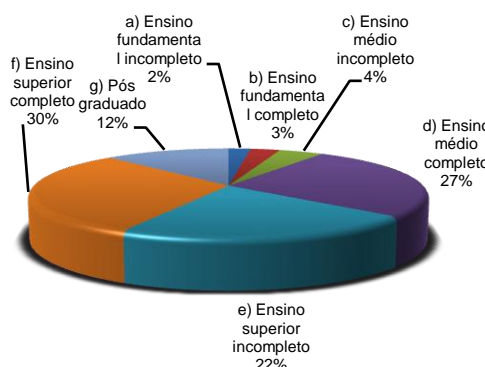


Figura 5.15 – Conjunto de imagens das entrevistas com os turistas

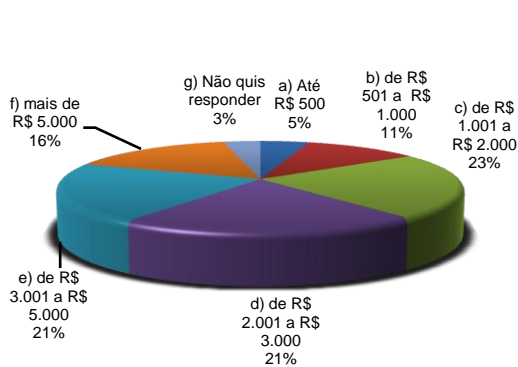
A pesquisa obteve dados sobre os turistas, fornecendo importantes informações sobre: as suas principais características socioeconômicas e culturais e do perfil de viagens (costumes, preferências e motivações); as opiniões e avaliações dos aspectos da infra-estrutura, produtos e serviços turísticos existentes; e a satisfação, assiduidade, previsão de retorno e indicação turística, indicando a demanda real existente.

Por meio desta pesquisa, determinou-se um perfil socioeconômico e cultural muito heterogêneo dos turistas (escolaridade, renda familiar, jovens, adultos, casais, solteiros), que deve ser analisado e discutido pela gestão turística local, pois influencia no ideário e nas reflexões de planejamento e desenvolvimento futuro do turismo (Figuras 5.16, 5.17, 5.18 e 5.19).

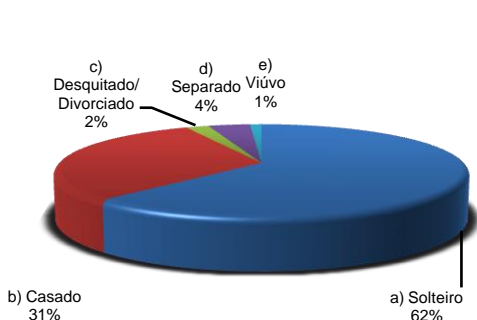
ESCOLARIDADE MÁXIMA



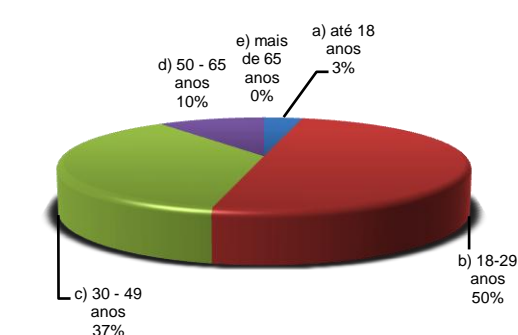
RENDA FAMILIAR MÉDIA MENSAL



ESTADO CIVIL



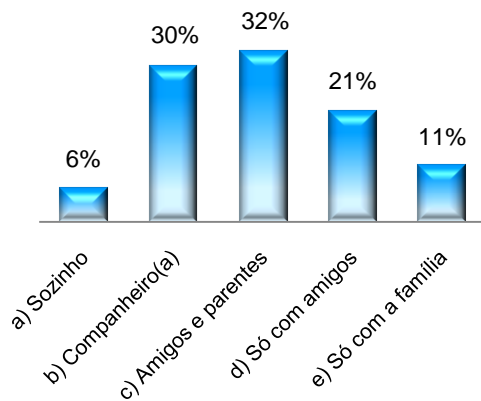
FAIXA ETÁRIA



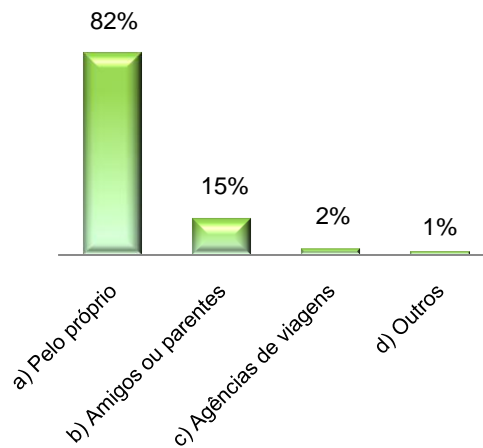
Figuras 5.16, 5.17, 5.18 e 5.19 – Escolaridade, renda familiar, estado civil e faixa etária dos turistas e visitantes entrevistados

Conforme pode se observar nos gráficos anteriores, muitos dos turistas entrevistados são jovens (50% de 18 a 29 anos, e 37% são de 30 a 49 anos) e a maioria é solteiro (62%). Estes dados possuem relação direta com o perfil de companhia e de preferências em viagens, conforme apresentado na Figura 5.20 a seguir. Os turistas entrevistados viajam com frequência (feriados), geralmente em grupos de amigos, parentes e com companheiro(a), e organizam suas próprias viagens (Figura 5.21).

COMPANHIA NAS VIAGENS



ORGANIZAÇÃO DAS VIAGENS

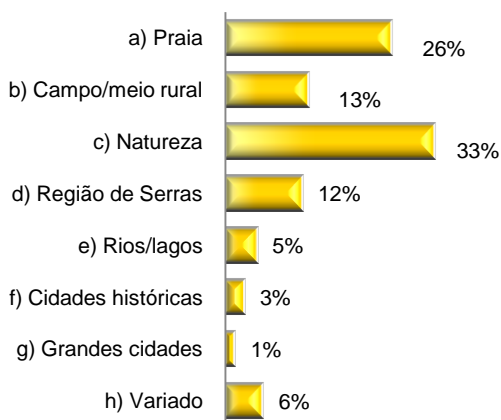


Figuras 5.20 e 5.21 – Companhia e organização das viagens dos turistas entrevistados

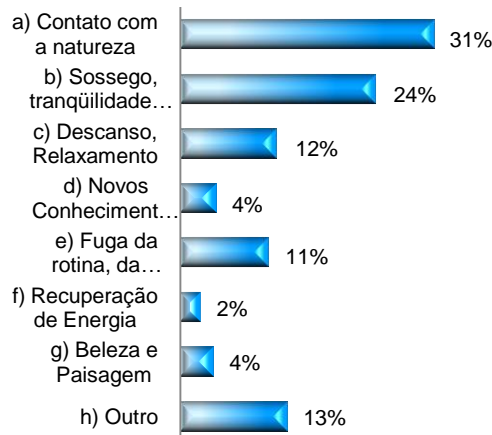
De maneira geral, os resultados mostraram que os turistas são em sua maioria do interior do estado de São Paulo, da região de Campinas-SP e da região metropolitana de São Paulo-SP e alguns se dispõem a viajar até longas distâncias para conhecer o município.

A maioria dos turistas costuma ir a locais naturais, praias e ao meio rural, motivada pelo contato com a natureza preservada, buscando tranquilidade, paz, sossego, descanso, relaxamento, assim como fugir da rotina e do cotidiano estressado do dia-a-dia (Figuras 5.22 e 5.23).

DESTINOS PREFERIDOS



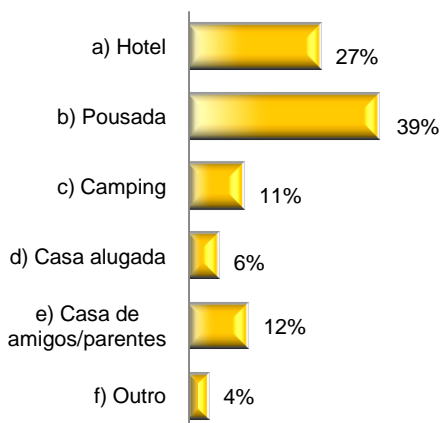
MOTIVAÇÃO DAS VIAGENS A NATUREZA E AO MEIO RURAL



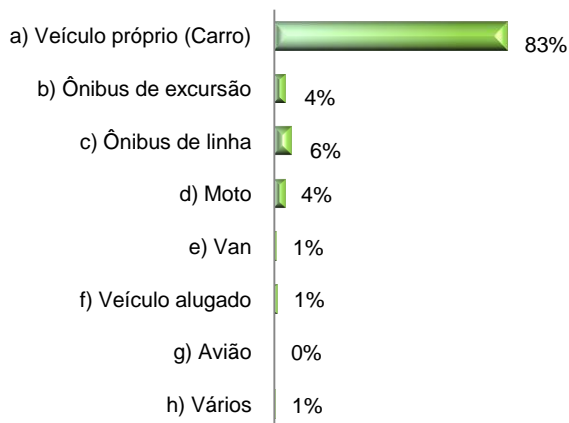
Figuras 5.22 e 5.23 – Destinos preferidos e motivação das viagens a natureza e ao meio rural dos turistas entrevistados

A maioria dos turistas prefere usualmente hotéis e pousadas como meio de hospedagem em suas viagens (27% e 39%, respectivamente) e viaja geralmente com veículo próprio (83% dos entrevistados) (Figuras 5.24 e 5.25).

HOSPEDAGEM USUAL EM VIAGENS



TRANSPORTE USUAL EM VIAGENS

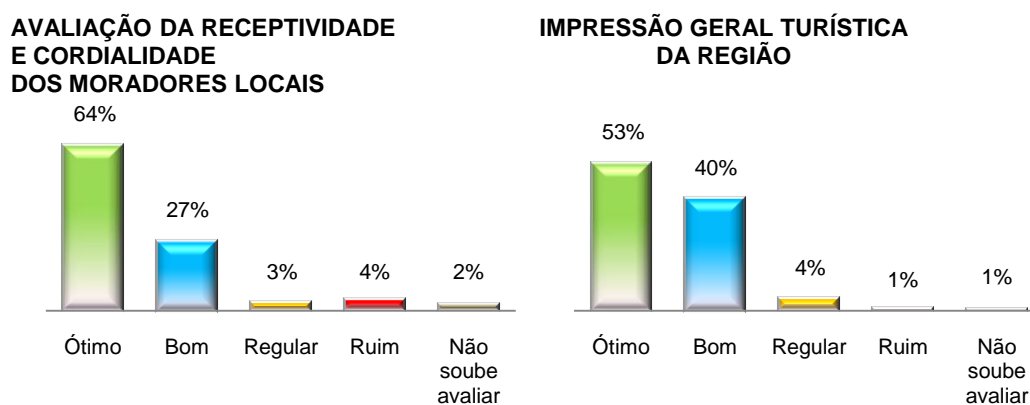


Figuras 5.24 e 5.25 – Hospedagem e transporte usuais nas viagens dos turistas entrevistados

A pesquisa identificou que os turistas permanecem em média 3 a 4 dias na região, principalmente em feriados, e um número significativo de turistas é transeunte (apenas visitantes excursionistas), estando apenas de passagem pelos

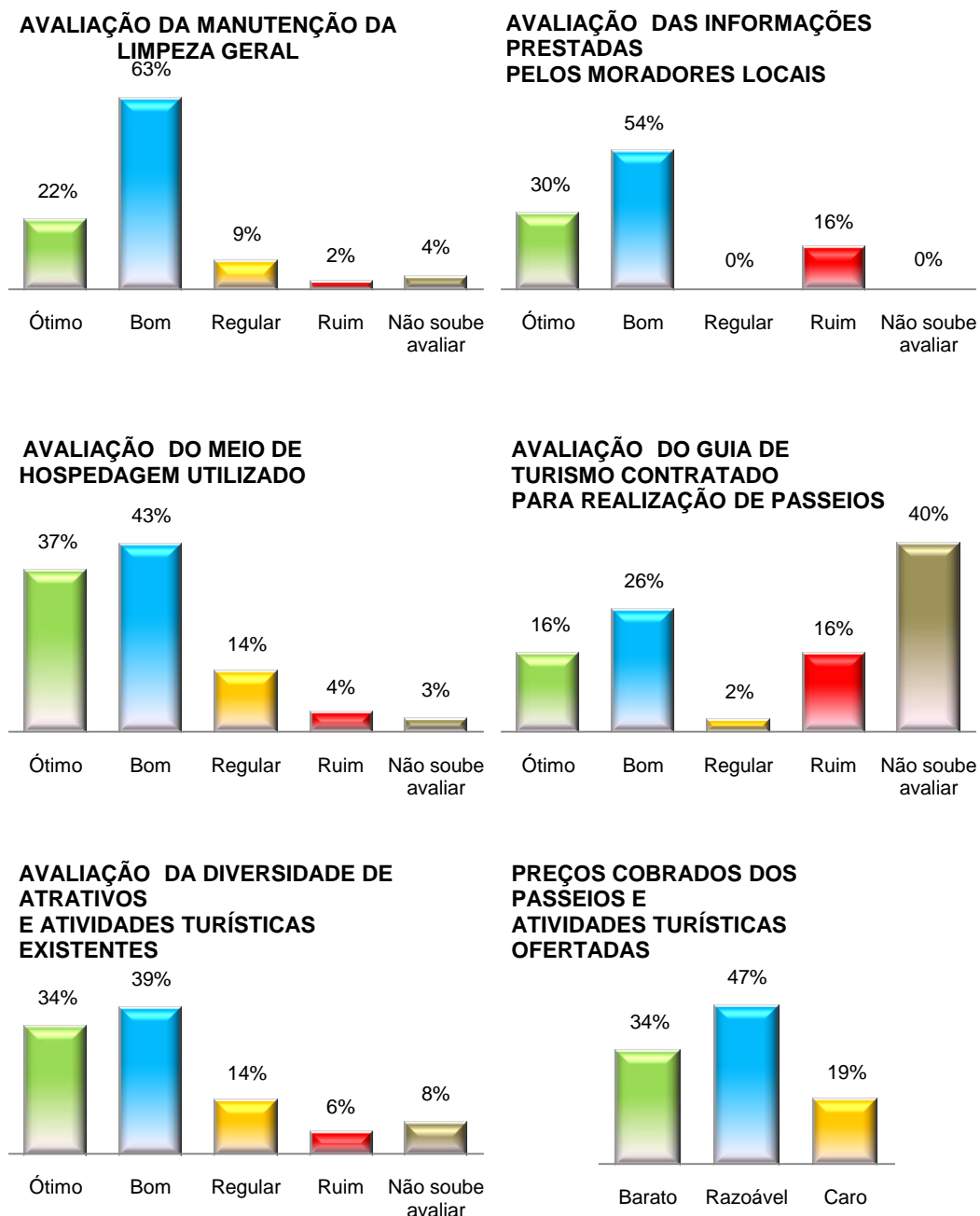
atrativos do município. Os turistas gastam relativamente pouco (em média R\$ 60,00 por dia) e a maioria não contrata guia local para realização dos passeios.

Na avaliação das condições dos serviços, produtos e infra-estrutura atualmente ofertados, a maioria dos turistas considerou a receptividade e cordialidade dos moradores locais como ponto muito positivo do turismo, e teve uma ótima e boa impressão geral da região (Figuras 5.26 e 5.27), assim como dos locais visitados, aspectos favoráveis ao fortalecimento do desenvolvimento turístico no município.



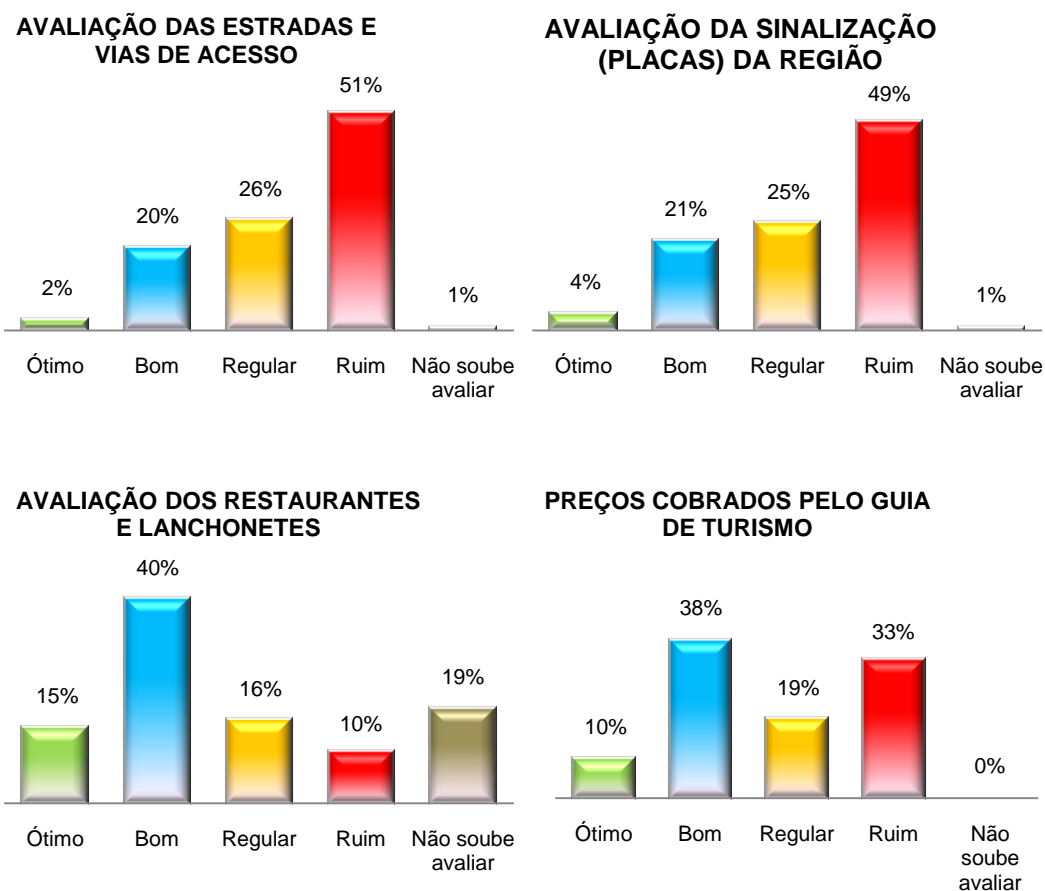
Figuras 5.26 e 5.27 – Avaliação da receptividade e cordialidade dos moradores locais e da impressão geral da região pelos turistas entrevistados

Os turistas avaliaram como nível bom os seguintes aspectos (que na opinião da maioria poderiam ser melhorados): manutenção da limpeza geral, informações prestadas pelos moradores, alguns meios de hospedagem, o guia contratado para realização dos passeios; a diversidade de atrativos e de atividades turísticas existentes; os preços dos serviços, produtos, passeios e atividades turísticas (Figuras de 5.28 a 5.33).



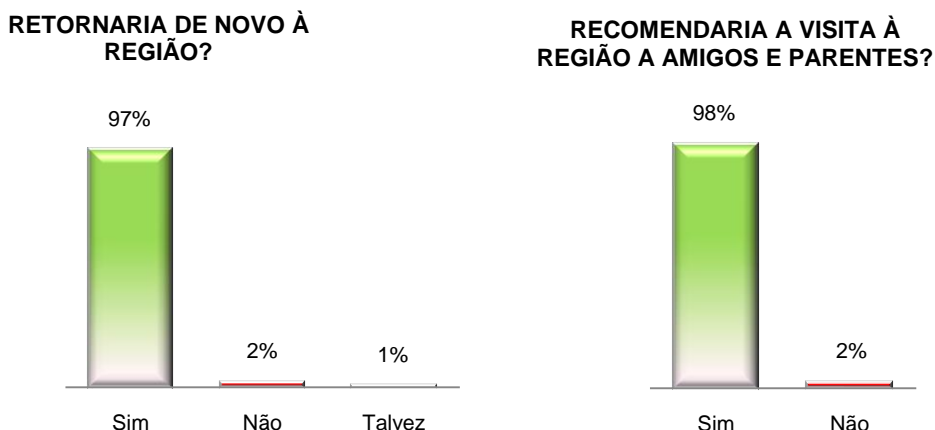
Figuras 5.28, 5.29, 5.30, 5.31, 5.32 e 5.33 – Avaliação da limpeza geral, informações prestadas pelos moradores, hospedagem, transporte local, diversidade e preços de atrativos, atividades e serviços turísticos

Os turistas e visitantes apontaram como pontos fracos que devem ser melhorados: a sinalização, os preços cobrados pelos guias (relação custo-benefício), algumas pousadas, a falta de opções de restaurantes, as estradas e vias de acesso (Figuras 5.34 a 5.37). Estes resultados apontam para a necessidade de melhoria e ampliação da infra-estrutura, estabelecimentos, serviços e produtos turísticos.



Figuras 5.34 a 5.37 – Avaliação das estradas, sinalização, restaurantes, lanchonetes e preços cobrados pelo guia local.

Muitos turistas entrevistados retornariam à região e aos locais atrativos, e ficaram satisfeitos, pois a visita correspondeu às suas expectativas, bem como recomendariam aos amigos e parentes (Figuras 5.38 e 5.39).



Figuras 5.38 e 5.39 – Indicação de retorno do turista à região e recomendação a amigos e parentes

Muitos turistas tomaram conhecimento do destino pela indicação de amigos ou parentes, sinalizando a importância de produtos e serviços turísticos bem preparados e de qualidade para propiciar a sua satisfação, pois a indicação (propaganda “boca a boca”) positiva feita por turistas satisfeitos é forma eficaz de publicidade turística (Figura 5.40).

FORMA DE OBTENÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE BUENO BRANDÃO-MG

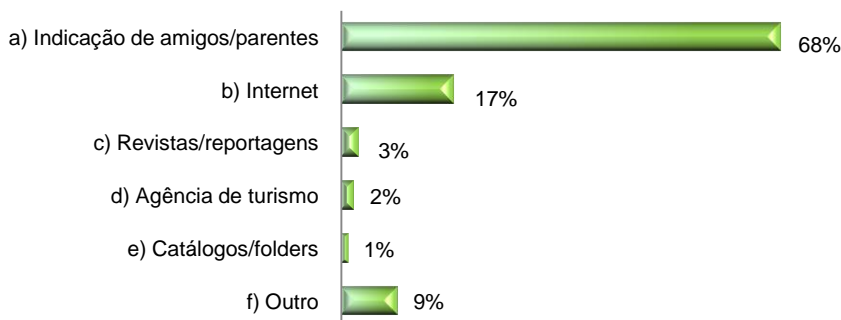


Figura 5.40 – Forma de obtenção de conhecimento sobre Bueno Brandão pelos turistas entrevistados

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES MANIFESTADAS PELOS TURISTAS E VISITANTES DURANTE AS ENTREVISTAS

Durante as entrevistas, os turistas manifestaram espontaneamente algumas opiniões sobre as questões abordadas, cujos relatos foram anotados pelos

entrevistadores. Observou-se a repetição e a concordância de algumas opiniões coletadas, cujas considerações (feitas pelos próprios turistas) são descritas sucintamente a seguir:

- Muitos turistas apontaram dificuldade e precariedade do acesso aos atrativos e cachoeiras (condições ruins das estradas em terra), sugerindo com urgência a melhoria das estradas. Entretanto, também acham que as estradas de terra deveriam ser mantidas, e não asfaltadas, apenas conservando-as em bom estado;
- Observou-se necessidade de locais, pontos ou centro de apoio ao visitante para obtenção de informações turísticas sobre os atrativos existentes e serviços disponíveis, principalmente para conhecimento da existência e localização de guias e passeios;
- Alguns turistas queixaram-se da falta de sinalização de orientação para acesso à cidade e aos atrativos, porém outros colocaram que a existência de sinalização aos atrativos pode massificar a visitação (excesso de visitantes), comprometendo o ambiente natural e a atratividade turística;
- Muitos turistas apontaram a necessidade de ampliação da oferta de opções gastronômicas na cidade;
- Há a necessidade de melhorias em muitos aspectos de serviços e infra-estruturas turísticas, observando-se como exemplo o despreparo e mau atendimento em alguns restaurantes, hotéis e pousadas. Necessidade de melhor qualificação dos serviços prestados, por meio de cursos de capacitação e treinamentos;
- Alguns turistas requisitaram opções de atividades noturnas na cidade, sugerindo apresentações de grupos típicos musicais e manifestações artísticas e folclóricas (serestas, danças, roda de viola, entre outros), promovidas pelo município, em locais públicos e horários programados (em feriados e alta temporada), assim como a ampliação de lojas de artesanato e da oferta de produtos típicos locais;
- Os locais sem instalações turísticas possuem impressão de abandono (falta de lixeiras, trilhas, passarelas, corrimãos, entre outras), citando como exemplo, a necessidade de corrimãos para apoio e segurança dos

visitantes, principalmente de idosos. Outros criticaram as estruturas turísticas adaptadas e mal feitas (como escadas e corrimãos) nos locais naturais, que deveriam ser mais adequadas e harmônicas com o ambiente natural de entorno. Alguns observaram a existência de muitas alterações na natureza e de construções muito próximas aos atrativos, que deveriam ser mais bem conservados (observação de desmatamento e falta de preocupação ambiental). E ainda a necessidade de placas de advertência (locais perigosos) e de orientação nos locais de visitação para bom comportamento na natureza;

- Muitos turistas consideraram os locais turísticos agradáveis, e as belezas das cachoeiras e dos atrativos surpreenderam além do esperado, superando a suas expectativas, devido a existência de vários locais atrativos bonitos, preservados, e tranquilos. Porém, outros consideraram alguns locais de visitação com excesso de turistas (turismo em massa);
- A maioria dos turistas concorda com a cobranç a de valores maiores da taxa de entrada aos atrativos, desde que existam melhores instalações, manutenção da limpeza, controle e iniciativas de conscientização ambiental. No caso da Cachoeira do F elix, alguns turistas apontaram que os valores cobrados para a entrada ao atrativo não correspondem   oferta da estrutura existente. Sugeriram a disponibilidade de serviç os de seguranç a e de primeiros socorros (pronto atendimento), para tranquilidade dos visitantes (principalmente quando há grande número de turistas), dispendo-se a pagar mais por estes serviç os;
- Muitos turistas relataram e valorizaram a excelente e calorosa acolhida dos moradores locais, e alguns disseram que gostariam de ver futuramente o desenvolvimento do turismo em Bueno Brandão de forma organizada e sustentável.

Os dados obtidos, as informações coletadas e os resultados apresentados são úteis para reflexão sobre a situação atual do turismo em Bueno Brandão e constituem-se em importantes fontes para serem consideradas no planejamento turístico e fornecem subsídios estratégicos para a orientação dos rumos de desenvolvimento do turismo no município.

A identificação das características dos turistas atuais, suas opiniões e expectativas, levantadas pela presente pesquisa são importantes para:

- compreender a situação do desenvolvimento turístico, assim como a formas e tipologias de turismo existentes no município;
- verificar, manter e melhorar as condições de oferta de turismo, visando a excelência na qualidade dos produtos e serviços prestados;
- verificar a atratividade turística do município, no sentido de assegurar sua manutenção;
- fornecer subsídios e elaborar estratégias para o desenvolvimento adequado das atividades turísticas e para a promoção turística do município.

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES SOBRE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E CAPACIDADE INSTITUCIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DO MUNICÍPIO

Atualmente, a gestão do turismo na estrutura administrativa pública do município de Bueno Brandão é feita pelo Departamento de Turismo, Cultura, Desporto e Lazer, responsável pela formulação e implementação das políticas públicas relacionadas ao turismo. Este órgão possui atribuições não exclusivas de turismo, mas também acumula outras atribuições e funções como a promoção de esportes, cultura e eventos.

Orienta-se para que as funções empenhadas por este departamento não sejam marginalizadas ou apenas se restrinjam à elaboração, organização e promoção de eventos. A gestão turística municipal não pode perder o foco de empenhar-se e dedicar-se efetivamente às ações de elaboração, definição e implementação de políticas de turismo, visando o fomento e a execução do desenvolvimento turístico de forma planejada e organizada.

O CONTUR (CONSELHO DE TURISMO) de Bueno Brandão-MG foi instituído por meio da Lei Municipal N^o 022/97, que o caracteriza como órgão de caráter consultivo e deliberativo para assessoramento da municipalidade em questões referentes ao turismo. Dentre as principais competências do CONTUR está a de debater sobre os temas de interesse turístico para a cidade, manter atualizado

o cadastro de informações turísticas, formular as diretrizes básicas para a política municipal de turismo, desenvolver programas e projetos de interesse turístico; promover e divulgar atividades ligadas ao turismo; propor e divulgar critérios para programação financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Turismo, dentre outras (LEMOS, 2007).

Apesar de o CONTUR ter sido criado em 1997, nunca esteve realmente ativo no cumprimento de suas funções e são vários os problemas creditados a esta inoperância. O principal diz respeito à composição dos representantes, que de acordo com a lei, esse órgão deve ser constituído por dezoito membros efetivos (LEMOS, 2007).

Propõe-se a urgente reativação efetiva e uma nova composição do CONTUR, visando propiciar a participação de atores sociais e dos representantes de setores turísticos na tomada de decisão sobre o desenvolvimento turístico e fomentar a discussão e definição de estratégias e prioridades de investimentos em turismo de forma consciente, conjunta, integrada e responsável.

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES SOBRE A MOBILIZAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TURISMO

Observou-se uma preocupação coletiva dos envolvidos com o futuro do turismo e a necessidade atual de mobilização e ampliação de cooperação entre os diversos segmentos turísticos.

Foi observada a necessidade de maior integração e melhor comunicação das ações realizadas ou idealizadas pelos administradores municipais e gestores turísticos aos demais envolvidos com a atividade turística, principalmente aos da iniciativa privada (empreendedores turísticos). A aproximação das entidades promotoras de turismo deve ser propiciada por meio da organização da estrutura de turismo e da representatividade dos diversos setores turísticos nos municípios.

Recomenda-se a criação de associações do setor turístico (meios de hospedagens, alimentação, guias, associação comercial, agências, etc.) para sua representação na composição da estrutura organizacional de turismo no município. Acredita-se que estas ações auxiliarão no processo de planejamento e organização do turismo, com maior envolvimento, colaboração e participação efetiva dos

envolvidos com a atividade turística, que não devem propiciar os seus interesses individuais, e sim promover sempre os benefícios coletivos.

As associações dos diversos setores turísticos e seus representantes proporcionarão a desejável cooperação mútua e o seu fortalecimento institucional para viabilizar ações conjuntas, reivindicar necessidades coletivas e reforçar exigências para conquista de investimentos turísticos.

Percebeu-se a atuação individual e isolada dos empreendedores e dos envolvidos com a atividade turística na região (reflexo do perfil cultural), sugerindo-se então concentrar esforços para a realização de oficinas de planejamento, práticas de cooperação e exercícios de integração que devem ser oferecidos aos diversos setores envolvidos com turismo no município.

Além destes, sugere-se a continuidade da oferta e realização de cursos de capacitação técnica em turismo (prestação de serviços, elaboração de produtos, atendimento e recepção, entre outros).

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES SOBRE OS ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS E A INFRA –ESTRUTURA DO MUNICÍPIO

Existem diversas iniciativas de empreendimentos turísticos na região, porém percebeu-se a necessidade de fomentar investimentos particulares em estabelecimentos turísticos rurais, meios de alimentação, de hospedagem, elaboração de roteiros, empreendimentos turísticos rurais e na estruturação dos espaços naturais de visitação. Essas iniciativas de investimentos devem preferencialmente ser feita pelos próprios moradores locais (proprietários rurais, empreendedores da região), buscando-se orientá-los no processo inicial e progressivo de investimentos, assim como na indicação das possíveis fontes de financiamento.

Uma das conquistas atuais do município é o asfaltamento da rodovia que liga ao município vizinho de Socorro (SP), facilitando o acesso ao Estado de São Paulo e aos principais municípios emissores de turistas (Campinas-SP, municípios da região metropolitana de São Paulo-SP e do interior paulista).

A melhoria e facilitação do acesso ao município poderão promover e facilitar o fluxo turístico, atendendo uma exigência da maioria dos turistas atuais que reivindicam melhorias das condições precárias das estradas da região, assim como dos acessos aos atrativos.

Entretanto, o aumento do fluxo de turistas pode agravar os problemas associados ao turismo em massa e seus consequentes efeitos negativos, pois o município possui atualmente capacidade limitada de suporte turístico (infra-estrutura, meios de alimentação e hospedagem) e muitos atrativos naturais ainda não estão devidamente preparados e organizados para visitação.

Esta situação demonstra a real urgência do planejamento, organização e estruturação do turismo no município, a fim de que se prepare para os possíveis impactos advindos pela intensificação e aumento de turistas.

Os investimentos em infra-estruturas básicas do município (vias de acesso, saneamento, comunicações, atendimento emergencial de saúde, entre outros) devem ser constantes e prioritários.

Estas necessidades devem ser acompanhadas e supridas por meio da elaboração e definição de políticas, planos e programas específicos de desenvolvimento turístico de Bueno Brandão (integrados às políticas e planos diretores de desenvolvimento local e regional), e que sejam realizadas de forma participativa (com envolvimento dos setores turísticos locais) para direcionar e subsidiar projetos, iniciativas e empreendimentos emergentes de turismo no município.

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES SOBRE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO DO TURISMO

Lemos (2007), em seu importante estudo sobre as possibilidades e os desafios para aplicação da avaliação ambiental estratégica como um instrumento de planejamento e gestão do turismo no Brasil, sugere a adoção dos seguintes instrumentos da política e administração pública do turismo em Bueno Brandão: o Plano de Desenvolvimento Turístico; o Fundo Municipal de Turismo; o Conselho Municipal de Turismo, o Licenciamento Turístico, o Plano de infra-estrutura viária; o Plano Diretor e Lei do Uso e Ocupação do Solo; o Código de Obras e Posturas; a

Gestão de Resíduos; e o Sistema Municipal de Monitoramento e Controle da Visitação.

A elaboração e a definição destes instrumentos de planejamento e gestão do turismo de Bueno Brandão tornam-se essenciais, urgentes e imperativas, para o direcionamento de projetos, iniciativas e empreendimentos turísticos emergentes, visando ordenamento e controle do desenvolvimento das atividades turísticas no município.

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

Apresentam-se a seguir as seguintes considerações e recomendações para o desenvolvimento sustentável do turismo na região de Bueno Brandão:

- Devido à sazonalidade do turismo, intrínseca da atividade turística, deve-se procurar conciliar o seu desenvolvimento com a manutenção das atividades tradicionais locais, principalmente relacionadas às produtivas do meio rural, buscando torná-las menos impactantes, sugerindo o incentivo à produção orgânica ou integrada, a fim de viabilizar a comercialização de seus produtos rurais e artesanais aos visitantes. Esta sugestão também valoriza os aspectos tradicionais do estilo de vida típico do campo, que atualmente atraem muitos visitantes, principalmente os procedentes dos grandes centros urbanos;
- Deve-se buscar a diversificação de serviços e produtos turísticos oferecidos, pois a diversidade turística numa localidade potencializa a atratividade local, aumenta a oferta de produtos e conseqüentemente a demanda de turistas, aumenta o tempo de permanência dos turistas e possibilita a cooperação e a complementaridade das atividades;
- Deve-se oferecer sempre produtos turísticos bem estruturados e de ótima qualidade a fim de contemplar as expectativas e preferências dos turistas. Deve-se buscar constantemente a melhoria da qualidade dos serviços e produtos turísticos ofertados (hospedagem, alimentação, transportes, guias treinados, agências receptivas, boa infra-estrutura, entre outros), requerendo para isso contínua capacitação, treinamento e aprimoramento da atividade turística;

- Deve-se continuamente buscar a satisfação plena dos visitantes, atendendo as suas exigências, já que são os principais promotores da imagem positiva dos locais turísticos visitados. É fundamental que o local turístico tenha sempre uma imagem positiva promovida pela satisfação dos turistas;
- Deve-se procurar fomentar as iniciativas dos investimentos em turismo na região feitas pelos próprios moradores locais (proprietários rurais, empreendedores da região), buscando-se orientá-los no processo inicial e progressivo de investimentos, assim como na indicação das possíveis fontes de financiamento;
- A participação de atores sociais, de representantes de setores turísticos e dos envolvidos com a atividade turística no processo de definição das ações desejáveis para o desenvolvimento do turismo na região (nas associações e nos conselhos de turismo) não deve propiciar os seus interesses individuais, mas promover sempre os benefícios coletivos;
- Deve-se ter cautela na divulgação imediata e em massa do turismo, bem como precauções com a estratégia de *marketing* turístico da região, evitando-se gerar imagens equivocadas e falsas expectativas aos futuros turistas. A divulgação do turismo vincula-se estritamente à preparação da estrutura e dos produtos turísticos a serem oferecidos e disponibilizados pelos municípios.

As recomendações, sugestões e considerações realizadas pelo presente trabalho pretenderam consolidar a continuidade do processo de inserção do turismo sustentável na região, visando propiciar o desenvolvimento do turismo harmonizado e coerente com os recursos e as aptidões naturais e culturais existentes, na busca contínua da manutenção e do sucesso da atividade turística sustentável na região de Bueno Brandão-MG.

REFERÊNCIAS

ARANDA TORRENTS, X. Un sistema de indicadores sostenibles aptos para un destino turístico: un fundamento metodológico. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE TURISMO Y OCIO, 12., 2003, Barcelona. **Anais...** Barcelona(España): ESADE-Fira de Barcelona, 2003. p.469-476.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 105p.

BORLA, M.L. Metodología del relevamiento del paisaje natural como recurso ecoturístico: caso de estudio Tierra Del Fuego, Argentina. **Estudios y perspectivas en turismo**, v.9, p. 36-57, 2000.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2004a. 32 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes operacionais do programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2004b. 61p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2007 a 2010: uma viagem de inclusão**. Brasília, Ministério do Turismo, 2007a. 83 p.

BRUSADIN, L. B. . Estudo da avaliação do programa nacional de municipalização do turismo. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v.2, p.87-111, 2005.

DENG, J.; KING, B.; BAUER, T. Evaluating natural attractions for tourism. **Annals of tourism research**, v.29, n.2, p. 422-438, 2002.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. **PNMT 8 anos: retratos de uma caminhada**. Brasília: EMBRATUR; Gerência de Programas Nacionais; Supervisão de Projetos de Descentralização, 2002. 156p.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. **Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. Brasília: EMBRATUR, 1999.

IVARS BAIDAL, J.A. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG)**. Alicante: Universidad de Alicante; Instituto Universitario de Geografía, 2001. 75p. (Documentos de Trabajo, n.1).

JIMÉNEZ MARTÍNEZ, A.J.; HIRABAYASHI, Y. De la teoría a la práctica em la sustentabilidad y la participación comunitaria: na propuesta metodológica. In: GÓMEZ NIEVES, S. **Desarrollo turístico y sustentabilidad**. Zapopan, Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2003. p.37-56.

KO, T.G. Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach. **Tourism Management**, Elsevier, London, n.26, p.431-445, 2005.

LEMOS, C. **Avaliação Ambiental Estratégica como instrumento de planejamento do turismo**. 185f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2007.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. **Circuitos turísticos**. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos_turisticos>. Acesso em: 16 jun. 2006.

MUCCHIELLI, R. **O questionário na pesquisa psicossocial**. Tradução de Luiz Lorenzo Rivera; Sílvia Magaldi. São Paulo: Margins Fontes, 1978. 176p.

PADÍN FABEIRO, C. **El desarrollo endógeno local, estudio de la actividad turística como forma de aprovechamiento de los recursos**: aplicación al caso del Baixo Miño. 2004. 373f. Tesis (Doctorado en Ciencias Economicas) – Departamento de Economía Aplicada, Universidad de Vigo, Vigo, 2004.

PARDELLAS, X.X. **Potencial turístico de territorios periféricos**. Vigo: Universidade de Vigo, Servizo de publicacións, 2004. 172p.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.S.; COOK, S.W.; KIDEER, L.H. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**: medidas na pesquisa social. 2.ed. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1987. v. 2.

TRIVIÑO PÉREZ, A.; LÓPEZ HERNÁNDEZ, N.E. Los sistemas de indicadores en la planificación y gestión sostenible del turismo: propuesta de indicadores para el análisis del riesgo de inundación en destinos turísticos litorales de la Comarca Alicantina del Bajo Segura (Comunidad Valenciana). In: CONGRESO NACIONAL TURISMO Y TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LAS COMUNICACIONES, 4., 2002, Málaga. **Anais...** Málaga (España): Escuela Universitaria de Turismo; Universidad de Málaga, 2002. p.271-287.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992, 175p.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Making tourism more sustainable**: a guide for policy makers. Paris, France; Madrid, Spain: UNEP/WTO, 2005. 210p.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible. In: VALDÉS PELÁES, L; PÉREZ FERNANDEZ, J.M. DEL VALLE TUERO, E.A. **Experiências públicas y privadas en el desarrollo de un modelo de turismo sostenible**. Oviedo: Fundación Universidad de Oviedo, 2003a. p.105-129.



USP

Universidade de São Paulo
BRASILUNIRP
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETOPETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS**APÊNDICE A****CADASTRO DE ATRATIVOS NATURAIS**

Nome do atrativo (Nome de fantasia):			
Município:		Bairro:	
Distância do centro (hodômetro):			
Altitude:		Coordenadas Geográficas:	
		SUL (S) :	OESTE (W):
Propriedade:			
<input type="radio"/> Perímetro Urbano <input type="radio"/> Particular (pessoa física)		<input type="radio"/> Perímetro Rural <input type="radio"/> Pública <input type="radio"/> Empresa (Pessoa jurídica)	
Nome da Propriedade:		Nome do Proprietário:	
Localização/Endereço:			
Acessos até a propriedade:	Estado de conservação:	Tempo percurso:	Distância percurso
<input type="radio"/> Terra/ Cascalho	<input type="radio"/> Bom <input type="radio"/> Médio <input type="radio"/> Ruim		
<input type="radio"/> Asfalto/ Pavimentada	<input type="radio"/> Bom <input type="radio"/> Médio <input type="radio"/> Ruim		
Acessos até o atrativo:	Grau de dificuldade:	Tempo percurso:	Distância percurso:
<input type="radio"/> Somente a pé (trilha)	<input type="radio"/> Fácil <input type="radio"/> Regular <input type="radio"/> Difícil		
<input type="radio"/> De veículo	<input type="radio"/> Fácil <input type="radio"/> Regular <input type="radio"/> Difícil		
Existe sistema de sinalização (placas):		Condições do sistema de sinalização:	
<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não		<input type="radio"/> Bom <input type="radio"/> Médio <input type="radio"/> Ruim	

Descrição das Características do Atrativo:	Descrição da Área de entorno: Vegetação, Paisagem,
Atividades possíveis de serem realizadas:	
<input type="radio"/> Contemplação <input type="radio"/> Lazer <input type="radio"/> Educativa <input type="radio"/> Esportes náuticos (natação, passeios náuticos motorizados): Quais? <input type="radio"/> Esportes de aventura (boiacross, rafting, rapel, escalada): Quais? <input type="radio"/> Outras atividades (balonismo, vôo livre): Quais?	

Acessibilidade do atrativo:	<input type="radio"/> Não Permitido
<input type="radio"/> Permitido	<input type="radio"/> Mediante autorização? De quem? _____ Onde? _____
Custo de visitação:	Valores:
<input type="radio"/> Gratuito <input type="radio"/> Pago	Diferenciação
Existe sistema de registro de visitação:	Entidade responsável:
<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Sim	
Período indicado para visita em relação as estações do ano: <input type="radio"/> Ano Todo <input type="radio"/> Verão <input type="radio"/> Inverno	

Existe infra-estrutura de apoio turístico:	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Sim			
Infraestrutura no local:				
<input type="radio"/> Sanitários	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Ruim	<input type="radio"/> Não existe
<input type="radio"/> Estacionamento - Capacidade _____	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Ruim	<input type="radio"/> Não existe
<input type="radio"/> Recepção/ Portaria	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Ruim	<input type="radio"/> Não existe
<input type="radio"/> Restaurante	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Ruim	<input type="radio"/> Não existe



USP

Universidade de São Paulo
BRASILUNI
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETOPETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

<input type="radio"/> Bar/ Lanchonete	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Ruim	<input type="radio"/> Não existe
<input type="radio"/> Vestiários	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Ruim	<input type="radio"/> Não existe
<input type="radio"/> Trilhas interpretativas	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Ruim	<input type="radio"/> Não existe
<input type="radio"/> Instalação Turística	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Ruim	<input type="radio"/> Não existe
<input type="radio"/> Segurança	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Ruim	<input type="radio"/> Não existe
<input type="radio"/> Atendimento emergências (socorro)	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Ruim	<input type="radio"/> Não existe
<input type="radio"/> Lojas de Souvenir/ artesanato	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Ruim	<input type="radio"/> Não existe

Existe disponibilidade de outras facilidades e instalações turísticas:		Qual (quais)?	
<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim		
Existe sistema de tratamento de esgotos:		Qual?:	
<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim		
Existe sistema de coleta e disposição de resíduos sólidos:		Como é realizado?:	
<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim		
Existe sistema de Comunicação:		Qual?	
<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Telefone fixo	<input type="radio"/> Telefonia celular
		<input type="radio"/> Radio amadorismo	<input type="radio"/> Entrega de correio
		<input type="radio"/> Outro _____	
Existe sistema de Energia Elétrica:		Qual?	
<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Elétrica (rede)	<input type="radio"/> Gerador próprio
		<input type="radio"/> Solar	<input type="radio"/> Outra: _____
Existe disponibilidade de guias e monitores:		Contatos:	
<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim		
Existe meios e trabalhos efetivos para conservação da área?		Quais?:	
<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim		

Percepções do Pesquisador

Existe sistema de manutenção e limpeza da área?		Condição atual de limpeza da área:	
<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Médio
		<input type="radio"/> Ruim	
Há evidências de excesso de visitação na área:		Quais?	
<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Sim		
Tipos de impactos observados:			
<input type="radio"/> Presença de lixo espalhado	<input type="radio"/> Poluição visual, modificação da paisagem de entorno	<input type="radio"/> Poluição sonora, ruído	
<input type="radio"/> Vandalismo	<input type="radio"/> Compactação do solo	<input type="radio"/> Erosão	<input type="radio"/> Desmatamento
<input type="radio"/> Queimadas	<input type="radio"/> Poluição de recursos hídricos	<input type="radio"/> Outros _____	
Valor paisagístico/Beleza:		<input type="radio"/> Excepcional	<input type="radio"/> Bom
		<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Ruim
Aparência geral :		<input type="radio"/> Excepcional	<input type="radio"/> Bom
		<input type="radio"/> Médio	<input type="radio"/> Ruim

Data:	Pesquisador:



USP

Universidade de São Paulo
BRASILUNI
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETOPETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

APÊNDICE B

CADASTRO DE MEIOS DE HOSPEDAGEM

Nome (Nome de fantasia):		Tipo de hospedagem: <input type="checkbox"/> Hotel <input type="checkbox"/> Pousada <input type="checkbox"/> Resort <input type="checkbox"/> Hotel Fazenda <input type="checkbox"/> Albergue <input type="checkbox"/> Pensão	
Município:		Bairro:	
Localização/Endereço:			
Telefone:	E-mail:	Site Internet:	
Distância do centro (hodômetro):	Proprietário:		
Classificação EMBRATUR: <input type="checkbox"/> Não tem classificação <input type="checkbox"/> 5 estrelas <input type="checkbox"/> 4 estrelas <input type="checkbox"/> 3 estrelas <input type="checkbox"/> 2 estrelas <input type="checkbox"/> 1 estrela <input type="checkbox"/> nenhuma			
Classificação Guia 4 Rodas: <input type="checkbox"/> Não tem classificação <input type="checkbox"/> 5 casinhas <input type="checkbox"/> 4 casinhas <input type="checkbox"/> 3 casinhas <input type="checkbox"/> 2 casinhas <input type="checkbox"/> 1 casinha <input type="checkbox"/> nenhuma			
Número Total de UHs:	Número Total de Leitos:	Ano de inauguração (Tempo de funcionamento):	

Equipamentos nas UHs:	Novo ou Velho?	Estado de conservação:
<input type="checkbox"/> TV	<input type="checkbox"/> Novo <input type="checkbox"/> Velho	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Ruim
<input type="checkbox"/> TV a cabo	<input type="checkbox"/> Novo <input type="checkbox"/> Velho	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Ruim
<input type="checkbox"/> Telefone	<input type="checkbox"/> Novo <input type="checkbox"/> Velho	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Ruim
<input type="checkbox"/> Frigobar	<input type="checkbox"/> Novo <input type="checkbox"/> Velho	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Ruim
<input type="checkbox"/> Ventilador	<input type="checkbox"/> Novo <input type="checkbox"/> Velho	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Ruim
<input type="checkbox"/> Ar condicionado	<input type="checkbox"/> Novo <input type="checkbox"/> Velho	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Ruim
<input type="checkbox"/> Banheira Hidromassagem	<input type="checkbox"/> Novo <input type="checkbox"/> Velho	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Ruim
<input type="checkbox"/> Cofre	<input type="checkbox"/> Novo <input type="checkbox"/> Velho	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Ruim
<input type="checkbox"/> Outros: Quais? _____	<input type="checkbox"/> Novo <input type="checkbox"/> Velho	<input type="checkbox"/> Ótimo <input type="checkbox"/> Bom <input type="checkbox"/> Ruim

Equipamentos e Serviços no Meio de Hospedagem:					
<input type="checkbox"/> Estacionamento	<input type="checkbox"/> Gratuito <input type="checkbox"/> Pago	<input type="checkbox"/> Manobrista	<input type="checkbox"/> Serviço de traslado	<input type="checkbox"/> Gratuito <input type="checkbox"/> Pago	
<input type="checkbox"/> Restaurante	Sistema (a la carte, self service)	Horários de Funcionamento: <input type="checkbox"/> Almoço <input type="checkbox"/> Jantar <input type="checkbox"/> Outro			
<input type="checkbox"/> Bar/Lanchonete	Horários de Funcionamento:				
<input type="checkbox"/> Piscina	<input type="checkbox"/> Sauna	<input type="checkbox"/> Sala de jogos	<input type="checkbox"/> Sala de ginástica, musculação		
<input type="checkbox"/> Quadras poliesportivas	<input type="checkbox"/> Campo de futebol	<input type="checkbox"/> Vôlei	<input type="checkbox"/> Basquete	<input type="checkbox"/> Tênis	
<input type="checkbox"/> Salão de festas, boate	Descrição e Capacidade				
<input type="checkbox"/> Sala de eventos e convenções	Descrição e Capacidade				
<input type="checkbox"/> Sala de cinema/vídeo	Descrição e Capacidade				
<input type="checkbox"/> Lavanderia	Horário de funcionamento				
<input type="checkbox"/> Facilidades para deficientes físicos	Nº de UHs para deficientes físicos:				
<input type="checkbox"/> Sala de computadores e Internet	<input type="checkbox"/> Banda Larga <input type="checkbox"/> Linha convencional	Nº de computadores			
<input type="checkbox"/> Serviços de recreação, monitores	<input type="checkbox"/> Passeios (trilhas)	<input type="checkbox"/> Cavalos	<input type="checkbox"/> Bicicletas	<input type="checkbox"/> Playground	
<input type="checkbox"/> Pesca	<input type="checkbox"/> Barcos	<input type="checkbox"/> Caiaques	<input type="checkbox"/> Atividades de aventura: Quais? _____		
<input type="checkbox"/> Outros. Quais?	Descrição				



USP

Universidade de São Paulo
BRASILUNI
RP
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETOPETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

Nº de funcionários fixos (permanentes):	Nº de funcionários temporários:	Existe programa de capacitação dos funcionários? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
--	--	---

Diárias:	Unidade Habitacional:	Inclusões:	Valores:
1 pessoa – single	<input type="radio"/> Apartamento <input type="radio"/> Quarto	<input type="radio"/> Com café da manhã <input type="radio"/> Sem café da manhã <input type="radio"/> Sem refeições <input type="radio"/> Completa com refeições	
2 pessoas – double – casal	<input type="radio"/> Apartamento <input type="radio"/> Quarto	<input type="radio"/> Com café da manhã <input type="radio"/> Sem café da manhã <input type="radio"/> Sem refeições <input type="radio"/> Completa com refeições	
3 pessoas – triplo	<input type="radio"/> Apartamento <input type="radio"/> Quarto	<input type="radio"/> Com café da manhã <input type="radio"/> Sem café da manhã <input type="radio"/> Sem refeições <input type="radio"/> Completa com refeições	
4 pessoas	<input type="radio"/> Apartamento <input type="radio"/> Quarto	<input type="radio"/> Com café da manhã <input type="radio"/> Sem café da manhã <input type="radio"/> Sem refeições <input type="radio"/> Completa com refeições	
Pessoa Extra	<input type="radio"/> Apartamento <input type="radio"/> Quarto	<input type="radio"/> Com café da manhã <input type="radio"/> Sem café da manhã <input type="radio"/> Sem refeições <input type="radio"/> Completa com refeições	
Aceita Cartões de Crédito?: <input type="radio"/> Não Aceita <input type="radio"/> Visa <input type="radio"/> Mastercard <input type="radio"/> Diners <input type="radio"/> American Express			
Aceita Cartões de Débito?: <input type="radio"/> Não Aceita <input type="radio"/> Visa Eletron <input type="radio"/> Maestro <input type="radio"/> Redeshop <input type="radio"/> Cheque eletrônico			

Taxa de ocupação média (%):	Taxa de ocupação média alta estação:	Taxa de ocupação média baixa estação:
Períodos de alta ocupação: <input type="radio"/> Dias de semana <input type="radio"/> Finais de semana <input type="radio"/> Feriados <input type="radio"/> Natal/Reveillon <input type="radio"/> Carnaval <input type="radio"/> Jan <input type="radio"/> Fev <input type="radio"/> Mar <input type="radio"/> Abr <input type="radio"/> Mai <input type="radio"/> Jun <input type="radio"/> Jul <input type="radio"/> Ago <input type="radio"/> Set <input type="radio"/> Out <input type="radio"/> Nov <input type="radio"/> Dez		
Períodos de baixa ocupação: <input type="radio"/> Dias de semana <input type="radio"/> Finais de semana <input type="radio"/> Feriados <input type="radio"/> Natal/Reveillon <input type="radio"/> Carnaval <input type="radio"/> Jan <input type="radio"/> Fev <input type="radio"/> Mar <input type="radio"/> Abr <input type="radio"/> Mai <input type="radio"/> Jun <input type="radio"/> Jul <input type="radio"/> Ago <input type="radio"/> Set <input type="radio"/> Out <input type="radio"/> Nov <input type="radio"/> Dez		

Origem dos principais hóspedes:	Principais Municípios de Origem:
<input type="radio"/> Estado de Minas Gerais	
<input type="radio"/> Estado de São Paulo	
<input type="radio"/> Outros Estados	
<input type="radio"/> Outros Países	

Para meios de hospedagens localizados no meio rural:

Acessos: <input type="radio"/> Terra/ Cascalho <input type="radio"/> Asfalto/ Pavimentada	Estado de conservação: <input type="radio"/> Bom <input type="radio"/> Médio <input type="radio"/> Ruim <input type="radio"/> Bom <input type="radio"/> Médio <input type="radio"/> Ruim
Existe sistema de indicação (placas): <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	Condições do sistema de indicação (placas): <input type="radio"/> Bom <input type="radio"/> Médio <input type="radio"/> Precário

Percepções dos pesquisadores

Grau de Conforto das UHs:	<input type="radio"/> Muito Confortável <input type="radio"/> Confortável <input type="radio"/> Não confortável <input type="radio"/> Muito Confortável <input type="radio"/> Confortável <input type="radio"/> Não confor
Arquitetura/Decoração/Paisagismo:	<input type="radio"/> Muito atraente <input type="radio"/> Atraente <input type="radio"/> Não atraente <input type="radio"/> Muito atraente <input type="radio"/> Atraente <input type="radio"/> Não atraente
Categoria:	<input type="radio"/> Luxo <input type="radio"/> Confortável <input type="radio"/> Simples <input type="radio"/> Muito Simples <input type="radio"/> Luxo <input type="radio"/> Confortável <input type="radio"/> Simples <input type="radio"/> Muito Simples

Data:	Pesquisadores:



USP

Universidade de São Paulo
BRASILUNIRP
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETOPETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

APÊNDICE C

CADASTRO DE MEIOS DE ALIMENTAÇÃO

Nome (Nome de fantasia):		Tipo: <input type="radio"/> Restaurante <input type="radio"/> Lancheonete <input type="radio"/> Pizzaria <input type="radio"/> Bar <input type="radio"/> Café <input type="radio"/> Sorveteria <input type="radio"/> Outro: _____	
Município:		Bairro:	
Localização/Endereço:			
Existe sistema de indicação (placas): <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não		Condições do sistema de indicação (placas): <input type="radio"/> Bom <input type="radio"/> Médio <input type="radio"/> Precário	
Distância do centro (hodômetro):		Proprietário:	
Telefone:		Existe sistema de reservas telefônicas? <input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	Site Internet:
Classificação Guia 4 Rodas: <input type="radio"/> Não tem classificação <input type="radio"/> 5 garfos <input type="radio"/> 4 garfos <input type="radio"/> 3 garfos <input type="radio"/> 2 garfos <input type="radio"/> 1 garfo <input type="radio"/> nenhuma			
Capacidade de atendimento simultâneo:		Nº de Mesas:	Nº de cadeiras:
Ano de inauguração (Tempo de funcionamento):			

Sistema de atendimento	Valores médios:
<input type="radio"/> Self service a vontade <input type="radio"/> Self service a quilo <input type="radio"/> A la carte (Cardápio) <input type="radio"/> Comercial <input type="radio"/> Prato feito <input type="radio"/> Pedidos no balcão <input type="radio"/> Outro: Qual? _____	

Horários de funcionamento	
<input type="radio"/> Almoço	
<input type="radio"/> Jantar	
<input type="radio"/> Outro	
Épocas de fechamento	
Sem funcionamento	

Descrição das Especialidades (pratos mais vendidos, regionais e típicos):



Universidade de São Paulo
BRASIL



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

Equipamentos e Serviços no Meio de Alimentação:					
<input type="checkbox"/> Estacionamento próprio	<input type="checkbox"/> Gratuito	<input type="checkbox"/> Pago	<input type="checkbox"/> Manobrista	<input type="checkbox"/> Serviço de traslado	<input type="checkbox"/> Gratuito <input type="checkbox"/> Pago
<input type="checkbox"/> Ar condicionado	<input type="checkbox"/> Playground	<input type="checkbox"/> Palco para shows	<input type="checkbox"/> Salão para eventos e festas	Capacidade	
<input type="checkbox"/> Ventilador					

Origem dos principais clientes:	<input type="checkbox"/> Própria cidade	<input type="checkbox"/> Da Região	<input type="checkbox"/> Viajantes / Turistas	<input type="checkbox"/> Outros
Períodos de alto atendimento:	<input type="checkbox"/> Almoço <input type="checkbox"/> Jantar <input type="checkbox"/> Dias de semana <input type="checkbox"/> Finais de semana <input type="checkbox"/> Feriados <input type="checkbox"/> Jan <input type="checkbox"/> Fev <input type="checkbox"/> Mar <input type="checkbox"/> Abr <input type="checkbox"/> Mai <input type="checkbox"/> Jun <input type="checkbox"/> Jul <input type="checkbox"/> Ago <input type="checkbox"/> Set <input type="checkbox"/> Out <input type="checkbox"/> Nov <input type="checkbox"/> Dez			
Períodos de baixo atendimento:	<input type="checkbox"/> Almoço <input type="checkbox"/> Jantar <input type="checkbox"/> Dias de semana <input type="checkbox"/> Finais de semana <input type="checkbox"/> Feriados <input type="checkbox"/> Jan <input type="checkbox"/> Fev <input type="checkbox"/> Mar <input type="checkbox"/> Abr <input type="checkbox"/> Mai <input type="checkbox"/> Jun <input type="checkbox"/> Jul <input type="checkbox"/> Ago <input type="checkbox"/> Set <input type="checkbox"/> Out <input type="checkbox"/> Nov <input type="checkbox"/> Dez			
Taxa média de atendimento:	Nº de pessoas por dia			
<input type="checkbox"/> Almoço				
<input type="checkbox"/> Jantar				
<input type="checkbox"/> Outro				

Nº de funcionários fixos (permanentes):	Nº de funcionários temporários:	Existe programa de capacitação dos funcionários? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
--	--	---

PERCEPÇÕES DO PESQUISADORES:

Categoria:	<input type="checkbox"/> Fino, luxuoso	<input type="checkbox"/> Médio luxo	<input type="checkbox"/> Simples	<input type="checkbox"/> Muito Simples
	<input type="checkbox"/> Fino, luxuoso	<input type="checkbox"/> Médio luxo	<input type="checkbox"/> Simples	<input type="checkbox"/> Muito Simples
Grau de Conforto:	<input type="checkbox"/> Muito Confortável	<input type="checkbox"/> Confortável	<input type="checkbox"/> Não confortável	
	<input type="checkbox"/> Muito Confortável	<input type="checkbox"/> Confortável	<input type="checkbox"/> Não confortável	
Ambiente e Decoração	<input type="checkbox"/> Muito agradável	<input type="checkbox"/> Agradável	<input type="checkbox"/> Não agradável	
	<input type="checkbox"/> Muito agradável	<input type="checkbox"/> Agradável	<input type="checkbox"/> Não agradável	
Higiene geral:	<input type="checkbox"/> Muito limpo	<input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> Não limpo		
	<input type="checkbox"/> Muito limpo	<input type="checkbox"/> Limpo <input type="checkbox"/> Não limpo		
Aparência dos alimentos:	<input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa	<input type="checkbox"/> Ruim		
	<input type="checkbox"/> Ótima <input type="checkbox"/> Boa	<input type="checkbox"/> Ruim		
Estado e Higiene dos banheiros:	<input type="checkbox"/> Limpo, conservado	<input type="checkbox"/> Não limpo, não conservado		
	<input type="checkbox"/> Limpo, conservado	<input type="checkbox"/> Não limpo, não conservado		

Data:	Pesquisadores:
--------------	-----------------------



Universidade de São Paulo
BRASIL



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES LOCAIS

SEÇÃO A – INTERESSE DA POPULAÇÃO LOCAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

1) Você considera sua cidade ou região bonita, atrativa? a) Sim b) Não (se SIM) 1.1) O que você considera atraente na sua cidade ou região? (livre)					
2) Por que você acha que os turistas vêm visitar sua cidade e região? (livre) (para proprietários) 2.1) Você acha que os turistas teriam interesse em conhecer a sua produção (agrícola ou pecuária)? a) Sim b) Não					
3) Você gosta do desenvolvimento do turismo na sua cidade ou região? a) Sim b) Não c) Indiferente 3.1) Por quais motivos? (livre)					
4) Você gosta de receber bem estes turistas? (buscar sinceridade, conquistar honestidade) a) Sim b) Não (se NÃO) 4.1) Por que você não gosta de receber os turistas?					
5) Você se sente valorizado com a visita dos turistas? a) Sim b) Não					
6) Você gostaria e tem interesse de trabalhar com turismo na sua cidade ou região? a) Sim b) Não (se SIM) 6.1) Em que função? (livre) (se SIM) 6.2) Onde (lugar)? (livre) (se SIM) 6.3) Por que você tem interesse em trabalhar com o turismo? (livre)					

SEÇÃO B – CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO LOCAL SOBRE O TURISMO

7) Quais atividades econômicas, sociais e culturais você acha que estão ligadas ao turismo?					
---	--	--	--	--	--



USP

 Universidade de São Paulo
BRASIL

 UNIRP
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETO

 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

8) Você acredita que o turismo melhora o desenvolvimento de sua cidade e região? a) Sim b) Não c) Não sei					
9) E esse desenvolvimento para você está sendo: a) Bom ou b) Ruim c) Não sei					
10) Que benefícios por exemplo o desenvolvimento do turismo traz? (livre)					
11) Você acha que o turismo tem ajudado a solucionar: a) todos os problemas da sua cidade e região b) alguns problemas da sua cidade e região c) nenhum problema da sua cidade e região					
12) Em quanto tempo você acha que o desenvolvimento de turismo poderá melhorar ainda mais a sua cidade e região a) em menos de 1 ano b) de 1 a 2 anos c) de 3 a 5 anos d) de 5 a 10 anos e) mais de 10 anos					
13) Você acha que o turismo é ou pode ser a salvação para os problemas da região? a) É b) Pode ser c) Não sei (Se SIM) 12.1) Por que? (livre)					
14) O que você acha que melhora com o desenvolvimento e o movimento do turismo na sua cidade e região? (livre)					
15) Você acha que está sendo beneficiado com o desenvolvimento do turismo na sua cidade ou região? a) Sim b) Não					
16) E você acha que o desenvolvimento do turismo na sua cidade está beneficiando os moradores locais? a) Todos b) Alguns ou c) Ninguém					


SEÇÃO C – ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO LOCAL COM O TURISMO

17) Atualmente, em que você trabalha? Qual a sua ocupação profissional?					
18) Você já trabalhou em alguma atividade relacionada ao turismo? A) Não trabalho e nunca trabalhei b) Sim, trabalho c) Atualmente não trabalho, mas já trabalhei (se SIM) 17.1) Em que (função)? (livre) (se SIM) 17.2) Onde (lugar)? (livre)					
19) Você já trabalhou em comércio? A) Sim b) Não (se SIM) 18.1) Em que função? (livre) (se SIM) 18.2) Onde (lugar)? (livre)					
20) Quanto você acha que sabe ou conhece sobre o turismo? A) Bastante b) Pouco c) Nada					
21) Você estaria disposto a participar de palestras e reuniões para você entender o que é o turismo ou para saber mais sobre o turismo (aqui mesmo) (sem custo)? A) Sim b) Não					
22) E a participar de cursos e treinamentos para trabalhar ou se envolver com o desenvolvimento de turismo (aqui mesmo) (sem custo)? A) Sim b) Não					
23) Você gostaria de participar das decisões sobre o desenvolvimento turístico da sua cidade ou região? A) Sim b) Não (se NÃO) 22.1) Por que não? (livre)					
24) Você gostaria de participar de alguma associação relacionada ao turismo? A) Sim b) Não (se SIM) 23.1) Qual, por exemplo? (livre)					
25) Se o turismo na sua cidade e região começasse a se desenvolver agora, o que você faria? (indicar as alternativas) a) Largaria suas atividades atuais e buscaria trabalhar e se envolver completamente com o turismo b) Não largaria as atividades atuais e buscaria se envolver aos poucos com o turismo c) Não largaria as atividades atuais e não teria interesse em se envolver com o turismo					



USP

Universidade de São Paulo
BRASIL

UNIRP
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETO



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

(apenas para proprietários) 25.1) Se o turismo começasse a trazer mais benefícios que as atividades rurais atuais, o que você faria? (apresentar as alternativas) a) substituiria completamente as atividades produtivas atuais pelo turismo b) manteria as atividades produtivas atuais, completamentando com as atividades de turismo					
--	--	--	--	--	--

SEÇÃO D – PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS DO TURISMO

26) Você acha que o turismo traz problemas e impactos para sua cidade e região? a) Sim b) Não (Se SIM) 26.1) Quais, por exemplo? (livre)					
27) Você acha que quanto maior o número de turistas visitando a sua cidade ou região, vai ser melhor para o desenvolvimento de turismo? a) Sim b) Não 27.1) Por quais motivos? (livre)					
28) Você acha que um número muito grande de turistas visitando a sua cidade ou região, ocasiona problemas? a) Sim b) Não (se SIM) 28.1) Você está disposto a conviver com esses problemas causados pelo número grande de turistas? a) Sim b) Não 28.2) Por quais motivos? (livre)					
29) Você acha que o desenvolvimento do turismo danifica a natureza? a) Sim b) Não (Se SIM) 30.1) Como? (livre)					
30) Acha que o desenvolvimento do turismo muda a cultura e os seus hábitos? a) Sim b) Não (Se SIM) 31.1) Como? (livre)					
(apenas para proprietários rurais) 30.1) Você mudaria a forma de produzir, utilizando técnicas que agridem menos o meio ambiente? a) Sim b) Não					
(apenas para proprietários rurais) 30.2) Você estaria disposto a diminuir as atividades produtivas atuais impactantes para o desenvolvimento de turismo? a) Sim b) Não					



Universidade de São Paulo
BRASIL



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

SEÇÃO E - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAL DA POPULAÇÃO LOCAL

<p>SEC 1) Qual o seu Estado Civil? a) Solteiro b) Casado c) Desquitado/Divorciado d) Separado e) Viúvo</p>					
<p>SEC 2) A sua idade está em qual faixa etária a) até 18 anos b) 18-29 anos c) 30-49 anos d) 50-65 anos e) + de 65</p>					
<p>SEC 3) Você frequentou a escola? a) Sim b) Não (Se SIM) Até que série? (associar a resposta identificando nas seguintes alternativas) a) Ensino fundamental incompleto b) completo c) Ensino médio incompleto d) completo e) Ensino superior incompleto f) completo g) Pós graduado (se completou ensino superior) Em que você se formou? (livre)</p>					
<p>SEC 4) Você participa de alguma religião? a) Sim b) Não (Se SIM) Qual? (livre)</p>					
<p>SEC 5) Para nossa pesquisa, necessitamos de uma indicação, a grosso modo (aproximado) da renda total de sua família. Você poderia me dizer em qual dessas faixas você se encaixa? a) Até R\$ 500 b) de R\$ 500 a R\$ 1.000 c) de R\$ 1.000 a R\$ 2.000 d) de R\$ 2.000 a R\$ 3.000 e) de R\$ 3.000 a R\$ 5.000 f) Mais de R\$ 5.000 g) Não quis responder Quantas pessoas vivem desta renda? (livre)</p>					
<p>(apenas para produtores rurais) SEC 6) Você tem filhos? a) Sim b) Não (Se SIM) Quantos? (livre) (Se SIM) Quantos deles deixaram de trabalhar aqui na propriedade? (livre) (Se SIM) Por que? Para onde foram?</p>					



Universidade de São Paulo
BRASIL



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

SEÇÃO F - OBSERVAÇÃO DO ENTREVISTADO SOBRE A PESQUISA

O que você achou da entrevista? (livre)					
Quais questões você achou complicadas ou não entendeu direito? (livre) a) nenhuma					
Quais sugestões ou dicas você teria para as próximas entrevistas? (livre)					
NOME DO ENTREVISTADO (OPCIONAL)					
PROPRIEDADE					
LOCALIZAÇÃO					

SEÇÃO G - OBSERVAÇÃO DO APLICADOR

O entrevistado pareceu: a) Sério b) Interessado c) Muito Colaborador d) Desinteressado e) Apressado/Impaciente f) Indeciso g) Vago					
Os dados obtidos são: a) Confiáveis b) Não confiáveis					
Quais dificuldades encontradas pelo aplicador: a) localizar entrevistados b) solicitar colaboração c) explicar motivo da entrevista d) explicar algumas questões e) nenhuma dificuldade					
Quais questões pareceram causar resistências ou embaraços? (livre)					
Quais questões foram necessárias explicações adicionais? (livre)					
DATA					
NOME DO APLICADOR					
ASSINATURA DO APLICADOR					



USP

 Universidade de São Paulo
BRASIL

 UNIRP
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETO

 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TURISTAS
SEÇÃO A – PERFIL TURÍSTICO DO VISITANTE

1) Qual a distância de seu local de origem, de onde você reside (em km)? OU Qual a sua procedência (cidade)?					
2) Qual a frequência de suas viagens? a) Todas as férias b) Todo final de semana c) Todo feriado d) Alguns feriados/fins de semana e) Raramente					
3) Com quem você geralmente viaja? a) Sozinho b) Com o(a) companheiro(a) c) Com amigos e parentes d) Só com amigos e) Só com a família					
4) Como a viagem é geralmente organizada? a) Pelo próprio entrevistado, reservas diretas b) Por amigos ou parentes c) Por agências (compra de pacotes) - excursão d) Outro (Qual?)					
5) Qual é o destino que você prefere viajar? a) Praia b) Campo/meio rural c) Natureza d) Região de Serras e) Rios/Lagos f) Cidades históricas g) Grandes cidades h) Variado					
6) Você costuma visitar o ambiente natural e o meio rural? a) Sim b) Não (Se a resposta for Não): É a primeira vez? a) Sim b) Não					
7) Por que motivo você gosta de viajar a áreas rurais e naturais?					
8) Quais meios de transporte geralmente usa para viajar? a) Veículo próprio (Carro) b) Ônibus de excursão c) Ônibus de linha d) Moto e) Van f) Veículo alugado g) Avião h) Vários					
9) E qual foi o meio de transporte usado para vir até a região? a) Veículo próprio (Carro) b) Ônibus de excursão c) Ônibus de linha d) Moto e) Van f) Veículo alugado					
10) Que tipo de acomodação você geralmente prefere em suas viagens? a) Hotel b) Pousada c) Camping d) Casa alugada e) Casa de amigos/parentes f) Outro (Qual?)					
10.1) Em que lugar? a) Na cidade b) No campo/meio rural					



USP

 Universidade de São Paulo
BRASIL

 UNIRP
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETO

 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

11) E em qual tipo de hospedagem você está aqui? a) Hotel b) Pousada c) Camping d) Casa alugada e) Casa de amigos/parentes f) Outro (Qual?) g) nenhum / está somente de passagem 11.1) Em que lugar? a) Na cidade b) No campo/meio rural					
12) Como ficou sabendo deste local/da região? a) Indicação de amigos/parentes b) Internet c) Revistas/reportagens d) Agência de turismo e) Catálogos/folders f) Outro (Qual?)					

13) Por quantos dias está visitando na região?

14) Qual a quantia total aproximada que você acha que vai gastar na sua viagem pela região?

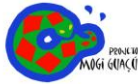
14.1) Quantas pessoas estão incluídas nesta quantia de despesas da viagem?

SEÇÃO B- AVALIAÇÃO GERAL DA REGIÃO (MUNICÍPIO)

Avalie as seguintes características da região (município) em Ótimo, Bom, Regular, Ruim ou Não sabe avaliar					
15) Estradas e as vias de acesso da região: a) Ótimo b) Bom c) Regular d) Ruim e) Não sei					
16) Sinalização da região: a) Ótimo b) Bom c) Regular d) Ruim e) Não sei					
17) Restaurantes e lanchonetes da região: a) Ótimo b) Bom c) Regular d) Ruim e) Não sei 17.1) O que você achou dos preços cobrados pelos restaurantes? a) Barato b) Razoável c) Caro					
18) Limpeza na região: a) Ótimo b) Bom c) Regular d) Ruim e) Não sei					
19) Segurança (pública) da região: a) Ótimo b) Bom c) Regular d) Ruim e) Não sei					
20) Atenção, Receptividade e Cordialidade prestadas pelos moradores da região? a) Ótimo b) Bom c) Regular d) Ruim e) Não sei					



<p>21) (Se ficou hospedado em algum hotel/pousada/camping na região): Como você avalia o meio de hospedagem que ficou: a) Ótimo b) Bom c) Regular d) Ruim e) Não sei 21.1) O que você achou dos preços cobrados do meio de hospedagem? a) Barato b) Razoável c) Caro</p>					
<p>22) Você contratou um guia para os passeios na região? a) Sim b) Não (Se Sim): 22.1) Avalie os serviços dos guias de turismo: a) Ótimo b) Bom c) Regular d) Ruim e) Não sei (Se Sim): 22.2) O que você achou dos preços cobrados pelos guias? a) Barato b) Razoável c) Caro</p>					
<p>23) Você utilizou algum meio de transporte (ônibus, van, táxi) da região? a) Sim b) Não (Se Sim): 23.1) Qual? (Se Sim): 23.2) Como você avalia os serviços de transportes da região (ônibus, táxis, vans)? a) Ótimo b) Bom c) Regular d) Ruim e) Não sei (Se Sim): 23.3) O que você achou dos preços cobrados do transporte usados? a) Barato b) Razoável c) Caro</p>					
<p>24) Como você avalia a diversidade de atrativos existentes e as atividades turísticas oferecidas na região: a) Ótimo b) Bom c) Regular d) Ruim e) Não sei</p>					
<p>25) Preços cobrados pelos passeios/atividades? a) Barato b) Razoável c) Caro</p>					
<p>26) Impressão geral da região: a) Ótimo b) Bom c) Regular d) Ruim e) Não sei</p>					
<p>27) Você retornaria à região novamente? a) Sim b) Não c) Talvez</p>					
<p>28) Você recomendaria e indicaria esta região para outras pessoas? a) Sim b) Não (Se Não): 28.1) Por que?</p>					
<p>OUTRA(S) CONSIDERAÇÃO(ÕES) COLOCADAS PELO ENTREVISTADO</p>					



USP

Universidade de São Paulo
BRASIL

UNIIRP
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETO



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

SEÇÃO C – AVALIAÇÃO GERAL DO LOCAL (ATRATIVO) VISITADO

29) A visita a este local correspondeu às suas expectativas? a) Sim b) Não c) Mais ou menos

30) Você retornaria a este local? a) Sim b) Não c) Talvez					
31) (Se o local cobrar a entrada para visitação) : Você achou justo pagar para visitar o local? a) Sim b) Não					
32) (Se for cobrado) O que você achou do preço cobrado? a) Barato b) Razoável c) Caro					
33) (Se não for cobrado) Você pagaria para visitar o local? a) Sim b) Não					
33.1) Até quanto estaria disposto a pagar?					

SEÇÃO D - PERCEPÇÃO DOS IMPACTOS DA VISITAÇÃO

34) Você observou algum tipo de impacto/efeito negativo neste local devido aos turistas? a) Sim b) Não 34.1) Qual(is)?					
(Se Sim) 35) Esses impactos influenciam quanto na sua visita (satisfação)? a) Muito b) Mais ou menos c) Pouco d) Nada					
(Se Sim) 36) Avalie as condições e grau desses impactos observados? a) Alto b) Aceitável c) Baixo					

SEÇÃO E - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO-CULTURAL

SEC 1) Qual o seu Estado Civil? a) Solteiro b) Casado c) Desquitado/Divorciado d) Separado e) Viúvo					
SEC 2) A sua idade está em qual faixa etária a) até 18 anos b) 18-29 anos c) 30-49 anos d) 50-65 anos e) + de 65					
SEC 3) Até que série você frequentou a escola? (associar a resposta identificando nas seguintes alternativas) a) Ensino fundamental incompleto b) completo c) Ensino médio incompleto d) completo e) Ensino superior incompleto f) completo g) Pós graduado (se completou ensino superior) Em que você se formou? (livre)					
SEC 4) Você participa de alguma religião? a) Sim b) Não (Se SIM) Qual? (livre)					



Universidade de São Paulo
BRASIL



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
PETROBRAS

<p>SEC 5) Para nossa pesquisa, necessitamos de uma indicação, a grosso modo (aproximado) da renda total de sua família. Você poderia me dizer em qual dessas faixas você se encaixa?</p> <p>a) Até R\$ 500 b) de R\$ 500 a R\$ 1.000 c) de R\$ 1.000 a R\$ 2.000 d) de R\$ 2.000 a R\$ 3.000 e) de R\$ 3.000 a R\$ 5.000 f) Mais de R\$ 5.000 g) Não quis responder</p> <p>Quantas pessoas vivem desta renda? (livre)</p>					
--	--	--	--	--	--

SEÇÃO F - OBSERVAÇÃO DO ENTREVISTADO SOBRE A PESQUISA

O que você achou da entrevista? (livre)					
Achou alguma questão complicada, constrangedora? Tem alguma sugestão? (livre)					
NOME DO ENTREVISTADO (OPCIONAL)					

SEÇÃO G - OBSERVAÇÃO DO APLICADOR

<p>O entrevistado pareceu:</p> <p>a) Sério b) Interessado c) Muito Colaborador d) Desinteressado e) Apressado/Impaciente f) Indeciso g) Vago</p>					
Os dados obtidos são: a) Confiáveis b) Não confiáveis					
<p>Quais dificuldades encontradas pelo aplicador:</p> <p>a) localizar entrevistados b) solicitar colaboração c) explicar motivo da entrevista d) explicar algumas questões e) nenhuma dificuldade</p>					
Quais questões pareceram causar resistências ou embaraços? (livre)					
Quais questões foram necessárias explicações adicionais? (livre)					
DATA					
NOME DO APLICADOR					

APÊNDICE G RECOMENDAÇÕES PARA ATUAÇÃO EM ENTREVISTAS NA PESQUISA DE CAMPO

- Ao abordar uma pessoa, apresente-se antes e discorra rapidamente e resumidamente sobre o motivo e a importância da pesquisa;

Exemplo:

“Boa tarde, desculpe lhe incomodar. Meu nome é _____ e eu gostaria da atenção do Senhor, por favor. Nós somos do projeto Mogi-Guaçu, que está sendo desenvolvido por Universidades do Estado de São Paulo (USP-São Carlos e UNIRP), e patrocinado pelo Programa Petrobras Ambiental. Estamos fazendo uma importante pesquisa (estudo) com os objetivos de melhorar e colaborar com o desenvolvimento adequado do turismo nesta região”.

Observação:

O objetivo de citar exemplos não é para segui-los, repetidamente (“como um papagaio”). Os exemplos servem apenas para nortear como poderia ser uma abordagem dos entrevistados. Use o bom senso para adequar-se às situações durante as entrevistas.

- Antes de começar a entrevista, pergunte se a pessoa está disposta a colaborar, cooperar com a pesquisa;

Exemplo:

“Gostaria de saber se você poderia durante um pequeno momento, colaborar (ajudar) com a pesquisa, respondendo algumas questões sobre turismo e sobre as suas opiniões. Não levará muito tempo!”

- Mesmo se houver recusa na colaboração, agradeça a pessoa (isso evita problemas e conseqüências posteriores);

Exemplo:

“Não tem problema se você não quis colaborar. O projeto respeita muito a sua posição. Mas gostaríamos só de saber porque você não quis colaborar em responder algumas questões? Muito obrigado, e desculpe-nos.”

- Crie uma atmosfera permissiva e favorável;

Exemplo:



“Pode ficar tranqüilo quanto às informações que você der. Elas somente colaboração para a melhoria do desenvolvimento do turismo para a região.”

- Mantenha sempre um ambiente amigável, e uma situação inter-pessoal agradável, inclusive fora da entrevista (com comentários inteligentes e adequados);
- Crie um atmosfera de simpatia e de cordialidade (cordialidade não é formalidade!);
- Exemplos de frases cordiais de início da entrevista:
 - “Boa tarde; bom dia; boa noite...”;*
 - “Por favor...”;*
 - “Desculpe incomodar...”;*
 - “Desculpe atrapalhar suas atividades..”;*
 - “Por gentileza...”;*
 - “Somente por um instante..”;*
- Exemplos de frases cordiais durante a entrevista:
 - “Por favor, agora diga-me...”*
 - “Estamos interessados em saber...”;*
 - “Agora gostaria de saber..”;*
- Frases cordiais no término da entrevista:
 - “Muito obrigado pela sua atenção”;*
 - “Muito obrigado pela sua colaboração”;*
 - “Boa tarde; bom dia; boa noite...”;*
- Estabeleça um ambiente de igualdade (nunca de superioridade) e utilize uma linguagem simples;
- Dê sempre muita atenção ao entrevistado, demonstre seu interesse no que ele está dizendo e informando (e anote tudo que for informação Extra, fora do questionário);
- Estabeleça constantemente uma maneira adequada de formular as questões;
- Lembre-se que pode ocorrer da pessoa entrevistada nunca tenha pensado sobre o assunto questionado. Por isso, dê-lhe tempo para pensar, tranqüilizando-o e expondo que o informante tem tempo para isso. Isso evita respostas do tipo não sei, que são indesejáveis para a pesquisa;
- Procure mostrar que nas respostas às questões não há o certo e nem o errado;
- Busque a sinceridade e a honestidade do entrevistado (sem pedir, é claro!);
- Tome sempre cuidado as fazer as questões sensíveis (embaraçosas ou ameaçadoras);



- Crie momentos de liberdade para o entrevistado relatar (e não perca a oportunidade: anote o relato, as observações e os esclarecimentos!);
- Nunca interrompa o entrevistado;
- Fique sempre atento aos enganos dos entrevistados. Corrija os enganos, esclarecendo novamente as questões de outra maneira. Nunca mostre ou ressalte o engano cometido pelo entrevistado;
- Busque sempre e constantemente ser:
 - Cordial;
 - Receptivo;
 - Atencioso;
 - Sensível;
 - Bons anotadores (observações, situações).

BOA ENTREVISTA E SUCESSO NA PESQUISA DE CAMPO!

Patrocínio:

PROGRAMA
**PETROBRAS
AMBIENTAL**



Realização:



EIPA

USP

UNIRP
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETO

CAPÍTULO 6

PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO TURISMO: UMA PROPOSTA PARA O ENVOLVIMENTO E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL



HANAI, FREDERICO YURI. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009. Orientador: Prof. Assoc. Evaldo Luíz Gaeta Espíndola.

RESUMO

As aspirações de sustentabilidade conduzem a novas ideias de pensar, abordar e agir em projetos e intervenções locais. Os esforços recentes de desenvolvimento, inclusive do turismo, têm incorporado, de alguma forma, os postulados de sustentabilidade, procurando assegurar a promoção e a produção de benefícios direcionados às comunidades locais, sendo frequentes os discursos sobre sua participação no processo de desenvolvimento. Entretanto, são poucos os trabalhos e as iniciativas que promovem e direcionam esforços para a sensibilização e educação dos residentes locais, ou mesmo para criar oportunidades de participação efetiva nas discussões e definições do desenvolvimento turístico local. Sendo assim, o objetivo do presente capítulo é discorrer sobre as concepções, procedimentos e recomendações para implementação de programas de sensibilização turística em destinos turísticos, e apresentar um exemplo de aplicação no município de Bueno Brandão, localizado no sul do estado de Minas Gerais, Brasil. O programa de sensibilização sustentável do turismo buscou proporcionar aos residentes locais a incorporação de conhecimentos básicos sobre a sustentabilidade e um maior esclarecimento dos fenômenos associados à atividade turística. Os programas de sensibilização turística envolveram: a identificação do perfil socioeconômico e cultural da população local (entrevistas com a população local) para a definição das estratégias do programa; a preparação do conteúdo e elaboração de materiais didáticos e informativos (cartilha de sensibilização sustentável do turismo); a veiculação do programa em meios de comunicação (*spots* para veiculação em rádios, entrevistas em periódicos e rádios locais); e a realização de palestras de sensibilização turística em eventos específicos envolvendo a comunidade local. O programa de sensibilização turística constituiu-se numa valiosa forma de sensibilizar a população local sobre a sustentabilidade do turismo e permitiu: aumentar sua capacidade de participação e de organização; fortalecer sua capacidade de argumentação frente a outros interlocutores; incentivar o seu envolvimento e potencializar sua atuação de forma conjunta e integrada nas ações de desenvolvimento turístico local.

Palavras-chave: sensibilização turística; programas de sensibilização turística; turismo sustentável; participação; população local; comunidade local.

INTRODUÇÃO

As aspirações de sustentabilidade conduzem a novas ideias de pensar, abordar e agir em projetos e intervenções locais. Os diversos fatores e critérios relacionados ao conceito de sustentabilidade requerem novas concepções de planejamento num sentido mais amplo, que implica em reconhecer os problemas sociais, a diversidade cultural, a dinâmica ambiental, as peculiaridades locais e as suas especificidades, num processo de transformação socioambiental.

Algumas metodologias atuais de planejamento visando a sustentabilidade têm se preocupado com a escala local, inserindo abordagens de participação e envolvimento da comunidade, procurando assegurar a produção de benefícios locais, assim como a geração de melhorias na sua qualidade de vida e bem-estar social.

Segundo Petersen e Romano (1999), projetos bem sucedidos de desenvolvimento estão, em geral, associados às condições primordiais de participação da sociedade civil na elaboração e implementação de planos, programas e ações inovadoras, e enfoque local no processo de desenvolvimento.

Assim, a busca e a eficácia da sustentabilidade local devem enfatizar precisamente as propostas que permitam a verdadeira inclusão dos atores da comunidade, envolvidos num mesmo processo com a determinação e capacidade para realizá-las (MARTÍNEZ e HIRABAYASHI, 2003; RANAURO, 2004).

Também nos estudos de turismo são frequentes os discursos sobre a participação da comunidade local com a colaboração individual e ativa no processo de desenvolvimento turístico. “A participação dos vários atores sociais da comunidade é um dos elementos mais importantes para a realização do desenvolvimento do turismo sustentável” (KO, 2005, p.439).

Entretanto, são poucos os trabalhos e as iniciativas que se direcionam ao empenho de sensibilizar e educar turisticamente os residentes locais, assim como de promover e/ou criar espaços para a sua participação efetiva nas discussões e definições do desenvolvimento turístico local.

Em alguns casos, quando isso se faz (disponibilidade de abertura e condições para o envolvimento da sociedade local), esbarra-se em situações de participação ilusória dos moradores locais, que ludibriados pelas possibilidades e oportunidades do desenvolvimento turístico, aceitam passivamente as decisões tomadas e direcionadas a interesses de grupos individuais, que nem sempre constituem-se nos benefícios coletivos. Tais situações devem ser evitadas, por meio de oportunidades de atuação ativa da comunidade local, propiciadas pela sua sensibilização sobre o fenômeno turístico.

No entanto, a efetiva participação das comunidades anfitriãs requer a compreensão do processo de desenvolvimento do turismo, que somente é possível se houver a necessária incorporação de conhecimentos básicos sobre turismo e um maior esclarecimento dos fenômenos associados à atividade turística.

Constata-se, portanto, que o esforço em sensibilização da sociedade para o turismo sustentável é primordial para a construção de novos paradigmas do desenvolvimento turístico, envolvendo além da capacitação das comunidades locais, o investimento nas potencialidades regionais e a discussão dos riscos e benefícios que o turismo pode trazer para um determinado destino (IRVING *et al*, 2005).

Comunidades anfitriãs, esclarecidas e conscientes de sua responsabilidade para o sucesso do desenvolvimento turístico, podem participar e se envolver, de maneira ativa e efetiva, nos processos decisórios locais, permitindo o seu posicionamento de forma crítica, a fim de valorizar a sua identidade e o seu interesse local pelo turismo, fortalecendo os princípios sustentáveis do desenvolvimento.

OBJETIVO

O objetivo do presente capítulo é discorrer sobre as concepções, procedimentos e recomendações para implementação de programas de sensibilização turística em destinos turísticos, e apresentar um exemplo de aplicação no município de Bueno Brandão localizado no sul do estado de Minas Gerais, Brasil.

TURISMO SUSTENTÁVEL E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

De acordo com o artigo 4º da Carta de Lanzarote (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE, 1995), a contribuição ativa do turismo ao desenvolvimento sustentável pressupõe necessariamente a solidariedade, o respeito mútuo e a participação de todos os atores, tanto públicos com privados, envolvidos no processo de desenvolvimento.

O desafio da sustentabilidade em destinos turísticos é urgente e requer o compromisso institucional das autoridades locais, assim como a colaboração ativa dos atores individuais que atuam nos destinos (YUNIS, 2002). “Não há como pensar em sustentabilidade sem a contribuição equitativa das comunidades e seus saberes” (RANAURO, 2004, p. 27).

A lógica do turismo sustentável requer um processo eminentemente participativo, cujo êxito depende da capacidade de envolver a sociedade, que é, sobretudo, o protagonista do processo de desenvolvimento turístico (CHOI e SIRAKAYA, 2005; SÁNCHEZ RIVERO e PULIDO FERNÁNDEZ, 2008).

O desenvolvimento sustentável do turismo deve ser planejado e administrado pelos atores sociais de uma comunidade (CHOI e SIRAKAYA, 2006). De forma particular, os governantes locais devem solicitar a seus residentes ampla e direta participação para que possam influenciar nas tomadas de decisão e garantir a todos os atores sociais uma distribuição justa de benefícios.

Entretanto, a participação das comunidades não deve ser entendida como um processo passivo de envolvimento entre as pessoas, ou num monólogo assistido e concordado, que se exerce parcialmente ou em certos setores da vida social ou do processo educacional (RANAURO, 2004). A participação relaciona-se ao poder efetivo de decisão e implica no envolvimento ativo em todas as instâncias, e em todos os domínios, visando resgatar e valorizar os saberes locais.

Alguns pesquisadores, planejadores, tomadores de decisão e representantes do setor turístico têm reclamado do processo de planejamento participativo, considerando-o improdutivo com dispêndio de tempo (SWARBROOKE, 2000). Mas, Boothroyd (1986) argumenta que apesar do processo participativo

consumir mais tempo do que outros métodos, os resultados provenientes possuem maior probabilidade de obter sucesso.

Boothroyd (1986) listou cinco benefícios do processo de desenvolvimento participativo, a saber: melhoria das bases de informação; garantia de que os residentes locais (influenciados pelas decisões) foram consultados e estão mais bem informados; criação de senso de compreensão comum e entendimento coletivo; estabelecimento de um amplo compromisso para decisões; e melhoria do suporte em direção do desenvolvimento do turismo.

A efetiva participação das comunidades locais no processo de planejamento e gestão da atividade turística é essencial e imprescindível, pois a população local é conhecedora e vivencia a sua realidade imediata, sendo capaz de identificar problemas e necessidades, avaliar alternativas, desenvolver estratégias para proteção e/ou valorização de patrimônios naturais e culturais, buscando soluções para os problemas identificados e sugerindo caminhos que levem à melhoria da qualidade de vida, ao fortalecimento da cultura local e ao bem-estar social (IRVING et al., 2005).

Espaços de participação devem ser abertos para que sejam ocupados pelos saberes e culturas das comunidades envolvidas nos processos de desenvolvimento sustentável (RANAURO, 2004), inclusive no monitoramento destes processos.

A IMPORTÂNCIA E A NECESSIDADE DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO TURÍSTICAS

Os princípios do turismo sustentável prescrevem o envolvimento, a participação e a mobilização da população local no processo de desenvolvimento turístico. Esta abordagem participativa só pode ser concretizada se a sociedade local incorporar os conceitos básicos da sustentabilidade do turismo e possuir o discernimento e a compreensão dos diversos aspectos envolvidos no processo de seu desenvolvimento.

A inexistência da consciência turística da comunidade local e de sua compreensão básica sobre o fenômeno turístico numa localidade pode ocasionar:

- Desinteresse da comunidade no processo participativo de desenvolvimento turístico local;
- Visão depreciativa do turismo e atitude de resistência e receio ao seu desenvolvimento, comprometendo a imagem do destino turístico;
- Frustrações locais e perda da credibilidade no desenvolvimento turístico;
- Falta de preparação para atuação direta ou indireta no turismo, refletindo na qualidade dos serviços e da receptividade dos turistas;
- Desconsideração dos verdadeiros interesses comunitários da sociedade local.

Estas situações são complicadas de serem revertidas, exigindo esforços bem maiores do que a elaboração e aplicação de um programa de sensibilização turística para a comunidade local.

A sensibilização turística da população local torna-se uma etapa fundamental do processo de planejamento e organização do turismo, possibilitando o sucesso da implementação de planos e projetos de turismo. Além disso, permite que a própria comunidade consiga, por consciência própria, optar pelo tipo de turismo desejável, definindo os rumos e o direcionamento dos procedimentos para o desenvolvimento da sociedade local.

No Brasil, com o intuito de promover o desenvolvimento das regiões turísticas, o Ministério do Turismo elaborou documentos técnico-orientadores para a implementação do Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2004a, 2004b). Em seu caderno do módulo operacional de sensibilização, o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007b) define que sensibilizar é oferecer, às pessoas da comunidade ou da região, os meios e os procedimentos que as façam perceber novas possibilidades e lhes permitam enfrentar as mudanças e as transformações necessárias quando se adota uma nova postura frente ao turismo. “Significa, na prática, **convencer** as pessoas da comunidade de que sua organização e seu envolvimento são condições essenciais para o fortalecimento de sua região” (BRASIL, 2007b, p.15, grifo nosso).

Entretanto, o intuito a que se refere à sensibilização citada neste documento difere da abordagem considerada no presente trabalho, pois a sensibilização da comunidade local tem a intenção de **esclarecimento e não de convencimento** sobre o turismo, no sentido de torná-las aptas à tomada de suas próprias decisões sobre o futuro do desenvolvimento turístico.

A sensibilização turística prepara a comunidade para entender o processo do desenvolvimento do turismo e, assim, cria oportunidades aos residentes de envolverem-se ativamente com a atividade (OLIVEIRA, 2002), viabilizando a consecução de ações conjuntas e integradas e a concretização de objetivos comuns e congruentes.

McCool, Moisey e Nickerson (2001) realizaram uma pesquisa no estado de Montana (EUA) envolvendo 108 membros do setor privado do turismo (líderes e representantes do setor turístico) com objetivo de investigar a relação entre o conceito de sustentabilidade e o turismo, e de que forma a sustentabilidade do turismo deve ser medida. Dos resultados obtidos, os autores concluíram que o conceito de sustentabilidade existente na concepção dos membros entrevistados é vago e incapaz de ser traduzido adequadamente nas políticas específicas, nas ações ou nos indicadores de sustentabilidade. Os dados mostraram uma desconexão entre as prioridades a serem sustentadas pelo turismo e os indicadores que deveriam medir os progressos em direção a esses objetivos prioritários.

O trabalho realizado por McCool, Moisey e Nickerson (2001) mostrou que a falta de consistência dos resultados refletiu a confusão do significado de sustentabilidade do turismo presente na concepção dos respondentes (líderes e representantes entrevistados). Esta confusão existe não somente nos envolvidos com setor turístico, mas provavelmente nos grupos de gestores e residentes locais. Os resultados obtidos sugerem implicações para o desenvolvimento do turismo: se o turismo é visto como uma ferramenta de desenvolvimento para alcançar a sustentabilidade, deveria haver concordância entre os grupos (setor privado, gestores e residentes locais) no que é ser sustentável, assim como nos caminhos apropriados para este objetivo (McCOOL, MOISEY E NICKERSON, 2001).

Este caso ilustra a importância e a necessidade da consciência e da compreensão da sociedade sobre a sustentabilidade do turismo, que direcionam as

metas e ações para o desenvolvimento sustentável local. A compreensão da sociedade e o estabelecimento da consciência comum sobre a sustentabilidade do turismo podem ser viabilizados pelos programas de sensibilização turística.

Além disso, a benevolência e a cooperação de comunidades receptoras no processo de desenvolvimento turístico são elementos fundamentais no sucesso do destino turístico, pois sua receptividade influencia fortemente na atração e satisfação turística dos visitantes.

O envolvimento, a mobilização e a participação desejáveis da população local nos processos de planejamento, organização e desenvolvimento sustentável do turismo podem ser viabilizados por meio de programas de sensibilização e educação turísticas, que devem ser elaborados e executados em função das características socioculturais locais.

OS PROGRAMAS DE SENSIBILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

Os programas de sensibilização turística visam promover aos residentes de destinos turísticos a elucidação das necessidades, prioridades e aspectos essenciais do planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável, ressaltando a importância da sua participação e atuação social neste processo.

A realização dos programas de sensibilização turística não tem o intuito de convencer a sociedade local a considerar o turismo como a única opção ideal para a solução de todos os problemas e para melhorar as condições ambientais e socioeconômicas da comunidade.

Os programas de sensibilização turística devem apresentar à sociedade local, as informações e os conteúdos sobre as oportunidades e também sobre os possíveis riscos que o desenvolvimento turístico pode provocar na localidade. Além disso, a sensibilização turística deve preparar a comunidade para assumir as responsabilidades coletivas da atividade turística, a fim de se evitar os possíveis impactos negativos e maximizar os potenciais benefícios advindos da atividade turística.

Os programas de sensibilização turística devem ser elaborados de forma sistemática, com base no estabelecimento dos seus objetivos, na determinação dos grupos-alvo, com especificação das técnicas de sensibilização a serem utilizadas.

As técnicas básicas normalmente empregadas nos programas de sensibilização pública são (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003; BRASIL, 2007b): programas de rádio regulares; programas locais de televisão; artigos de jornais; pôsteres, planfletos, livretos; educação para o turismo em sistema escolar; reuniões da comunidade sobre turismo; publicação de periódicos locais; seminários e conferências públicas.

Os programas de sensibilização turística consistem num importante veículo multiplicador, irradiador e disseminador dos conceitos turísticos, incentivando e mobilizando a participação da sociedade local no processo de desenvolvimento local.

METODOLOGIA

O presente trabalho descreve os procedimentos metodológicos adotados para o envolvimento e a participação da sociedade local durante a realização de ações de desenvolvimento sustentável do turismo no município de Bueno Brandão-MG.

As ações foram desenvolvidas pelo Núcleo de Turismo do Projeto Mogi-Guaçu (projeto socioambiental de pesquisa científica e extensão universitária, com o financiamento do Programa Petrobras Ambiental), com objetivo de promover a inserção e o desenvolvimento do turismo sustentável na região. Dentre estas ações, destaca-se a elaboração de um programa de sensibilização turística.

A seguir são apresentados os procedimentos adotados na elaboração e aplicação do programa de sensibilização turística, visando o envolvimento e a participação da comunidade local nas ações do referido projeto:

- 1) Identificação do perfil socioeconômico e cultural da população local (entrevistas com a população local);
- 2) Preparação do conteúdo e elaboração de materiais didáticos e informativos para o programa de sensibilização turística;

- 3) Aplicação do programa de sensibilização turística em meios de comunicação (*spots* para veiculação em rádios, entrevistas em periódicos e rádios locais);
- 4) Aplicação do programa de sensibilização turística por meio de palestras destinadas à comunidade local.

Numa etapa preliminar exploratória, a pesquisa preocupou-se em consultar os moradores locais a fim de obter sugestões sobre os procedimentos e a forma de abordagem a serem adotados para a realização das ações pretendidas e para a viabilização dos objetivos propostos.

A consulta à sociedade local, com a consideração de suas ideias e sugestões (sobre a programação, os procedimentos, métodos, técnicas, e cronograma) é essencial para que as ações propostas no projeto se desenvolvam de maneira satisfatória, produtiva e com sucesso.

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DA POPULAÇÃO LOCAL (ENTREVISTAS COM A POPULAÇÃO LOCAL)

A pesquisa com moradores locais permitiu a identificação de aspectos do seu perfil socioeconômico e cultural, indispensáveis para a definição do programa de sensibilização turística, e também foi importante para identificar o seu grau de conhecimento sobre a atividade turística.

Além disso, os resultados deste levantamento auxiliaram na definição e elaboração do programa de sensibilização turística mais adequado e adaptado às condições da vida cotidiana da população local, em função das suas características culturais e sociais.

Como os atores locais envolvidos com o turismo foram motivados para a discussão e reflexão sobre o processo de desenvolvimento turístico na região, o trabalho também buscou investigar e caracterizar a expectativa e o interesse da comunidade local no desenvolvimento turístico.

A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas diretas aos moradores locais, sendo aplicado questionário estruturado¹⁴, para levantamento dos seguintes aspectos:

- Perfil socioeconômico cultural;
- Grau de interesse em participação e envolvimento no desenvolvimento do turismo;
- Conhecimento sobre o turismo e seus princípios sustentáveis; os benefícios do turismo; os impactos do turismo;
- Expectativa do desenvolvimento do turismo na região;
- Grau de envolvimento e participação no processo de desenvolvimento turístico.

As entrevistas individuais com os moradores locais (Figura 6.1) foram realizadas por uma equipe de investigação em campo, composta por colaboradores voluntários e por alunos de graduação dos cursos de Turismo, Geografia e Engenharia Ambiental. A formação de uma equipe de campo com vários integrantes teve intuito de agilizar as ações da pesquisa na coleta de dados e entrevistas.



Figura 6.1 – Conjunto de imagens das entrevistas com a população local

¹⁴ O questionário estruturado aplicado aos moradores locais compreendeu questões abertas e fechadas (dicotômicas e em série graduadas) numa estrutura de entrevista padronizada, cujo modelo está apresentado no Apêndice E do capítulo anterior.

Devido à importância de se obter relatos e dados sinceros dos entrevistados (moradores locais, proprietários rurais e visitantes), buscou-se estudar as técnicas para deixá-los à vontade em responder as questões, e as formas de conquistar a confiança.

Para o treinamento da equipe de campo e para avaliar a fidedignidade e validade dos questionários, foi prevista a realização de pré-testes. Os pré-testes foram realizados por meio da aplicação dos questionários em entrevistas, que foram aprimorados com a finalidade de testar e verificar o entendimento, a pertinência e a completitude das questões.

RESULTADOS DA IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS MORADORES LOCAIS

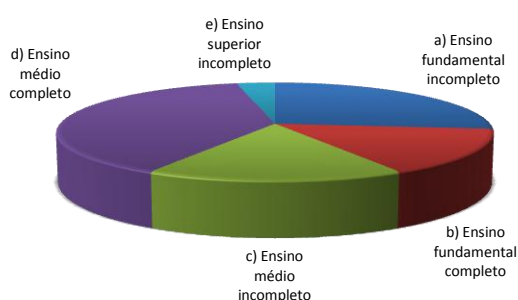
A pesquisa realizou entrevistas com 65 moradores locais, produtores e proprietários rurais, cujos resultados propiciaram a identificação do seu perfil socioeconômico e cultural, e também o reconhecimento do seu interesse e compreensão sobre o turismo.

O levantamento do perfil turístico da sociedade local foi importante para direcionar as estratégias de aplicação dos programas de sensibilização turística facilitando o conteúdo a ser abordado e a linguagem técnica a ser empregada.

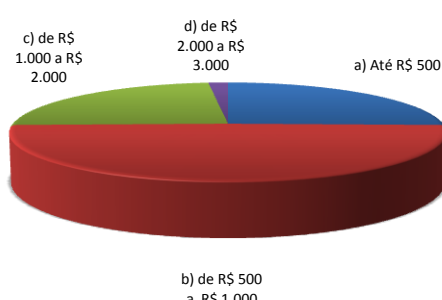
O reconhecimento, a valorização e o respeito dos aspectos culturais e comportamentais dos moradores propiciaram a proposição de ações condizentes, pertinentes e aplicáveis à realidade local, que foram balizadas e acreditadas pela comunidade local.

Conforme pode se observar nas Figuras 6.2 e 6.3, a maioria dos moradores locais entrevistados possui até o ensino médio completo (apenas 3% possuem superior incompleto) e recebe renda mensal de até R\$ 2.000,00 (98%).

ESCOLARIDADE



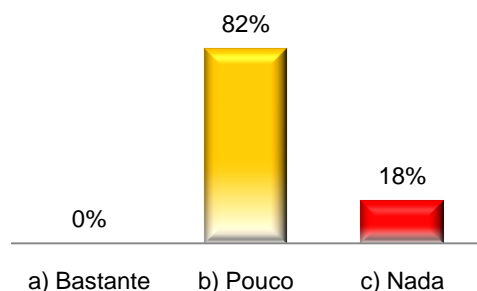
RENDA FAMILIAR



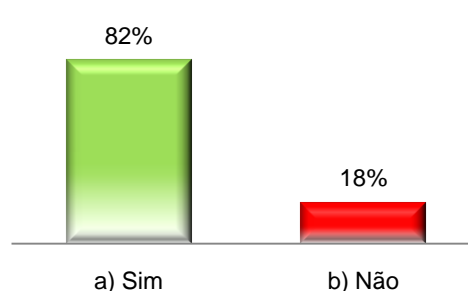
Figuras 6.2 e 6.3 – Escolaridades e rendas familiares dos moradores locais entrevistados

A pesquisa com os moradores locais identificou o grau de conhecimento sobre turismo auto-atribuído, sendo que 82% se consideram pouco informados e 18% se consideram totalmente desinformados sobre turismo. Entretanto, observou-se o interesse e a disposição favorável dos moradores locais em obter conhecimentos sobre a atividade turística, sendo que 82% dos entrevistados se mostraram dispostos a participar das reuniões e palestras de sensibilização turística (Figuras 6.4 e 6.5).

GRAU DE CONHECIMENTO SOBRE TURISMO



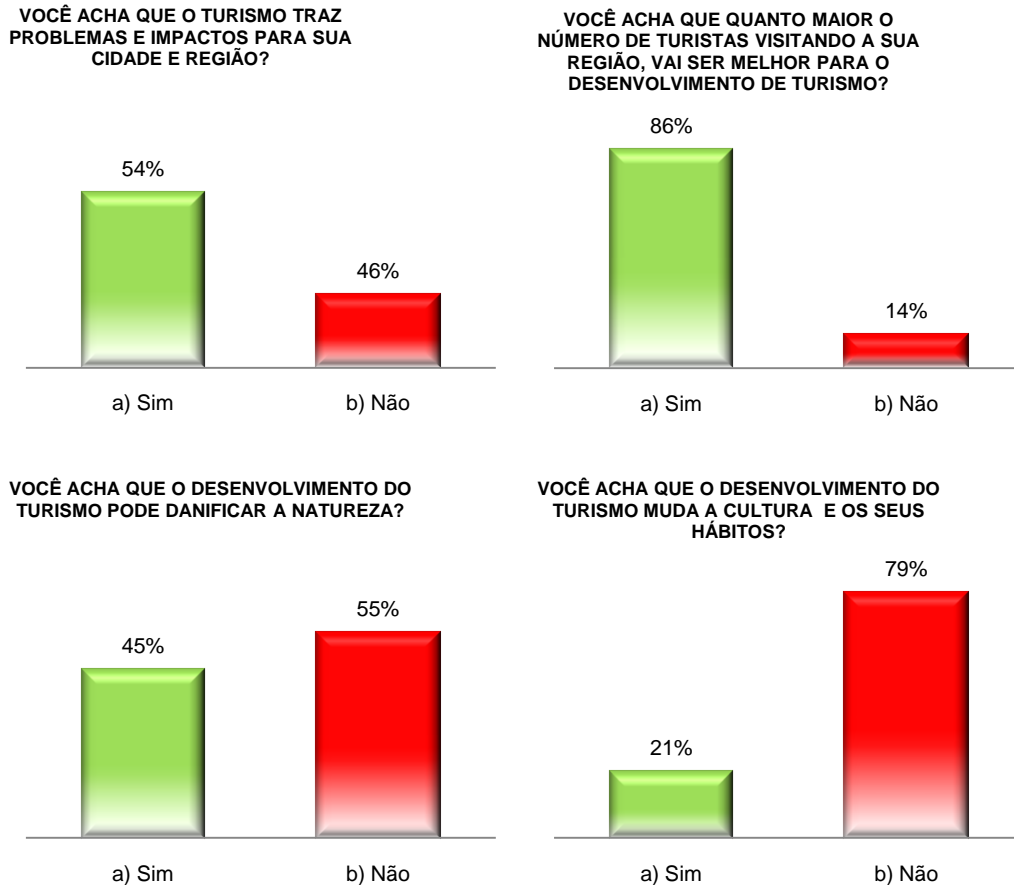
VOCÊ ESTARIA DISPOSTO A PARTICIPAR DE PALESTRAS E REUNIÕES PARA CONHECER MAIS SOBRE O TURISMO?



Figuras 6.4 e 6.5 – Grau de conhecimento dos moradores locais sobre turismo e sua disposição em participar de palestras e reuniões de sensibilização turística

Observa-se pelas Figuras de 6.6 a 6.9, o desconhecimento dos moradores locais sobre os possíveis efeitos das atividades turísticas num destino, pois: 54% dos moradores entrevistados acreditam que não existam problemas e

impactos negativos advindos do turismo; a maioria (86%) deles considera o número grande de visitantes apenas do ponto de vista benéfico; apenas 45% acham que o desenvolvimento do turismo pode danificar a natureza; e 79% não acham que o turismo modifica os hábitos e os costumes culturais locais.



Figuras – 6.6, 6.7, 6.8 e 6.9 – Conhecimento dos moradores locais sobre os efeitos do desenvolvimento do turismo

Esta constatação reforça a necessidade da elaboração e aplicação do programa de sensibilização sustentável do turismo destinado aos moradores locais, visando maior esclarecimento sobre o desenvolvimento da atividade turística e seus efeitos num destino.

PREPARAÇÃO DO CONTEÚDO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E INFORMATIVOS PARA O PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO TURÍSTICA

O conteúdo selecionado para a aplicação do programa de sensibilização turística envolveu os seguintes assuntos fundamentais sobre desenvolvimento do turismo sustentável: os conceitos básicos de turismo, ecoturismo, turismo rural; princípios do turismo sustentável; a elaboração de um produto turístico; a importância da diversidade de produtos turísticos; a importância da satisfação do turista e a imagem de um local turístico; a divulgação de um destino turístico; exigências de um produto turístico; os impactos do turismo; o “ciclo de vida” de um destino turístico; o planejamento e a organização do turismo sustentável; organização, envolvimento e participação turística; estrutura de gestão do turismo e do conselho municipal de turismo.

Materiais didáticos (cartilha¹⁵ e apostila) foram preparados, publicados e disponibilizados para apoio ao programa de sensibilização sustentável do turismo, constituindo-se em meios alternativos e adicionais de comunicação, que auxiliaram, reforçaram e complementaram a aprendizagem dos assuntos abordados.

APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO TURÍSTICA EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO (SPOTS PARA VEICULAÇÃO EM RÁDIOS, ENTREVISTAS EM PERIÓDICOS E RÁDIOS LOCAIS)

No caso específico do município de Bueno Brandão-MG, devido à sua característica de cidade de pequeno porte e de cultura predominantemente rural, as emissoras de rádio e os jornais locais constituem-se em importantes e abrangentes meios de comunicação, pois possuem grande audiência, repercussão e aceitação.

Assim, as estratégias de aplicação do programa de sensibilização turística foram definidas em função das características locais e das condições disponíveis para implementação do programa, envolvendo os seguintes meios de comunicação:

- os *spots* em rádios (mensagens curtas e instantâneas para a informação de um tema específico, no caso sobre o desenvolvimento

¹⁵ A cartilha com o título “Conscientização Sustentável do Turismo” aborda os principais assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável do turismo, em linguagem simples, acessível e ilustrativa (HANAI et al., 2007).

sustentável do turismo), veiculados em emissoras locais dos municípios;

- as entrevistas concedidas em rádios locais, abordando as ações do projeto e os princípios do desenvolvimento do turismo sustentável;
- as matérias e artigos redigidos sobre as ações e programação do projeto, publicados nos periódicos e jornais da região.

A elaboração e veiculação dos *spots* em rádios envolveram os seguintes procedimentos: a seleção dos conteúdos mais relevantes e possíveis de serem transmitidos via oral; a definição da sequência apresentada dos conteúdos; a gravação dos *spots* em estúdio fonográfico; a edição e preparação dos *spots*; a distribuição dos *spots* nas principais rádios da região; e a veiculação periódica.

Os seguintes temas e mensagens foram abordados nos *spots* em rádios: o que é turismo; ecoturismo; turismo rural; a importância do atendimento e receptividade do turista; os benefícios do turismo; a dependência do turismo nos atrativos naturais conservados; a importância da valorização e preservação dos patrimônios históricos e culturais; os desafios da sazonalidade do turismo; os resultados do turismo a médio e longo prazos¹⁶; a importância do envolvimento e da participação da população no planejamento e desenvolvimento do turismo; o planejamento do turismo numa propriedade rural; e temas variados do tipo “você sabia?”.

As entrevistas em rádios e as matérias publicadas nos jornais locais ocorreram durante o desenvolvimento das ações nos municípios, e permitiram também uma maior divulgação da programação das ações e das palestras de sensibilização turística (datas, horários e locais de realização).

¹⁶ A população local deve estar consciente de que planos e projetos de turismo imediatistas, que visam o rápido desencadeamento de atividades turísticas em massa, podem causar impactos negativos, como a descaracterização do ambiente, degradação dos patrimônios naturais e culturais. Os benefícios são momentâneos, duram pouco tempo e tem repercursão isolada, e não coletiva.

APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO TURÍSTICA POR MEIO DE PALESTRAS DESTINADAS À COMUNIDADE LOCAL

As palestras de sensibilização turística foram programadas, organizadas e promovidas conjuntamente com o envolvimento de colaboradores dos municípios (gestores, guias, líderes locais), considerando-se as facilidades existentes e as orientações e sugestões advindas destes colaboradores para melhor adequação do programa de sensibilização turística às disponibilidades, conveniências e comodidades da sociedade local.

Foram convidados para as palestras e reuniões técnicas, os administradores públicos, os empresários do setor turístico, os guias locais, proprietários e gerentes de agências receptivas, os comerciantes e os moradores locais (público geral), para apresentação das ações do projeto e explanação das bases e conceitos primordiais do desenvolvimento turístico sustentável (Figura 6.10).

A realização das palestras contou com o apoio e a parceria da gestão pública local (secretarias e diretorias de turismo e meio ambiente das prefeituras municipais), gestores turísticos, empresários e envolvidos no setor turístico, e também dos veículos de comunicação (jornais e rádios locais).

Nas palestras foram abordados: os conceitos básicos de turismo, ecoturismo, turismo rural; princípios do turismo sustentável; a elaboração de um produto turístico; a importância da diversidade de produtos turísticos; a importância da satisfação do turista e a imagem de um local turístico; a divulgação de um destino turístico; exigências de um produto turístico; os impactos do turismo; o “ciclo de vida” de um destino turístico; o planejamento e a organização do turismo sustentável; organização, envolvimento e participação turística e a formação do Conselho de Turismo.



Figura 6.10 – Conjunto de imagens das palestras de sensibilização turística

Durante a realização das palestras de sensibilização turística no município de Bueno Brandão-MG, os presentes foram também convidados a participarem espontaneamente de um estudo proposto de seleção e definição de indicadores, que é parte integrante da pesquisa científica da tese de doutorado.

Na ocasião, foram apresentados as intenções, os procedimentos metodológicos propostos e os possíveis benefícios individuais e coletivos do estudo, justificando a importância do seu envolvimento tanto para o seu aprimoramento pessoal, como para a melhoria do desenvolvimento turístico da região. Houve interesse, disposição e motivação de onze membros da sociedade local para integrar o grupo de colaboradores da pesquisa, que se comprometeram voluntariamente a participar das reuniões técnicas agendadas periodicamente para a execução do estudo.

RESULTADOS DO PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO TURÍSTICA

Doze reportagens em periódicos locais foram publicados e mais de 160 inserções dos spots em rádios foram veiculados durante a aplicação do programa de sensibilização turística, atingindo uma população de aproximadamente 150.000 habitantes pela abrangência de alcance das emissoras¹⁷.

Foram promovidas e realizadas oito palestras e vinte e oito reuniões técnicas com a participação de empresários, dirigentes, gestores públicos

¹⁷ Dados estimados e baseados nas informações disponibilizadas pela Assessoria de Comunicação do Projeto Mogi-Guaçu em 2006.

municipais, guias de turismo, comerciários e os residentes locais. O programa de sensibilização turística envolveu um total de 216 participantes, além dos 90 colaboradores abrangidos diretamente com a atividade turística para a consecução das ações do projeto.

Ao final da realização das palestras, foi aplicado um pequeno questionário aos presentes com o objetivo de avaliar os procedimentos adotados no programa de sensibilização turística.

Os resultados da aplicação das questões apontaram que todos os participantes (100% das pessoas que compareceram às palestras) consideraram os assuntos tratados importantes para o desenvolvimento turístico da região, e cerca de 96% acharam que as palestras aumentaram muito o seu conhecimento sobre a sustentabilidade do turismo e a importância de seu planejamento.

Estes resultados demonstram a importância e reforçam a necessidade da realização dos programas de sensibilização e educação turísticas nos destinos turísticos, envolvendo não somente os gestores, empresários, dirigentes e atores sociais atuantes no setor turístico, mas também toda a comunidade local.

A consciência turística dos moradores locais proporcionou também a incorporação de princípios de associativismo e cooperativismo, que incentivam a formação de associações com fins sociais, coletivos e comunitários, indispensáveis para o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O empenho da sensibilização da população local para o turismo sustentável foi essencial para a construção de novos paradigmas de desenvolvimento turístico, valorizando a sua identidade e os seus interesses comunitários.

As comunidades anfitriãs, esclarecidas e conscientes, puderam participar, se envolver e colaborar de maneira ativa e efetiva nos processos de planejamento, organização e desenvolvimento do turismo.

A sensibilização da população local sobre a sustentabilidade do turismo permitiu: aumentar sua capacidade de participação e de organização (adquirindo

novas habilidades); fortalecer sua capacidade de argumentação e de posicionamento de forma crítica frente a outros interlocutores; e potencializar sua atuação de forma conjunta e integrada para o desenvolvimento turístico local.

Os programas de sensibilização turística não devem se constituir em meios de convencimento passivo da população local ou de legitimação dos diversos interesses (nem sempre coletivos) ou de imposições do desenvolvimento irrestrito do turismo numa localidade.

A realização das entrevistas com aplicação dos questionamentos sobre os interesses dos moradores locais no turismo (abordados na pesquisa realizada durante as entrevistas) despertaram a sua curiosidade pelo turismo, promovendo o início do processo de conscientização e incitando a sua participação nos programas de sensibilização turística.

A sensibilização turística deve ressaltar a importância da inserção e atuação da população local no processo de desenvolvimento turístico, apontando a grande responsabilidade atribuída aos moradores locais, que são importantes atores sociais e dinâmicos para o sucesso do desenvolvimento turístico sustentável.

Na sensibilização turística é necessária muita cautela para não gerar falsas expectativas e ilusões na população local. Os programas de sensibilização turística devem propiciar a elucidação da população local sobre as oportunidades e também sobre os possíveis riscos associados ao desenvolvimento do turismo, no sentido de considerá-lo como alternativa (não a única opção ideal) de desenvolvimento local.

Além disso, deve-se enfatizar a ideia de que o turismo é uma alternativa econômica cujos efeitos são percebidos a médio e a longo prazos, pois trata-se de uma atividade sazonal que depende de diversas condições externas a localidade.

Recomenda-se que os programas de sensibilização turística considerem os seguintes aspectos relevantes no seu processo de elaboração e desenvolvimento:

- Os programas de sensibilização turística devem considerar os pressupostos culturais, ideológicos ou religiosos da comunidade, sem os quais resulta ser praticamente impossível a efetivação e concretização das ações propostas. A

consideração de valores culturais da comunidade constitui-se num aspecto de extrema importância para a definição da abordagem, conteúdo e estratégias de aplicação de um programa de sensibilização turística;

- A programação das estratégias de sensibilização turística deve ser realizada conjuntamente com gestores locais a fim de conciliar as ações programadas com as atividades cotidianas e rotineiras da comunidade;
- Os termos técnicos específicos sobre turismo e sustentabilidade devem ser adaptados à uma linguagem simples, usual e compreensível pela população local;
- Os fatos e as situações cotidianas da realidade do local devem ser inseridos para exemplificação dos conceitos e conteúdos do turismo. Para isso é necessário um levantamento prévio das características turísticas locais (atrativos naturais, culturais, históricos locais), que possibilitam a melhor compreensão das mensagens a serem transmitidas;
- Os programas de sensibilização turística não devem possuir o caráter de um curso de capacitação e desta forma, técnicas e materiais didáticos de interpretação gráfica, dinâmicas, práticas pedagógicas, cursos, palestras, eventos devem ser desenvolvidos para implementação do programa, assim como outros meios alternativos e inovadores de comunicação e de alcance público;
- O levantamento preliminar, por meio de entrevistas e aplicação de questionários, do grau de conhecimento da população local sobre o turismo é importante para a definição dos conteúdos e estratégias do programa de sensibilização turística, assim como a posterior avaliação de seu desempenho;
- Os programas de sensibilização turística devem contemplar também a sua auto-avaliação, a fim de verificar se os procedimentos adotados tem propiciado uma evolução na consciência turística da população local.

REFERÊNCIAS

- BOOTHROYD, P. Enhancing local planning skills for native self-reliance: the UBC experience. **The Canadian Journal of Native Studies**, Brandon, n.4, v.1, p.13-42, 1986.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2004a. 32 p.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes operacionais do programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2004b. 61p.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Módulo operacional 1 - sensibilização do programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Turismo; Secretaria Nacional de Políticas de Turismo; Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico; Coordenação Geral de Regionalização, 2007b. 75 p.
- CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. Measuring residents' attitude toward Sustainable Tourism: development of sustainable tourism attitude scale. **Journal of Travel Research**, Sage Publications, Thousand Oaks, v.43,p.380-394, may 2005.
- CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism Management**, Elsevier, London, v.27, p.1274-1289, dec. 2006.
- CONFERÊNCIA MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE, 1., 1995, Lanzarote, Ilhas Canarias, Espanha. **Carta del Turismo Sostenible...** Lanzarote, Ilhas Canarias, Espanha: [s.n.], 1995. p.1-5.
- HANAI, F.Y.; SILVA NETTO, J.P.; ESPÍNDOLA, E.L.G.; BRIGANTE, J. **Conscientização Sustentável do Turismo**. São Carlos: RiMa, 2007. 48p.
- IRVING, M.A.; BURSZTYN, I.; SANCHO, A.P.; MELO, G.M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Instituto Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, n.18, dez. 2005. p.1-7.
- MARTÍNEZ, A.J.J.; HIRABAYASHI, Y. De la teoría a la práctica em la sustentabilidad y la participación comunitaria: na propuesta metodológica. In: NIEVES, S.G. **Desarrollo turístico y sustentabilidad**. Zapopan, Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2003. p. 37-56.
- McCOOL, S.F.; MOISEY, R.N.; NICKERSON, N.P. What should tourism sustain? The disconnect with industry perceptions of useful indicators. **Journal of Travel Research**, Sage Publications, Thousand Oaks, v.40, n.2, p.124-131, nov.2001.
- OLIVEIRA, C.G.S. **Viabilidade e sustentabilidade do turismo rural**. Brasília, DF: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.

PETERSEN, P.; ROMANO, J.O. **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid Brasil, 1999. 144p.

RANAURO, M.L. Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das “comunidades” no plano simbólico do desenvolvimento sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, n.14, p.21-28, dez. 2004.

SÁNCHEZ RIVERO, M.; PULIDO FERNÁNDEZ, J.I. **Medida de la sostenibilidad turística**: propuesta de un índice sintético basado en ponderaciones factoriales. Madrid: IX CONVOCATORIA PREMIO TRIBUNA FITUR JORGE VILA FRADERA 2007; FITUR, 2008. 203p.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000. 140p.

YUNIS, E. Indicadores de turismo sostenible: o enfoque de la OMT. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INDICADORES AMBIENTALES DE TURISMO, 2002, Murcia (España). **Informe...** Murcia (España): Mullor y Asociados, 2002, p.11 – 13.

CAPÍTULO 7

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: CONCEITOS, TIPOLOGIAS E APLICAÇÃO AO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL



HANAI, FREDERICO YURI. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009. Orientador: Prof. Assoc. Evaldo Luíz Gaeta Espíndola.

RESUMO

As aspirações da sustentabilidade têm alcançado notável difusão e exigido bases referenciais e instrumentos metodológicos que possibilitem monitorar os processos de desenvolvimento em diversos contextos e situações, com o uso de indicadores. O objetivo do presente capítulo é discorrer sobre as abordagens conceituais de indicadores, suas tipologias, modelos, sistemas e aplicação ao contexto do desenvolvimento do turismo. Os indicadores de sustentabilidade permitem a análise objetiva sobre as condições atuais e situações desejáveis, devendo ser capazes de mostrar tendências ao longo do tempo dos processos de desenvolvimento, inclusive do turismo. A definição de um conjunto apropriado de indicadores não tem sido uma tarefa fácil, pois são várias as características desejáveis e propriedades requeridas para sua aplicação e utilização. Além da definição de um número adequado de indicadores, há o desafio de se estabelecer indicadores qualitativos, quantitativos, ou uma combinação entre as duas concepções, assim como a possibilidade de agregação e integração de indicadores em índices para configurar um sistema de monitoramento da sustentabilidade. Os indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico constituem instrumentos práticos para a gestão e o controle da atividade turística numa localidade, sendo sua seleção e monitoramento periódico um componente fundamental para o planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável.

Palavras-chave: indicadores; indicadores de sustentabilidade; seleção e definição de indicadores; características e propriedades dos indicadores.

INTRODUÇÃO

O conceito de “desenvolvimento sustentável” e a ideia de “sustentabilidade” alcançaram notável difusão e vêm sendo interpretados, apropriados e enriquecidos com novas reflexões e diversas abordagens por vários segmentos sociais em distintas situações, estímulos e intenções.

Assim, têm surgido diversas propostas de sistemas de medição que buscam identificar os significados de sustentabilidade. Estes significados podem ser identificados por meio de indicadores capazes de refletir e medir, de forma mais objetiva possível, os processos de desenvolvimento sob a égide da sustentabilidade.

Os indicadores “são componentes essenciais na avaliação global do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável” (GALLOPÍN, 1997, p. 1). “São componentes que fornecem informações indispensáveis para a compreensão do mundo, para tomada de decisões e para planificação de ações” (MEADOWS, 1998, p. 1).

Desta forma, os indicadores identificam as características relevantes de um sistema e clarificam as complexas relações entre as diferentes variáveis envolvidas num fenômeno específico, tornando-o visível ou perceptível para comunicar as suas informações contidas, constituindo-se em instrumentos úteis de análise objetiva sobre o fenômeno considerado.

A incorporação dos princípios de sustentabilidade às diversas políticas setoriais de desenvolvimento, dentre elas, a turística, favoreceu a inserção e integração de indicadores nos instrumentos e técnicas de planejamento, organização e gestão do turismo sustentável.

É possível, com o uso de indicadores, o monitoramento contínuo e consistente de transformações do desenvolvimento do turismo ao longo do tempo numa localidade, podendo visualizar e reforçar metas pré-definidas. Os indicadores servem não apenas para informar sobre a situação do processo de desenvolvimento do turismo, mas permitem também verificar se os objetivos da sustentabilidade (quaisquer que sejam) estão sendo atingidos.

Os indicadores surgem de valores e criam valores. “Não somente medimos aquilo que valorizamos, mas também valorizamos aquilo que medimos” (MEADOWS, 1998, p. 2). Este processo cíclico é usual, inevitável, útil, porém cheio de armadilhas. Os indicadores são importantes e também perigosos, pois se situam no âmago do processo de tomada de decisões.

Consequentemente, somente são possíveis a adoção de atitudes e o direcionamento de ações se existirem indicadores claros e convenientes, que possam efetivamente mostrar os caminhos e a evolução rumo ao desenvolvimento sustentável.

OBJETIVO

O objetivo do presente capítulo é discorrer sobre as abordagens conceituais de indicadores, assim como suas tipologias, modelos e sistemas usualmente empregados, visando a sua compreensão para aplicação ao contexto do desenvolvimento sustentável do turismo.

CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE INDICADORES

Os indicadores são variáveis que representam operacionalmente um atributo (qualidade, característica ou propriedade) de um sistema¹⁸, sintetizando as informações essenciais sobre a sua viabilidade e sua dinâmica de transformação (UNITED NATIONS DIVISION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2001).

Gallopín (1997) esclarece que existem distinções conceituais entre indicadores, dados e estatísticas. Os indicadores são variáveis, enquanto que os dados são medidas atuais (ou observações, no caso de indicadores qualitativos) de valores destas variáveis (em diferentes momentos, localidades, situações) e as estatísticas são geralmente referidas como uma coleção de dados quantitativos (GALLOPÍN, 1997).

¹⁸ Um sistema: é composto por elementos conectados a uma determinada característica de sua própria estrutura. A configuração dos elementos permite a atuação de funções específicas do sistema em um ambiente, que podem ser interpretadas como servindo a um propósito. As fronteiras do sistema são permeáveis, permitindo entradas e saídas de/para o ambiente de entorno. Esta configuração define a identidade e a autonomia de um sistema (BOSSEL, 1999).

O indicador é um instrumento que facilita a análise e a avaliação da informação coletada de forma que, conjuntamente com outros instrumentos, permite aos tomadores de decisão reduzir a possibilidade de adotar inadvertidamente decisões desafortunadas (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO, 2005).

Os indicadores são necessários para informar o estado de um sistema e também para intervir e corrigir o seu direcionamento a determinados objetivos, identificando o sucesso de dada intervenção (GALLOPÍN, 1997; BOSSEL, 1999; UNITED NATIONS DIVISION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2001).

Entretanto, a medição da sustentabilidade não pode ser vista somente de uma situação estática em um momento, mas sim como medição integrada ao longo do tempo para documentar processos, e capazes de mostrar tendências ao longo do tempo, devido a inerente dimensão temporal inserida no conceito de desenvolvimento sustentável (GALLOPÍN, 1997).

Para Dahl (1997), qualquer abordagem detalhada de indicadores de desenvolvimento sustentável deve incluir tipos de indicadores que contabilizam as múltiplas dimensões inter-relacionadas de qualquer sociedade, e novas formas de identificar a sustentabilidade ao longo do tempo.

O uso de indicadores, como medidores de processo do desenvolvimento sustentável, possui as seguintes funções principais (WATSON e COLE, 1992; GALLOPÍN, 1996; BOSSEL, 1999; FRAUSTO MARTÍNEZ, CHALÉ CAAMAL e ROJAS LÓPEZ, 2005; REED, FRASER e DOUGILL, 2006):

- reconhecer metas e objetivos, mostrando se condições e tendências em relação às finalidades de gestão estão sendo atingidos e satisfeitos;
- fornecer antecipadamente uma informação de advertência, sinalizando a necessidade de ações corretivas da estratégia de gestão;
- subsidiar o processo de tomada de decisão, proporcionando informação relevante para apoiar a implementação de políticas em diferentes níveis da sociedade (bairros, distritos, cidades, estados, regiões, países);
- tornar-se a base para o gerenciamento dos impactos ambientais (avaliar a eficiência de várias alternativas);

- refletir a condição geral de um sistema, permitindo análise comparativa no tempo e no espaço (situações e locais);
- antecipar condições e situações futuras de risco e de conflito;
- orientar projetos e políticas de desenvolvimento.

Os indicadores podem ter objetivos (ROMAGOSA CASALS e CUÉTARA SÁNCHEZ, 2001):

- científicos, para o conhecimento do estado do meio ambiente, da sociedade ou da economia;
- políticos, para o planejamento, gestão e avaliação das políticas aplicadas; e
- informativos, para a comunicação e sensibilização cidadã e dos poderes públicos e econômicos.

O uso de indicadores implica conhecer o que se quer avaliar, selecionar a informação relevante (o excesso de informação desinforma) e por último, sintetizar a informação em uma série de medidas úteis e significativas para os responsáveis pela tomada de decisão (SANCHO PÉREZ et al., 2001).

O desenvolvimento de indicadores, por sua vez, baseia-se num processo de duplo sentido: além de servir aos propósitos e necessidades das políticas locais, é desejável também que auxilie na elaboração e na concretização destas políticas, num amplo processo comunicativo (VALENTIN e SPANGENBERG, 2000).

Deve-se mencionar ainda que os indicadores de sustentabilidade podem ir além do simples processo de medição de dados. Eles podem estimular o processo para intensificar a ampla compreensão dos problemas sociais e ambientais, facilitar a capacidade da comunidade em criar e conduzir políticas e projetos de desenvolvimento (REED, FRASER e DOUGILL, 2006).

CARACTERÍSTICAS E PROPRIEDADES DESEJÁVEIS DOS INDICADORES

As seguintes considerações básicas sobre indicadores influenciam na determinação de suas características e propriedades desejáveis (SIRAKAYA, JAMAL e CHOI, 2000; MILLER, 2001; ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2002a, 2002b; BLÁZQUEZ, MURRAY MAS e MATEU I LLADÓ, 2002 e FRAUSTO MARTÍNEZ, CHALÉ CAAMAL e ROJAS LÓPEZ, 2005):

- a pertinência política e interesse público: os indicadores estão relacionados com objetivos políticos e de interesse público para tomada de decisão estratégica;
- a disponibilidade de dados, objetividade e exatidão da análise da informação: os indicadores dependem da existência de dados e da possibilidade de mensuração de valores para análise da informação;
- a compreensão e utilidade pública: os indicadores devem propiciar o acesso de manejo, com credibilidade e confiabilidade para os usuários e aptidão para a divulgação da informação;
- a adaptabilidade e comparabilidade no tempo e no espaço: os indicadores devem guiar políticas e decisões nos níveis da sociedade e cobrir toda abrangência dos ambientes socioeconômicos, culturais, naturais e políticos nos níveis local, regional, nacional e internacional;
- a capacidade preditiva: os indicadores devem possibilitar a previsão e a advertência sobre problemas, riscos e mudanças significativas futuras;
- a cobertura de fenômenos sistêmicos e habilidade integrativa: o processo de desenvolvimento de indicadores não pode ser ao acaso, em que requer uma abordagem sistemática para desenvolver indicadores capazes de fornecer uma visão integrada das condições específicas e gerais pertencentes a sustentabilidade.

Estas considerações fundamentais desdobram-se nas seguintes características e propriedades desejáveis e requeridas para aplicação dos indicadores em um sistema (GALLOPÍN, 1997; ROMAGOSA CASALS e CUÉTARA

SÁCHEZ, 2001; IVARS BAIDAL, 2001; SANCHO PÉREZ et al., 2001; YUNIS, 2002; ANDREU et al., 2003):

- Validez científica: o indicador deve ter um bom fundamento teórico em termos técnicos e científicos, baseado em um conhecimento consistente do sistema investigado e de seus atributos;
- Simplicidade e compreensão: o indicador deve ser simples e claro, seu significado deve ser de fácil compreensão, também por não especialistas;
- Representatividade e capacidade informativa: a informação que contém o indicador deve ser representativa da condição identificada;
- Sensibilidade a mudanças: o indicador deve sinalizar as mudanças de tendência no ambiente ou nas atividades humanas relacionadas, preferencialmente em curto prazo;
- Confiabilidade dos dados: os dados devem ser os mais confiáveis possíveis e de boa qualidade;
- Relevância: o indicador deve prover informação para os usuários e para determinar objetivos e metas;
- Comparabilidade: o indicador deve ser apresentado de tal forma que permita comparações entre territórios e ao longo de uma série temporal (esta característica amplia elementos de referência, consolidando a aplicação de metodologias de obtenção de dados e generalização do seu uso);
- Validação: o indicador deve possuir consenso e estar baseado em padrões internacionais;
- Predição: o indicador deve prover sinais de alarme prévio sobre as tendências negativas futuras;
- Cobertura geográfica: o indicador deve basear em temas de caráter regional extensíveis a escala nacional e úteis a diferentes níveis de decisões políticas;
- Custo-eficiência: o indicador deve ser eficiente em termos de uma razão custo/benefício razoável para obtenção de dados e para uso da informação;

- Ressonância: o indicador deve possuir a capacidade de despertar interesse dos agentes envolvidos;
- Adaptabilidade: o indicador deve possibilitar a sua adaptação às especificidades locais e temporais (situações).

Pelo exposto, torna-se um grande desafio a consideração de todas estas características e propriedades desejáveis no processo de definição de um sistema de indicadores de sustentabilidade. Além disso, considerações sobre o número adequado e a natureza qualitativa ou quantitativa dos indicadores devem ser discutidas para a compreensão de sua utilidade e aplicação num sistema.

CONSIDERAÇÕES QUANTO A QUANTIDADE DE INDICADORES

A busca por indicadores apropriados de desenvolvimento sustentável tem sido conduzida a muitos níveis da sociedade: pequenas comunidades, cidades, regiões, países e o mundo como um todo. Parece haver um consenso geral que é impossível definir somente um indicador de desenvolvimento sustentável, e que um número substancial de indicadores é necessário para captar todos os aspectos importantes do desenvolvimento sustentável em uma aplicação particular (HARDI e ZDAN, 1997; MEADOWS, 1998, BOSSEL, 1999; BOSSEL, 2001).

Não existe a possibilidade de medir a sustentabilidade de uma determinada escala considerando apenas um indicador que se refira a apenas um aspecto. A sustentabilidade é determinada por um conjunto de fatores (econômicos, sociais, ambientais, culturais e institucionais) e todos devem ser contemplados simultaneamente. Dessa forma, ao se avaliar a sustentabilidade deve-se usar sempre um conjunto de indicadores (MARZALL e ALMEIDA, 1999).

Entretanto, definir um grupo apropriado de indicadores para desenvolvimento sustentável é uma tarefa complexa. Se poucos indicadores são monitorados, desenvolvimentos importantes e cruciais podem ser esquecidos. Se um número muito grande de indicadores for definido, a aquisição de dados e a análise dos dados podem se tornar demasiadamente dispendiosa. Obviamente, programas práticos não podem incluir indicadores para a totalidade, desta forma, “é

essencial definir um conjunto de indicadores representativos que forneçam uma descrição completa, ou tantos quantos forem essenciais, mas não mais que isso” (BOSSEL, 2001, p. 2).

Em outras palavras o conjunto de indicadores deve ser compacto (o menor possível, mas não tão escasso quanto o necessário) e compreensível, cobrindo todos os aspectos relevantes (BOSSEL, 1999).

NATUREZA QUALITATIVA (SUBJETIVA) E QUANTITATIVA (OBJETIVA) DOS INDICADORES

Segundo Gallopín (1997), um indicador pode ser uma variável qualitativa (nominal), uma variável de classificação (ordinal) ou uma variável quantitativa. Os indicadores qualitativos podem ser preferenciais aos indicadores quantitativos em pelo menos três casos: quando a informação quantitativa não está disponível; quando o atributo de interesse é inerentemente impossível de ser quantificado; e quando o custo das considerações torna-se determinante.

Os indicadores objetivos (quantitativos) medem essencialmente quantidade e são geralmente considerados mais confiáveis e valiosos e certamente de mais fácil comunicação e validação (MEADOWS, 1998). Entretanto, os indicadores de qualidade (que possuem característica subjetiva), apesar de serem mais difíceis de definir e medir, merecem ser considerados.

Existem propósitos vitais que dependem dos indicadores subjetivos e qualitativos. A escolha de direcionar a atenção somente àquilo que é quantitativamente medível é também uma escolha subjetiva, e por isso, não prudente. Todos os indicadores são pelo menos parcialmente subjetivos. A escolha de um indicador é baseada em alguns valores, algumas intenções humanas (que direcionam ao que é importante ser medido) e por isso é inerentemente subjetiva (MEADOWS, 1998).

A sustentabilidade e o desenvolvimento são conceitos de valoração e de natureza subjetiva. Contudo, possíveis de serem presenciados e por isto, fundamentais. “Se direcionarmos nossas decisões somente por indicadores quantitativos e não qualitativos, nós produziremos um mundo de quantidade e sem qualidade” (MEADOWS, 1998, p. 10).

Em alguns casos, a avaliação qualitativa pode ser traduzida em notações quantitativas (GALLOPÍN, 1997). Ko (2005) afirma que a avaliação da sustentabilidade baseada em dados numéricos pode incluir mais vantagens do que dados qualitativos na avaliação da sustentabilidade. Mesmo que um sistema de graduação qualitativa seja empregado, o progresso em direção à sustentabilidade fica improvável de ser reconhecido sem recursos numéricos, pois é muito difícil de definir e explicar as graduações da sustentabilidade sem o fornecimento de dados quantitativos (KO, 2005).

O uso combinado de indicadores objetivos e subjetivos pode mitigar as respectivas deficiências de ambos indicadores e fornecer informação melhor e mais precisa para tomadores de decisão criarem um sistema forte de monitoramento que pode melhorar o processo de desenvolvimento. “Uma avaliação utilizando-se ambos indicadores objetivos e subjetivos ajudará a criar fortes e robustos sistemas de monitoramento” (CHOI e SIRAKAYA, 2006, p. 1286).

PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO E DEFINIÇÃO DE INDICADORES

O *International Institute for Sustainable Development* (IISD) produziu um conjunto de princípios norteadores para auxiliar e orientar o processo de desenvolvimento sustentável: objetivos; perspectiva holística; equidade e disparidade, condições ecológicas, bem estar humano e social; adequada abrangência no tempo e espaço; foco prático; abertura; comunicação eficiente; e capacidade institucional de gestão. Os princípios servem como diretrizes práticas para o processo de avaliação de sistemas e identificação de indicadores para medição em campo, compilação, interpretação e comunicação dos resultados (HARDI e ZDAN, 1997; PINTÉR, HARDI e BARTELMUS, 2005).

Para o processo de desenvolvimento de um conjunto de indicadores Bossel (1999) sugere as seguintes etapas:

- compreensão conceitual do sistema como um todo (modelo do sistema, componentes e interações);
- identificação de indicadores representativos (concentrar em variáveis essenciais na seleção de indicadores de viabilidade do sistema);

- avaliação do desempenho dos indicadores (satisfação dos orientadores básicos, que estão descritos a seguir);
- desenvolvimento de um processo participativo (trazer um amplo espectro de conhecimento, experiências, modelos, considerações sociais e ambientais).

Bossel (1999) afirma que os indicadores essenciais são aqueles que fornecem uma medida da viabilidade e do desempenho do sistema, sugerindo a definição de indicadores substanciada em orientadores básicos que fornecem uma completa descrição dos interesses fundamentais de cada sistema.

Na busca por desenvolver um método geral de sistematização para a definição de indicadores, Bossel (1999) sugere uma lista daquilo que denominou de *orientadores*¹⁹.

Orientadores servem como uma lista de verificação para garantir que os aspectos essenciais da viabilidade e da sustentabilidade de um sistema não passem despercebidos. Há seis orientadores básicos determinados pelos sistemas naturais: existência (habilidade de manter necessidades físicas); efetividade (habilidade de agir com produção de efeitos desejáveis); liberdade de ação; segurança; adaptabilidade; e coexistência. E existem mais três orientadores básicos originários do sistema humano: reprodução (replicação no nível individual e população); necessidades psicológicas (habilidade de gerar bem-estar interno, satisfação e felicidade); e responsabilidade (consciência das ações e referências de normas) (BOSSSEL, 1999).

Estes orientadores básicos representam os aspectos fundamentais para a orientação de sistemas, cujas propriedades são idênticas para qualquer tipo de

¹⁹ Orientadores são rótulos que representam importantes interesses de pessoas ou sistemas em geral, mas que não podem geralmente ser medidos diretamente, somente com o auxílio de indicadores. Diferentes sistemas podem ter os mesmos orientadores, mas devem ter diferentes indicadores correspondentes. Desta forma, não faz sentido desenvolver sistemas de indicadores sem referir-se aos orientadores sobre os quais devem fornecer informações. É preciso iniciar analisando os interesses fundamentais (ou orientadores) do sistema para que se definam os indicadores. O conjunto de indicadores deve prover informações completas e confiáveis sobre a satisfação (ou sua falta) para todos os orientadores. No caso de indicadores de desenvolvimento sustentável, deve-se ter claro o significado deste conceito e quais orientadores devem estar satisfeitos para garantir o caminho deste desenvolvimento (BOSSSEL, 1999).

sistema. A verificação dos orientadores básicos no sistema total e em todos os diferentes subsistemas auxilia na identificação de indicadores confiáveis e na tomada de decisões com respeito ao desenvolvimento sustentável da sociedade (BOSSSEL, 1999).

A vantagem da abordagem de indicadores pelos orientadores de Bossel (1999) é que evita a arbitrariedade implícita nas atuais propostas de conjunto de indicadores, conduzindo o foco de uma incerta pesquisa específica e de um processo complicado para um procedimento sistemático com um objetivo claro: encontrar indicadores que representem todos os importantes aspectos de viabilidade, sustentabilidade e desempenho do sistema.

Pela a abordagem de Bossel (1999), foi demonstrado ser possível selecionar indicadores que adequadamente representam o sistema total e seus componentes essenciais, e que podem ser utilizados com precisão e confiança por usuários locais. Entretanto, apesar desta abordagem ser uma estrutura holística e racional para desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade e um guia útil para seleção apropriada de indicadores, os orientadores podem não ser adequados para refletir necessidades e objetivos locais (REED, FRASER e DOUGILL, 2005).

PRINCÍPIOS DE BELLAGIO

Uma Conferência sobre os Princípios de Medição do Desempenho do Desenvolvimento Sustentável foi realizada na cidade de Bellagio (Itália), em novembro de 1996, com a intenção de rever o progresso e sintetizar as ideias e os esforços práticos do desenvolvimento sustentável. Deste encontro resultaram os Princípios de Bellagio, que compreendem as diretrizes para avaliação prática do progresso em direção ao desenvolvimento sustentável, servindo como orientações para a seleção e definição de indicadores (HARDI e ZDAN, 1997):

- visão clara de desenvolvimento sustentável e suas metas;
- perspectiva holística (sistema e subsistemas, componentes e interações);
- consideração de elementos essenciais (igualdades e disparidades entre correntes e opiniões, condições ecológicas, desenvolvimento econômico para o bem estar humano e social);

- escopo adequado (escala de tempo e horizonte de abrangência no espaço);
- foco prático (conjunto de categorias e estrutura organizada com visão e metas, número limitado de indicadores, padronização de medições);
- abertura (acessibilidade de métodos e dados, interpretações, julgamentos, considerações e incertezas explícitas);
- efetiva comunicação (de acordo com a audiência, usuários e tomadores de decisões);
- ampla participação (representação de diferentes grupos sociais, participação de tomadores de decisões na adoção de políticas e ações resultantes);
- avaliação concomitante (medições repetidas para determinar tendências, interação, adaptação e resposta a mudanças e direcionamentos);
- capacidade institucional (para coleta de dados, manutenção e documentação, suporte para capacidade de avaliação local e processo de tomada de decisões).

Os princípios lidam com quatro aspectos de avaliação do progresso rumo ao desenvolvimento sustentável: o princípio 1 aborda o ponto de partida de qualquer avaliação, estabelecendo uma visão do desenvolvimento sustentável e suas metas; os princípios de 2 a 5 remetem ao conteúdo da avaliação e à necessidade de incorporar o sentido de sistema global com um foco prático nos aspectos prioritários atuais; os princípios de 6 a 8 lidam com os aspectos-chave do processo de avaliação; e os princípios 9 e 10 abordam sobre a necessidade de estabelecer uma capacidade contínua de avaliação.

Por meio dos princípios de Bellagio, a avaliação em direção ao desenvolvimento sustentável deve ser baseada num conjunto explícito de categorias ou em uma estrutura organizada que relaciona visões e objetivos para indicadores e critérios de avaliação (HARDI e ZDAN, 1997).

Os orientadores de Bossel e os Princípios de Bellagio servem como diretrizes objetivas e guias úteis para seleção adequada e representativa de indicadores, consistindo-se em procedimentos holísticos e racionais para o

desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade. Porém estas orientações possuem limitações práticas, principalmente relacionadas à definição de indicadores para aplicação em escala local.

ESTRUTURAS E SISTEMAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nos últimos tempos, uma quantidade de indicadores tem surgido na tentativa de medir o progresso em direção ao objetivo da política de desenvolvimento sustentável.

Devido às diversas interpretações do conceito de sustentabilidade, não é de se surpreender que existam muitos tipos, modelos e sistemas diferentes de indicadores de sustentabilidade (PATTERSON, 2002), que são apresentados resumidamente a seguir.

Estrutura das Nações Unidas para o desenvolvimento de estatísticas ambientais (FDES – *Framework for the Development of Environment Statistics*)

Desenvolvida no começo da década de 1980, esta foi a primeira estrutura oficial amplamente reconhecida para a organização de indicadores ambientais. Consiste essencialmente numa lista de verificação destinada a reunir sistematicamente as estatísticas ambientais e os indicadores, porém sem a tentativa de estabelecer contabilização ou relações funcionais entre as variáveis estatísticas e os indicadores (GALLOPIN, 1997; PATTERSON, 2002).

Modelo Pressão-Estado-Resposta (PER, em inglês PSR – *Pressure-State-Response*) e Força Motriz(Condutora)-Estado-Resposta (FCER, em inglês DPSIR - *Driving Forces-Pressure-State-Impact-Response*)

Conhecido internacionalmente, este modelo é talvez o sistema mais amplamente utilizado para indicadores de sustentabilidade e foi proposto por um grupo de pesquisadores canadenses no começo dos anos 1990 (ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2002a, 2002b). O modelo foi adotado pela OECD (*Organization for Economic and Cooperation Development*) e pela Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (*United Nations Commission on Sustainable Development - UNCSD*) como estrutura padrão para indicadores de sustentabilidade.

A partir do modelo PER, surgiu o modelo Força Motriz(Condutora)-Estado-Resposta (FCER, em inglês DPSIR - *Driving Forces-Pressure-State-Impact-Response*), que inclui similarmente os aspectos sociais, econômicos e ambientais, incorporando as causas da pressão e dos impactos produzidos no estado das condições ambientais.

O modelo PER é cíclico e se baseia no conceito de causalidade, e reflete as relações que as atividades humanas (pressões, forças motrizes) exercem sobre o meio ambiente e modificam a qualidade e quantidade (estado) dos recursos naturais e das situações sociais e econômicas. A sociedade responde a estas mudanças por meio de políticas ambientais, econômicas e setoriais (respostas), e estas produzem retroalimentação direcionada a modificar as pressões das atividades humanas (ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2002a, 2002b).

O modelo se organiza em três tipos básicos de indicadores:

- Indicadores de pressão, que descrevem refletem as pressões diretas e indiretas das atividades humanas exercidas sobre o meio ambiente;
- Indicadores de estado, que descrevem as condições ambientais (qualidade do meio ambiente, quantidade e qualidade dos recursos naturais) num determinado momento;
- Indicadores de resposta, que correspondem aos esforços que a sociedade responde às mudanças ambientais. Integram as políticas das diferentes administrações territoriais e setoriais para prevenir, atenuar ou reduzir a degradação das condições ambientais.

Para Bossel (1999), Marzall e Almeida (1999), a mais séria objeção a esta abordagem sobre indicadores é a que o modelo negligencia a natureza sistêmica e dinâmica do processo.

O modelo PER/FCER é baseado na causalidade e considera a lógica linear (efeito em função da causa), e não a avaliação de sua interação e por isso tem conduzido a políticas institucionais errôneas devido a uma interpretação simplificada das inter-relações entre os aspectos a serem medidos (GALLOPÍN, 1997;

SEGNESTAM, 1999; SÁNCHEZ RUBIO, 2004; FRAUSTO MARTÍNEZ, CHALÉ CAAMAL e ROJAS LÓPEZ, 2005; PINTÉR, HARDI e BARTELMUS, 2005).

Neste modelo, a representação de impactos por cadeias isoladas de pressão, estado, impacto e resposta nem sempre é permissível, e geralmente não se torna uma adequada aproximação (BOSSSEL, 1999). Os impactos em uma cadeia podem ser pressões, e em outra pode ser estados, ou vice-versa. Geralmente existe a ambiguidade se o aspecto a ser medido por um indicador é representado por uma força motriz ou um estado. Além disso, existem múltiplas pressões para a maioria dos estados e múltiplos estados surgem da maioria das pressões, criando dificuldades na identificação dos indicadores (PINTÉR, HARDI e BARTELMUS, 2005).

Para Bossel (1999), as múltiplas pressões e impactos não são considerados, e as reais (geralmente não lineares) relações entre os diferentes componentes de uma cadeia não são contabilizados por este tipo de modelo conceitual.

Indicadores para Agenda 21 e sustentabilidade local

Nesta abordagem, os indicadores são gerados por meio de processos da construção da Agenda 21 local, cuja ênfase está no conceito de sustentabilidade local com o estabelecimento de indicadores participativos de desenvolvimento sustentável.

A definição de indicadores sugere um processo de consulta e de consenso que discutem problemas específicos de uma localidade em direção ao desenvolvimento sustentável.

As iniciativas de estabelecimento de indicadores participativos têm princípio de trabalhar e definir indicadores relacionados diretamente aos objetivos e metas que conduzam à sustentabilidade local. Entretanto, existem limitações específicas da aplicação deste modelo, sendo a principal relacionada com a perda de visão regional, estando integrada e influenciada por processos de tomadas de decisões regionais e nacionais (UNITED NATIONS DIVISION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2001; FRAUSTO MARTÍNEZ, CHALÉ CAAMAL e ROJAS LÓPEZ, 2005).

Indicadores de desenvolvimento sustentável propostos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

No Brasil, o trabalho de construção de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável realizado pelo IBGE foi inspirado nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que publicou o documento *Indicators of sustainable development: framework and methodologies* (COMMISSION ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2001).

O trabalho do IBGE toma como referência este documento e as recomendações adicionais que o sucederam, adaptando seu conteúdo às particularidades brasileiras. Além do desafio de construir indicadores capazes de caracterizar e subsidiar o processo de desenvolvimento sustentável em nível nacional acrescenta-se a exigência de expressar as diversas dimensões da diversidade característica do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2004).

O conjunto de indicadores selecionados representa 59 indicadores distribuídos nas seguintes dimensões e seus respectivos temas: ambiental (atmosfera, terra, água doce, oceanos, mares, áreas costeiras, biodiversidade, saneamento), social (população, trabalho, rendimento, saúde, educação, habitação, segurança), econômica (quadro econômico, padrões de produção e consumo) e institucional (quadro institucional e capacidade institucional) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2004).

Estes indicadores baseiam-se nas informações disponibilizadas pelo IBGE e por outras instituições, que possuem uma base estatística sólida, com o intuito de estimular a emergência de novas demandas, a identificação de novos parceiros na produção de informações e a construção de novas abordagens que subsidiem a conquista do desenvolvimento sustentável.

AGREGAÇÃO DE INDICADORES E ÍNDICES

Sánchez Rivero e Pulido Fernández (2008) definem os índices ou indicadores sintéticos como medidas adimensionais, resultado da combinação de vários indicadores simples mediante um sistema de ponderação que hierarquiza os componentes.

Porém, Gallopín (1997) refuta tal definição afirmando que, apesar de alguns autores considerarem um índice como o mais alto nível de agregação de indicadores, isto não é geralmente correto, pois a distinção entre índices e indicadores baseia-se na complexidade da função pelos quais são obtidos, e não por seu nível hierárquico. Um índice consiste numa função de duas ou mais variáveis, geralmente soma, multiplicação ou operação ponderada de variáveis individuais.

Há um debate considerável acerca da agregação ou não dos dados a índices de fácil comunicação ou simplesmente apresentar os dados, chamando a atenção aos indicadores-chave originais (REED, FRASER e DOUGILL, 2006).

Para Sánchez Rivero e Pulido Fernández (2008), a tentativa de se criar um índice de desenvolvimento sustentável deve ser útil, na medida em que conduz a um esforço concentrado para se obter um tipo de ferramenta que apresente a complexidade do sistema de uma maneira mais simples. A informação que se obtém dos indicadores agregados é maior, embora a interpretação da mesma é, em muitos casos, mais complicada e com certas restrições. Van Bellen (2004) também considera que os problemas complexos do desenvolvimento sustentável requerem indicadores integrados, ou indicadores agregados em índices, pois os tomadores de decisão necessitam destes índices, que devem ser facilmente entendíveis e utilizados no processo decisório.

Entretanto, Gallopín (1997) expõe que o desenvolvimento de indicadores altamente agregados é confrontado com o dilema de que, apesar do alto nível de agregação ser necessário para intensificar a percepção dos problemas, a existência de valores desagregados é essencial no sentido de apresentar conclusão dos possíveis planos de ações. Durante a agregação, a informação é perdida em cada estágio de agregação e os índices acabam escondendo informação potencialmente valiosa que poderia fornecer orientação de ações para melhorar a sustentabilidade ou solucionar problemas (MEADOWS, 1998; REED, FRASER e DOUGILL, 2006). A agregação de informações pode ocultar importantes informações sobre alguns setores, cujo déficit ameaça a completa interpretação do sistema (BOSSEL, 1999).

Alguns indicadores agregados e índices

A seguir, são listados alguns indicadores e índices compostos usualmente empregados na avaliação de processos de desenvolvimento sustentável:

- Pegada Ecológica (Ecological Footprint): é um indicador de sustentabilidade baseado em critérios ecológicos e foi desenvolvida e proposta por Wackernagel e Rees (1996) com objetivo de estimar a área requerida para sustentar direta e indiretamente a atividade de uma população ou de um sistema econômico. Corresponde, portanto, à quantidade de área terrestre e de água de um ecossistema requerida para manter o padrão de vida de uma população pelo uso e consumo dos recursos materiais e energéticos, assim como para a assimilação dos resíduos produzidos. O método da Pegada Ecológica é uma ferramenta de cálculo que se fundamenta no conceito de capacidade de carga e inclui também a área perdida de produção de biodiversidade em função de contaminação, radiação, erosão, salinização e urbanização (WACKERNAGEL e REES, 1996). O método captura a esfera ambiental da sustentabilidade que é afetada pela atividade econômica humana, porém o sistema não abrange a dimensão social da sustentabilidade (BOSSSEL, 1999);
- Painel de Sustentabilidade – *Dashboard of Sustainability*: é um índice agregado de vários indicadores que emprega meios visuais de apresentação para mostrar as dimensões primárias da sustentabilidade, fornecendo informações quantitativas e qualitativas sobre o progresso em direção à sustentabilidade. A ferramenta utiliza um painel com três mostradores que representam a sustentabilidade do sistema no que se refere às dimensões propostas e é usado para a comparação entre nações, regiões e cidades. O sistema permite a apresentação de relações complexas num formato altamente comunicativo, desenvolvido e mantido pelo *International Institute for Sustainable Development* (VAN BELLEN, 2004). O formato do Painel da Sustentabilidade consiste numa apresentação atrativa e concisa da realidade e se constitui numa importante ferramenta de comunicação para auxiliar os tomadores de decisão, públicos e privados, a repensar suas estratégias de desenvolvimento e a especificação de suas metas;

- Barômetro da sustentabilidade (*Barometer of Sustainability*): é uma ferramenta para medir e comunicar o bem estar de uma sociedade e o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável por meio da integração de indicadores biofísicos e de saúde social. Fornece um meio sistemático de organizar e combinar indicadores para que usuários possam visualizar os resultados por meio de índices. A ferramenta de avaliação é uma combinação do bem-estar humano e do ecossistema, sendo que cada um deles é mensurado individualmente por seus respectivos índices (PRESCOTT-ALLEN, 1997). Estes índices são representados graficamente na forma bidimensional, em que os estados do bem-estar humano e do ecossistema são colocados em escalas relativas (que variam de 0 a 100), indicando a situação em relação à sustentabilidade. Uma das vantagens deste sistema é a sua abordagem holística, obtida por meio da integração do bem-estar humano com o meio ambiente, permitindo a análise comparativa do conceito de sustentabilidade (VAN BELLEN, 2004);
- Indicadores de Fluxo de Material: o Instituto Wuppertal na Alemanha tem desenvolvido indicadores de fluxo de material na tentativa de medir os amplos impactos num sistema devido às atividades econômicas. O método descreve sistematicamente os fluxos físicos de recursos naturais, contabilizando todos os materiais e energia (incluindo as perdas) utilizados num processo produtivo (extração, produção, fabricação, uso, reciclagem e disposição final) de um produto particular ou serviço. A análise deste método considera a densidade real do material de um determinado produto, que é contabilizada por meio da consideração de todos os materiais e energia requeridos para o processo de produção completa menos o atual peso do produto, ou seja, a “mochila ecológica”. Os indicadores extraídos deste tipo de análise consistem numa ferramenta útil para melhoria e desempenho de processos (PATTERSON, 2002; NESS et al, 2007);
- Indicadores de Análise do Ciclo de Vida: a Análise do Ciclo de Vida é uma ferramenta de análise sistêmica e holística de impactos ambientais, que quantifica os fluxos de energia e de materiais durante todo o ciclo de vida de produtos ou serviços (extração, processamento, manufatura, transporte, distribuição, uso, reuso, reciclagem e disposição final). Os indicadores da Análise

do Ciclo de Vida constituem-se em instrumentos indispensáveis para o melhor acompanhamento dos ciclos de produção e a identificação de alternativas de melhoria e interação entre processos produtivos (CHEHEBE, 1997; PATTERSON, 2002; NESS et al., 2007);

- Indicadores do Método Ameba: este modelo está inserido no conjunto de indicadores que buscam medir a sustentabilidade em termos de critérios ecológicos, e foi desenvolvida por pesquisadores holandeses e aplicadas em ecossistemas aquáticos nos Países Baixos e utiliza um número de indicadores variáveis dispostos graficamente para definir a garantia sustentável do ecossistema (PATTERSON, 2002);
- Índice de sustentabilidade ambiental (ESI – *Environmental Sustainability Index*): este índice foi desenvolvido pelo Fórum Mundial de Economia no ano de 2001 para medir o progresso em direção a sustentabilidade ambiental e quantifica a probabilidade que um território possui de preservar valiosos recursos naturais efetivamente ao longo de um período de tempo. Consiste de 68 indicadores de cinco categorias diferentes: o estado dos sistemas ambientais; redução de estresses em sistemas ambientais; redução de vulnerabilidade humana em mudanças ambientais; capacidade social e institucional para lidar com desafios ambientais e habilidade de cumprir os padrões e acordos internacionais (PATTERSON, 2002; NESS et al., 2007);
- *Living Planet Index (LPI)*: idealizado e utilizado pelo World Wildlife Fund (WWF), este índice mede o estado e a tendência global da biodiversidade em ecossistemas florestais, espécies marinhas e de águas doces (PATTERSON, 2002);
- Índice de Pressão de Consumo: é designado para medir a pressão que uma nação individualmente exerce sobre ecossistemas naturais, baseada no consumo de recursos e emissão da poluição (PATTERSON, 2002);
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): o IDH foi desenvolvido nos anos noventa (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP, 1990) e mede as dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento sustentável baseando-se nos parâmetros de longevidade (expectativa de vida), de educação

(taxa de analfabetismo adulta e matrículas escolares) e do padrão de vida (Produto Interno Bruto per capita) (PATTERSON, 2002);

- Índice de Desempenho Ambiental (EPI – *Environmental Performance Index*): consiste na medida padrão do desempenho de políticas direcionadas à redução de estresses ambientais na saúde humana e promoção da vitalidade de ecossistema e gestão de recursos naturais (BÖHRINGER e JOCHEM, 2007);
- Índice de Vulnerabilidade Ambiental (EVI – *Environmental Vulnerability Index*): compreende 32 indicadores de riscos, 8 indicadores de resistência e 10 indicadores que medem os danos e vulnerabilidade do ambiente (BÖHRINGER e JOCHEM, 2007);
- Índice de bem-estar econômico sustentável (ISEW – *Index of Sustainable Economic Welfare*): este índice foi desenvolvido por Daly e Cobb em 1989 para integrar exterioridades econômicas e ambientais no cômputo do bem-estar nacional. O índice ajusta práticas da contabilidade nacional para abranger um conjunto maior de causas determinantes do bem-estar, que incluem deduções para gastos militares, degradação ambiental e depreciação do capital natural (NESS et al., 2007);
- Índice de bem-estar (WI – *Well-Being Index*): consiste de dois índices: o índice de bem-estar humano e o índice de bem-estar do ecossistema, que agregam mais de 60 diferentes indicadores (NESS et al., 2007).

Segundo Bossel (1999), a ciência não consegue prover um método objetivo para seleção de um e somente um conjunto de indicadores para um sistema complexo. Isto porque é muito grande o número de indicadores potencialmente candidatos para um sistema complexo, e como o conjunto de indicadores deve ser relativamente compacto, exige-se a seleção e a agregação de indicadores. Além disso, há sempre menos do que o total conhecimento sobre um sistema ou um problema, e não há garantia de que indicadores vitais estão já na lista dos candidatos.

Todo este processo de identificação, seleção e agregação requer decisões que são baseadas no conhecimento, experiência e valores daqueles

envolvidos na seleção e identificação de indicadores. O melhor que se pode fazer é aceitar a inevitável subjetividade e fazer o processo tão sistemático, científico e abrangente quanto possível, ou seja, compreensível, completo e reproduzível. Isto requer transparência e reprodutibilidade do processo, uma abordagem compacta e sistemática (BOSSEL, 1999).

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Os indicadores de sustentabilidade no desenvolvimento turístico constituem instrumentos práticos para o planejamento, implantação e controle da atividade turística, ao proporcionar informação adequada e confiável das condições ambientais, econômicas e sociais do turismo (MEDINA MUÑOZ e MEDINA MUÑOZ, 2003).

Os indicadores medem o cumprimento de objetivos, metas e desempenhos, proporcionando um sinal preventivo de alerta para a necessidade de mudanças de políticas ou de novas ações, servindo de base para o planejamento e a gestão do turismo (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005).

A utilização de indicadores não é um procedimento trivial, se é desejável obter informações reais e claras da situação de um destino turístico e utilizá-las como ferramenta de gestão destes destinos (SANCHO PÉREZ e GARCÍA MESANAT, 2006a e 2006b). O uso de indicadores é parte de uma abordagem holística do planejamento e gestão de destinos turísticos, projetado para promover a integração entre comunidades, recursos e setores envolvidos com o turismo (MANNING, 1999).

Os indicadores podem ter uma influência determinante no processo de desenvolvimento sustentável do turismo de três formas principais: por meio da informação que geram; a mobilização que criam (associações e envolvimento setorial); e as ações que promovem. Os indicadores marcam sua influência inclusive antes de estarem plenamente desenvolvidos, já que na fase de sua elaboração se exploram novos conceitos e se produzem novos conhecimentos sobre o

desenvolvimento do turismo sustentável (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO, 2005).

Os indicadores de sustentabilidade diferem dos tradicionais indicadores de desenvolvimento por levar em consideração a rede complexa de inter-relações e interdependências entre os recursos naturais e culturais e a sociedade local envolvida no sistema turístico (SIRAKAYA, JAMAL e CHOI, 2001; CHOI e SIRAKAYA, 2006).

Os indicadores referentes ao desenvolvimento do turismo sustentável correspondem ao conjunto de informações formalmente selecionadas que se utiliza regularmente para a medição das mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento e gestão das atividades turísticas numa localidade e servem como instrumento para detectar as repercussões nas estruturas turísticas e nos fatores externos que influenciam o turismo (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO, 2005).

Assim, a seleção de indicadores e seu monitoramento periódico é um componente fundamental para a gestão e o desenvolvimento de atividades turísticas em uma localidade.

Os principais tipos de indicadores (baseados no modelo Pressão-Estado-Resposta, descrito anteriormente) que têm sido utilizados na prática atualmente são (POPOVA, 2003):

- Indicadores preventivos: auxiliam a identificar e prevenir problemas;
- Indicadores de capacidade de carga ou de medição do estresse: medem fatores externos ambientais e tendências;
- Indicadores de medição do estado dos recursos naturais e volume de demanda dos recursos: auxiliam gestores a identificar quais as mudanças ocorridas nos recursos naturais e suas relações;
- Indicadores de impactos e efeitos do turismo: podem ser integrados a planos de negócios ou serem utilizados para definir ações;
- Indicadores de medição de esforços e ações de gestão: fornecem informações úteis para gestão e obtenção de resultados;

- Indicadores de medição das consequências do manejo: identificam o efeito das ações tomadas para o desenvolvimento sustentável do turismo na comunidade.

Os indicadores de sustentabilidade precisam ser incluídos no monitoramento e gestão de todas as formas de desenvolvimento turístico. Estes indicadores devem envolver aspectos ambientais, tecnológicos, sociais, econômicos e políticos e devem ser planejados e implementados em todos os níveis: local, regional, nacional e internacional (SIRAKAYA, JAMAL e CHOI, 2001).

INDICADORES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL

Atualmente, muitas organizações nacionais e internacionais têm desenvolvido indicadores de sustentabilidade, dentre elas: Organização Mundial de Turismo (OMT); Banco Mundial; *Bird Life*; *International Institute of Sustainable Development (IISD)*; *Sustainable Seattle*; Instituições das Nações Unidas, tais como *United Nations Commission of Sustainable Development (UNCSD)* e *United Nations Development Program (UNDP)*. Porém, os esforços empenhados por estas organizações e instituições têm focado no desenvolvimento geral no nível macro, e a maioria destes indicadores não podem ser aplicados para monitorar o desenvolvimento turístico local (CHOI e SIRAKAYA, 2006).

Os indicadores nacionais e internacionais de turismo sustentável são, necessariamente, amplos e não podem adequar-se plenamente aos distintos tipos de destinos locais (JAMES, 2004). Devido à grande variedade de destinos, é necessário que seja estabelecida uma série de indicadores de turismo local sustentável, vinculados a políticas locais claras e resultados estratégicos.

O âmbito local pode considerar-se como o nível básico para a aplicação dos indicadores de sustentabilidade e por conseguinte, para fazer operativos os seus princípios (IVARS BAIDAL, 2001; VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003a, 2003b).

No sentido de garantir a sustentabilidade do setor turístico, há a necessidade de políticas públicas e planos efetivos em todos os níveis,

especialmente na escala local de destinos, onde as atividades turísticas acontecem, onde ocorre a interação dos turistas com os provedores de serviços e com a comunidade, e onde os impactos positivos e negativos do turismo são presenciados (REGIONAL WORKSHOP KOLAŠIN – MONTENEGRO, 2007).

A diversidade de culturas do mundo e de valores de sistema fornece muitas perspectivas diferentes, cada qual pode ser válida em seu próprio contexto particular. Pode ser perigoso o uso de indicadores internacionalmente para fazer julgamento de valores sobre o conteúdo de desenvolvimento. Por esta razão, o conceito de indicadores internacionais de desempenho para o desenvolvimento sustentável é politicamente inaceitável (DAHL, 1997).

Cada comunidade é individual e deve desenvolver seu conjunto individual de indicadores em nível local, o que viabiliza a oportunidade de tornar visível esta individualidade na seleção de indicadores, e assim, torná-los parte da identidade local e regional (VALENTIN e SPANGENBERG, 2000).

A pertinência dos indicadores varia de acordo com as regiões e seu contexto. Os indicadores ambientais devem ser estabelecidos pelas autoridades locais com base nos objetivos de desenvolvimento turístico local. Devem ser remanejados e interpretados dentro do contexto apropriado, levando-se em conta as características ecológicas, geográficas, sociais, econômicas e institucionais de cada região (ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2002a, 2002b).

Twining-Ward e Butler (2002) argumentam que os indicadores precisam refletir o espaço e o tempo específicos no contexto de uma localidade para que as ferramentas de gestão do turismo sustentável sejam realmente efetivas.

Assim, os indicadores de sustentabilidade podem e devem efetivamente contribuir para o processo de desenvolvimento que combine com as prioridades locais e considere os interesses dos moradores locais (REED, FRASER e DOUGILL, 2005).

Como um indicador descreve um processo específico de controle (e não uma informação exclusivamente numérica), o indicador está fortemente vinculado aos processos particulares dos quais formam parte e deve ser sensível às

percepções dos agentes envolvidos em seu desenvolvimento, buscando um sistema que faça com que os resultados sejam facilmente interpretáveis (SANCHO PÉREZ e GARCÍA MESANAT, 2006a e 2006b).

Cazes (1998 apud IVARS BAIDAL, 2001 e VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003a, 2003b) considera que o desenvolvimento sustentável supõe um redescobrimto do local como escala idônea para um desenvolvimento de tipo qualitativo aplicável a atividade turística. Na escala local:

- se reconhecem mais fielmente os impactos econômicos, ambientais e socioculturais do turismo;
- se definem de maneira mais apropriada os interesses e aspirações da sociedade local mediante mecanismos de participação social;
- se pode avaliar melhor o comportamento da demanda turística e seu grau de satisfação; e
- são de aplicação direta os instrumentos de ordenamento do território e de planejamento ambiental e turística.

A concretização do equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica e sociocultural da sustentabilidade supõe uma revalorização da escala local de planejamento e gestão de turismo. Na escala local, os diagnósticos podem ser mais precisos e a definição da estratégia turística pode ser objeto de consenso mediante a participação da sociedade local (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2004).

Na escala local, os indicadores setoriais turísticos devem integrar-se em um sistema de informação territorial global junto com outras variáveis de tipo ambiental ou socioeconômico, já que a ótica exclusivamente setorial do desenvolvimento é inconcebível, inclusive nas áreas de alta especialização turística (IVARS BAIDAL, 2001).

Ainda assim, os sistemas locais de indicadores de desenvolvimento turístico sustentável devem complementar-se com outras escalas que permitam uma melhor aproximação dos efeitos globais e regionais do turismo (IVARS BAIDAL, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indicadores constituem-se como valiosos e úteis instrumentos para subsidiar o processo de tomada de decisão na gestão e no desenvolvimento de projetos e políticas de desenvolvimento. Permitem a análise objetiva sobre as condições atuais e situações desejáveis e devem ser capazes de mostrar tendências ao longo do tempo dos processos de desenvolvimento, reconhecendo metas e objetivos.

A definição de um conjunto apropriado de indicadores para monitoramento do desenvolvimento sustentável não é uma tarefa simples, pois exige selecionar indicadores que representem os relevantes aspectos de viabilidade, sustentabilidade e desempenho do sistema e incorporá-los num procedimento sistemático, objetivo, compacto e compreensível.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável do turismo devem considerar o âmbito local como o nível básico e adequado para a aplicação dos indicadores de sustentabilidade, a fim de tornar exequíveis e alcançáveis as características, prioridades desejáveis e interesses específicos locais.

Em função do seu sistema de medição, os indicadores podem ser quantitativos (números simples, proporções, porcentagens) e/ou qualitativos (categorias, níveis de satisfação, etc.), devendo referir-se a variáveis de caráter quantitativo, mas também de caráter qualitativo. Assim, uma combinação entre as duas concepções de indicadores (qualitativo e quantitativo) é adequada, pertinente, desejável e enriquecedora para o estabelecimento de um bom sistema de monitoramento.

Os indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico constituem instrumentos práticos para a gestão e o controle da atividade turística de um destino, sendo sua seleção e monitoramento periódico componente fundamental para o planejamento e o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ANDREU, N.; BLÁZQUEZ, M.; MATEU, J.; LÓPEZ, S.; MAS, L.; MORELL, F.; MURRAY, I.; TRUYOLS, G. **La mesura de la sostenibilitat del turismo a les Illes**

Balears. Illes Balears: Centre d'Investigació i Tecnologies Turístiques de les Illes Balears (CITTIB), 2003. p.55-63.

BLÁZQUEZ, M.; MURRAY MAS, I.; MATEU I LLADÓ, J.; El uso de indicadores de sostenibilidad del turismo para el análisis de la construcción social del espacio. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INDICADORES AMBIENTALES DE TURISMO, 2002, Murcia (España). **Informe...** Murcia (España): Mullor y Asociados, 2002, p.108-113.

BÖHRINGER, C.; JOCHEM, P.E.P. Measuring the immeasurable: a survey os sustainable indices. **Ecological Economics**, Amsterdam, Elsevier, v.63, p.1-8, jun.2007.

BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, methods, applications: a report to Balaton Group.** International Institute for Sustainable Development. Winnipeg, Manitoba, Canada, IISD, 1999. 124p.

BOSSEL, H. Assessing viability and sustainability: a systems-based approach for deriving comprehensive indicator sets.. **Conservation Ecology**, Waterloo, v.5, n.2, art.12, 2001.

CHEHEBE, J.R. **Análise do ciclo de vida de produtos: ferramenta gerencial da ISO 14000.** Rio de Janeiro: Qulitymark Ed., CNI, 1997. 120p.

CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism Management**, Elsevier, London, v.27, p.1274-1289, dec. 2006.

COMMISSION ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Indicators of sustainable development: framework and methodologies.** New York: Department of Economic and Social Affairs, Division for Sustainable Development, 2001. 294p. (Background paper N° 3).

DAHL, A.L. The big picture: comprehensive approaches. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S.; MATRAVERS, R. **Sustainability indicators: a report on the project on indicators of sustainable development.** Chichester, GB: Wiley and sons, 1997. p.69-83.

FRAUSTO MARTÍNEZ, O.; CHALÉ CAAMAL, G.G.; ROJAS LÓPEZ, J. Herramientas y técnicas para la aplicación y evaluación de indicadores de desarrollo sustentable para localidades o municipios. In: PALAFOZ MUÑOZ, A. **Turismo: teoría y praxis.** Quintana: Universidad de Quintana Roo; Cuerpo Académico de Turismo; Plaza y Valdés, 2005. p.85–91.

GALLOPÍN, G C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators: a system approach. **Environmental Modeling & Assessment**, Berlin, v.1, n.3, p.101-117, set 1996.

GALLOPÍN, G.C. Indicators and their use: information for decision making. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S.; MATRAVERS, R. **Sustainability indicators: a report on the project on indicators of sustainable development.** Chichester, GB: Wiley and sons, 1997. 415p. Cap.1, p.13-27.

HARDI, P.; ZDAN, T. **Assessing Sustainable Development: principles in practice**. Winnipeg (Canada): International Institute for Sustainable Development, 1997. 166p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; IBGE, 2004. 395p. (Estudos e Pesquisas, Informações Geográficas Nº 4).

IVARS BAIDAL, J.A. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG)**. Alicante: Universidad de Alicante; Instituto Universitario de Geografía, 2001. 75p. (Documentos de Trabajo, n.1).

JAMES, D. Indicadores locales de turismo sostenible. **Revista estudios turísticos**, Instituto de Estudios Turísticos, Madrid, n.161-162, p.229-241, 2004.

KO, T.G. Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach. **Tourism Management**, Elsevier, London, n.26, p.431-445, 2005.

MANNING, T. Indicators of tourism sustainability. **Tourism Management**, Pergamon, Elsevier Science, London, v.20, n.2, p.179-181, apr. 1999.

MARZALL; K.; ALMEIDA, J. O estado da arte sobre indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POTENCIALIDADES E LIMITES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 1999, Santa Maria-RS. **Atas...** Santa Maria-RS: Universidade Federal de Santa Maria, 1999, p.1-10.

MEADOWS, D. **Indicators and information systems for sustainable development**: a report to the Balaton Group. Hartland: The Sustainability Institute, 1998. 78p.

MEDINA NUÑOZ, R.D.; MEDINA MUÑOZ D.R. Indicadores del desarrollo sostenible del turismo: una aplicación al caso de Canarias como destino turístico. In: CONGRESO DE TURISMO, UNIVERSIDAD Y EMPRESA, 5., 2002, Benicasim. **La calidad integral del turismo**. Valencia (España): [s.n.], 2003. p.289-306.

MILLER, G. The development of indicators for sustainable tourism: results of a Delphi survey of tourism researchers. **Tourism Management**, Elsevier Science, London, v.22, p.351-362, 2001.

NESS, B.; URBEL-PIRSALU, E.; ANDERBERG, S.; OLSSON, L. Categorising tools for sustainable assessment. **Ecological Economics**, Elsevier, Amsterdam, v.60, p.498-508, jan. 2007.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OCDE Environmental indicators: toward sustainable development = Rumo ao desenvolvimento sustentável: indicadores ambientais**. Tradução de Ana Maria S.F. Teles. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2002a. 244p.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Working together towards sustainable development: the OECD experience.** Paris, France: OECD Publications Service, 2002b. 85p.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos: guía práctica.** Madrid: OMT, 2005. 545p.

PATTERSON, M. **Headline indicators for tracking progress to sustainability in New Zealand.** Wellington, New Zealand: Ministry for the Environment, 2002. 126p. (Technical Report Nº 71).

PINTÉR, L.; HARDI, P; BARTELMUS, P. **Sustainable development indicators: proposals for a way forward.** Discussion Paper Prepared under a Consulting Agreement on behalf of the UN Division for Sustainable Development. New York: United Nations Division for Sustainable Development, 2005. 35p.

POPOVA, N. **Ecotourism impact/success indicators baseline data 2002: Kalofer pilot region of Central Balkan National Park.** Sofia, Bulgaria: Biodiversity Conservation & Economic Growth Project (BCEG), 2003. 45p.

PRESCOTT-ALLEN, R. Barometer of stability. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S.; MATRAVERS, R. **Sustainability indicators: a report on the project on indicators of sustainable development.** Chichester, GB: Wiley and sons, 1997. p.133-137.

REED, J.S.; FRASER, E.D.G.; DOUGILL, A.J. An adaptative learning process for developing and applying sustainability indicators with local communities. **Ecological Economics**, Elsevier, Amsterdam, v.59, p.406-418, oct. 2006.

REGIONAL WORKSHOP KOLAŠIN – MONTENEGRO. **Sustainable tourism indicators and destination management.** Kolasin, Montenegro: World Tourism Organization; Ministry of Tourism and Environment of Montenegro, 2007. 104p. (Final Report).

ROMAGOSA CASALS, F.; CUÉTARA SÁNCHEZ, L. El desarrollo sostenible en destinos turísticos: propuesta de un sistema de indicadores de sostenibilidad. **Papers de Turismo**, Valencia, n.30, 2001, p.125-137.

SÁNCHEZ RIVERO, M.; PULIDO FERNÁNDEZ, J.I. **Medida de la sostenibilidad turística: propuesta de un índice sintético basado en ponderaciones factoriales.** Madrid: IX CONVOCATORIA PREMIO TRIBUNA FITUR JORGE VILA FRADERA 2007; FITUR, 2008. 203p.

SÁNCHEZ RUBIO, C.J. Sistemas de indicadores de sostenibilidad y desarrollo turístico: aplicación a la comarca del Bajo Segura (Alicante). **Investigaciones Geográficas**, Universidad de Alicante, n.33, p.17-38, 2004.

SANCHO PÉREZ, A.; GARCÍA MESANAT, G. ¿Qué indica un indicador? Análisis comparativo en los destinos turísticos. **Revista de análisis turístico**, Asociación Española de expertos científicos en turismo, Alicante, n.2, p.69-75, 2006a.

SANCHO PÉREZ, A.; GARCÍA MESANAT, G. El papel de los indicadores en la planificación turística. In: CONGRESO NACIONAL TURISMO Y TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LAS COMUNICACIONES - TURITEC, 6., 2006, Málaga.

Anais... Málaga (España): Escola Universitária de Turismo, Universidad de Málaga, 2006b, p.1-13.

SANCHO PÉREZ, A.; GARCÍA MESANAT, G.; PEDRO BUENO, A; YAGÜE PERALES, R.M.. **Auditoria de sostenibilidad en los destinos turísticos.**

Valencia: Minim, Instituto de Economía Internacional, 2001. 97p.

SEGNESTAM, L. **Environmental performance indicators:** a second edition note. Washington: World Bank Environment Department, 1999. 50p. (Environmental Economics Series, paper N° 71).

SIRAKAYA, E.; JAMAL, T.B.; CHOI, H.S. Developing indicators for destination sustainability. In: WEAVER, D.B. **The encyclopedia of Ecotourism.** Oxon: CABI, 2001. Cap.26, p.411-432.

TWINING-WARD, L.; BUTLER, R. Implementing STD on a Small Island: development and use of sustainable tourism development indicators in Samoa. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.10, n.5, p.363-387, 2002.

UNITED NATIONS DIVISION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. **Indicators of sustainable development:** guidelines and methodologies. New York: CSD (Commission on Sustainable Development) Work Programme on Indicators of Sustainable Development, 2001. 310p.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME/WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Making tourism more sustainable:** a guide for policy makers. Paris, France; Madrid, Spain: UNEP/WTO, 2005. 210p.

VALENTIN, A. SPANGENBERG, J.H. A Guide to community sustainability indicators. **Environmental Impact Assessment Review**, Elsevier Science, New York, v.20, p.381-392, 2000.

VAN BELLEN, H.M. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, Brasil, ANPPAS, v.7, n.1, p.67-87, 2004.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible. In: VALDÉS PELÁES, L; PÉREZ FERNANDEZ, J.M. DEL VALLE TUERO, E.A. **Experiências públicas y privadas en el desarrollo de un modelo de turismo sostenible.** Oviedo: Fundación Universidad de Oviedo, 2003a. p.105-129.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Measuring sustainability in a mass tourist destination: pressures, perceptions and policy responses in Torrevieja, Spain. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.11, n.2/3, p.181-202, 2003b.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. **Indicadores de sostenibilidad para destinos maduros: balance y propuestas de aplicación.** Conferência creando

estructuras para la investigación e la educación en la política turística y gestión de destinos. Madrid: Organización Mundial de Turismo, 2004. 10p.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. **Our Ecological Footprint: reducing human impact on the Earth.** Gabriola Island, BC: New Society, 1996. 160p.

WATSON, A.; COLE, D. LAC Indicators: an evaluation of progress and list of proposed indicators. In: MERIGLIANO, L. (Ed.) **Ideas for limits of acceptable change process.** Washington, DC: U.S. Department of Agriculture, Forest Service; Recreation, Cultural Resources, and Wilderness Management Staff, 1992. Book Two. p.65-84. (Publication N° 229).

YUNIS, E. Indicadores de turismo sostenible: o enfoque de la OMT. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INDICADORES AMBIENTALES DE TURISMO, 2002, Murcia (España). **Informe...** Murcia (España): Mullor y Asociados, 2002, p.11 – 13.

CAPÍTULO 8

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: UMA REVISÃO DE ALGUNS ESTUDOS DE CASOS



HANAI, FREDERICO YURI. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009. Orientador: Prof. Assoc. Evaldo Luíz Gaeta Espíndola.

RESUMO

O processo de desenvolvimento do turismo sustentável em destinos turísticos tem exigido a elaboração de métodos, técnicas e instrumentos úteis para o seu planejamento e gestão. Iniciativas pioneiras e modelos de sistemas de indicadores têm sido empregados no monitoramento e análise da sustentabilidade turística em várias localidades. Assim, o objetivo deste capítulo é relatar as iniciativas, os sistemas e os modelos de indicadores do turismo sustentável, identificados e obtidos a partir de estudos de casos, visando a compreensão abrangente dos procedimentos, técnicas e práticas usualmente adotados em destinos turísticos na Espanha e no mundo. As pesquisas e estudos sobre sistemas de indicadores desenvolvidos propiciam a verificação da possibilidade de aplicação dos indicadores a outras realidades do desenvolvimento turístico. Os resultados deste estudo permitem a composição de uma lista preliminar de indicadores a serem submetidos à análise e seleção para incorporação ao Sistema de Indicadores proposto pela presente tese, visando à evolução e ao aprimoramento dos modelos e sistemas de indicadores aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico.

Palavras-chave: indicadores; indicadores de sustentabilidade; indicadores de turismo; sistemas de indicadores.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos vem sendo impulsionadas algumas iniciativas de investigação e aplicação prática, conduzidas à elaboração de métodos, técnicas e instrumentos, úteis para o planejamento e gestão, das ações responsáveis do desenvolvimento turístico, levando-se em consideração os princípios sustentáveis de desenvolvimento.

No entanto, os desafios e a importância de pesquisas aprofundadas sobre o processo de desenvolvimento do turismo sustentável em destinos turísticos (com suporte científico) exigem investigações sobre métodos e procedimentos que subsidiem o seu planejamento, gestão e monitoramento.

Em vários países, iniciativas pioneiras e modelos de desenvolvimento turístico de localidades são empregados, envolvendo investigações da metodologia de análise da sustentabilidade e de monitoramento da atividade turística.

No turismo, o monitoramento constitui-se num instrumento essencial a qualquer processo de planejamento ou gestão de suas atividades e deve ser um processo contínuo de retroalimentação do planejamento para o alcance dos princípios de sustentabilidade turística (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2005).

O monitoramento deve envolver a coleta e medições regulares das condições ambientais, sociais e econômicas, e para este fim, são utilizados indicadores. Os indicadores constituem-se, desta forma, em importantes e indispensáveis instrumentos para o monitoramento estratégico do desenvolvimento sustentável.

Porém, a implementação e concretização de turismo sustentável são impedidas pelo atual estado superficial de conhecimento sobre indicadores, já que a abordagem contribui para a tomada de decisão sobre o desenvolvimento sustentável (TWINING-WARD e BUTLER, 2002).

Mais além do que apenas discorrer sobre abordagens teóricas e conceituais dos indicadores, deve-se buscar identificar e investigar as atuais

iniciativas, as experiências práticas e os casos concretos que são aplicados no desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade do turismo.

Pelo caráter emergente da literatura sobre indicadores de turismo sustentável e pela própria complexidade do conceito de turismo sustentável, faz-se imprescindível o estudo de casos concretos que permitam delimitar os aspectos a medir, as medidas a utilizar, as fontes de informações necessárias e a avaliação do progresso no nível de sustentabilidade (MEDINA MUÑOZ e MEDINA MUÑOZ, 2003).

OBJETIVO

O objetivo desse capítulo é relatar as iniciativas, os sistemas e os modelos de indicadores do turismo sustentável, levantados e obtidos a partir de estudos de casos, visando à análise dos instrumentos adotados e dos procedimentos aplicados para o monitoramento do desenvolvimento turístico nas localidades investigadas.

METODOLOGIA

Com a finalidade de ampliar a abrangência da investigação e de aprofundar o levantamento de estudos de casos relacionados aos indicadores de sustentabilidade do turismo, buscou-se incorporar novas visões e práticas atuais de planejamento e gestão do turismo sustentável adotadas em outros países.

Em diversos países, e notadamente na Espanha, iniciativas pioneiras e modelos de desenvolvimento turístico vêm sendo empregados e experimentados, possibilitando estudos investigativos das metodologias aplicadas para a análise da sustentabilidade e para o monitoramento do turismo por meio de indicadores.

A Espanha possui um aspecto de grande relevância nas considerações sobre o desenvolvimento turístico do ponto de vista do contingente de turistas, pois tem ocupado um dos primeiros lugares do mundo pelo número de entrada de visitantes. Só no ano de 2007 ingressaram ao país mais de 59 milhões de turistas internacionais e 40 milhões de excursionistas (INSTITUTO DE ESTUDIOS TURÍSTICOS, 2007). Por estar localizada na zona mediterrânea da Europa, a

Espanha é confluência de regiões turísticas mais importantes do mundo, o que faz com que a atividade turística espanhola represente um dos principais setores da economia, tanto em geração de renda como de empregos.

O modelo turístico espanhol dominante se centra essencialmente na quantidade de turistas, e associa o número de turistas com os resultados econômicos do setor. Consequentemente, as inquietudes sobre os efeitos e as condições do desenvolvimento turístico na Espanha levaram à necessidade de estudos e de modelos alternativos de desenvolvimento do turismo com enfoque sustentável. Estes fatores contribuíram para que a Espanha consistisse numa das grandes referências internacionais de estudos científicos sobre a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo e também na aplicação de sistemas de indicadores.

Desta forma, durante o período de outubro de 2007 a abril de 2008, foi realizado um estágio de doutorado na Facultad de Ciencias Sociales y da Comunicación da Universidade de Vigo (Espanha), com objetivo de investigar os modelos de gestão e planeamento do turismo, assim como as iniciativas de definição e aplicação dos sistemas de indicadores de turismo sustentável.

O estágio de doutorado foi viabilizado pelo Programa Mobilidade Internacional da Universidade de São Paulo, com o patrocínio do Programa Santander Banespa, possibilitando a realização de diversas atividades de ensino, pesquisa, e também de extensão, relatadas a seguir:

- Visita, pesquisa e levantamento de material bibliográfico, projetos e documentos no *Centro de Documentación Turística de España (Instituto de Estudios Turísticos - Secretaría General de Turismo – Secretaria de Estado de Turismo y Comercio del Ministerio de Industria, Turismo y Comercio)*;
- Visita, pesquisa e levantamento de material bibliográfico, projetos e documentos no *Centro de Publicaciones* da Organização Mundial de Turismo (OMT) em Madrid;
- Visita, pesquisa e levantamento de material bibliográfico, projetos e documentos em Bibliotecas da Universidade de Vigo (*Campi* de Pontevedra, Ourense e Vigo);
- Envolvimento e atuação conjunta na equipe de docentes e pesquisadores de universidades espanholas e portuguesas, possibilitando o intercâmbio de

experiências e conhecimentos pela participação e colaboração em projetos de pesquisa e extensão de desenvolvimento turístico da região sul de Galícia (Espanha) e norte de Portugal (*Proyecto Eixo Atlântico*);

- Realização de palestras sobre indicadores, gestão e desenvolvimento do turismo no Brasil para cursos de graduação da *Facultad de Ciencias Económicas*, e da *Facultad de Ciencias Sociales y da Comunicación* da *Universidad de Vigo*;
- Realização de minicurso sobre Indicadores de Sustentabilidade aplicado ao contexto do desenvolvimento turístico no Curso de pós-graduação (Mestrado) em *Dirección y Planificación del Turismo* da *Facultad de Ciencias Empresariales y de Turismo* da *Universidad de Vigo*;
- Participação e apresentação de trabalhos em eventos de relevância, reconhecidos internacionalmente, realizados na Espanha: a) *XI Congreso Internacional de Turismo Universidad y Empresa: innovación, creatividad y nuevos modelos de gestión en turismo* – Castellón; b) *XII Congreso AECIT - Asociación Española de Expertos Científicos en Turismo - “Conocimiento, creatividad y tecnología para un turismo sostenible y competitivo”* - Tarragona; c) *II International Seminar on Innovations on Tourism – “Knowledge, technology and creativity for sustainable and competitive tourism”* – Vila Seca; d) *Feira Internacional de Turismo de Madrid (FITUR – España)*; e) *Seminario de la OMT sobre “Excelencia en la Política y la Gobernanza del turismo: la experiencia europea”* – Madrid.

A identificação e o levantamento dos estudos de caso sobre indicadores de turismo envolveram a pesquisa, a consulta e a aquisição de referências bibliográficas, como: artigos publicados em revistas e eventos científicos, relatórios e informes de projetos e investigações, documentos oficiais disponíveis, livros, entre outros.

Os estudos foram obtidos por meio de comparecimento in loco em instituições oficiais de turismo e em bibliotecas de centros de pesquisa, para obtenção dos materiais bibliográficos disponíveis, destacando-se o Centro de Documentación Turística de España (Instituto de Estudios Turísticos - Secretaria

General de Turismo – Secretaria de Estado de Turismo y Comercio del Ministerio de Industria, Turismo y Comercio - Madrid), a Organização Mundial de Turismo (OMT - Madrid), e as Bibliotecas de Universidades espanholas.

Por meio da leitura e da análise minuciosa destes materiais e fontes de consulta, apreciou-se a maioria dos estudos e projetos empregados em diversos destinos da Espanha e do mundo sobre sistemas de indicadores de sustentabilidade de turismo.

A experiência vivenciada durante a realização do estágio de doutorado na Espanha permitiu a análise dos métodos e procedimentos usualmente adotados para a gestão e monitoramento do turismo, viabilizando a incorporação de novas abordagens e possibilitando o aperfeiçoamento do sistema de indicadores de sustentabilidade do turismo, em proposição na tese.

Coube neste trabalho, a compreensão dos sistemas, modelos e estruturas propostas de indicadores de sustentabilidade (identificados nos casos estudados), visando à captura de elementos importantes e aspectos úteis aplicáveis ao contexto do desenvolvimento turístico.

A pesquisa não se direcionou para a verificação das potencialidades e debilidades dos sistemas e modelos de indicadores atualmente utilizados para a análise da sustentabilidade do turismo, já que o intuito foi estabelecer uma lista própria de indicadores adequados a uma aplicação local. Desta forma, a verificação de indicadores usuais e sugeridos que vem sendo aplicados no mundo e as suas potencialidades e debilidades foram identificadas pela busca de experiências e estudos de casos da aplicação de indicadores de sustentabilidade do turismo na Espanha e no mundo.

A descrição dos estudos de casos foi direcionada para compor um quadro elucidativo das técnicas, instrumentos e procedimentos empregados nestes estudos. Assim sendo, não é intuito deste capítulo o relato detalhado de cada um dos modelos e estruturas mencionadas pelos estudos de caso, os quais podem ser observados pela leitura das referências citadas.

A seguir são apresentadas as considerações sobre os indicadores de desenvolvimento sustentável de destinos turísticos sugeridos pela Organização

Mundial de Turismo (OMT) e na sequência, relata-se uma descrição resumida dos estudos de caso identificados na Espanha e no mundo.

OS INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA OS DESTINOS TURÍSTICOS PROPOSTOS PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO

A Organización Mundial de Turismo (2005) produziu um conjunto de indicadores que avaliam as informações sobre desenvolvimento do turismo em uma localidade. Este conjunto de indicadores foi elaborado para atender às necessidades de tomadores de decisões e gestores de turismo, e tem sido aplicado em vários contextos globais de desenvolvimento turístico. Neste trabalho, categorias de indicadores de turismo foram desenvolvidas, envolvendo índices e listas de indicadores para nível nacional, regional e local.

Os diversos indicadores básicos e específicos propostos pela Organización Mundial de Turismo (2005) estão distribuídos nos seguintes âmbitos: bem estar das comunidades receptoras; conservação do patrimônio cultural; participação comunitária no turismo; satisfação dos turistas; saúde e segurança; aproveitamento dos benefícios econômicos do turismo; proteção dos recursos naturais de valor; gestão de recursos naturais escassos; limitação do impacto ambiental do turismo; controle das atividades turísticas; organização e controle do lugar de destino; projeto de produtos e serviços; e sustentabilidade das operações e serviços turísticos. Os indicadores estão recopilados em uma lista que sugere 29 indicadores básicos (além dos diversos específicos), distribuídos em 12 questões básicas da sustentabilidade turística.

O estudo desenvolvido pela OMT resultou na produção de orientações no uso de indicadores particulares e específicos de destinos turísticos. Entretanto, ainda não há consenso e acordo na aplicação deste sistema de indicadores pelos administradores e técnicos locais de gestão turística, que algumas vezes têm encontrado dificuldades para mensurar e monitorar a sustentabilidade do turismo.

Li (2004) manifesta que a lista dos indicadores é muito extensa para ser compreendida e usada convenientemente num contexto pragmático. Twining-Ward e Butler (2002) afirmam que apesar dos trabalhos da OMT fornecerem indicadores

como um ponto útil inicial de partida, uma análise mais detalhada tem relevado várias dificuldades na abordagem dos indicadores. Dentre elas, destacam-se a falta de clareza na participação da sociedade local e a inexistência de uma estrutura apropriada para o monitoramento que auxilie na conversão da informação dos indicadores em ações apropriadas de gestão.

A OMT reconhece que as manifestações do turismo são tão variadas e que se aplicam em ambientes e condições tão diversas que é necessário adotar indicadores locais específicos (SANCHO PÉREZ et al., 2001).

A lista de indicadores da OMT é um amplo conjunto de indicadores de sustentabilidade que precisa ser adequado aos contextos ecológicos e culturais de um destino particular no sentido de produzir métodos efetivos de monitoramento (MANNING, 1999).

ESTUDOS DE CASOS SOBRE INDICADORES DO TURISMO SUSTENTÁVEL

A seguir é apresentada de forma sucinta a descrição dos estudos identificados na Espanha e no mundo sobre indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do turismo. Os casos apresentados baseiam-se nas suas respectivas publicações e relatos de projetos, descrevendo-se os objetivos, locais de aplicação, resultados, considerações e os legados metodológicos dos estudos investigados.

Um quadro resumido contendo a listagem dos estudos de casos é apresentado na Tabela 8.1.

Caso 1 – Planejamento sustentável do turismo na Ilha de Mallorca (Espanha) - PROJETO ECOMOST

O Projeto ECOMOST, promovido pela *Internacional Federation of Tour Operators* (IFTO), destaca-se entre os primeiros trabalhos que abordam o planejamento do turismo desde a perspectiva da sustentabilidade e incluem uma proposta de indicadores (IVARS BAIDAL, 2001).

O projeto buscou criar um modelo de turismo sustentável a partir da análise do desenvolvimento turístico da ilha de Mallorca e que pudesse ser utilizado como instrumento para realizar análises análogas em outros destinos turísticos. O

projeto foi concebido como um “estetoscópio para o turismo” e permite medir os lucros de um determinado destino em função de um padrão ideal de sustentabilidade (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003a).

Neste modelo, os indicadores são basicamente do tipo econômico, turístico, sociocultural e ambiental e se aplicam desde uma perspectiva analítica, para detectar os pontos críticos do destino e uma propositiva, com o fim de definir as atuações necessárias para alcançar maiores níveis de sustentabilidade.

Caso 2 – Medição das atitudes dos residentes em direção ao turismo sustentável em comunidades locais (SUS-TAS)

Choi e Sirakaya (2005, 2006) buscaram desenvolver e validar uma escala (denominada SUS-TAS) para medir e avaliar as pretensões, sentimentos e percepções de residentes locais por meio de indicadores que incorporam crenças, conhecimentos e intenções de comportamento em direção às suas considerações sobre o turismo sustentável.

O estudo foi desenvolvido aplicando-se uma modificação da técnica *Delphi*, iniciando-se pela participação de 38 membros acadêmicos e especialistas em sustentabilidade e em turismo na definição e identificação dos princípios necessários do turismo sustentável. Em seguida, foi criada uma lista de indicadores de sustentabilidade turística, útil para o monitoramento do progresso de desenvolvimento do turismo sustentável em comunidades locais. E finalmente, foram estabelecidos os procedimentos de operacionalização dos indicadores sugeridos.

No total, 125 indicadores para as seis dimensões foram propostos: 32 da dimensão política; 28 da dimensão social; 25 da dimensão ecológica; 24 da dimensão econômica; 3 da dimensão tecnológica e 3 da dimensão cultural. Alguns indicadores sugeridos pelos especialistas acadêmicos caracterizam-se como subjetivos e devem ser reconhecidos para medir atitudes dos residentes, sua satisfação e percepção do desenvolvimento turístico em nível local.

Caso 3 - Sistema de monitoramento do turismo sustentável em Samoa (Pacífico)

O estudo de Twining-Ward e Butler (2002), realizado na Ilha de Samoa localizada no Oceano Pacífico, gerou algumas considerações metodológicas

importantes para o processo da implementação de um sistema de monitoramento do desenvolvimento do turismo sustentável.

Os resultados do estudo sugerem a adoção das seguintes recomendações na definição de um sistema de monitoramento em outras ilhas com características semelhantes:

- a identificação dos temas-chave sobre desenvolvimento sustentável do turismo;
- a importância na formulação de objetivos claros no contexto da localidade, antes de se tentar definir os indicadores;
- o valor de estabelecimento de um conselho multidisciplinar para a gestão do turismo; e
- a necessidade de organizar uma estrutura efetiva e flexível de implementação para converter os resultados dos indicadores em ações de gestão turística.

Caso 4 – Modelo TOMM desenvolvido para as Ilhas Kangaroo na Austrália

O modelo denominado TOMM (Tourism Optimisation Management Model), foi desenvolvido por *Manidis Roberts Consultants* em 1997 para monitorar e administrar o turismo nas Ilhas Kangaroo na Austrália (TWINING-WARD e BUTLER, 2002). O modelo fornece uma abordagem baseada na localidade não somente para monitorar o turismo, mas também para converter os resultados do monitoramento em ações efetivas de gestão.

Os indicadores utilizados estão integrados às condições locais e foram definidos com o envolvimento de um número significativo de participantes locais.

Segundo Twining-Ward e Butler (2002), apesar deste modelo ser um ponto de referência útil e um projeto de sucesso, tende a ter uma abordagem setorial ao turismo, e não avança suficientemente na identificação de complexas interações entre o turismo e outras condições sociais e ecológicas nas ilhas.

Caso 5 – Indicadores de gestão ambiental do ecoturismo em reservas naturais na China: o caso da Reserva Natural de Tianmushan

O trabalho de Li (2004) objetivou estabelecer indicadores de gestão para o ecoturismo na Reserva Natural de Tianmushan (China), baseados no modelo Pressão-Estado-Resposta (PSR).

Os indicadores propostos puderam ser usados para refletir: o estado do ambiente natural, social e econômico, as pressões causadas pelo turismo e as medidas elaboradas para garantir o desenvolvimento do turismo sustentável.

Li (2004) sugere as seguintes estratégias de manejo advindas da realização deste trabalho:

- o estabelecimento de um sistema de documentação (relatório) dos indicadores para registrar o estado do ambiente, as pressões causadas pelo turismo e a eficiência das ações de manejo;
- o estabelecimento de um sistema regular de monitoramento da qualidade da água, do ar e do ambiente natural;
- o estabelecimento de procedimentos para a revisão dos indicadores de turismo com periodicidade anual;
- os indicadores sugeridos devem ser continuamente monitorados, e pelo menos um membro da equipe do parque (reserva natural) deve contribuir para a melhoria dos indicadores.

Caso 6 – Uma perspectiva de gestão local dos indicadores de sustentabilidade na Nova Zelândia

O objetivo deste estudo, relatado por Dymond (1997), foi examinar como as autoridades locais da Nova Zelândia estão respondendo ao desenvolvimento do turismo sustentável, com particular referência às atuais práticas e atitudes de aplicação dos indicadores de sustentabilidade do turismo da OMT (Organização Mundial de Turismo).

Um levantamento com 86 autoridades locais foi conduzido para identificar a importância do turismo na jurisdição local, e para investigar suas atitudes em relação aos indicadores particulares de turismo sustentável.

De maneira geral, este estudo mostrou que a maioria dos respondentes está satisfeita com a capacidade dos indicadores específicos de turismo para as necessidades de gestão e para a tomada de decisão sobre o desenvolvimento sustentável do turismo na Nova Zelândia.

Caso 7 – Um guia para indicadores de sustentabilidade comunitários: aplicação em Iserlohn (Alemanha)

Valentin e Spangenberg (2000) propuseram um modelo para o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade local e para concretizar um programa de Agenda 21 Local (auxiliando na redução da complexidade da sustentabilidade), com a aplicação prática na cidade de Iserlohn (Alemanha).

O modelo baseia-se em quatro dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ambiental e institucional, descritas por meio de um esquema denominado “Prisma de Sustentabilidade”.

O caráter inovador do procedimento adotado neste trabalho é reflexo de duas características principais, uma conceitual e outra metodológica (VALENTIN e SPANGENBERG, 2000):

- A primeira característica conceitual é a integração e a interconexão de diferentes dimensões de sustentabilidade em um conjunto de indicadores na representação do Prisma de Sustentabilidade, que ilustra a coerência e a diversidade (sem simplificação) das visões da sustentabilidade. As características e os efeitos das conexões entre as dimensões de sustentabilidade são qualidades operacionais importantes num sistema de indicadores;
- A segunda inovação metodológica é a ampla e sistemática participação de diferentes grupos sociais durante o processo, que ajudou a reforçar a identidade local pelo fornecimento dos significados de sustentabilidade para todos os cidadãos, a fim de melhor identificar sua comunidade e seu desenvolvimento.

Caso 8 – Indicadores de desenvolvimento sustentável em Cozumel (México)

Frausto Martínez, Rojas López e Santos (2006) descrevem o processo de definição de indicadores com o objetivo de medir o desenvolvimento sustentável

para a região de Cozumel (México), centrando-se no turismo. O uso de indicadores baseou-se na perspectiva da Agenda 21 Local, em que os indicadores foram estabelecidos para monitorar os problemas e objetivos específicos que estão condicionados ao desenvolvimento sustentável da localidade.

A seleção dos indicadores baseia-se nas seguintes etapas:

- Identificação de problemas e riscos da atividade turística;
- Classificação de riscos e problemas de acordo com a importância e complexidade;
- Monitoramento que adverte os problemas, riscos e mudanças significativas.

Foram identificados 30 problemas e riscos e 54 indicadores. A estrutura dos indicadores está direcionada a buscar a sustentabilidade local. Como a elaboração de indicadores partiu de um processo participativo de atores relevantes, foi identificada uma série de problemas na implementação dos indicadores, dentre eles, o fato de que a obtenção da informação regional é muito limitada, e às vezes inexistente.

Caso 9 – Indicadores das condições de sustentabilidade do Parque Urbano Monte Calvario da cidade de Tangil (Argentina)

O trabalho de García e Guerrero (2006) buscou definir um conjunto de indicadores destinados a avaliar, de forma integral, as condições de sustentabilidade do Parque Urbano Monte Calvario da cidade de Tangil (Argentina).

Para isso, os autores realizaram a caracterização sistêmica do espaço para identificação das variáveis centrais de análise, que serviram de base para a formulação dos indicadores destinados a avaliar e monitorar as condições de sustentabilidade do parque, a partir de sua operacionalização e avaliação quali-quantitativa.

Porém, os resultados desta aplicação mostram que os indicadores definidos possuem caráter evasivo, com certa obscuridade na obtenção e análise das informações, difíceis de serem determinados com precisão.

Caso 10 – Indicadores de turismo sustentável para destinos mediterrâneos: o caso de Creta na Grécia

Farsari e Prastacos (2000) realizaram um estudo piloto para avaliar os indicadores propostos de turismo sustentável no município de Hersonissos em Creta (Grécia). Os indicadores foram examinados em termos de sua funcionalidade, resultando em certos casos, na definição de indicadores substitutos para compensar a falta de dados e complementar o significado de indicadores a respeito das necessidades da área de aplicação.

Os autores verificaram que muitos indicadores não puderam ser medidos pela inexistência de dados disponíveis, o que remete à necessidade de identificação e sistematização de dados para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Caso 11 – Indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo e o turismo rural na região de Aldeia Velha, município de Silva Jardim – Rio de Janeiro - Brasil

O trabalho realizado por Cintra (2004) objetivou elaborar um conjunto referencial de indicadores para medir, monitorar e direcionar as atividades do ecoturismo e do turismo rural na região de Aldeia Velha, município de Silva Jardim-RJ.

Na primeira etapa do estudo, uma lista preliminar de indicadores (ambientais, sociais, econômicos, institucionais e culturais) representou a base da seleção usada na consulta aos profissionais e especialistas da área de turismo. Desses indicadores, foram selecionados aqueles que poderiam possuir maior afinidade com as áreas de ecoturismo e turismo rural, e com possibilidade de uso no monitoramento dessas modalidades turísticas na região.

Na segunda etapa, 12 indicadores foram selecionados pelos atores locais para refletir claramente as realidades locais e a influência que os interesses pessoais e profissionais dos residentes exercem em suas escolhas.

A metodologia resultou na obtenção de um grupo-base de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo e o turismo rural para a região Aldeia Velha, selecionados em consonância com as realidades locais e com os objetivos do poder público, das comunidades, dos proprietários rurais, dos fornecedores de serviços turísticos e das organizações ambientalistas.

Caso 12 - Sistema Espanhol de indicadores ambientais do turismo: aplicação em 18 municípios da Espanha

O Sistema Espanhol de Indicadores Ambientais de Turismo é uma proposta oficial de indicadores de sustentabilidade turística realizada na Espanha e baseia-se no modelo conceitual de Forças Motrizes-Pressão-Estado-Impacto-Resposta (DPSIR).

O sistema compreende 27 indicadores com objetivo de avaliar as características que possuem maior relevância ambiental no setor turístico espanhol, assim como identificar os principais fatores de pressão e respostas específicas (MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE, 2000).

O grupo de indicadores permite caracterizar o modelo turístico e as tendências do setor por meio de informações estatísticas, obtidas em nível nacional e estadual em cinco dimensões para a avaliação ambiental (XIMENO, 2002):

- Dimensão demográfica: relação entre a população turística, a população residente e a concentração de turistas em determinados espaços;
- Dimensão econômica: grau de especialização e concentração da atividade turística, assim como a geração de riqueza do setor;
- Dimensão territorial: distribuição das infra-estruturas de alojamento e outras ocupações do território derivadas da atividade turística;
- A estrutura do setor: refere-se à concentração-dispersão das acomodações turísticas e das tipologias de alojamento turístico.

A contextualização do sistema de indicadores é baseada na determinação dos seguintes aspectos (XIMENO, 2002):

- Características e tendências do setor (forças motrizes);
- Sistemas de recepção da atividade turística: litorais, urbanos, rurais e espaços naturais protegidos;
- Fatores de pressão do setor turístico: ciclo de transporte e ciclo de estadia em que se incluem as atividades turísticas, as infra-estruturas e os serviços associados;
- Qualidade e impacto nas dimensões ambientais: ar, água, solo e território, biodiversidade e fluxos de matéria e energia;

- Capacidade de resposta: planejamento, legislação e gestão.

Anegón (2002) elaborou um sistema de indicadores ambientais de turismo com o objetivo de conhecer a incidência da atividade turística no meio ambiente e simultaneamente fomentar uma metodologia de coleta de dados e avaliação dos indicadores que permita seguir seu desenvolvimento posterior.

O processo de definição do sistema de indicadores envolveu as seguintes fases (ANEGÓN, 2002; XIMENO, 2002):

- 1) A primeira consistiu da compilação e análises de iniciativas similares abordadas por outros organismos e instituições. Nesta fase, preocupou-se com a análise das fontes de informações existentes, tanto sobre turismo como os aspectos ambientais. Esta análise permitiu conhecer previamente que tipo de informação estaria disponível para que a aplicação do sistema de indicadores fosse real e não apenas teórica;
- 2) Na segunda fase, para o estabelecimento de um sistema de indicadores buscou-se identificar e avaliar os principais fatores de impacto da atividade turística sobre os distintos âmbitos ambientais estabelecidos, em função de quatro sistemas de recepção definidos: Litoral, Rural, Urbano e Espaços Naturais. Para isso, foram convocados 30 especialistas com experiência em turismo e meio ambiente, procedentes de distintos âmbitos: administração (central, autônoma e local), docentes de distintas universidades e instituições internacionais. Este procedimento permitiu um enfoque completo e integral sobre a priorização dos principais fatores ambientais afetados pelo setor turístico, definindo a proposta do sistema de indicadores. A participação dos especialistas foi essencial para avaliar a capacidade descritiva e a disponibilidade e confiabilidade da informação para realizar a definição final do sistema;
- 3) A terceira fase do estudo envolveu a aplicação na prática do sistema de indicadores em 18 municípios de interesse turístico do território nacional.

Na escala nacional e na escala de comunidade autônoma, as informações sobre o setor turístico foram encontradas e possíveis de serem obtidas. Já na escala municipal, a informação turística homogênea é praticamente inexistente.

O resultado do estudo adverte que alguns indicadores do sistema são menos simples do que o desejado. Como os indicadores por definição são variáveis que de maneira sintética proporcionam informação agregada sobre um fenômeno, as dificuldades encontradas sobre disponibilidade de informação (em alguns casos inexistente ou limitada) complicaram a determinação dos indicadores.

Os indicadores de avaliação de impactos ambientais do setor turístico, que compreendem o sistema abordam as seguintes áreas:

- Impactos do ciclo de transporte sobre o ar;
- Impactos das atividades turísticas sobre o ciclo da água, biodiversidade e solo-território;
- Impactos das infra-estruturas turísticas sobre o solo-território e a biodiversidade;
- Impactos dos serviços vinculados a atividade turística sobre o ciclo da água, e dos fluxos de matéria e energia.

Segundo Pulido Fernández (2007), apesar do esforço do sistema espanhol de indicadores ambientais do turismo em quantificar o impacto ambiental (não a sustentabilidade) da atividade turística, é preciso reconhecer que este sistema é claramente insuficiente e evidencia algumas dificuldades e deficiências a serem enfrentadas (SÁNCHEZ RIVERO e PULIDO FERNÁNDEZ, 2008; PULIDO FERNÁNDEZ, 2007):

- A falta de informações para alimentar uma quantidade importante dos indicadores;
- A heterogeneidade da informação disponível (tanto em relação a fontes como a metodologias para obtenção de dados);
- A ausência de continuidade desta iniciativa ao longo do tempo;

- Alguns indicadores possuem um caráter parcial (desde o ponto de vista territorial) impedindo a realização de uma análise comparativa entre as regiões da Espanha;
- Os indicadores do sistema (definidos em função do rígido modelo DPSIR) não permitem reconhecer os avanços em cada uma das dimensões de sustentabilidade.

Caso 13 – A medição da sustentabilidade do turismo nas Ilhas Baleares (Espanha)

O Observatório de Sustentabilidade de Turismo da CITTIB (*Centre d'Investigació i Tecnologies Turístiques de les Illes Balears*) trabalha com a definição de indicadores de sustentabilidade do turismo como referências para analisar a evolução da atividade turística e sua repercussão no arquipélago balear (Espanha).

O sistema compreende um total de 52 indicadores agrupados em diferentes âmbitos de análise, com o objetivo de refletir a realidade econômica, social e ambiental e de facilitar a implementação de Agendas 21 Locais em municípios das Ilhas Baleares, utilizando outros estudos similares e adaptando-os à situação local (ANDREU et al., 2003).

O sistema de indicadores se divide em dois grandes blocos: os indicadores socioeconômicos e os indicadores ambientais. Os indicadores socioeconômicos se encontram classificados em áreas (tendência demográfica, qualidade de vida, atividades econômicas, atores e políticas), assim como os indicadores ambientais (água, energia, resíduos, atmosfera, território, riscos naturais e tecnológicos). Aos indicadores ambientais, sugeriram-se indicadores de acompanhamento, que complementam as informações dos indicadores, fornecendo informações parciais (GARAU et al., 2002).

Blázquez, Murray Mas e Mateu i Lladó (2002) também analisaram as repercussões físicas da atividade turística nas Ilhas Baleares (em particular sua expressão territorial, em termos de construção social do espaço), mediante o estabelecimento de indicadores distribuídos nos âmbitos de: demografia, trabalho, habitação, investimentos, empresa privada, veículos, embarcações, praias, território, espaços naturais, água, energia, resíduos e construção.

Blázquez, Murray Mas e Garau (2002) realizaram a aplicação exaustiva de indicadores nas Ilhas Baleares com o objetivo analisar os parâmetros do turismo e os elementos-chave de seu desenvolvimento. Foram estudados os indicadores-chave de sustentabilidade (ICS) caracterizados por sua maior importância e transcendência, a saber: índice de pressão humana, sazonalidade do turismo, estabilidade do emprego, evolução dos salários, acesso a habitação, número de veículos utilizados, praias (uso turístico e saturação), capacidade de alojamento, áreas naturais protegidas, consumo de água urbana, emissões de dióxido de carbono e reciclagem de resíduos.

Os indicadores disponibilizaram elementos necessários para um debate político e social da sociedade local, que vêm contribuindo para a participação pública, no sentido de fomentar as medidas institucionais para o futuro do desenvolvimento sustentável da atividade humana no arquipélago.

Estes indicadores são definidos, em sua maioria, a partir de dados públicos e oficiais, ainda que em alguns casos, recorram-se a novas fontes de informação e a outras ferramentas de recopilação de dados: trabalho de campo, Sistemas de Informações Geográficas (SIG), análise estatística, método de cálculo específico, entre outras.

Os principais problemas encontrados no momento de aplicação dos indicadores foram (GARAU et al., 2002):

- Falta de dados de base, com grande dificuldade de encontrar dados a nível local;
- Confusão de dados obtidos por fontes diferentes;
- Heterogeneidade dos dados, sendo que em alguns casos não foi possível obter séries de dados evolutivos devido às mudanças metodológicas das fontes;
- Interpretação dos dados: os distintos pontos de vista e os diferentes interesses fazem com que os dados sejam interpretados de maneiras diferentes.

Caso 14 – Auditoria de sustentabilidade em destinos turísticos: o caso de alguns município da Comunidade Valenciana, Andalucía e Castilla la Mancha na Espanha - MODELO AUDITISOS

Sancho Pérez et al. (2001) selecionaram um conjunto de indicadores para constituir a base de um modelo de gestão sustentável de destinos turísticos. O sistema de indicadores, denominado *AUDITISOS*, está baseado no modelo PSR (Pressão-Estado-Resposta), sendo definidos 211 indicadores nas seguintes áreas:

- Indicadores econômicos: aspectos de território, trabalho, capital, tecnologia, equipamentos e serviços públicos, acessibilidade, preços e setor turístico;
- Indicadores socioculturais: dos aspectos relacionados aos equipamentos educativos e culturais, recursos patrimoniais (e sua conservação), recursos culturais (artesanais, festivos) e das associações dentro do destino turístico, indicadores de sociedade relativos a população de destino;
- Indicadores ambientais: para analisar a gestão pública do meio ambiente no destino turístico, indicadores relacionados com a sensibilização ambiental, indicadores relativos aos resíduos (sólidos, águas residuais), indicadores de contaminação atmosférica a nível municipal, indicadores relativos a contaminação acústica, indicadores relacionados com a paisagem urbana (contaminação arquitetônica e de luz), indicadores de consumo e de qualidade de água.

O modelo *AUDITSOS* permite determinar a situação ou o estado do destino turístico. Por meio de um software, proporciona uma visão rápida, gráfica e facilmente compreensível a qualquer destino turístico sobre seu desenvolvimento turístico. O modelo posiciona o destino dentro de certos padrões de sustentabilidade em comparação a outros destinos com as mesmas características.

A identificação de um destino turístico é realizada por meio de:

- Análise e tratamento estatístico de uma série de perguntas a população local, empresas locais, organizações, centros de informação turística e gestores municipais do destino. Estas questões

correspondem às variáveis de percepção sobre possíveis benefícios ou prejuízos que causam a atividade turística, assim como apreciações sobre os indicadores estabelecidos;

- Análise e tratamento estatístico de uma série de questões aos turistas sobre sua percepção do município turístico e as avaliações dos indicadores estabelecidos;
- Compilação de variáveis objetivas sobre o município de acordo com os indicadores estabelecidos e tratamento estatístico e econométrico que permitam obter a importância de cada variável sobre o objetivo determinado.

A seleção de indicadores mostrou a necessidade de dispor uma combinação de informação objetiva (bases de dados estatísticos das prefeituras) e subjetiva (obtida por meio dos questionários aplicados a população local, população de empresas turísticas, administração local, responsáveis por desenvolvimento turístico, turistas) (SANCHO PÉREZ e GARCÍA MESANAT, 2006a, 2006b).

O modelo proposto estabelece um total de 75 indicadores econômicos (21 deles de caráter subjetivo), 39 indicadores socioculturais (dos quais 18 são de natureza subjetiva) e 97 indicadores ambientais (dos quais 26 são indicadores subjetivos). Desta forma, foram sugeridos 34 indicadores para medir as percepções da população local sobre os impactos econômicos, socioculturais e ambientais e 31 indicadores para medir a avaliação dos turistas sobre os aspectos econômicos, socioculturais e ambientais do destino, o que representam 31% dos 211 indicadores propostos (SANCHO PÉREZ e GARCÍA MESANAT, 2006a, 2006b).

O trabalho implementou uma proposta de indicadores em que, juntamente aos indicadores tradicionais de caráter objetivo, introduziram indicadores com alto componente subjetivo, proporcionando um método que permitiu ajustar a informação objetiva e subjetiva, e obter comparações entre os destinos turísticos, seus pontos fortes e suas debilidades numa análise comparativa.

A utilização de dados subjetivos supõe uma melhor interpretação da realidade vivida pelos agentes envolvidos na gestão do desenvolvimento turístico,

manifestando que não é possível um desenvolvimento futuro equilibrado do destino sem a participação e maior satisfação da sociedade local.

Este trabalho evidencia a importância que as informações subjetivas (que avaliam a satisfação da população local e dos turistas) possuem para comprovação do desenvolvimento adequado de um destino turístico.

Caso 15 - Sistema de indicadores aplicado ao planejamento e gestão do desenvolvimento sustentável do turismo nas regiões do litoral del Bajo Segura (Comunidad Valenciana), Ría de Muros-Noia (Galicia), Alpujarra Almeriense (Andalucía), Torrevieja (Alicante) - PROJETO METASIG (Espanha)

Vera Rebollo e Ivars Baidal (2003a, 2004) sintetizaram uma proposta de indicadores para o desenvolvimento turístico com o objetivo de configurar um marco de referência adaptável aos processos de planejamento e gestão dos espaços turísticos.

Basicamente, a estrutura de indicadores segue o modelo casual Pressão-Estado –Resposta (PER), adaptado com um conjunto específico de indicadores de modelo territorial-turístico e ampliado a conteúdos econômicos e socioculturais que complementam o enfoque ambiental. A integração de variáveis desde uma perspectiva territorial foi facilitada pela utilização de um Sistema de Informação Geográfica (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2004).

O projeto proposto, denominado METASIG, busca oferecer novas vias de trabalho sobre as relações entre turismo, território e meio ambiente em regiões onde o turismo é uma atividade estratégica em seu sistema econômico-territorial, ou em lugares onde esta atividade se apresenta como uma das vertentes mais promissoras em seu modelo de desenvolvimento. O projeto buscou novas técnicas e procedimentos de trabalho, apoiados em aplicações tecnológicas para planejamento do desenvolvimento turístico (VERA REBOLLO, 2001).

Os autores idealizaram um sistema de indicadores organizado em quatro grupos inter-relacionados:

- Modelo territorial turístico, que permite adaptar o sistema de indicadores aos diferentes modelos turísticos, favorecendo a comparação e o intercâmbio de experiências. O território, seu grau de desenvolvimento, a especialização em uma ou várias tipologias condicionam a evolução da atividade turística e sua

orientação ao desenvolvimento sustentável, de forma que os indicadores selecionados devem contemplar estas circunstâncias (recursos turísticos atuais e potenciais, estrutura territorial, estrutura demográfica, estrutura econômica, oferta e demanda turística);

- Pressão, em que se recolhem um conjunto de indicadores que manifestam as alterações produzidas no entorno como consequência da atividade turística. A maior parte destes indicadores é de carácter ambiental, mas deve-se levar em conta que o desenvolvimento da atividade turística também incide sobre outras questões além das puramente ambientais. Por isso é necessário incluir também, informação sobre outros tipos de impactos (pressão humana, usos do solo, consumo de energia, água, geração de resíduos, crescimento da oferta e demanda turística);
- Estado-qualidade, que descrevem as condições básicas do entorno em que se desenvolve a atividade turística, ou seja, aquelas que estabelecem a fronteira dos limites aceitáveis de impacto da atividade turística e delimitam objetivos a alcançar na melhoria da gestão turística deste espaço (indicadores de qualidade ambiental, qualidade percebida pelos residentes, qualidade percebida pelos turistas);
- Resposta política e social, que recolhem as diferentes atuações públicas e privadas que incidem no desenvolvimento sustentável da atividade turística (instrumentos de planejamento turístico e ambiental, ordenamento do território, planejamento urbanístico, instrumentos econômicos, regulação empresarial, medidas empresariais, atuações coletivas sociais).

Os indicadores que compõem cada área temática apresentam um nível de definição variável diante da impossibilidade de generalizar indicadores específicos para espaços e processos de planejamento de notável diversidade (VERA REBOLO, 2001).

A elaboração do sistema de indicadores utilizou várias fontes de informação: dados estatísticos disponíveis em diferentes áreas (sociedade, economia, ambiente, turismo etc.), entrevistas detalhadas com agentes locais, e levantamento da demanda turística durante a temporada de verão.

Dentre os resultados da pesquisa, estão a construção do sistema de indicadores e o diagnóstico de sustentabilidade da área de estudo.

A construção do sistema de indicadores enfrentou uma série de problemas:

- Carência de uma visão estratégica orientada para a sustentabilidade que promova a criação de novos sistemas de informação territorial e turística;
- Limitações da informação estatística com desagregação local;
- Descoordenação das distintas áreas municipais (urbanismo, meio ambiente, turismo, entre outras);
- Infra-utilização das possibilidades de obter sinergias mediante a exploração estatística de atos e processos administrativos (concessão de licenças de obras, censos comerciais, sanções ambientais etc.);
- Escasso aproveitamento das possibilidades das tecnologias da informação para sistematizar dados com valor estatístico.

A elaboração do diagnóstico de sustentabilidade apresenta igualmente certas dificuldades metodológicas, especialmente, a seleção de variáveis explicativas do grau de sustentabilidade do processo de desenvolvimento e estabelecimento de padrões de referência que permitam interpretar em que medida cada variável cumpre com os princípios de desenvolvimento sustentável.

Caso 16 – Proposta de indicadores para análise do risco de inundação em destinos turísticos litorâneos da Comarca Alicante del Bajo Segura (Comunidade Valenciana, Espanha)

Triviño Pérez e López Hernández (2002) apresentaram uma proposta de indicadores para análise e prevenção do risco de inundação no litoral de Bajo Segura (Alicante). Devido à frequência das inundações de caráter torrencial das regiões semi-áridas do litoral mediterrâneo espanhol, o risco de inundação, segundo os autores, afeta a qualidade ambiental e intervém na decisão do turista pela escolha do destino, e também no grau de satisfação da experiência turística.

Os indicadores foram divididos em dois grupos: 1) estrutura territorial e 2) planejamento urbanístico, ordenação do território e proteção do meio ambiente.

Os SIGs (Sistemas de Informações Geográficas) têm sido uma ferramenta indispensável para realizar operações estatísticas e de análise espacial de grande valor para gestão municipal de problemas socioeconômicos e ambientais associados a este tipo de risco.

O sistema de indicadores deve integrar-se, para garantir sua eficácia, em um processo de planejamento mais amplo que permita realizar um diagnóstico territorial e turístico mais adequado desde o ponto de vista da sustentabilidade.

Caso 17 – Sistema de indicadores hídricos aplicado a Comarca del Bajo Segura, Alicante (Espanha)

O objetivo deste trabalho foi propor a utilização de uma série de indicadores hídricos alternativos capazes de medir estatisticamente o aspecto significativo do desenvolvimento sustentável (SÁNCHEZ RUBIO, 2004).

A elaboração de indicadores hídricos de sustentabilidade baseou-se no modelo Pressão-Estado-Resposta (PER) resultando em 5 indicadores de estado, 9 indicadores de pressão e 8 indicadores de resposta, abrangendo os diversos aspectos relacionados à qualidade e quantidade de água.

A metodologia empregada confronta os valores estatísticos de uma série de indicadores de estado-qualidade, pressão e resposta dos municípios litorâneos referindo-se à quantidade e qualidade de água utilizada em termos ambientais.

Caso 18 - Um sistema de indicadores de sustentabilidade para um destino turístico: o caso de Pineda de Mar (Barcelona, Espanha)

O trabalho desenvolvido por Aranda Torrents (2003) buscou determinar, avaliar e projetar um sistema de indicadores específicos para a gestão territorial, aplicado ao caso piloto em Pineda de Mar, localizado na província de Barcelona (Espanha), tendo como objetivos:

- Determinar um sistema de indicadores que se fundamente em quatro análises inter-relacionadas (município turístico, suporte territorial, recursos turísticos e meio ambiente);
- Sistematizar e desenvolver os indicadores por meio de um diretório técnico que dê conteúdo ao fundamento metodológico;

- Desenvolver um teste de utilidade como proposta de instrumentalização e validação do sistema de indicadores;
- Fixar uma fórmula de projeção técnica dos indicadores para o planejamento territorial sustentável.

O projeto propôs um método de instrumentação validativa, que permite dar utilidade ao sistema de indicadores. Quatro âmbitos temáticos foram idealizados aos indicadores:

- A espacialização funcional: indicadores que tratam turisticamente um município com fim de qualificar sua personalidade turística;
- A organização territorial: indicadores que fazem uma leitura sustentável do assentamento urbanístico e da articulação espacial da oferta turística no município;
- Os componentes do atrativo turístico e da disponibilidade de uso e projeção dos principais recursos;
- A “ecoqualidade” ou “ecoturidade”: o perfil e a aptidão turístico-ambiental.

O conjunto de quatro corpos temáticos abrigou cinquenta critérios e 117 indicadores. Foi verificado o reconhecimento de que a complexidade que alcançam os problemas de medição de indicadores são um obstáculo importante e um relativo desconcerto ao considerar os indicadores como fins ou como meios do desenvolvimento do destino turístico.

Caso 19 -Proposta de um sistema de indicadores de sustentabilidade: o caso de Sitges (Espanha) e Varadero (Cuba)

Romagosa Casals e Cuétara Sánchez (2001) propuseram um sistema de indicadores de sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômico, realizado a partir de distintas experiências e fontes para aplicação em Sitges (Espanha).

O sistema proposto envolve os indicadores agrupados nas seguintes dimensões e aspectos:

- Indicadores ambientais, abordando aspectos de sistemas naturais, meio rural, praias e costas, riscos ambientais, água, resíduos urbanos,

transporte, energia, atmosfera, ruído, urbanismo, planejamento e construção;

- Indicadores socioculturais, envolvendo aspectos de equilíbrio populacional, saúde, nível socioeconômico, educação, segurança, patrimônio cultural, impacto social do turismo e participação social;
- Indicadores econômicos, tratando dos seguintes aspectos: impacto econômico do turismo e competitividade do destino.

Os autores desse estudo concluíram que cada destino turístico, cada localidade e cada território possui suas próprias características ambientais, socioculturais e econômicas e, por conseguinte, é possível que seja diferente a implementação dos sistemas de indicadores para avaliação do desenvolvimento sustentável de um destino turístico, bem como outros instrumentos para estudo e investigação de um lugar específico.

Caso 20 – Medição da capacidade de carga no Parque Natural Albufera em Valencia (Espanha)

Este estudo aplicou o enfoque do conceito de capacidade de carga na seleção de indicadores úteis para o Parque Natural Albufera de Valencia (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO, 2005).

A capacidade de carga como instrumento de gestão é um indicador sintético, já que inclui numerosos elementos e fatores que influem na avaliação de um território, porém sua análise se concentra no monitoramento quantitativo dos usuários, que se diferencia dos indicadores habituais (indicadores de categoria) que supervisionam os recursos.

Os indicadores utilizados para calcular a capacidade de carga envolvem: zona recreativa utilizável em cada instalação medida em metros quadrados; máximo de ruído tolerável às aves; zona viável mínima aos visitantes; número de visitantes por grupo; número de pessoas que supervisionam ou guiam as visitas; recursos materiais existentes; programas de segurança estabelecidos; número de placas informativas, indicativas e interpretativas.

O estudo sobre a capacidade de carga foi direcionado à análise das visitas interpretativas auto-guiadas ao Centro de Informação e Interpretação do parque, aplicando-se questionários e entrevistas detalhadas com os visitantes.

Caso 21 – Indicadores para gestão do turismo no Parque Natural El Garraf, Cataluña (Espanha)

A Organización Mundial de Turismo (2005) utilizou diversos indicadores como referência para gestão do turismo em áreas protegidas, aplicando-os no Parque Natural de Garraf (província de Barcelona), mostrando o procedimento de utilização dos indicadores como instrumento comparativo e como ponto de apoio de decisões administrativas.

O sistema de indicadores de gestão do parque inclui:

- Os indicadores de informação básica e administrativos, que estão compreendidos nos seguintes grupos: área do parque natural; marco normativo do parque natural; equipamento e infra-estrutura; publicações e recursos econômicos;
- Os indicadores utilizados para o plano de ação anual, que se relacionam aos seguintes âmbitos: conservação e gestão do meio físico; desenvolvimento e promoção da participação; uso público; educação ambiental e atividades gerais e de apoio.

Os dados facilitados pelos indicadores durante as avaliações administrativas e apresentação dos relatórios anuais permitiram verificar os objetivos apresentados no plano de ações do parque, desde a perspectiva de planejamento e gestão.

Os indicadores são convertidos em elementos-chave para a gestão, iniciando-se com a fase de planejamento e convertendo-se com o tempo em medições dos resultados que não somente se utilizam na administração interna, mas também disponibilizam para a comunicação pública, os resultados alcançados.

Caso 22 - Indicadores do desenvolvimento sustentável do turismo: uma aplicação ao caso das Ilhas Canárias (Espanha)

Medina Muñoz e Medina Muñoz (2003) avaliaram o nível de sustentabilidade nas Ilhas Canárias com a aplicação da lista de indicadores de

turismo sustentável da OMT (proteção do local, pressão sobre o local, intensidade de uso, impacto social, controle de desenvolvimento, gestão de resíduos, processo de planejamento, ecossistemas críticos, satisfação dos turistas, satisfação da população local, contribuição do turismo a economia local).

Para isso, foram consideradas as particularidades do desenvolvimento turístico do arquipélago canário e as informações disponíveis:

- Para o indicador que se refere a contribuição do turismo a economia local, utilizou-se o número de visitantes, dos ingressos turísticos, e a contribuição direta do PIB e os efeitos indiretos e induzidos do desenvolvimento turístico;
- Para identificar a pressão da demanda turística, foi utilizado o número de turistas que visitam as ilhas, o número de turistas por dia, e a evolução nas quantidades de entrada de turistas, inclusive por nacionalidades. Assim mesmo, a intensidade de uso da demanda e oferta turística foi medida por meio do número de turistas ao ano e dia por quilômetro quadrado. A consideração conjunta da avaliação de ambos os tipos de indicadores revela as importantes diferenças entre as sete ilhas que integram o arquipélago, sugerindo a necessidade de replicar a mesma análise por ilha;
- Para medir o impacto social, recorreu-se às porcentagens que representam os turistas e a população. Em geral, pode-se afirmar que é significativo o impacto social do desenvolvimento do turismo em Canárias, com quantidade elevada de residentes nas ilhas que vieram a buscar trabalho no setor. A população local recebe uma importante quantidade de quase 12 milhões de turistas que anualmente visitam as ilhas;
- A satisfação do turista e da população com o turismo do arquipélago foi avaliada com questionários que são periodicamente aplicados. Os numerosos aspectos considerados dificultam extrair conclusões gerais, mas permitem identificar os aspectos a melhorar para incrementar os níveis de satisfação dos turistas, assim como a percepção que os residentes têm com a situação ambiental, os principais problemas e a possibilidade de se limitar o número de turistas.

Um estudo realizado pela Organización Mundial de Turismo (2005) nas Ilhas Canárias mostra como um programa de indicadores pode ser um componente fundamental no processo de planejamento participativo mais amplo para desenvolvimento sustentável de um destino.

O sistema proposto de indicadores compreende:

- Indicadores para melhorar a utilização dos recursos naturais (água, energia, resíduos, biodiversidade, território);
- Indicadores para melhorar as práticas, utilizar e administrar os recursos turísticos (praias, patrimônio cultural, áreas protegidas, paisagens rurais, reservas marinhas);
- Indicadores para melhorar o desenho e a gestão de infra-estruturas turísticas (hotéis, restaurantes, campos de golf, portos desportivos, parques de diversões etc.);
- Indicadores para verificar os processos de planejamento do turismo (escala regional, insular e local);
- Indicadores da promoção para incrementar a competitividade dos agentes interessados, e as oportunidades para as pequenas e médias empresas, novas empresas e residentes;
- Indicadores da promoção de práticas de turismo mais sustentáveis (mobilidade, capacidade de escolha e custo, informação, oferta adaptada às necessidades, etc.);
- Indicadores de incremento da capacidade para responder às metas globais (ecológicos, mudança climática, epidemias, demanda, integração vertical e posições dominantes no mercado).

Apesar da grande diversidade de dados disponíveis que poderiam permitir a aplicação da maioria dos indicadores da OMT, foi necessário estabelecer condições que auxiliassem a normalizar a informação existente, definir novas necessidades relacionados aos dados, fomentar e estimular a participação da administração e de outros grupos de interesse na recopilación e análise de nova informação, assim como a busca que novas fontes.

Caso 23 – Indicadores de desenvolvimento do turismo sustentável em Lanzarote nas Ilhas Canárias (Espanha)

Um outro estudo definiu e aplicou uma ampla gama de indicadores para avaliar a situação e as tendências do desenvolvimento sustentável de Lanzarote nas Ilhas Canárias, determinando as oportunidades e os riscos relacionados aos seguintes fatores (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO, 2005):

- Economia e turismo;
- O ecossistema insular, ecologia terrestre e marítima;
- Os setores-chave ambientais;
- A população flutuante, o contato social e a participação;
- O sistema de desenvolvimento urbano e de Arrecife (capital de Lanzarote);
- A identidade e patrimônios culturais.

Foram selecionados 254 indicadores, concebidos para proporcionar medidas de mudança ao longo do tempo e para diferentes metas estratégicas, em conformidade com as necessidades e os objetivos de gestão da ilha.

Caso 24 – Proposta de indicadores de turismo sustentável para Tenerife (Espanha)

Reyna (2002) desenvolveu um sistema de indicadores de sustentabilidade para aplicação em Tenerife, localizado nas Ilhas Canárias (território espanhol).

Para a definição do sistema, partiu-se da ideia da melhoria simultânea das condições características da sustentabilidade do turismo (econômicas, ambientais e sociais), inserindo também o objetivo relacionado à atração turística, considerando um grupo de indicadores que identifique a continuidade das políticas turísticas do município.

O sistema (ainda em desenvolvimento) possui 35 indicadores, oito referentes aos objetivos econômicos, doze aos ambientais, cinco aos sociais e dez referentes aos atrativos turísticos. Nesta proposta foram preferidos indicadores menos controversos e de interpretação direta, cujos resultados, inter-relacionados, indiquem informação agregada dos indicadores, gerando um índice composto.

Caso 25 – Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em unidades de conservação (Brasil)

Filetto (2007), em sua tese, propôs indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo, considerando-se os componentes ambiental, social e econômico, aplicados a diversas unidades de conservação do Brasil.

Foram propostos 98 indicadores de sustentabilidade com potencial de serem utilizados em diferentes atividades ecoturísticas, definindo-se um índice ISE (Índice de Sustentabilidade Ecoturístico), que ratifica e viabiliza a aplicação e a utilização dos indicadores sugeridos.

Neste trabalho, foi considerada metodologicamente importante a distinção dos indicadores sob os aspectos biofísicos e socioeconômicos e culturais, com objetivo de conferir maior clareza à determinação ou à recuperação de indicadores e descritores, considerando-se as diferentes localidades de desenvolvimento do ecoturismo.

O autor concluiu que não existem indicadores universais, pois estes podem variar conforme o local de estudo, o problema ou o objetivo da análise.

TABELA 8.1 – LISTA DOS ESTUDOS DE CASOS SOBRE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE TURISMO

Nº	Estudos de Casos e Locais de Aplicação	Objetivo(s) e Descrição das Características do Sistema	Autor(es) e Fontes de Referência
1	Planejamento sustentável do turismo na Ilha de Mallorca (Espanha) - PROJETO ECOMOST	Criar um modelo de turismo sustentável a partir da análise do desenvolvimento turístico da ilha de Mallorca. Os indicadores são basicamente do tipo econômico, turístico, sociocultural e ambiental e foram utilizados como instrumentos para realizar análises análogas em outros destinos turísticos	Ivars Baidal (2001) Vera Rebollo e Ivars Baidal (2003a)
2	Medição das atitudes dos residentes em direção ao turismo sustentável em comunidades locais (SUS-TAS)	Desenvolver e validar uma escala (denominada SUS-TAS) para medir e avaliar as pretensões, sentimentos e percepções de residentes locais por meio de indicadores que incorporam crenças, conhecimentos e intenções de comportamento em direção às suas considerações sobre o turismo sustentável. Cento e vinte e cinco indicadores para as seis dimensões foram propostos: 32 da dimensão política; 28 da dimensão social; 25 da dimensão ecológica; 24 da dimensão econômica; 3 da dimensão tecnológica e 3 da dimensão cultural.	Choi e Sirakaya (2005, 2006)
3	Sistema de monitoramento do turismo sustentável em Samoa (Pacífico)	Apresentar considerações metodológicas importantes para o processo da implementação de um sistema de monitoramento do desenvolvimento do turismo sustentável na Ilha de Samoa. Os resultados do estudo sugerem a adoção de recomendações na definição de um sistema de monitoramento em outras ilhas.	Twining-Ward e Butler (2002)
4	Modelo TOMM desenvolvido para as Ilhas Kangaroo na Austrália	Desenvolvido por <i>Manidis Roberts Consultants</i> em 1997 para monitorar e administrar o turismo nas Ilhas Kangaroo na Austrália, o modelo fornece uma abordagem baseada na localidade não somente para monitorar o turismo, mas também para converter os resultados do monitoramento em ações efetivas de gestão.	Twining-Ward e Butler (2002)
5	Indicadores de gestão ambiental do ecoturismo em reservas naturais na China: o caso da Reserva Natural de Tianmushan	Estabelecer indicadores de gestão para o ecoturismo na Reserva Natural de Tianmushan (China), buscando refletir o estado do ambiente natural, social e econômico, as pressões causadas pelo turismo e as medidas elaboradas para garantir o desenvolvimento do turismo sustentável.	Li (2004)
6	Uma perspectiva de gestão local dos indicadores de sustentabilidade na Nova Zelândia	Examinar como as autoridades locais da Nova Zelândia estão respondendo ao desenvolvimento do turismo sustentável, com particular referência às atuais práticas e atitudes de aplicação dos indicadores de sustentabilidade do turismo da OMT.	Dymond (1997)
7	Um guia para indicadores de sustentabilidade comunitários: aplicação em Iserlohn (Alemanha)	Proposta de modelo para o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade local e para concretizar um programa de Agenda 21 Local (auxiliando na redução da complexidade da sustentabilidade) com a aplicação prática na cidade de Iserlohn (Alemanha).	Valentin e Spangenberg (2000)

Continua...

Nº	Estudos de Casos e Locais de Aplicação	Objetivo(s) e Descrição das Características do Sistema	Autor(es) e Fontes de Referência
8	Indicadores de desenvolvimento sustentável em Cozumel (México)	Medir o desenvolvimento sustentável para a região de Cozumel (México) com o uso de indicadores baseados na perspectiva da Agenda 21 Local, para monitorar os problemas e objetivos específicos que estão condicionados ao desenvolvimento sustentável da localidade.	Frausto Martínez et al. (2006)
9	Indicadores das condições de sustentabilidade do Parque Urbano Monte Calvario da cidade de Tangil (Argentina)	Definir um conjunto de indicadores destinados a avaliar, de forma integral, as condições de sustentabilidade do Parque Urbano Monte Calvario da cidade de Tangil (Argentina) por meio da caracterização sistêmica do espaço para identificação das variáveis centrais de análise e operacionalização.	García e Guerrero (2006)
10	Indicadores de turismo sustentável para destinos mediterrâneos: o caso de Creta na Grécia	Avaliar os indicadores propostos de turismo sustentável no município de Hersonissos em Creta (Grécia) em termos de sua funcionalidade, resultando em certos casos, na definição de indicadores substitutos para compensar a falta de dados e complementar o significado de indicadores a respeito das necessidades da área de aplicação.	Farsari e Prastacos (2000)
11	Indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo e o turismo rural na região de Aldeia Velha, município de Silva Jardim – Rio de Janeiro - Brasil	Elaborar um conjunto referencial de indicadores para medir, monitorar e direcionar as atividades do ecoturismo e do turismo rural na região de Aldeia Velha, município de Silva Jardim-RJ.	Cintra (2004)
12	Sistema Espanhol de indicadores ambientais do turismo: aplicação em 18 municípios da Espanha	O sistema compreende 27 indicadores com objetivo de avaliar as características que possuem maior relevância ambiental no setor turístico espanhol, assim como identificar os principais fatores de pressão e respostas específicas do setor.	Ministerio de Medio Ambiente (2000) Ximeno (2002) Aneón (2002)
13	A medição da sustentabilidade do turismo nas Ilhas Baleares (Espanha)	O Observatório de Sustentabilidade de Turismo da CITTIB (<i>Centre d'Investigació i Tecnologies Turístiques de les Illes Balears</i>) trabalha com a definição de indicadores de sustentabilidade do turismo como referências para analisar a evolução da atividade turística e sua repercussão no arquipélago balear (Espanha). O sistema compreende um total de 52 indicadores agrupados em diferentes âmbitos de análise, com o objetivo de refletir a realidade econômica, social e ambiental e de facilitar a implementação de Agendas 21 Locais em municípios das Ilhas Baleares, utilizando-se outros estudos similares e adaptando-os à situação local	Andreu et al. (2003) Garau et al. (2002) Blázquez, Murray Mas e Garau (2002) Blázquez, Murray Mas e Mateu I Lladó (2002)

Continua...

Nº	Estudos de Casos e Locais de Aplicação	Objetivo(s) e Descrição das Características do Sistema	Autor(es) e Fontes de Referência
14	Auditoria de sustentabilidade em destinos turísticos: o caso de alguns município da Comunidade Valenciana, Andalucia e Castilla la Mancha na Espanha - MODELO AUDITISOS	Constituir a base de um modelo de gestão sustentável de destinos turísticos, denominado AUDITISOS, que permite determinar a situação ou o estado do destino turístico. Constitui-se de 75 indicadores econômicos (21 deles de caráter subjetivo), 39 indicadores socioculturais (dos quais 18 são de natureza subjetiva) e 97 indicadores ambientais (dos quais 26 são indicadores subjetivos).	Sancho Pérez et al. (2001) Sancho Pérez e García Mesanat (2006a, 2006b)
15	Sistema de indicadores aplicado ao planejamento e gestão do desenvolvimento sustentável do turismo nas regiões da Comunidad Valenciana, Galicia, Andalucía e Alicante - PROJETO METASIG (Espanha)	Proposta de indicadores para o desenvolvimento turístico com o objetivo de configurar um marco de referência adaptável aos processos de planejamento e gestão dos espaços turísticos. O projeto proposto, denominado METASIG, busca oferecer novas vias de trabalho sobre as relações entre turismo, território e meio ambiente em regiões onde o turismo é uma atividade estratégica em seu sistema econômico-territorial.	Vera Rebolo (2001) Vera Rebollo e Ivars Baidal (2003a, 2004)
16	Proposta de indicadores para análise do risco de inundação em destinos turísticos litorâneos da Comarca Alicantina del Bajo Segura (Comunidade Valenciana, Espanha)	Proposta de indicadores para análise e prevenção do risco de inundação no litoral de Bajo Segura (Alicante), divididos em dois grupos: 1) estrutura territorial e 2) planejamento urbanístico, ordenação do território e proteção do meio ambiente. Os indicadores utilizam os SIGs (Sistemas de Informações Geográficas) como ferramenta indispensável para realizar operações estatísticas e de análise espacial.	Triviño Pérez e López Hernández (2002)
17	Sistema de indicadores hídricos aplicado a Comarca del Bajo Segura, Alicante (Espanha)	Propor a utilização de uma série de indicadores hídricos alternativos capazes de medir estatisticamente o aspecto significativo do desenvolvimento sustentável. Envolvem 5 indicadores de estado, 9 indicadores de pressão e 8 indicadores de resposta, abrangendo os diversos aspectos relacionados sobre a qualidade e a quantidade de água.	Sánchez Rubio (2004)
18	Um sistema de indicadores de sustentabilidade para um destino turístico: o caso de Pineda de Mar (Barcelona, Espanha)	Determinar, avaliar e projetar um sistema de indicadores específicos para a gestão territorial, aplicado ao caso piloto em Pineda de Mar, localizado na província de Barcelona (Espanha). Envolve 117 indicadores em quatro âmbitos temáticos: a espacialização funcional; a organização territorial os componentes do atrativo turístico e da disponibilidade de uso e projeção dos principais recursos; e a "ecoqualidade" ou "ecoturidade".	Aranda Torrents (2003)

Continua...

Nº	Estudos de Casos e Locais de Aplicação	Objetivo(s) e Descrição das Características do Sistema	Autor(es) e Fontes de Referência
19	Proposta de um sistema de indicadores de sustentabilidade: o caso de Sitges (Espanha)	Sistema de indicadores de sustentabilidade ambiental, sociocultural e econômico, idealizado a partir de distintas experiências e fontes para aplicação em Sitges (Espanha).	Romagosa Casals e Cuétara Sánchez (2001)
20	Medição da capacidade de carga no Parque Natural Albufera em Valencia (Espanha)	Aplicação do enfoque do conceito de capacidade de carga na seleção de indicadores úteis para o Parque Natural Albufera de Valencia.	Organización Mundial de Turismo (2005)
21	Indicadores para gestão do turismo no Parque Natural El Garraf, Cataluña (Espanha)	Utilização de indicadores como referência para gestão do turismo em áreas protegidas, aplicando-os no Parque Natural de Garraf (província de Barcelona) como instrumentos comparativos e como pontos de apoio de decisões administrativas.	Organización Mundial de Turismo (2005)
22	Indicadores do desenvolvimento sustentável do turismo: uma aplicação ao caso das Ilhas Canárias (Espanha)	Avaliar o nível de sustentabilidade nas Ilhas Canarias com a aplicação da lista de indicadores de turismo sustentável da OMT.	Medina Muñoz e Medina Muñoz (2003) Organización Mundial de Turismo (2005)
23	Indicadores de desenvolvimento do turismo sustentável em Lanzarote nas Ilhas Canárias (Espanha)	Definição e aplicação de uma ampla gama de indicadores para avaliar a situação e as tendências do desenvolvimento sustentável de Lanzarote nas Ilhas Canarias, determinando as oportunidades e os riscos relacionados a diversos fatores. Foram selecionados 254 indicadores, concebidos para proporcionar medidas de mudança ao longo do tempo e para diferentes metas estratégicas, em conformidade com as necessidades e os objetivos de gestão da ilha.	Organización Mundial de Turismo (2005)
24	Proposta de indicadores de turismo sustentável para Tenerife (Espanha)	Sistema de indicadores de sustentabilidade para aplicação em Tenerife, localizado nas Ilhas Canarias. O sistema possui 35 indicadores, oito referentes aos objetivos econômicos, doze aos ambientais, cinco aos sociais e dez referentes aos atrativos turísticos.	Reyna (2002)
25	Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em unidades de conservação (Brasil)	98 indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo, considerando-se os componentes ambiental, social e econômico, aplicados a diversas unidades de conservação do Brasil.	Filetto (2007)

Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento e a análise dos estudos de casos apresentados permitiram uma visão abrangente das concepções de sistema de indicadores de sustentabilidade do turismo usualmente adotadas em diversos destinos da Espanha e no mundo, assim como a compreensão dos procedimentos, técnicas e metodologias empregadas no processo de seleção e definição de indicadores.

A identificação dos êxitos dos sistemas de indicadores estudados propicia a verificação da possibilidade de aplicação dos indicadores a outras realidades do desenvolvimento turístico, visando à composição de uma lista preliminar de indicadores a serem submetidos à análise e seleção para incorporação no Sistema de Indicadores proposto pela presente tese.

Assim, algumas considerações relevantes sobre o conjunto de indicadores de turismo adotados e empregados nos estudos de casos são relatados a seguir:

- Alguns indicadores são de difícil aplicação prática, pois em muitos casos foi relatada a inexistência de dados e informações disponíveis para a medição dos indicadores. Além disso, alguns indicadores exigiram procedimentos complicados para a coleta de dados e obtenção das informações, envolvendo altos custos e grande dispêndio de tempo para sua medição;
- Notou-se também que muitos casos apresentaram uma lista extensa de indicadores. Na maioria destes casos, o excesso de indicadores advém da tentativa de buscar uma caracterização completa do sistema turístico e ambiental a ser monitorado, desviando-se do foco de se estabelecer indicadores direcionados para análise da sustentabilidade do desenvolvimento turístico;
- Alguns indicadores (sugeridos ou aplicados) não correspondem necessariamente a uma resposta da atividade turística, ou seja, são indicadores que não se relacionam diretamente ao desenvolvimento do turismo num território;

- Há casos em que, além dos indicadores objetivos, foram propostos indicadores de caráter subjetivo, cuja aplicação prática mostrou-se possível, importante e indispensável para a análise da sustentabilidade de um destino turístico, sugerindo-se a proposição e aplicação combinada de ambas as fontes de informações dos indicadores (qualitativa e quantitativa);
- Outra constatação sobre os conjuntos de indicadores analisados é a de que todos os estudos de caso apresentam apenas a listagem dos indicadores (somente uma lista com os nomes dos indicadores), sem a descrição dos seus objetivos, nem mesmo a indicação dos procedimentos de medição e muito menos da forma de aplicação dos indicadores;
- Alguns trabalhos descritos consideraram a efetiva participação da sociedade local na elaboração e definição dos sistemas de indicadores, destacando os vários benefícios de seu envolvimento no processo de seleção de indicadores, que vem propiciando o monitoramento contínuo e a gestão apropriada do turismo nos destinos locais.

Alguns exemplos marcantes de indicadores inapropriados, identificados pelos estudos de casos que não satisfazem as características e propriedades desejáveis de indicadores de sustentabilidade, estão apresentados no Apêndice A, não sendo considerados para composição do conjunto de indicadores sugeridos pela pesquisa.

Quanto à aplicação dos sistemas e modelos identificados para outras realidades de territórios e destinos turísticos, os estudos reforçaram a importância, a necessidade e o cuidado de se constituir a elaboração e definição de um sistema de indicadores que considerem a sua contextualização com as características específicas de escala local e regional, para melhor aplicação efetiva, confiabilidade e aceitação política e social.

As pesquisas e os estudos sobre sistemas de indicadores desenvolvidos têm propiciado uma evolução no processo de investigação científica para definição e aplicação dos indicadores de turismo, projetando um panorama favorável para o aprimoramento dos modelos de sistema de gestão turística.

REFERÊNCIAS

ANDREU, N.; BLÁZQUEZ, M.; MATEU, J.; LÓPEZ, S.; MAS, L.; MORELL, F.; MURRAY, I.; TRUYOLS, G. **La mesura de la sostenibilitat del turismo a les Illes Balears**. Illes Balears: Centre d'Investigació i Tecnologies Turístiques de les Illes Balears (CITTIB), 2003. p.55-63.

ANEGÓN, M.C. Sistema de Indicadores ambientales en el sector turístico español. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INDICADORES AMBIENTALES DE TURISMO, 2002, Murcia (España). **Informe...** Murcia (España): Mullor y Asociados, 2002, p.35-38.

ARANDA TORRENTS, X. Un sistema de indicadores sostenibles aptos para un destino turístico: un fundamento metodológico. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE TURISMO Y OCIO, 12., 2003, Barcelona. **Anais...** Barcelona(España): ESADE-Fira de Barcelona, 2003. p.469-476.

BLÁZQUEZ, M.; MURRAY MAS, I.; GARAU, J. **El tercer boom**: indicadores de sostenibilidad del turismo de las Islas Baleares (1989-1999). Palma: Centre d'investigació i tecnologies turístiques de les Illes Balears, Leonard Muntaner, 2002. 427p.

BLÁZQUEZ, M.; MURRAY MAS, I.; MATEU I LLADÓ, J.; El uso de indicadores de sostenibilidad del turismo para el análisis de la construcción social del espacio. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INDICADORES AMBIENTALES DE TURISMO, 2002, Murcia (España). **Informe...** Murcia (España): Mullor y Asociados, 2002, p.108-113.

CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. Measuring residents' attitude toward Sustainable Tourism: development of sustainable tourism attitude scale. **Journal of Travel Research**, Sage Publications, Thousand Oaks, v.43,p.380-394, may 2005.

CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. Sustainability indicators for managing community tourism. **Tourism Management**, Elsevier, London, v.27, p.1274-1289, dec. 2006.

CINTRA, H. B. Indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo e o turismo rural. In: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO RIO DE JANEIRO, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. v.Único.

DYMOND, S.J. Indicators of sustainable tourism in New Zealand: a local government perspective. **Journal of sustainable tourism**, Clevedon, v.5, n.4, p.279-293, 1997.

FARSARI, Y.; PRASTACOS, P. **Sustainable tourism indicators**: pilot estimation for the Municipality of Hersonissos, Crete. Heraklion, Greece: Regional Analysis Division; Institute of Applied and Computational Mathematics (IACM); Foundation for the Research and the Technology Hellas (FORTH), 2000. 21p.

FILETTO, F. **Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em unidades de conservação**. 2007. 143f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Manejo Florestal – Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2007.

FRAUSTO MARTÍNEZ, O; ROJAS LÓPEZ, J.; SANTOS, X. Indicadores de desarrollo sostenible a nivel regional y local: análisis de Galicia, España y Cozumel, México. In: MEXICO. Secretaría de Turismo. **Estudios Multidisciplinarios en turismo**. Mexico: SECTUR, Cap.5, p.175-197, 2006.

GARAU, J.M.; CHACÁRTEGUI, G.; LLOBERA, M.; LLOBET, J.; SASTRE, J.; MASSANET, C.; REBASSA, M. Propuesta de indicadores para elaboración e implantación de Agendas Locales 21. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INDICADORES AMBIENTALES DE TURISMO, 2002, Murcia (España). **Informe...** Murcia (España): Mullor y Asociados, 2002, p.73-78..

GARCÍA, S.; GUERRERO, M. Indicadores de sustentabilidad ambiental en la gestión de espacios verdes: parque urbano Monte Calvario, Tandil, Argentina. **Revista de Geografía**, Norte Grande, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile, n.35, p.45-57, jul. 2006.

INSTITUTO DE ESTUDIOS TURÍSTICOS. **Encuesta de movimientos turísticos en fronteras (FRONTUR)**: informe anual 2007. Madrid: IET, 2007. 168p.

IVARS BAIDAL, J.A. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG)**. Alicante: Universidad de Alicante; Instituto Universitario de Geografía, 2001. 75p. (Documentos de Trabajo, n.1).

IVARS BAIDAL, J.A. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG)**. Alicante: Universidad de Alicante; Instituto Universitario de Geografía, 2001. 75p. (Documentos de Trabajo, n.1).

LI, W. Environmental management indicators for ecotourism in China's nature reserves: a case study in Tianmushan Nature Reserve. **Tourism Management**, Elsevier, London, v.25, p.559-564, oct. 2004.

MANNING, T. Indicators of tourism sustainability. **Tourism Management**, Pergamon, Elsevier Science, London, v.20, n.2, p.179-181, apr. 1999.

MEDINA NUÑOZ, R.D.; MEDINA MUÑOZ D.R. Indicadores del desarrollo sostenible del turismo: una aplicación al caso de Canarias como destino turístico. In: CONGRESO DE TURISMO, UNIVERSIDAD Y EMPRESA, 5., 2002, Benicasim. **La calidad integral del turismo**. Valencia (España): [s.n.], 2003. p.289-306.

MINISTERIO DE MEDIO AMBIENTE. **Indicadores ambientales**: una propuesta para España. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente, 2000. 146p. (Serie Monografías).

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos**: guía práctica. Madrid: OMT, 2005. 545p.

PULIDO FERNANDÉZ, J.I. Sostenibilidad de los destinos turísticos: una aproximación a su medición en España. In: LÓPEZ OLIVARES, D.; PULIDO FERNÁNDEZ, J.I. (Ed.) **La actividad turística española en 2006**. Castellón, España: Asociación Española de Expertos Científicos en Turismo, 2007. p.247-263.

REYNA, M. Propuesta de indicadores de turismo sostenible para Tenerife. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INDICADORES AMBIENTALES DE TURISMO, 2002, Murcia (España). **Informe...** Murcia (España): Mullor y Asociados, 2002, p.62-72.

ROMAGOSA CASALS, F.; CUÉTARA SÁNCHEZ, L. El desarrollo sostenible en destinos turísticos: propuesta de un sistema de indicadores de sostenibilidad. **Papers de Turismo**, Valencia, n.30, 2001, p.125-137.

SÁNCHEZ RIVERO, M.; PULIDO FERNÁNDEZ, J.I. **Medida de la sostenibilidad turística**: propuesta de un índice sintético basado en ponderaciones factoriales. Madrid: IX CONVOCATORIA PREMIO TRIBUNA FITUR JORGE VILA FRADERA 2007; FITUR, 2008. 203p.

SÁNCHEZ RUBIO, C.J. Sistemas de indicadores de sostenibilidad y desarrollo turístico: aplicación a la comarca del Bajo Segura (Alicante). **Investigaciones Geográficas**, Universidad de Alicante, n.33, p.17-38, 2004.

SANCHO PÉREZ, A.; GARCÍA MESANAT, G. ¿Qué indica un indicador? Análisis comparativo en los destinos turísticos. **Revista de análisis turístico**, Asociación Española de expertos científicos en turismo, Alicante, n.2, p.69-75, 2006a.

SANCHO PÉREZ, A.; GARCÍA MESANAT, G. El papel de los indicadores en la planificación turística. In: CONGRESO NACIONAL TURISMO Y TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LAS COMUNICACIONES - TURITEC, 6., 2006, Málaga. **Anais...** Málaga (España): Escola Universitária de Turismo, Universidad de Málaga, 2006b, p.1-13.

SANCHO PÉREZ, A.; GARCÍA MESANAT, G.; PEDRO BUENO, A; YAGÜE PERALES, R.M.. **Auditoria de sostenibilidad en los destinos turísticos**. Valencia: Minim, Instituto de Economía Internacional, 2001. 97p.

TRIVIÑO PÉREZ, A.; LÓPEZ HERNÁNDEZ, N.E. Los sistemas de indicadores en la planificación y gestión sostenible del turismo: propuesta de indicadores para el análisis del riesgo de inundación en destinos turísticos litorales de la Comarca Alicantina del Bajo Segura (Comunidad Valenciana). In: CONGRESO NACIONAL TURISMO Y TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LAS COMUNICACIONES, 4., 2002, Málaga. **Anais...** Málaga (España): Escuela Universitaria de Turismo; Universidad de Málaga, 2002. p.271-287.

TWINING-WARD, L.; BUTLER, R. Implementing STD on a Small Island: development and use of sustainable tourism development indicators in Samoa. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.10, n.5, p.363-387, 2002.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAME/WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Making tourism more sustainable: a guide for policy makers.** Paris, France; Madrid, Spain: UNEP/WTO, 2005. 210p.

VALENTIN, A. SPANGENBERG, J.H. A Guide to community sustainability indicators. **Environmental Impact Assessment Review**, Elsevier Science, New York, v.20, p.381-392, 2000.

VERA REBOLLO, J.F. Introducción. In: IVARS BAIDAL, J.A. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG).** Alicante: Instituto Universitario de Geografía; Universidad de Alicante, 2001. 75p. (Documentos de Trabajo, Nº 1).

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. **Indicadores de sostenibilidad para destinos maduros: balance y propuestas de aplicación.** Conferência creando estructuras para la investigación e la educación en la política turística y gestión de destinos. Madrid: Organización Mundial de Turismo, 2004. 10p.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible. In: VALDÉS PELÁES, L; PÉREZ FERNANDEZ, J.M. DEL VALLE TUERO, E.A. **Experiências públicas y privadas en el desarrollo de un modelo de turismo sostenible.** Oviedo: Fundación Universidad de Oviedo, 2003a. p.105-129.

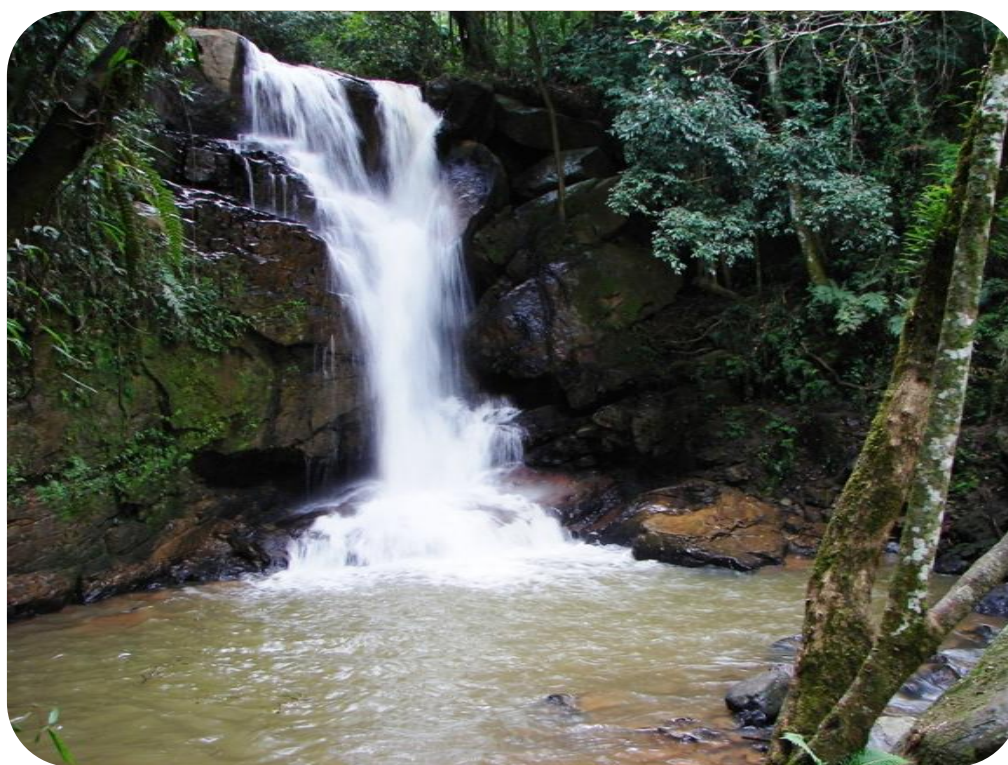
XIMENO, F. Sistema de indicadores ambientales en el sector turístico español. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INDICADORES AMBIENTALES DE TURISMO, 2002, Murcia (España). **Informe...** Murcia (España): Mullor y Asociados, 2002, p.31-34.

APÊNDICE A –INDICADORES IDENTIFICADOS NOS ESTUDOS DE CASOS COM DIFICULDADE DE INTERPRETAÇÃO E MEDIÇÃO

Abaixo estão listados alguns exemplos marcantes de indicadores identificados nos casos estudados que, da forma como são propostos (sem a descrição dos procedimentos de medição e análise), são impossíveis de serem aplicados na prática e não são condizentes com as características e propriedades desejáveis dos indicadores de sustentabilidade. Por isso, não foram considerados para composição do conjunto de indicadores sugeridos pela pesquisa.

Indicadores considerados impossíveis de se medir
Contabilidade do ambiente natural
Eficiência no uso dos recursos
Proporção de benefícios sociais com respeito ao custo do turismo
Mudança da coesão familiar
Perda do modo de vida tradicional
Perda da autenticidade
Nível da interação com a produção de artesanato local
Indicadores com alto grau de subjetividade
Grau de conservação paisagística das unidades ambientais
Nível de manutenção de locais culturais
Aumento do nível de orgulho no patrimônio cultural local
Retenção de costumes e linguagem locais
Nível de perda da vegetação
Atratividade do local
Indicadores que não estão diretamente relacionados à atividade turística
Acidez da precipitação atmosférica
Indicadores de saúde das principais espécies vegetais e animais
Taxa de desemprego
Superfície afetada por incêndios
Emissões de gases contaminantes na atmosfera
Classificação e qualificação urbanística do solo
Quantidade de erosão em locais naturais
Indicadores que necessitam de parâmetros específicos para medição e identificação
Mudança no número e característica de empregos
Mudança na estrutura de oportunidade de empregos
Eficiência no uso dos recursos
Mapa de densidade da pressão humana
Qualidade das atrações turísticas
Estresse e impacto social na comunidade
Melhoria da estrutura social
Superpopulação

CAPÍTULO 9

**O PROCESSO PARTICIPATIVO NA SELEÇÃO
E DEFINIÇÃO DE INDICADORES DE
SUSTENTABILIDADE DO TURISMO:
UMA EXPERIÊNCIA ENVOLVENDO A
COMUNIDADE LOCAL DO MUNICÍPIO
DE BUENO BRANDÃO-MG**

HANAI, FREDERICO YURI. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009. Orientador: Prof. Assoc. Evaldo Luíz Gaeta Espíndola.

RESUMO

O turismo vem reconhecendo os desafios atuais relacionados às questões ambientais e socioeconômicas, almejando também ações de desenvolvimento responsável com os princípios da sustentabilidade. As dimensões de sustentabilidade do turismo podem ser medidas e analisadas utilizando-se indicadores específicos que considerem variáveis ambientais, socioeconômicas, culturais e turísticas. Numa localidade, a seleção e definição dos indicadores devem ser resultado de ampla participação e envolvimento dos atores sociais, dos segmentos representativos e da comunidade local. O objetivo do presente capítulo é discorrer sobre o processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico, por meio da abordagem participativa da sociedade local da região do município de Bueno Brandão-MG, relatando os resultados e as experiências adquiridos durante a pesquisa. Os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa basearam-se no enfoque participativo de residentes locais, visando à elaboração de um Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento de Turismo (SISDTur), aplicável à realidade local. Ao longo do desenvolvimento das ações do trabalho, foi observado que a participação e o envolvimento da população local são imprescindíveis para a consecução das etapas e dos procedimentos metodológicos. O processo sistemático e estruturado para seleção dos indicadores, envolvendo a participação da sociedade local, produziu procedimentos aplicáveis (direcionando a sustentabilidade a aspectos tangíveis e prioritários), adequados (coerentes com a realidade local) e condizentes com as condições e recursos locais disponíveis, buscando incorporar os princípios sustentáveis e os valores éticos nos propósitos de planejamento da atividade turística.

Palavras-chave: seleção de indicadores; participação; comunidade local; indicadores do turismo; indicadores de sustentabilidade; indicadores de impactos.

INTRODUÇÃO

A incorporação dos princípios de sustentabilidade às diversas políticas setoriais de desenvolvimento, dentre elas, a turística, favoreceu o uso de indicadores de sustentabilidade como um instrumento estratégico para o monitoramento e a gestão de desenvolvimento local, sendo, portanto, a seleção de indicadores um componente primordial para as ações direcionadas ao desenvolvimento sustentável.

As dimensões de sustentabilidade do turismo podem ser medidas e analisadas utilizando-se indicadores que são adotados para as realidades específicas de cada localidade e que considerem variáveis ambientais, socioeconômicas, culturais e turísticas. No entanto, o estabelecimento de programas de monitoramento e a seleção e aplicação de instrumentos de gestão são escolhas que somente podem ser feitas por gestores locais (BUCKLEY, 1998).

As pesquisas empíricas do mundo todo têm mostrado os benefícios de envolver comunidades locais no monitoramento da sustentabilidade (REED, FRASER e DOUGILL, 2006). Reconhece-se que o monitoramento realizado com a participação da sociedade local não somente pode fornecer informações excelentes a baixo custo, como também contribuir para a educação das pessoas e auxiliar na difusão da valorização de sua sociedade (MEADOWS, 1998).

Considerando que uma das funções dos indicadores é apontar as possíveis condições que deveriam ser melhoradas no processo de tomada de decisão, as informações obtidas pelos indicadores devem ser compreendidas pelos seus usuários, que em sua maioria são gestores da sociedade local. Assim, a compreensão dos indicadores pelos gestores locais visando o uso, a aplicação prática e a comunicação dos indicadores para tomada de decisão é facilitada pela participação social neste processo, implicando na ampla aceitação e na compreensão dos seus usuários.

Porém, o estabelecimento do sistema de indicadores tem enfrentado uma série de problemas evidentes, tais como (WATSON e COLE, 1992; ANDREU et al., 2003; VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2004):

- Carência de uma visão estratégica orientada para a sustentabilidade que promova a criação de novos sistemas de informação territorial;
- a dificuldade de definir indicadores em condições específicas;
- a dificuldade de selecionar entre os indicadores conhecidos devido à falta de conhecimento sobre quais indicadores são mais importantes;
- as limitações de disponibilidade de informações de âmbito local, tanto quantitativas como qualitativas, assim como a falta de confiabilidade das fontes de dados;
- a falta de integração e coordenação dos distintos setores de gestão municipal (meio ambiente, desenvolvimento);
- a subutilização das possibilidades de obter sinergias mediante a disponibilidade de informações de atos e processos administrativos;
- o escasso aproveitamento das possibilidades de tecnologia da informação para sistematizar dados com valor estatístico;
- a dificuldade de selecionar indicadores devido à falta de estabelecimento de métodos confiáveis de monitoramento.

Uma forma de suprir algumas das deficiências citadas é a inclusão da efetiva participação da sociedade local nos processos de seleção e definição do sistema de indicadores, pois o melhor conhecimento dos sistemas está contido naqueles que lidam e estão em contato diariamente com os problemas e desafios de uma localidade. Conforme salientam Reed et al. (2005, p.1), “somente por meio do ativo envolvimento da comunidade, os indicadores podem facilitar os progressos em direção às metas do desenvolvimento sustentável”. Esta consideração possibilita uma maior aceitação política e social dos sistemas propostos para melhor compreensão e tomada de decisão por usuários e gestores locais.

OBJETIVO

O objetivo do presente capítulo é discorrer sobre o processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico, por meio da abordagem participativa da sociedade local da região do município de Bueno Brandão-MG, relatando os resultados e as experiências adquiridos durante a pesquisa.

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE LOCAL NO PROCESSO DE DEFINIÇÃO E SELEÇÃO DE INDICADORES

Conforme recomenda Bossel (1999), o processo de identificação de um conjunto de indicadores deve ser participativo para garantir que este inclua as visões e os valores da comunidade local ou da região para o qual é desenvolvido. Por sua vez, a incorporação dos indicadores para visões e objetivos da comunidade, direcionados a diferentes cenários futuros, possibilita o envolvimento ativo das comunidades no desenvolvimento e aplicação de indicadores (REED et al., 2005).

As experiências da pesquisa realizada por Reed, Fraser e Dougill (2006) sugerem que é possível usar abordagens participativas para fomentar o envolvimento e o suporte da comunidade, melhorando as metas e as estratégias de projetos. Atualmente já existe ampla unanimidade de que comunidades locais precisam participar em todos os estágios de planejamento e implementação de projetos, incluindo a seleção, coleta e monitoramento de indicadores.

Assim, recomenda-se que os indicadores sejam selecionados e definidos pela visão da sociedade, a fim de torná-los aplicáveis e coerentes com a realidade local. A abordagem participativa no processo de seleção e definição de indicadores possibilitam:

- indicadores mais práticos e adequados à realidade local;
- a facilitação do processo de obtenção de dados e informações dos indicadores;
- a facilitação da interpretação das informações coletadas pelos indicadores;
- a viabilização da medição e verificação contínuas ou mais frequentes dos indicadores e aspectos monitorados;

- respostas mais eficazes para correção das condições apontadas pelos indicadores.

A integração de indicadores em instrumentos de planejamento participativo contribui ainda para uma maior conscientização, compromisso e a melhores expectativas de aplicação das atuações conduzidas ao desenvolvimento turístico sustentável (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2004).

Assim, os indicadores de sustentabilidade precisam e devem ser desenvolvidos por meio de ampla participação da comunidade, estabelecendo um quadro de consulta multidisciplinar, a fim também de assegurar a capacidade institucional de medi-los (HARDI e ZDAN, 1997; TWINING-WARD e BUTLER, 2002).

O aumento do envolvimento de usuários de comunidades na identificação e aplicação de indicadores de sustentabilidade tem o potencial de intensificar a total compreensão dos problemas sociais e ambientais, incitar o poder de atuação da comunidade e guiar políticas para o desenvolvimento e tomada de decisão da comunidade.

O incentivo à efetiva participação da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico busca propiciar o seu envolvimento de maneira consciente na definição das ações desejáveis (buscando incorporar os princípios sustentáveis e valores éticos) nas estratégias de planejamento e nos propósitos de desenvolvimento local da atividade turística.

ETAPAS METODOLÓGICAS DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa basearam-se no enfoque participativo de residentes locais, envolvendo alguns atores sociais da comunidade local do município de Bueno Brandão-MG, visando à elaboração de um Sistema de Indicadores para análise da Sustentabilidade do Desenvolvimento de Turismo (SISDTur), aplicável à realidade local.

O estudo de seleção e definição de indicadores foi realizado por meio de diversas ações, compreendendo as seguintes etapas metodológicas, apresentadas no esquema da Figura 9.1:

- 7) Levantamento e identificação de indicadores aplicados ao contexto do turismo em estudos de casos;
- 8) Identificação de colaboradores e formação do grupo da comunidade local para a realização da pesquisa;
- 9) Estabelecimento de critérios e escalas numéricas para atribuição de conceitos aos indicadores;
- 10) Realização das reuniões, cursos e oficinas técnicas com os grupos de colaboradores da comunidade local e análise dos indicadores (atribuição de conceitos, discussões de necessidades e procedimentos para medição e identificação dos indicadores);
- 11) Aplicação a campo de indicadores para medição de impactos da atividade turística em espaços de visitação;
- 12) Estabelecimento dos padrões de sustentabilidade aceitáveis aos indicadores selecionados.

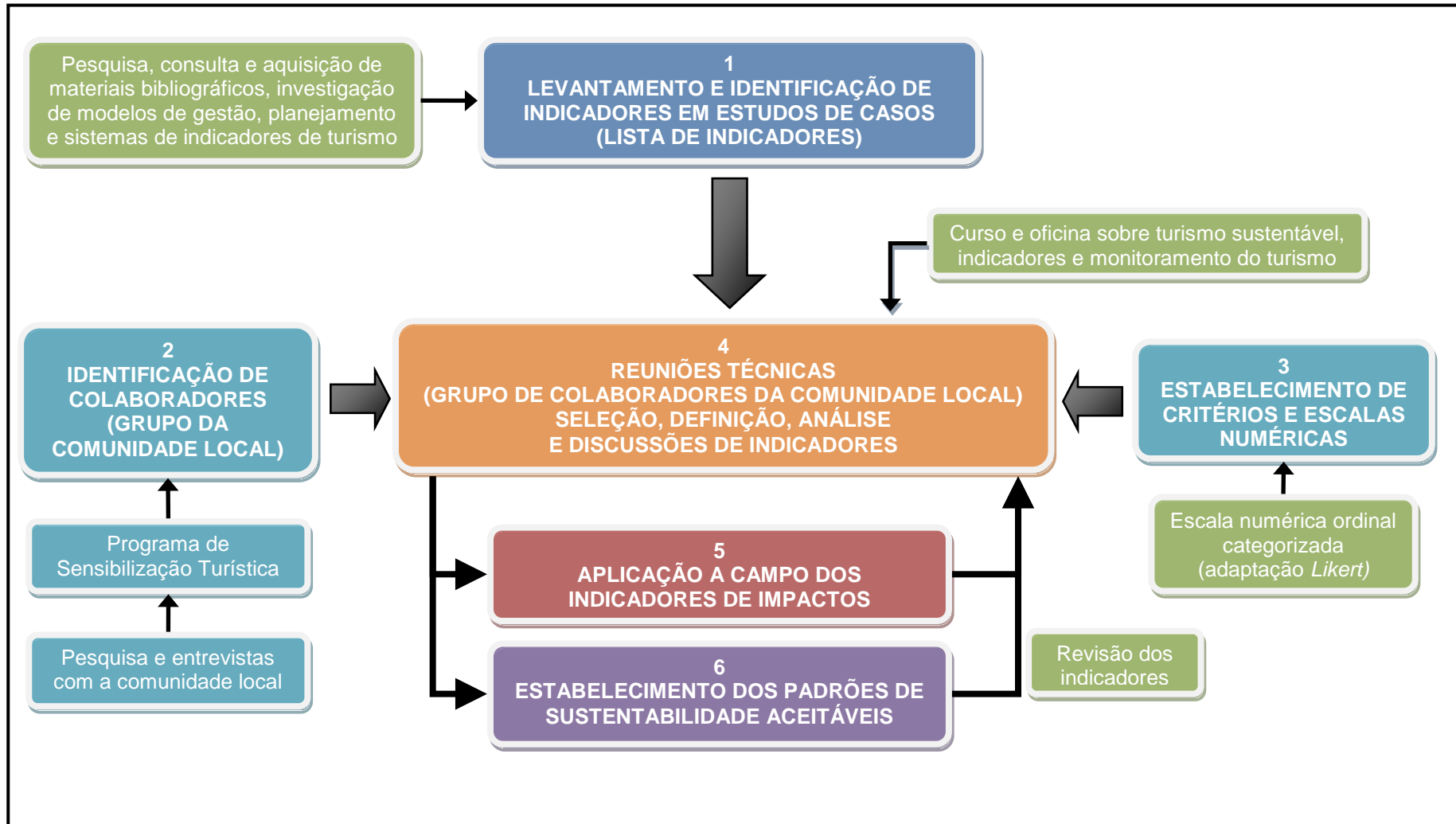


Figura 9.1 – Esquema das etapas metodológicas adotadas na pesquisa

Discorre-se detalhadamente a seguir sobre as etapas e os procedimentos metodológicos realizados neste estudo.

LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E DE IMPACTOS DO TURISMO EM ESTUDOS DE CASOS

Trabalhos, estudos de caso e pesquisas sobre sistemas de indicadores de sustentabilidade, aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico, têm sido elaborados e implementados em destinos turísticos. A investigação destes estudos de caso e a análise minuciosa dos sistemas de indicadores empregados auxiliam no processo de seleção e definição de indicadores do desenvolvimento turístico aplicado a outros destinos e situações.

De acordo com Valentin e Spangenberg (2000), o conjunto apropriado de indicadores de sustentabilidade deve ser diferente para cada localidade, porém as listas existentes de indicadores são úteis como exemplos (nunca como modelos) para outras cidades, com os devidos ajustes às propostas conceituais envolvidas.

A identificação e o levantamento dos estudos de caso sobre indicadores de turismo em diversos destinos da Espanha e do mundo envolveram a pesquisa, a consulta e a aquisição de material bibliográfico, como: artigos publicados em revistas e eventos científicos, relatórios e informes de investigações, documentos oficiais disponíveis, livros, projetos aplicados, entre outros. Este levantamento foi complementado com a realização do estágio de doutorado na Espanha (na Facultad de Ciencias Sociales y da Comunicación da Universidade de Vigo), durante o período de outubro de 2007 a abril de 2008, com objetivo de investigar os modelos de gestão e planejamento do turismo, assim como as iniciativas de definição e aplicação dos sistemas de indicadores de turismo sustentável.

Os estudos propiciaram a identificação de um conjunto referencial de indicadores que serviram como ponto de partida para o procedimento de seleção e definição dos indicadores de sustentabilidade e de impactos do desenvolvimento turístico local. Pelo fato de muitos dos indicadores levantados possuírem significado e potencial informativo semelhantes, apesar de uma denominação distinta, estes foram agrupados e considerados em uma única denominação terminológica.

A adoção inicial de um número grande de indicadores, possíveis de serem utilizados no presente estudo, teve o intuito de levá-los para discussão nas reuniões técnicas com os grupos de colaboradores da comunidade local.

Os indicadores candidatos à seleção e colocados à discussão foram agrupados de acordo com suas funções e dimensões para facilitar a consecução do estudo:

- a) Os indicadores de impactos do turismo, que identificam os efeitos ambientais decorrentes das atividades turísticas em espaços de visitação. Este grupo de indicadores coleta dados e informações nos locais e estabelecimentos turísticos, a fim de descrever as atividades turísticas existentes e reconhecer os impactos sociais, econômicos e ambientais observados. Alguns indicadores, como os de qualidade dos corpos d'água, adotados em diversos trabalhos de caracterização de recursos hídricos (BRIGANTE, 2003), e os indicadores de impactos de visitação, testados em pesquisas científicas em áreas naturais (MAGRO, 1999; TAKAHASHI, 1998; PASSOLD, 2002), tiveram resultados positivos e relevantes, e foram então compilados e adaptados para sugestão de utilização na presente pesquisa;
- b) Os indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e espaços de visitação, que identificam ações e procedimentos de sustentabilidade e fornecem dados e informações sobre o desenvolvimento das atividades de turismo nos locais e empreendimentos turísticos;
- c) Os indicadores de sustentabilidade de gestão municipal do turismo, que identificam ações, propostas e procedimentos adotados pela gestão municipal que se direcionam a promoção da sustentabilidade do desenvolvimento turístico na região.

Para facilitar a análise dos indicadores, foram elaboradas listas (apresentadas no Apêndice A) com os indicadores levantados e identificados pelos estudos de casos, agrupando-os em função de suas características (de sustentabilidade em espaços de visitação e estabelecimentos turísticos, de gestão municipal e de impactos) e segundo as dimensões de sustentabilidade (ambiental, cultural, social, econômica, turística e institucional).

IDENTIFICAÇÃO DE COLABORADORES E FORMAÇÃO DO GRUPO DA COMUNIDADE LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A formação do grupo de colaboradores da comunidade local originou-se durante a realização do programa de sensibilização turística no município de Bueno Brandão-MG.

As atividades de sensibilização turística envolveram: eventos, palestras, veiculação de mensagens educativas e distribuição de material didático. Nestes momentos e em ocasiões oportunas foram apresentadas as intenções da pesquisa sobre indicadores, convidando os interessados a participar voluntariamente no presente estudo. Foi justificada a importância do seu envolvimento tanto para o seu aprimoramento pessoal, quanto para a melhoria do desenvolvimento turístico da região e os possíveis benefícios individuais e coletivos do estudo.

Houve interesse, disposição e motivação de onze membros da sociedade local para integrar o grupo de colaboradores da pesquisa, que se comprometeram voluntariamente à participação nas reuniões técnicas agendadas periodicamente para a execução do estudo.

O grupo de colaboradores de Bueno Brandão-MG possui formação multidisciplinar e foi composto por: gestores municipais de turismo; guias de turismo local; proprietária rural de produção artesanal; empresários de agência de turismo receptivo; empreendedores em meios de hospedagem; proprietários e administradores de atrativo turístico. Os detalhes do perfil de cada colaborador são apresentados resumidamente no Apêndice B.

Foi observado que os colaboradores da comunidade local no grupo de pesquisa possuem perfis multidisciplinares. Valentin e Spangenberg (2000) afirmam que é melhor trabalhar com um grupo heterogêneo que reflita a diversidade de uma comunidade (com integrantes de diferentes bases profissionais, culturais e étnicas, e com ampla variedade de interesses e perspectivas), pois isso permite acrescentar maior riqueza e criatividade no processo de desenvolvimento de indicadores, propiciando:

- Maior conhecimento de particularidades locais;
- Ampla visibilidade da sustentabilidade;

- Melhor aceitação dos resultados pela comunidade.

A participação e o envolvimento da equipe de colaboradores locais foram essenciais para a investigação e análise dos indicadores.

ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS E ESCALAS NUMÉRICAS PARA ATRIBUIÇÃO DE CONCEITOS AOS INDICADORES

A seleção dos indicadores deve se basear nas seguintes características e propriedades desejáveis: confiáveis; de baixo custo de coleta e análise; simples; limitados em número; significativos; relevantes; eficientes; reativos; pertinentes; fáceis de entender; exequíveis; práticos; aceitos politicamente, mensuráveis e controláveis pela gestão; precisos, exatos; consistentes; sensíveis a alterações do ambiente; conceitualmente bem fundamentados; dependentes apenas nos dados prontamente disponíveis; hábeis para mostrar tendências ao longo do tempo (a longo prazo); e comparáveis ao longo do tempo e entre jurisdições e regiões (STANKEY et al., 1985; GALLOPÍN, 1997; BOSSEL, 1999; ROME, 1999; TWINING-WARD e BUTLER, 2002; HARDI e ZDAN, 1997; MEADOWS, 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003; ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO, 2005; VALENTIN e SPANGENBERG, 2000; REED, FRASER e DOUGILL, 2006).

Para que possam ser aplicáveis na prática, é fundamental que os indicadores contem com mecanismo factível de medição, sendo importante encontrar a medida adequada para assegurar que tanto a obtenção, como o processamento de dados, resulte técnica e economicamente possível (MEDINA MUÑOZ e MEDINA MUÑOZ, 2003).

A partir das considerações mencionadas sobre as características e propriedades desejáveis dos indicadores, é possível condensá-las em três critérios principais para a seleção prática dos indicadores: a sua relevância; a sua facilidade de medição e obtenção de dados; e a sua aplicabilidade e utilidade ao contexto local.

Para a seleção dos indicadores, foi procedida a atribuição de um conceito a cada indicador analisado, considerando os critérios estabelecidos (relevância;

facilidade de medição e obtenção de dados; aplicabilidade e utilidade). Em cada um destes critérios estão inseridas as características básicas e propriedades desejáveis dos indicadores listadas anteriormente.

No presente método, atribui-se a cada indicador um único conceito qualitativo (considerando os critérios embutidos no momento de análise), diferentemente de outros procedimentos que atribuem conceitos a cada um dos critérios na seleção dos indicadores (cuja análise posterior do indicador torna-se complexa e as vezes não conclusiva). Ainda que em alguns trabalhos (ARANDA TORRENTS, 2003) tenha sido preferível adotar análises individuais de diversos critérios para seleção de indicadores (o que gera posteriormente a necessidade de combinações de novos critérios para seleção ou rejeição do indicador), neste trabalho optou-se pela conveniente adoção de apenas uma única valoração (conceito) que integre e considere todos os critérios básicos dos indicadores.

Assim, para facilitar a atribuição de conceito a cada indicador, foi estabelecida uma escala numérica ordinal categorizada (muito, razoável, pouca e nenhuma), que se refere ao grau de importância, facilidade de medição e aplicabilidade do indicador (critérios básicos). Além disso, para cada categoria de análise do indicador foi correlacionado um valor numérico referido a uma escala previamente estabelecida.

Dentre as escalas numéricas ordinais usualmente adotadas em procedimentos científicos, destaca-se a escala de *Likert*²⁰. A escala *Likert* informa qual o grau de concordância ou discordância sobre um item a ser respondido, atribuindo-lhe um número que reflete o direcionamento da atitude do respondente. Geralmente esta escala possui cinco números, com um ponto médio para registro da manifestação de situação intermediária, de indiferença ou de nulidade.

O sucesso da escala de *Likert* reside no fato de que ela tem a capacidade de recuperar conceitos da manifestação de qualidades: reconhece a oposição entre contrários; reconhece gradiente; e reconhece situação intermediária. As escalas são

²⁰ Este tipo de escala foi originalmente concebido por Likert e hoje tem larga aplicação nas ciências sociais. Em seu estudo de medição de comportamento, Likert (1932) relacionou aspectos de atitudes sociais com itens quantitativos, analisando-os estatisticamente. A manifestação de concordância/discordância é tratada como uma variável categórica ordinal e seus intervalos são assumidos como regulares.

codificadas de forma que seus códigos representem as relações hierárquicas e aritméticas entre as categorias (PEREIRA, 1999).

Porém, para a análise de cada indicador foi utilizada uma adaptação dos itens de *Likert*, estabelecendo-se uma escala ordinal definida no intervalo de 0 a 3:

- Conceito 0 – se o indicador possui nenhuma importância, facilidade de medição e aplicabilidade;
- Conceito 1 – se o indicador possui pouca importância, facilidade de medição e aplicabilidade;
- Conceito 2 – se o indicador possui razoável importância, facilidade de medição e aplicabilidade do indicador;
- Conceito 3 – se o indicador possui muita importância, facilidade de medição e aplicabilidade.

Conforme pode ser observada nesta escala, não foi adotada a categoria intermediária do indicador, já que o objetivo deste estudo é a seleção (aceitação ou não) do indicador analisado.

REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES, CURSOS E OFICINAS TÉCNICAS COM OS GRUPOS DE COLABORADORES DA COMUNIDADE LOCAL E ANÁLISE DOS INDICADORES (ATRIBUIÇÃO DE CONCEITOS, DISCUSSÕES DE NECESSIDADES E PROCEDIMENTOS PARA MEDIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS INDICADORES)

Reuniões técnicas preliminares com os colaboradores da pesquisa foram realizadas para discussão de assuntos relacionados ao processo de desenvolvimento do turismo sustentável na região de Bueno Brandão-MG: a visão do turismo sustentável; os anseios e as perspectivas individuais do desenvolvimento do turismo no município; e as possíveis repercussões na sociedade local das informações obtidas pelos indicadores.

As discussões de tais assuntos foram imprescindíveis para a contextualização das propostas inseridas no processo de seleção, definição e proposição de indicadores do desenvolvimento turístico para a região, reforçando a

sensibilização turística dos envolvidos e a valorização de sua participação nas ações da pesquisa.

Além disso, foi elaborado e realizado um curso básico, conceitual e preparatório para as atividades de seleção, definição e análise dos indicadores. O curso compreendeu conteúdos sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade do turismo, conceito de indicadores, bem como a importância de seu uso, características desejáveis, recomendações para definição, sistema de indicadores, e noções de monitoramento e gestão da atividade turística.

A realização do curso permitiu melhor preparação dos participantes, colaboradores da pesquisa, que favoreceram discussões mais conscientes, aprofundadas e enriquecedoras sobre o assunto nas reuniões técnicas.

Nas reuniões técnicas agendadas periodicamente, os colaboradores se mostraram dedicados, interessados, assíduos e prestativos nas investigações e execução das ações da pesquisa, que ocorreram de forma conjunta, participativa e muito satisfatória (Figura 9.2)

Durante as reuniões, tomou-se o cuidado de conduzir as discussões sem demasiada interferência, permitindo a participação de todos os membros do grupo e possibilitando a liberdade de ideias e posicionamentos individuais.



Figura 9.2 – Conjunto de imagens das reuniões técnicas com os colaboradores da pesquisa da comunidade local

Para a atribuição dos conceitos aos indicadores considerou-se a escala numérica ordinal categorizada estabelecida anteriormente, baseada nos critérios para seleção e definição dos indicadores (relevância; facilidade de medição e obtenção de dados; aplicabilidade e utilidade).

Os colaboradores da pesquisa analisaram cada um dos indicadores contidos nas listas levantadas anteriormente pelos estudos de casos (indicadores de impactos, indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e indicadores de sustentabilidade da gestão municipal do turismo), cujas discussões envolveram:

- o significado, a abrangência e a abordagem dos indicadores;
- a seleção, adaptação, proposição e definição de indicadores;
- as críticas e argumentações sobre a praticidade e a relevância dos indicadores candidatos;
- as considerações sobre a existência de dados e a disponibilidade de informações dos indicadores;
- a forma de obtenção da informação e da medição dos indicadores, verificando-se a necessidade de conhecimentos técnicos específicos para a obtenção dos dados;
- a sugestão da desejável readequação dos indicadores e a proposição necessária de novos indicadores para aplicação à realidade local;
- as relações e possíveis agregações entre indicadores;
- definição preliminar de critérios e estabelecimento de padrões aceitáveis de sustentabilidade almejados pelo desenvolvimento do turismo.

Durante o processo de seleção e definição de indicadores, verificou-se a necessidade de também discutir os possíveis meios e métodos para medição e obtenção da informação dos indicadores selecionados.

De acordo com as afirmações de Reed *et. al.* (2006), os métodos para coleta, interpretação e disponibilidade dos dados de indicadores devem ser facilmente e efetivamente utilizados por não especialistas, para que a comunidade local possa ativamente participar do processo.

Assim, os procedimentos de medição dos indicadores foram discutidos nas reuniões técnicas, observando que alguns indicadores necessitam da aplicação de questionários (por exemplo, índice de satisfação dos turistas, interesse pelo turismo da população local²¹), os quais devem ser programados e executados periodicamente por equipe preparada para realização das entrevistas e posterior interpretação dos resultados.

APLICAÇÃO EM CAMPO DE INDICADORES PARA MEDIÇÃO DE IMPACTOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NOS ESPAÇOS DE VISITAÇÃO

Durante a realização da pesquisa, considerou-se que os indicadores de impactos deveriam ser testados para avaliar sua aplicabilidade, adequação e relevância.

Assim, alguns indicadores de impactos da atividade turística foram medidos em locais de visitação por meio de visitas técnicas (em trabalhos de campo). Para aplicação e medição destes indicadores, pesquisadores e entrevistadores foram treinados e orientados previamente, compondo uma equipe preparada de investigação em campo.

Os indicadores relacionados aos impactos do turismo foram determinados e medidos por meio de procedimentos sistemáticos específicos, seguindo instruções e diretrizes estabelecidas para as medições *in loco* e registro dos impactos de visitação, cujos procedimentos estão apresentados no Apêndices C. A adoção criteriosa de tais procedimentos foi fundamental para garantir a representatividade dos indicadores medidos, e para evitar divergências de resultados devido aos desvios metodológicos aplicados por diferentes pesquisadores.

Alguns indicadores de impactos estão sujeitos a terem resultados divergentes, devido ao seu caráter subjetivo, como por exemplo, grau de erosão em trilhas, estabilidade das margens de corpos d'água, qualidade visual, nível de integridade. As possíveis divergências se devem às diferentes percepções dos

²¹ A coleta de informações de turistas e moradores locais configura-se num importante componente do sistema de monitoramento (realizada por meio de pesquisas atualizadas e entrevistas). Estas informações obtidas por meio de indicadores servem de base para avaliar a qualidade do desenvolvimento turístico e a satisfação dos turistas e moradores locais, proporcionando bases para o planejamento estratégico do desenvolvimento do turismo.

observadores, baseadas em referências pessoais e valores individuais. Essas divergências dos resultados puderam ser minimizadas por meio da identificação e análise conjunta do indicador no local e no momento de sua medição, por diferentes pesquisadores. A determinação e medição dos indicadores dos impactos de visitação foram realizadas pela avaliação conjunta de diversos pesquisadores/observadores, cujo resultado final é a média das percepções e observações individuais, diminuindo o grau de subjetividade.

ESTABELECIMENTO PRELIMINAR DOS PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE ACEITÁVEIS AOS INDICADORES SELECIONADOS

Nas reuniões técnicas com o grupo de colaboradores da população local, além da seleção e definição dos indicadores, foram discutidos e definidos também os possíveis padrões mínimos aceitáveis que poderiam ser adotados a cada indicador, visando estabelecer as referências para o alcance da sustentabilidade do desenvolvimento turístico na região do município de Bueno Brandão-MG.

Um padrão é necessário para medir o progresso e direção ao desenvolvimento sustentável do turismo, assim como a avaliação do progresso não pode ser julgado ou determinado sem que um padrão seja fornecido. A avaliação necessariamente demanda comparação entre uma prévia e um corrente estado da qualidade de um sistema (KO, 2005).

O estabelecimento preliminar dos padrões aos indicadores selecionados teve a intenção de apenas testá-los quanto à sua aplicabilidade e à sua capacidade de medição da sustentabilidade, não objetivando a definição e o estabelecimento de referências finais dos padrões de sustentabilidade almejados.

A definição dos padrões não pode fundamentar-se exclusivamente em critérios técnico-científicos (apesar de que alguns valores de referência estão regulamentados em normas ambientais ou são resultados de medições técnicas objetivas), mas devem contemplar a percepção da população local e também do processo tangível de desenvolvimento turístico.

Na tentativa de facilitar a atribuição de padrões aos indicadores, foi proposta a adoção de uma escala numérica categorizada e baseada numa adaptação da escala de *Likert*. Para cada padrão de sustentabilidade (condições de

aceitação) se correlacionou um valor numérico referido a uma escala previamente estabelecida:

- Conceito 3 - Aceitação da existência em condição mínima Boa (100%) do indicador;
- Conceito 2 - Aceitação da existência em condição mínima Regular (75%) do indicador;
- Conceito 1 - Aceitação da existência em condição mínima Ruim (25%) do indicador;
- Conceito 0 - Aceitação da não existência de condição mínima do indicador.

Esta escala geral foi proposta na intenção de ser aplicável a todos os indicadores considerados. Porém, observou-se muita dificuldade na sua aplicação, devido aos distintos parâmetros e especificidades dos conceitos, cuja atribuição dos padrões de sustentabilidade depende das formas de medição e das unidades de cada indicador.

Desta forma, considerou-se que a escala proposta não se configura num instrumento adequado de estabelecimento de conceitos aos indicadores, sugerindo que se faça a atribuição específica dos padrões de sustentabilidade, em função das características de cada indicador.

Entretanto, a tentativa do estabelecimento de conceitos e padrões aos indicadores foi útil, pois auxiliou no processo de revisão e readequação dos indicadores anteriormente selecionados e definidos, consistindo-se numa forma de validação e confirmação da aplicação e praticidade dos indicadores.

Alguns indicadores foram novamente levados à discussão e reconsiderados em função da constatação da dificuldade e divergência de se atribuir os padrões aceitáveis de sustentabilidade aos indicadores. Esta constatação induziu à readequação e redefinição de novos indicadores, configurando-se num processo retro avaliativo, conferindo maior consistência ao estudo de indicadores.

RESULTADOS

Os conceitos atribuídos aos indicadores pelos participantes da pesquisa da comunidade local de Bueno Brandão-MG foram inseridos e organizados em planilhas do programa *Microsoft Office Excel 2007*, determinando os valores das medianas dos conceitos de cada indicador.

O uso da estatística de tendência central mediana foi preferível (ao invés da média aritmética) nesta análise, por se tratar de um conjunto de dados discretos ordinais, cuja variável (conceito do indicador) assume os valores 0, 1, 2 ou 3.

Como os resultados de uma média aritmética aplicada ao conjunto de dados são contínuos, estes não seriam representativos para o objetivo de analisar a seleção do indicador (baseados em valores em escala discreta ordinal), constituindo-se a mediana numa estatística mais conveniente e significativa para a análise.

A fim de facilitar a interpretação e a visualização dos resultados, as medianas dos conceitos atribuídos a cada indicador foram inseridas em gráficos, elaborados para as listas de indicadores investigados (de impactos, de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e de sustentabilidade da gestão turística municipal), apresentados nas figuras 9.3, 9.4 e 9.5 a seguir.

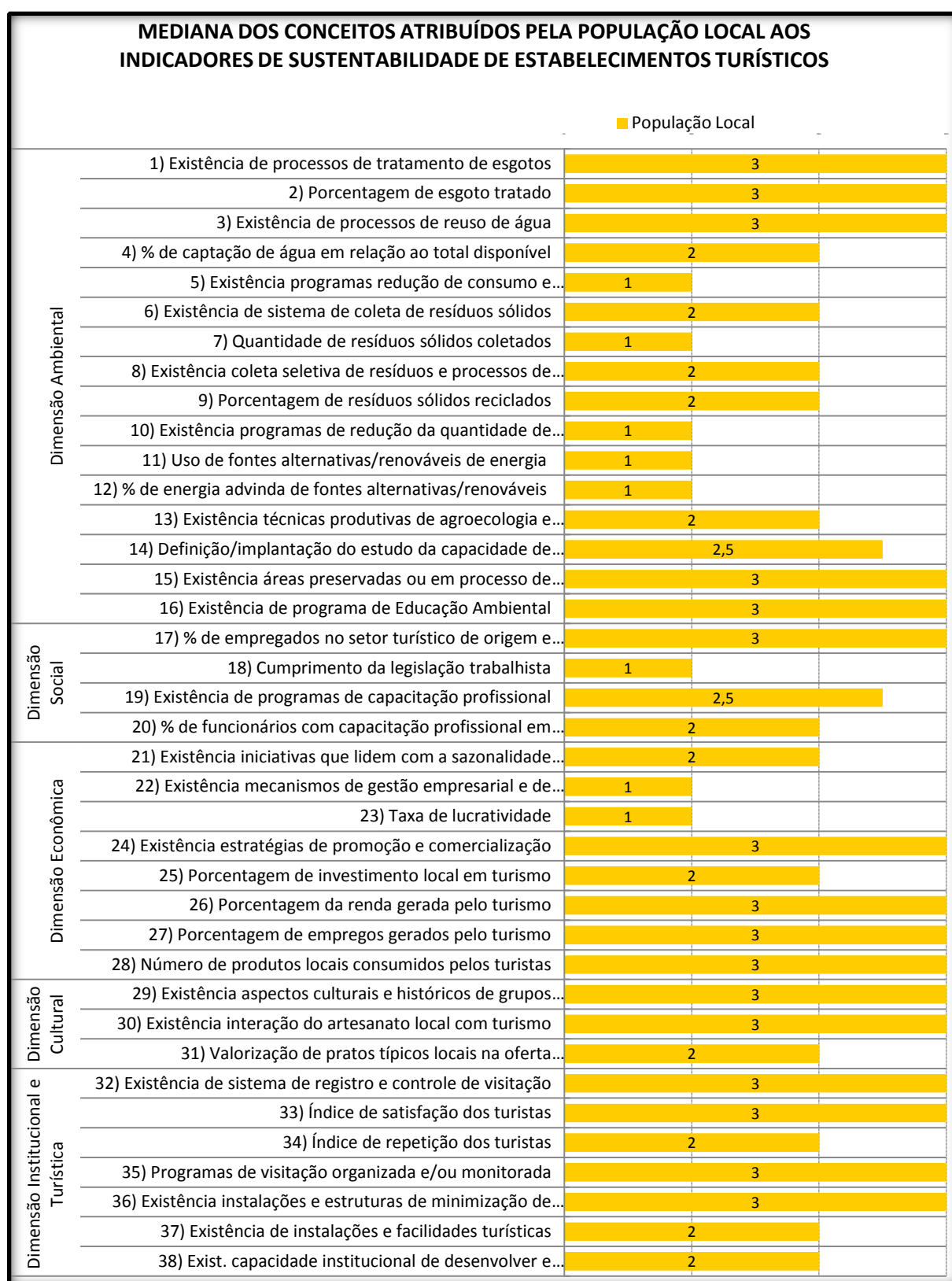


Figura 9.3 – Medianas dos conceitos atribuídos pela população local aos indicadores de sustentabilidade de estabelecimentos turísticos

MEDIANA DOS CONCEITOS ATRIBUÍDOS PELA POPULAÇÃO LOCAL AOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE GESTÃO TURÍSTICA MUNICIPAL		
		■ População
Dimensão Ambiental	1) Consumo de água per capita	2
	2) Existência de monitoramento da qualidade da água	3
	3) % de empreend. tur. com programas de redução de...	1
	4) Geração de resíduos sólidos per capita	2
	5) Existência de aterros sanitários (aterros sanitários...	3
	6) % de resíduos sólidos destinados ao aterro sanitário	2
	7) % de empreend. tur. com programas de redução de...	2
	8) Existência de programas de manejo de resíduos...	3
	9) Consumo de energia per capita	1
	10) % de empreend. tur. com programas de redução de...	1
	11) Existência/implementação de plano de gestão...	2
	12) Exist. sist. de monit. da qualidade ambiental dos...	2
	13) % de áreas preservadas ou de interesse ambiental sob...	3
	14) % de empreend. tur. com programa de Educação...	2
	15) Existência de plano de Desenvolvimento Sustentável	3
	16) Exist. estruturas organizacionais e adm. específicas de...	3
Dimensão Social	17) Número de entidades ambientais existentes no...	2
	18) Exist. política de apoio a particip. da sociedade na...	2
	19) Existência de plano de manejo com ênfase sócio-...	2
	20) % de propriedade estrangeira dos empreendimentos...	2
	21) % de empreendimentos com cumprimento da...	1
	22) % de empreendimentos com programas de...	3
	23) Taxa de desemprego na baixa temporada	1
	24) Relação entre população total alta/baixa temporada	0
	25) Existência de projetos e planos sociais envolvendo...	2
Dimensão Econômica	26) Existência de iniciativas que lidem com a sazonalidade...	2
	27) Número e volume de novos empreendimentos...	2
	28) % de contribuição do movimento turístico ao município	2
	29) Número de novos produtos desenvolvidos pela...	2
Dimensão Cultural	30) No. de bens patrimoniais e de manifestações culturais...	3
	31) Exist. de meios de promoção e manutenção de...	3
	32) Conhecimento da população sobre sua cultura local	2
	33) Promoção de eventos/festividades tradicionais com...	2
	34) Existência de entidades e instituições promotoras de...	2
Dimensão Institucional e Turística	35) % de empreend. tur. com sistemas de registro e...	2
	36) % de empr. tur. com programas de certificação...	2
	37) Número de produtos/tipologias de turismo exploradas	2
	38) % de guias cadastrados e certificados	3
	39) Existência de programas de conscientização turística	3
	40) Existência de plano municipal de desenvolvimento...	3
	41) Articulação do Plano de Turismo ao Plano Diretor...	3
	42) Existência de integração a Circuitos e/ou Roteiros...	3
	43) Disponibilidade de linhas de crédito específicas	2
	44) Particip. gestores/empreend. em grupos estrat. de...	2
	45) Exist. de estrut. organizacionais e administrativas...	3
	46) % de repres. e particip. popular nas políticas de...	1
	47) Existência de associações e entidades de classe de...	3

Figura 9.4 – Mediana dos conceitos atribuídos pela população local aos indicadores de sustentabilidade de gestão turística municipal

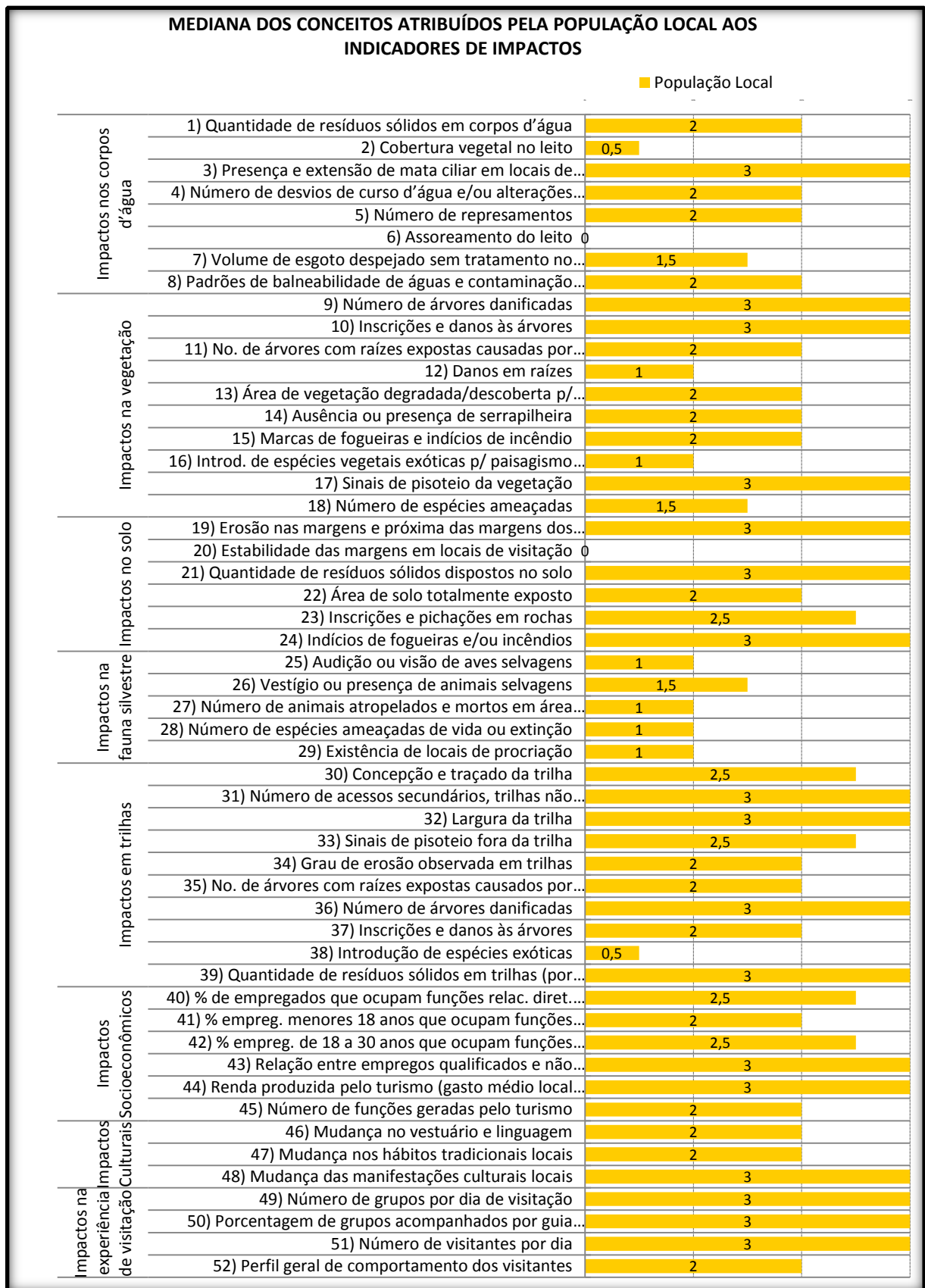


Figura 9.5 – Mediana dos conceitos atribuídos pela população local aos indicadores de impactos

A seguir, na Tabela 9.1, é apresentado um resumo quantitativo dos resultados obtidos dos conceitos atribuídos pela população local aos indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos.

Tabela 9.1 - Resumo quantitativo dos conceitos atribuídos pela população local aos indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos por dimensões

Medianas dos Conceitos	Dimensões de Sustentabilidade									
	Ambiental		Social		Econômica		Cultural		Inst. Turística	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indicadores com Medianas de Conceito 3	5	31%	1	25%	4	50%	2	67%	4	29%
Indicadores com Medianas de Conceito 2 e 2,5	6	38%	2	50%	2	25%	1	33%	3	71%
Indicadores com Medianas de Conceito 1 e 1,5	5	31%	1	25%	2	25%	0	0%	0	0%
Indicadores com Medianas de Conceito 0	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	16	100%	4	100%	8	100%	3	100%	7	100%

Foram atribuídos conceitos acima de 2 (razoável ou muita importância, facilidade de medição e aplicabilidade) a todos os indicadores das dimensões cultural, institucional e turística pela população local. Nenhum indicador recebeu conceito 0 (nenhuma importância, facilidade de medição e aplicabilidade) e poucos indicadores das dimensões ambiental (31%), social (25%) e econômica (25%) obtiveram medianas 1 e 1,5 (pouca importância, facilidade de medição e aplicabilidade). Os conceitos 2 e 3 (razoável e muita importância, facilidade de medição e aplicabilidade) foram atribuídos à maioria dos indicadores nas dimensões ambiental (38 % e 31%, respectivamente), social (50% e 25%) e econômica (25% e 50%).

Na Tabela 9.2, apresenta-se o resumo quantitativo dos conceitos atribuídos pela população local aos indicadores de sustentabilidade de gestão turística municipal.

Tabela 9.2 - Resumo quantitativo dos conceitos atribuídos pela população local aos indicadores de sustentabilidade de gestão turística municipal por dimensões

Medianas dos Conceitos	Dimensões de Sustentabilidade									
	Ambiental		Social		Econômica		Cultural		Inst. Turística	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indicadores com Medianas de Conceito 3	6	35%	1	13%	0	0%	2	40%	7	54%
Indicadores com Medianas de Conceito 2 e 2,5	8	47%	4	50%	4	100%	3	60%	5	38%
Indicadores com Medianas de Conceito 1 e 1,5	3	18%	2	25%	0	0%	0	0%	1	8%
Indicadores com Medianas de Conceito 0	0	0%	1	13%	0	0%	0	0%	0	0%
Total	17	100%	8	100%	4	100%	5	100%	13	100%

Pelo quadro acima, observa-se que a todos os indicadores das dimensões econômica e cultural foram atribuídos conceitos de 2 a 3 (razoável ou muita importância, facilidade de medição e aplicabilidade). A maior parte dos indicadores recebeu conceitos 2 e 3 nas dimensões ambiental (47% e 35%, respectivamente), social (50% e 13%), institucional e turística (38% e 54%). Poucos indicadores das dimensões ambiental (18%), social (25%), turística e institucional (8%) obtiveram conceitos 1 e 1,5 (pouca importância, facilidade de medição e aplicabilidade). Somente um indicador da dimensão social (relação entre população total em alta e baixa temporada turística, representando 13%) foi considerado de nenhuma importância, facilidade de medição e aplicabilidade, justificado pela dificuldade de medição e obtenção de dados pela população local.

A seguir, na Tabela 9.3, apresenta-se o resumo quantitativo dos conceitos atribuídos pela população local aos indicadores de impactos.

Tabela 9.3 - Resumo quantitativo dos conceitos atribuídos pela população local aos indicadores de impactos

Dimensões	Indicadores com Medianas de Conceitos								TOTAL	
	3		2 e 2,5		1 e 1,5		0 e 0,5		Nº	%
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Impactos nos corpos d'água	1	13%	4	50%	1	13%	2	25%	8	15%
Impactos na vegetação	3	30%	4	40%	3	30%	0	0%	10	19%
Impactos no solo	3	50%	2	33%	0	0%	1	17%	6	12%
Impactos na fauna silvestre	0	0%	0	0%	5	100%	0	0%	5	10%
Impactos em trilhas	4	40%	5	50%	0	0%	1	10%	10	19%
Impactos socioeconômicos	2	33%	4	67%	0	0%	0	0%	6	12%
Impactos culturais	1	33%	2	67%	0	0%	0	0%	3	6%
Imp. experiência de visitação	3	75%	1	25%	0	0%	0	0%	4	8%
TOTAL	17	33%	22	42%	9	17%	4	8%	52	100%

Deste quadro, podem-se observar alguns resultados proeminentes, como o fato de que todos os indicadores de impactos da fauna silvestre obtiveram conceitos 1 e 1,5 (pouca importância, facilidade de medição e aplicabilidade). Por outro lado, foram atribuídos conceitos acima de 2 (razoável ou muita importância, facilidade de medição e aplicabilidade) a todos os indicadores de impactos socioeconômicos, culturais e da experiência da visitação. Alguns indicadores de impactos no solo (17%), em corpos d'água (25%) e em trilhas (10%) foram considerados de nenhuma importância, facilidade de medição e aplicabilidade (conceito com medianas 0 e 0,5). Pelo fato da obtenção de resultados relevantes dos conceitos atribuídos aos indicadores de impactos, estes serão comentados e considerados detalhadamente em seção específica a seguir.

Na Tabela 9.4, é apresentado o resumo geral quantitativo dos conceitos atribuídos pela população local aos indicadores de impactos, de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e de gestão turística municipal.

Tabela 9.4 - Resumo quantitativo dos conceitos atribuídos pela população local aos indicadores de impactos, de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e de gestão turística municipal

Medianas dos Indicadores	Indicadores de impactos		Indicadores em estabelecimentos turísticos		Indicadores de gestão turística municipal	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Indicadores com Medianas de Conceito 3	17	33%	16	42%	16	34%
Indicadores com Medianas de Conceito 2 e 2,5	22	42%	14	37%	24	51%
Indicadores com Medianas de Conceito 1 e 1,5	9	17%	8	21%	6	13%
Indicadores com Medianas de Conceito 0	4	8%	0	0%	1	2%
Total	52	100%	38	100%	47	100%

Pelos resultados gerais obtidos, observa-se que a maioria dos indicadores receberam conceitos de 2 a 3 (razoável e muita importância, facilidade de medição e aplicabilidade). Poucos indicadores obtiveram conceitos 1 e 1,5, ou seja, foram considerados de pouca importância, facilidade de medição e aplicabilidade (17% dos indicadores de impactos, 21 % dos indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e 13% dos indicadores de gestão turística municipal). Apenas 8% dos indicadores de impactos e 2% dos indicadores de gestão turística municipal foram considerados sem nenhuma importância, facilidade de medição e aplicabilidade.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE OS INDICADORES DE IMPACTOS

Com relação aos indicadores de impactos, observou-se que alguns indicadores (25%) receberam conceitos de 0 a 1,5 atribuídos pela população local, tais como: cobertura vegetal no leito; assoreamento do leito; volume de esgoto despejado sem tratamento no corpo d'água; danos em raízes; introdução de espécies vegetais exóticas para paisagismo; número de espécies ameaçadas; estabilidade das margens em locais de visitação; introdução de espécies exóticas; e todos os indicadores de impactos na fauna silvestre.

A atribuição de conceitos de nenhuma ou pouca importância, facilidade de medição e aplicabilidade a estes indicadores é justificada pela dificuldade de

medição destes indicadores e também pelo fato de ser impossível garantir a relação dos indicadores destes impactos diretamente à atividade turística.

Para a verificação destas considerações observadas sobre os indicadores de impactos, a pesquisa promoveu a aplicação a campo destes indicadores em espaços de visitação, com o intuito de testá-los e avaliar sua aplicabilidade, adequação e relevância. Os indicadores foram aplicados e medidos *in loco* (em locais de visitação) por meio de equipe de investigação a campo, previamente treinada, empregando-se procedimentos sistemáticos, conforme descritos anteriormente.

A equipe de campo também observou e comprovou que muitos indicadores possuem dificuldade de medição e aplicação prática, devido principalmente ao seu caráter subjetivo e à dificuldade de associação direta dos impactos observados à atividade turística.

Na Tabela 9.5 são apresentadas algumas considerações das dificuldades de medição e aplicação dos indicadores de impactos pela equipe executora.

Os indicadores de impactos da fauna silvestre sugeridos para análise (número de espécies ameaçadas de vida ou de extinção, número de animais atropelados e mortos, audição ou visão de aves selvagens, existência de locais de procriação, vestígio ou presença de animais selvagens), por exemplo, são abrangentes e não refletem condições específicas do desenvolvimento de atividades turísticas, ou seja, estes indicadores sofrem influências de outros fatores que não são necessariamente associados às atividades turísticas nos espaços de visitação. Além disso, estes indicadores são passíveis de subjetividade e somente é possível obter medidas significativas e relativamente confiáveis por meio de estudos realizados por especialistas em zoologia.

Com relação aos indicadores de impactos socioeconômicos, culturais e na experiência da visitação, considerou-se que estes aspectos devam ser considerados no processo de planejamento da atividade turística, por meio de ações preventivas e não apenas corretivas. Desta forma, é sugerido que tais indicadores sejam adaptados aos indicadores de gestão de sustentabilidade local.

Tabela 9.5 – Dificuldades observadas de medição e aplicação dos indicadores de impactos em espaços de visitação

	INDICADORES	Considerações e Observações
Impactos nos corpos d'água	Quantidade de resíduos sólidos em corpos d'água	Difícil de mensurar e de se estabelecer padrões aceitáveis
	Cobertura vegetal no leito	Depende do material do fundo, das características e condições naturais, sendo muito difícil de mensurar e de associar especificamente ao turismo
	Número de desvios de curso d'água e/ou alterações do canal	Definição de padrões aceitáveis é complicada ou impossível de se estabelecer
	Número de represamentos	Definição de padrões aceitáveis é complicada ou impossível de se estabelecer
	Assoreamento do leito	Difícil determinação e identificação da ação causadora
	Volume de esgoto despejado sem tratamento no corpo d'água	Difícil de mensurar e de se estabelecer o limite aceitável de volume
Impactos na vegetação	Número de árvores danificadas; Inscrições e danos às árvores; Número de árvores com raízes expostas causadas por interferência humana Danos em raízes	Difícil estabelecer o critério para se categorizar uma árvore como danificada e a extensão do dano. Possui um alto grau de subjetividade
	Área de vegetação degradada (descoberta) para atendimento ao turismo	Difícil de se estabelecer padrões de aceitação
	Ausência ou presença de serrapilheira	Depende das características naturais do meio, impossível associar especificamente ao turismo
	Número de espécies ameaçadas	Exige conhecimento técnico de profissionais qualificados
Impactos no solo	Erosão nas margens e próxima das margens dos corpos d'água	Difícil de se medir e de estabelecer padrões de aceitação
	Estabilidade das margens em locais de visitação	
	Quantidade de resíduos sólidos dispostos no solo	Difícil de se estabelecer padrões de aceitação
	Área de solo totalmente exposto Inscrições e pichações em rochas Indícios de fogueiras e/ou incêndios	
Impactos na fauna silvestre	Audição ou visão de aves selvagens	Difícil de se medir, exige profissionais tecnicamente qualificados
	Vestígio ou presença de animais selvagens (pegadas, tocas, fezes, ossos, visão ou audição)	Difícil de se medir, exige profissionais tecnicamente qualificados
	Número de espécies ameaçadas	Difícil de fazer o inventário para controle, exige conhecimento técnico específico
	Existência de locais de procriação	Difícil de se medir, exige profissionais tecnicamente qualificados

Muitos dos indicadores de impactos apenas ilustram os problemas e os efeitos negativos advindos do processo de desenvolvimento turístico, supostamente mal planejado e desordenado (constatação do estado atual de uma localidade turística). Choi e Sirakaya (2005) já alertaram que as ferramentas desenvolvidas somente para medir percepções de impactos positivos e negativos do turismo em trabalhos tradicionais podem ser insuficientes.

Observou-se ainda que a aplicação dos indicadores de impactos do turismo, principalmente nos espaços de visitação, não   tão relevante e significativa como se esperava para a análise da sustentabilidade do desenvolvimento turístico. Os indicadores de impactos do turismo apenas verificam as condi oes aparentes e muitas vezes não remetem a indica oes de procedimentos que minimizem os impactos negativos identificados.

Como exemplo desta considera o, pode-se citar os indicadores de impactos de danos em árvores (inscri oes e marca oes) e em raízes, a quantidade de resíduos sólidos dispostos, entre outros - que apenas representam as condi oes negativas de pressão da atividade turística no ambiente natural – e que deveriam ser transcritos para indicar as a oes efetivas de manejo adequado da visita o.

Desta forma, considera-se pertinente a necessidade de transcrever os indicadores de impacto em indicadores de gestão do turismo, que identificam a existência e a promo o de a oes preventivas no sentido de minimizar os possíveis impactos negativos do turismo visando   sustentabilidade do desenvolvimento turístico.

Em termos gerais os indicadores preventivos são mais valiosos para os gestores de turismo, pois permitem realizar as a oes antes que os sérios problemas de sustentabilidade possam ocorrer (MEDINA MU OZ e MEDINA MU OZ, 2003). Assim,   essencial o foco em indicadores que forneçam advertências prévias para impedir ameaças, com tempo suficiente para as a oes efetivas adequadas (BOSSEL, 1999).

Sancho Pérez e García Mesanat (2006a, 2006b) afirmam que as metodologias utilizadas para avalia o dos impactos gerados pela atividade turística variam de estudo para estudo e às vezes   complexo avaliar as conclusões entre eles. A excessiva vincula o destes estudos sobre métodos quantitativos não

proporciona um marco adequado, nem permite dar resposta à pergunta formulada de valorar a sustentabilidade de um destino desde o ponto de vista de seus três componentes econômicos, ambientais e socioculturais.

Assim, como resultado destas considerações, torna-se fundamental a definição e o estabelecimento de indicadores que não somente avaliem os impactos, mas que também identifiquem as ações e as iniciativas que evitem os possíveis impactos negativos relacionados ao desenvolvimento do turismo numa localidade. Estes indicadores sugeridos possuem características relacionadas a indicadores de sustentabilidade e não de impactos do turismo, que são propostos no Sistema de Indicadores do Desenvolvimento Sustentável do Turismo (SISDTur).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de indicadores de sustentabilidade é um componente essencial para o monitoramento de ações locais e um instrumento estratégico para a gestão do processo de desenvolvimento sustentável, e sua seleção deve ser resultado de ampla participação e envolvimento dos atores sociais, dos segmentos representativos e da comunidade local.

Ao longo do desenvolvimento das ações do trabalho, observou-se que a participação e o envolvimento da população local do município de Bueno Brandão, foram imprescindíveis para a consecução das etapas e dos procedimentos metodológicos, principalmente relacionados à seleção, definição e análise de indicadores e à elaboração de instrumentos e procedimentos para monitoramento de impactos e análise da sustentabilidade do turismo na região.

O trabalho em grupo com perfis multidisciplinares dos participantes da comunidade local aparentou, a princípio, ser mais difícil, mas foi essencial para enriquecer as discussões e reflexões de forma integrada e abrangente sobre o sistema de indicadores, evitando-se o direcionamento e a segmentação de alguns aspectos e resultados.

O perfil heterogêneo dos participantes contribuiu de forma especial para a execução dos trabalhos e exerceu influência nas definições dos indicadores e de seus padrões de sustentabilidade. As experiências individuais, interpretações e

percepções pessoais dos integrantes do grupo refletiram numa visão própria de sustentabilidade e de necessidades locais.

O âmbito local consiste no nível adequado para a aplicação dos indicadores, a fim de tornar exequíveis os princípios de sustentabilidade, atendendo às prioridades locais e aos interesses específicos da comunidade residente.

Observou-se a importância fundamental de se considerar os aspectos particulares e específicos, e, ao mesmo tempo, integradores e multidimensionais no processo de definição do sistema de indicadores, cujos procedimentos metodológicos devem estar adaptados à especificidade de cada localidade, em função das distintas condições e tipos de espaços turísticos. Os indicadores devem ser definidos para a escala local de aplicação a fim de auxiliar no esclarecimento de aspectos teóricos e práticos sobre o desenvolvimento sustentável e facilitar nos processos de sua implementação.

O processo sistemático e estruturado para seleção dos indicadores, envolvendo a participação da sociedade local produziu procedimentos e diretrizes metodológicas:

- aplicáveis, direcionando a sustentabilidade a aspectos tangíveis e prioritários;
- mais práticos, adequados e coerentes com a realidade local;
- condizentes com as condições e recursos locais disponíveis;
- que facilitam o processo de obtenção de dados e a coleta de informações, assim como a sua interpretação;
- que viabilizam medição e verificação mais frequentes dos indicadores e aspectos monitorados;
- que produzem respostas mais eficazes na atuação para correção das condições apontadas pelos indicadores.

REFERÊNCIAS

- ANDREU, N.; BLÁZQUEZ, M.; MATEU, J.; LÓPEZ, S.; MAS, L.; MORELL, F.; MURRAY, I.; TRUYOLS, G. **La mesura de la sostenibilitat del turismo a les Illes Balears**. Illes Balears: Centre d'Investigació i Tecnologies Turístiques de les Illes Balears (CITTIB), 2003. p.55-63.
- ARANDA TORRENTS, X. Un sistema de indicadores sostenibles aptos para un destino turístico: un fundamento metodológico. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE TURISMO Y OCIO, 12., 2003, Barcelona. **Anais...** Barcelona(España): ESADE-Fira de Barcelona, 2003. p.469-476.
- BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, methods, applications: a report to Balaton Group**. International Institute for Sustainable Development. Winnipeg, Manitoba, Canada, IISD, 1999. 124p.
- BRIGANTE, J. **Avaliação rápida de riachos**. São Carlos: Núcleo de Estudos de Ecosistemas aquáticos; Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada, 2003. Material didático.
- BUCKLEY, R. Tools and indicators for managing tourism in parks. **Annals of tourism research**, New York, v.25, n.4, p.208-211, oct. 1998.
- CHOI, H.C.; SIRAKAYA, E. Measuring residents' attitude toward Sustainable Tourism: development of sustainable tourism attitude scale. **Journal of Travel Research**, Sage Publications, Thousand Oaks, v.43,p.380-394, may 2005.
- GALLOPÍN, G.C. Indicators and their use: information for decision making. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S.; MATRAVERS, R. **Sustainability indicators: a report on the project on indicators of sustainable development**. Chichester, GB: Wiley and sons, 1997. 415p. Cap.1, p.13-27.
- HARDI, P.; ZDAN, T. **Assessing Sustainable Development: principles in practice**. Winnipeg (Canada): International Institute for Sustainable Development, 1997. 166p.
- KO, T.G. Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach. **Tourism Management**, Elsevier, London, n.26, p.431-445, 2005.
- LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of psychology**, Prindeton, R.S.Woodworth, New York University, n.140, p.1-55., jun. 1932.
- MAGRO, T. C. **Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. 1999. 135 f. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 1999.

MEADOWS, D. **Indicators and information systems for sustainable development**: a report to the Balaton Group. Hartland: The Sustainability Institute, 1998. 78p.

MEDINA NUÑOZ, R.D.; MEDINA MUÑOZ D.R. Indicadores del desarrollo sostenible del turismo: una aplicación al caso de Canarias como destino turístico. In: CONGRESO DE TURISMO, UNIVERSIDAD Y EMPRESA, 5., 2002, Benicasim. **La calidad integral del turismo**. Valencia (España): [s.n.], 2003. p.289-306.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos**: guía práctica. Madrid: OMT, 2005. 545p.

PASSOLD, A.J. **Seleção de Indicadores para o monitoramento do uso público em áreas naturais**. 2002. 75 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.

PEREIRA, J.C.R. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 1999. 156p.

REED, J.S.; FRASER, E.D.G.; DOUGILL, A.J. An adaptative learning process for developing and applying sustainability indicators with local communities. **Ecological Economics**, Elsevier, Amsterdam, v.59, p.406-418, oct. 2006.

REED, M.; FRASER, E.D.G.; MORSE, S.; DOUGILL, A.J. Integrating methods for developing sustainability indicators to facilitate learning and action. **Ecology and Society**, v.10, n.1, 2005. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol10/iss1/resp3/>>. Acesso em: 16 feb. 2009.

ROME, A. **Ecotourism impact monitoring**: a review of methodologies and recommendations for developing monitoring programs in Latin America. Arlington: Nature Conservancy, 1999. (Ecotourism Technical Report Series, Nº 1).

SANCHO PÉREZ, A.; GARCÍA MESANAT, G. ¿Qué indica un indicador? Análisis comparativo en los destinos turísticos. **Revista de análisis turístico**, Asociación Española de expertos científicos en turismo, Alicante, n.2, p.69-75, 2006a.

SANCHO PÉREZ, A.; GARCÍA MESANAT, G. El papel de los indicadores en la planificación turística. In: CONGRESO NACIONAL TURISMO Y TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LAS COMUNICACIONES - TURITEC, 6., 2006, Málaga. **Anais...** Málaga (España): Escola Universitária de Turismo, Universidad de Málaga, 2006b, p.1-13.

STANKEY, G.H.; COLE, D.N.; LUCAS, R.C.; PETERSEN, M.E.; FRISSELL, S.S. **The Limits of Acceptable Change (LAC) system for wilderness planning**. Ogden, UT: U.S. Department of Agriculture. Forest Service. Intermountain Forest and Range Experiment Station, 1985. 37p. (General Technical Report INT-176).

TAKAHASHI, L.Y. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do Estado do Paraná.** 1998. 128 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Engenharia Florestal –Setor de Ciências Agrárias – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

TOMMASI, L. R. **Estudo de Impacto Ambiental.** São Paulo: CETESB, 1994. 354p.

TWINING-WARD, L.; BUTLER, R. Implementing STD on a Small Island: development and use of sustainable tourism development indicators in Samoa. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.10, n.5, p.363-387, 2002.

VALENTIN, A. SPANGENBERG, J.H. A Guide to community sustainability indicators. **Environmental Impact Assessment Review**, Elsevier Science, New York, v.20, p.381-392, 2000.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. **Indicadores de sostenibilidad para destinos maduros: balance y propuestas de aplicación.** Conferência creando estructuras para la investigación e la educación en la política turística y gestión de destinos. Madrid: Organización Mundial de Turismo, 2004. 10p.

WATSON, A.; COLE, D. LAC Indicators: an evaluation of progress and list of proposed indicators. In: MERIGLIANO, L. (Ed.) **Ideas for limits of acceptable change process.** Washington, DC: U.S. Department of Agriculture, Forest Service; Recreation, Cultural Resources, and Wilderness Management Staff, 1992. Book Two. p.65-84. (Publication N° 229).

APÊNDICE A - LISTA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE TURISMO EM ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS E LOCAIS DE VISITAÇÃO SUBMETIDOS À SELEÇÃO

DIMENSÕES	INDICADORES
Ambiental	Existência de processos de tratamento de resíduos líquidos (esgoto)
	Porcentagem de esgoto tratado
	Existência de processos de reuso de água
	Porcentagem de captação de água em relação ao total disponível
	Existência de programas de redução de consumo e de desperdício de água
	Existência de sistema de coleta de resíduos sólidos
	Quantidade de resíduos sólidos coletados (por tempo, frequência)
	Existência de coleta seletiva de resíduos e processos de reciclagem
	Porcentagem de resíduos sólidos reciclados
	Existência de programas de redução da quantidade de resíduos sólidos
	Uso de fontes alternativas/renováveis de energia
	Porcentagem de energia advinda de fontes alternativas/renováveis
	Existência de técnicas produtivas que adotam princípios de agroecologia e agricultura orgânica
	Definição/implantação do estudo da capacidade de carga
Existência de áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação	
Existência de programa de Educação Ambiental	
Social	Porcentagem de empregados no setor turístico de origem e procedência local
	Cumprimento da legislação trabalhista
	Existência de programas de capacitação profissional
	Porcentagem de funcionários com capacitação profissional em turismo
Cultural	Existência de aspectos culturais e históricos de grupos étnicos resgatados
	Existência de interação do artesanato local com a atividade turística (utilização, promoção e comercialização)
	Valorização de pratos típicos locais pela oferta gastronômica
Turística e Institucional	Existência de sistema de registro e controle de visitação
	�ndice de satisfa�o dos turistas
	�ndice de repeti�o dos turistas
	Programas de visita�o organizada e/ou monitorada
	Existência de instala�oes e estruturas de minimiza�o de impactos do turismo
	Existência de instala�oes e facilidades turísticas
Econômica	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística
	Existência de mecanismos de gestão do empreendimento e dos custos
	Taxa de lucratividade
	Existência de estratégias de promo�o e comercializa�o (<i>marketing</i>)
	Porcentagem de investimento local em turismo
	Porcentagem da renda gerada pelo turismo
	Porcentagem de empregos gerados pelo turismo
Número de produtos locais consumidos pelos turistas	

APÊNDICE A - LISTA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL DE TURISMO NA REGIÃO SUBMETIDOS À SELEÇÃO

DIMENSÕES	INDICADORES
Ambiental	Consumo de água <i>per capita</i>
	Existência de monitoramento da qualidade da água
	Porcentagem de locais e empreendimentos com programas de redução do consumo e desperdício de água
	Geração de resíduos sólidos <i>per capita</i>
	Existência de aterros sanitários (aterros sanitários controlados e não lixões)
	Porcentagem de resíduos sólidos destinados ao aterro sanitário
	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com programas de redução da quantidade de resíduos sólidos
	Existência de programas de manejo de resíduos perigosos
	Consumo de energia <i>per capita</i>
	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com programas de redução de consumo de energia ou uso de energia alternativa
	Existência/implementação de plano de gestão ambiental
	Existência de sistema de monitoramento da qualidade ambiental dos recursos/atrativos naturais
	Porcentagem de áreas preservadas ou de interesse ambiental sob proteção
	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com programa de Educação Ambiental
	Existência de plano de Desenvolvimento Sustentável
Social	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas de meio ambiente
	Número de entidades ambientais existentes
	Existência de uma política de apoio a participação da comunidade, organizações, associações na formulação de políticas e nos processos decisórios locais
	Existência de plano de manejo com ênfase sócio-ambiental
	Porcentagem de propriedade estrangeira dos empreendimentos turísticos
	Porcentagem de locais e empreendimento com cumprimento da legislação trabalhista
	Porcentagem de empreendimentos com programas de capacitação profissional
	Taxa de desemprego na baixa temporada
Econômica	Relação entre população total alta/baixa temporada
	Existência de projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos
	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística
	Número e volume de novos empreendimentos turísticos
Cultural	Porcentagem de contribuição do movimento turístico ao município
	Número de novos produtos desenvolvidos pela demanda turística
	Número de bens patrimoniais e de manifestações culturais preservados
	Existência de meios de promoção e manutenção de costumes e tradições
	Conhecimento da população sobre sua cultura local

Continua...

APÊNDICE A - LISTA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL DE TURISMO NA REGIÃO SUBMETIDOS À SELEÇÃO (CONTINUAÇÃO)

DIMENSÕES	INDICADORES
Turística e Institucional	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com sistemas de registro e controle de visitação
	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos em programas de certificação turística e ambiental
	Número de produtos/tipologias de turismo exploradas
	Porcentagem de guias cadastrados e certificados
	Existência de programas de conscientização turística
	Existência de plano municipal de desenvolvimento turístico
	Articulação do Plano de Turismo ao Plano Diretor Municipal
	Existência de integração a Circuitos e/ou Roteiros Turísticos
	Disponibilidade de linhas de crédito específicas
	Participação de gestores e empreendedores em grupos estratégicos de desenvolvimento turístico
	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo (COMTUR, Secretaria de Turismo)
	Porcentagem de representação e participação popular nas políticas de desenvolvimento turístico
	Existência de associações e entidades de classe de turismo (associações de guias, de hotéis, de restaurantes, de agências)

APÊNDICE A - LISTA DE INDICADORES DE IMPACTOS DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS EM ESPAÇOS DE VISITAÇÃO SUBMETIDOS À SELEÇÃO

DIMENSÕES	INDICADORES
Impactos nos corpos d'água	Quantidade de resíduos sólidos em corpos d'água
	Cobertura vegetal no leito
	Presença e Extensão de mata ciliar em locais de visitação
	Número de desvios de curso d'água e/ou alterações do canal
	Número de represamentos
	Assoreamento do leito
	Volume de esgoto despejado sem tratamento no corpo d'água
	Padrões de Balneabilidade de águas (CONAMA 274/2000), contaminação da água
Impactos na vegetação	Número de árvores danificadas
	Inscrições e danos às árvores
	Número de árvores com raízes expostas causadas por interferência humana
	Danos em raízes
	Área de vegetação degradada (descoberta) para atendimento ao turismo
	Ausência ou presença de serrapilheira
	Marcas de fogueiras e indícios de incêndio
	Introdução de espécies vegetais exóticas para ordenamento e paisagismo ocasionados pelo turismo
	Sinais de pisoteio da vegetação
Número de espécies ameaçadas	

Continua...

APÊNDICE A - LISTA DE INDICADORES DE IMPACTOS DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS EM ESPAÇOS DE VISITAÇÃO SUBMETIDOS À SELEÇÃO (CONTINUAÇÃO)

DIMENSÕES	INDICADORES
Impactos no solo	Erosão nas margens e próxima das margens dos corpos d'água
	Estabilidade das margens em locais de visitação
	Quantidade de resíduos sólidos dispostos no solo
	área de solo totalmente exposto
	Inscri�es e picha�es em rochas
Impactos na fauna silvestre	Audi�o ou visão de aves selvagens
	Vestígio ou presença de animais selvagens (pegadas, tocas, fezes, ossos, visão ou audi�o)
	Número de animais atropelados e mortos
	Número de espécies ameaçadas
	Existência de locais de procria�o
Impactos em trilhas	Concep�o e traçado da trilha
	Número de acessos secundários, trilhas não oficiais, bifurca�es
	Largura
	Sinais de pisoteio fora da trilha
	Grau de erosão observada em trilhas
	Número de árvores com raízes expostas causados por interferência humana
	Número de árvores danificadas
	Inscri�es e danos às �rvores
Impactos Socioeconômicos	Porcentagem de empregados que ocupam fun�es relacionadas diretamente com o turismo
	Porcentagem de empregados menores de 18 anos que ocupam fun�es relacionadas diretamente com o turismo
	Porcentagem de empregados de 18 a 30 anos que ocupam fun�es relacionadas diretamente com o turismo
	Rela�o entre empregos qualificados e não qualificados
	Renda produzida pelo turismo
	Número de ocupa�es geradas pelo turismo
Impactos Culturais	Mudança no vestuário e linguagem
	Mudança nos hábitos tradicionais locais
	Mudança das manifesta�es culturais locais
Impactos na experiência de visita�o	Número de grupos por dia de visita�o
	Porcentagem de grupos acompanhados por guia
	Número de visitantes por dia
	Perfil geral de comportamento dos visitantes

APÊNDICE B - Quadro do perfil dos colaboradores da comunidade local de Bueno Brandão-MG

Nome	Idade	Escolaridade	Atuação em Turismo	Capacitação em Turismo	Experiência em Turismo
Pedro de Oliveira Filho	33 anos	Ensino Médio Completo	Proprietário de Agência de Turismo; Guia de Turismo Local; Instrutor Esportes de Aventura	Sim	8 anos
Rosângela de Almeida	34 anos	Superior Completo – Psicologia	Empresária de Turismo (Pousada)	Não	2 anos
Bell Nunes	47 anos	Superior Completo – Administrador de Empresas	Empresário de Turismo (Pousada)	Não	2 anos
Rafael Tenório Ribeiro	24 anos	Superior Completo - Letras	Administrador de Atrativo Turístico (Cachoeira)	Sim	4 anos
Lucimeire de Castro	46 anos	Superior Completo - Pedagogia	Diretora do Departamento de Turismo Municipal; Articuladora de Produção de Artesanato Local; Representante Circuito Turístico Serras Verdes	Sim	6 anos
Lourival Cavini Junior	38 anos	Superior Completo – Educação Física	Diretor Circuito Turístico Serras Verdes; Proprietário Agência de Turismo; Condutor Ambiental; Instrutor de Esportes de Aventura	Sim	8 anos
Fernanda Aparecida Passari	20 anos	Superior Completo – Gestão Ambiental	Guia de Turismo Local; Condutora Ambiental	Sim	3 anos
Solange Vida	33 anos	Ensino Médio Completo	Guia de Turismo Local; Condutora Ambiental	Sim	4 anos
Valdinéia Pereira	29 anos	Ensino Médio Completo	Guia de Turismo Local; Condutora Ambiental; Proprietária de Atrativo Turístico (Cachoeira)	Sim	5 anos
Djalma Rocha	50 anos	Ensino Médio Completo	Secretário Municipal de Turismo, Professor de Turismo; Empresário em Hotelaria	Sim	10 anos
Juliana Constâncio	31 anos	Superior Completo – Serviço Social	Proprietária de Propriedade Rural e Produção Artesanal. Guia de Turismo Local; Condutora Ambiental	Sim	5 anos

Fonte: Dados obtidos por meio de preenchimento de ficha cadastral, atualizados em novembro de 2008.

APÊNDICE C - INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS DE MEDIÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DE IMPACTO

INDICADORES DE IMPACTOS NA VEGETAÇÃO	TÉCNICA E PROCEDIMENTO PARA MEDIÇÃO
Número de árvores danificadas (Takahashi, 1998; Passold, 2002)	No local de abrangência turística, identificar as árvores maiores, que possuem diâmetro à altura do peito (DAP) superior ou igual a 5 cm, ou seja, árvores que na altura de 1,30m têm diâmetro maior que 5 cm. Contar o número de árvores que apresentam inscrições e danos em troncos e cascas, tais como, galhos quebrados por vandalismo (não contar os galhos cortados para manutenção da trilha, mas se você observar um dano muito grave ocasionado pela abertura ou manutenção da trilha, registre este fato no indicador concepção da trilha).
Inscrições e danos às árvores (Takahashi, 1998; Passold, 2002)	Observar e analisar as inscrições e os danos nas árvores do local turístico: danos leves (presença de pregos, furos, pequenos ramos cortados ou quebrados, pequenos ferimentos no tronco); danos moderados (ramos grandes cortados ou quebrados, ferimentos e mutilações no tronco que podem ser numerosos); danos severos (ferimentos grandes ou circundando completamente a árvore).
Número de árvores com raízes expostas causados por interferência humana (Takahashi, 1998; Passold, 2002)	No local de abrangência turística, contar o número total de árvores (excluir arbustos) com as raízes grossas expostas ao seu redor, ocasionadas pela interferência humana (turismo).
Danos em raízes (Takahashi, 1998; Passold, 2002)	Observar na área de abrangência do turismo, os danos nas maiores raízes expostas: danos leves (parte superior de muitas raízes grandes expostas ou exposição mais severa de somente 1 ou 2 raízes maiores); danos moderados (parte superior e lateral de muitas raízes grandes expostas ou exposição severa somente da parte superior de 1 ou 2 raízes maiores); danos severos (parte superior, lateral e inferior de muitas raízes grandes expostas).
Área de vegetação degradada (descoberta) para atendimento ao turismo (Takahashi, 1998; Passold, 2002)	A área de vegetação degradada é aquela que foi totalmente ou parcialmente descoberta para viabilizar as atividades de turismo. Para medir, associe a área degradada a uma forma geométrica (triângulo, retângulo ou círculo) e meça as dimensões com uma trena (largura - L, altura - H, comprimento - C, ou diâmetro - D) para posterior cálculo.
Presença de serrapilheira (Passold, 2002)	No local de área com vegetação degradada, observar as condições do material superficial do solo (serrapilheira) como folhas, galhos, ramos, verificando se está não pisoteada; pisoteada; ou ausente.
Marcas de fogueiras e indícios de incêndio (Takahashi, 1998)	Investigar em toda a área de abrangência do local turístico, se existem marcas de fogueira, contando o número de pontos com indícios de incêndio provocados pelas atividades turísticas.
Introdução de espécies vegetais exóticas para ordenamento e paisagismo ocasionados pelo turismo	Nos locais visitados, verificar se o paisagismo e a jardinagem foi feita com espécies de plantas que não são nativas, típicas da região.

IMPACTOS NO SOLO EM LOCAIS TURÍSTICOS E DE VISITAÇÃO	TÉCNICA E PROCEDIMENTO PARA MEDIÇÃO
Presença de lixo	No local de abrangência turística, observar se há presença de lixo espalhado deixado pelos turistas.
Quantidade de lixo	No local de abrangência turística, coletar o lixo espalhado e quantificar (medir o volume de lixo por meio de sacos plásticos padronizados)
Área de solo totalmente exposto (Magro, 1999)	No local de visitação e turismo, � a área sem vegeta�o com solo totalmente exposto. Para medir esta área, associe a uma forma geométrica (triângulo, retângulo ou círculo) e meça as dimensões com uma trena (largura – L, altura – H, comprimento - C, ou diâmetro - D) para posterior cáculo..
Inscri�es e picha�es em rocha (Passold, 2002)	No local de abrangência turística, verifique se existem marcas de nomes, inscri�es e pinturas feitas em rochas pelos visitantes.

IMPACTOS NA FAUNA EM LOCAIS TURÍSTICOS E DE VISITAÇÃO	TÉCNICA E PROCEDIMENTO PARA MEDIÇÃO
Audi�o ou visão de aves selvagens (Passold, 2002);	No local de abrangência turística, procure visualizar aves, e em silêncio, observe se há sons de aves e pássaros (tome cuidado para distinguir apenas as aves selvagens).
Vestígio ou presença de animais selvagens (pegadas, tocas, fezes, ossos, visão ou audi�o) (Passold, 2002)	No local de abrangência turística, procure ver e ouvir animais selvagens, buscando vestígios de pegadas, tocas, fezes ou ossos.
Número de animais atropelados e mortos	No local de abrangência turística, procure animais mortos por ca�a, provocados pelo homem.

IMPACTOS EM TRILHAS	TÉCNICA E PROCEDIMENTO PARA MEDIÇÃO
Concep�o da trilha	Ao longo do percurso, observe se a trilha respeita locais frágeis, ou agride a paisagem, verificando se há impactos graves no solo e na vegeta�o, principalmente em ambientes sensíveis.
Traçado da trilha	Ao longo do percurso, verifique se a trilha passa por locais estratégicos de interpreta�o do meio ambiente (pontos atrativos importantes e de interesse informativo e educacional).
Número de acessos secundários, trilhas não oficiais (Takahashi, 1998; Magro, 1999; Passold, 2002);	Ao longo do percurso, quantifique o número de bifurca�es da trilha e acessos secundários desnecessários.
Grau de erosão observada em trilhas	Ao longo do percurso, observe os possíveis problemas de drenagem (escoamento de água quando chove) na trilha e em suas margens, avaliando o grau de erosão (grande; médio; pouco).
Quantidade de lixos em trilhas	Ao longo do percurso, colete o lixo e os resíduos deixados na trilha, e meça o volume por meio de sacos plásticos padronizados
Largura da trilha (Magro, 1999);	A cada 20 m (aproximadamente 20 passos), você vai medir a largura da trilha com auxílio de uma trena.
Profundidade máxima da trilha	Partindo do procedimento anterior, meça a profundidade no ponto mês fundo da trilha, em rela�o ao plano de medi�o da largura.

Observa o: A sele o dos pontos amostrais de cada trilha   realizada pela divisão de sua extensão em 10 partes, não necessariamente em intervalos iguais, para caracterizar uma amostragem sistemática aleatória. Para cada trilha, obt m-se então 10 medidas de largura e de área transversal da trilha, para computo de seus valores médios representativos.

IMPACTOS NA PAISAGEM E POLUIÇÃO VISUAL	TÉCNICA E PROCEDIMENTO PARA MEDIÇÃO
Nível de integridade (condição natural da paisagem);	A avaliação do nível de integridade é o grau relativo da condição natural de uma paisagem ou de seus elementos. Pode ser avaliada, considerando-se o nível de urbanização e o de degradação presentes. Se não existirem desenvolvimentos antrópicos nem degradação da qualidade visual, o valor será 1. Se a degradação e o uso antrópico forem muito altos, o valor será 7 (adaptado de Jones et.al., 1975 apud Tommasi, 1993).
Impressão visual	É a memorização da impressão visual de uma paisagem ou de seus elementos. Quanto mais ocorrerem elementos de realce numa paisagem, maior será a possibilidade de serem retidos em nossa memória. As escalas de avaliação, de coisas dignas de serem lembradas, vão de 1 – altamente memorizável até 7 – com pouquíssima razão de ser memorizado (adaptado de Jones et.al., 1975 apud Tommasi, 1993).
Grau de unidade dos elementos da paisagem	Unidade é o grau pelo qual os elementos de uma paisagem se integram, para formar um sistema coerente, harmonicamente visual. Quanto mais elementos antrópicos e áreas degradadas ocorrerem na paisagem, menor será a unidade da mesma. As escalas da unidade vão de 1 – unidade geral muito elevada até 7 – unidade geral muito baixa (adaptado de Jones et.al., 1975 apud Tommasi, 1993).
Qualidade visual (adaptado de Jones et.al., 1975 apud Tommasi, 1993);	É avaliada numa escala de 1 (escala visual muito elevada) até 100 (qualidade visual muito baixa), calculada em função do nível de integridade, da impressão visual (memorização) e unidade (média aritmética dos valores obtidos destes 3 indicadores).

CAPÍTULO 10

SELEÇÃO E DEFINIÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: UMA ABORDAGEM PARTICIPATIVA ENVOLVENDO TRÊS GRUPOS DE COLABORADORES DA PESQUISA

HANAI, FREDERICO YURI. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009. Orientador: Prof. Assoc. Evaldo Luiz Gaeta Espíndola.

RESUMO

A definição de um sistema de indicadores, assim como a elaboração de instrumentos e técnicas para sua medição, tornou-se prioritária e um componente fundamental para os processos de planejamento e gestão de destinos turísticos, exigindo bases científicas e aplicação práticas de modelos propostos. Desta forma, tornam-se prioritárias e urgentes as discussões participativas com distintos especialistas sobre a seleção, a contextualização e a aplicação de indicadores de sustentabilidade em níveis locais. O objetivo do presente capítulo é discorrer sobre o processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade para aplicação ao contexto do desenvolvimento turístico na região do município de Bueno Brandão-MG, considerando as visões de três grupos distintos de envolvidos na pesquisa (população local, turismólogos e graduandos de Engenharia Ambiental). Por meio de reuniões técnicas agendadas periodicamente, o estudo envolveu os grupos de participantes na seleção, adaptação, proposição e definição de indicadores, assim como nas discussões dos instrumentos e métodos para coleta de dados e levantamento das informações dos indicadores, realizando também uma análise comparativa entre as divergências resultantes nos conceitos atribuídos pelos distintos grupos. O estudo é finalizado com o estabelecimento de condições específicas para a aceitação ou rejeição dos indicadores, cuja análise foi realizada qualitativamente pelos participantes, produzindo valiosas discussões, considerações e recomendações essenciais para o processo de seleção dos indicadores visando à definição do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISTur).

Palavras-chave: indicadores; seleção de indicadores; indicadores de sustentabilidade; sistemas de indicadores; indicadores para Bueno Brandão-MG.

INTRODUÇÃO

A definição de um sistema de indicadores, assim como a elaboração de instrumentos e técnicas para sua medição, tornou-se prioritária e um componente fundamental para os processos de planejamento e gestão de destinos turísticos, exigindo bases científicas e aplicação práticas de modelos propostos.

No entanto, ainda existe a necessidade de um maior grau de elaboração técnico-científica dos indicadores para aumentar a sua coerência, a sua representatividade, o seu poder de comparação, e finalmente, a sua aceitação política e social (VERA REBOLLO E IVARS BAIDAL, 2003a, 2003b).

Reconhece-se que os indicadores de sustentabilidade precisam ser mais efetivos e melhores em termos de confiabilidade e devem ser claramente definidos, reproduzíveis, compreensíveis e práticos, refletindo os interesses e visões de diferentes atores sociais (BOSSEL, 1999).

Além disso, os indicadores não devem ser estabelecidos por um grupo isolado de especialistas, políticos ou de gestores que atuam a distância e sem contato com os usuários dos indicadores. Os atores sociais, incluindo os residentes da comunidade local, devem estar envolvidos no processo de tomada de decisão relacionado ao desenvolvimento e aplicação de indicadores de sustentabilidade (SIRAKAYA, JAMAL e CHOI, 2001).

Assim, torna-se essencial incluir todas as diferentes visões relevantes da realidade, paradigmas e perspectivas de valores dos envolvidos num processo participativo de definição e seleção de indicadores (MEADOWS, 1998; BOSSEL, 1999). O envolvimento de pessoas com diferentes formações sociais e científicas é fundamental no processo de produção e definição de um conjunto de indicadores. Segundo Bossel (1999), num primeiro momento deste processo, haverá muitas divergências no estabelecimento do conjunto de indicadores, mas a experiência mostra que por meio de intensas discussões sobre os indicadores com diferentes pontos de vistas, a sua definição gradualmente converge.

Para que isso ocorra, o diálogo entre especialistas e comunidades deve ser intenso e aberto, contemplando concepções distintas das realidades locais e valorizando as diversidades para encontrar convergências não vislumbradas apenas por uma ótica, por meio da interação desejável entre os diferentes envolvidos no processo de definição de indicadores.

Desta forma, tornam-se prioritárias e urgentes as discussões participativas com distintos especialistas sobre a seleção, o estabelecimento, a contextualização e a aplicação de indicadores de sustentabilidade em níveis locais, visando fornecer instrumentos e procedimentos para análise da sustentabilidade e auxiliar o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento turístico.

OBJETIVO

O objetivo do presente capítulo é discorrer sobre o processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade para aplicação ao contexto do desenvolvimento turístico na região do município de Bueno Brandão-MG, considerando as visões de três grupos distintos de envolvidos na pesquisa (população local, turismólogos e graduandos de Engenharia Ambiental), no intuito de fornecer subsídios para a elaboração do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento Turístico (SISDTur).

ABORDAGENS METODOLÓGICAS DOS INDICADORES

A literatura atual sobre indicadores de sustentabilidade aborda duas concepções metodológicas básicas: uma reducionista, que é conduzida por especialistas (*top-down* em inglês, que numa tradução simples significa “de cima para baixo”); e outra participativa, que está fundamentada na comunidade (*bottom-up* em inglês, que significa “de baixo para cima”) (BELL e MORSE, 2001).

A primeira concepção (*top-down*) encontra-se em raízes epistemológicas do reducionismo científico e utiliza em evidência os indicadores quantitativos. As abordagens lideradas pelos especialistas reconhecem a necessidade de indicadores para quantificar as complexidades dos sistemas dinâmicos, mas não necessariamente salienta a complexa variedade das perspectivas dos usuários dos recursos dos sistemas (REED, FRASER e DOUGILL, 2006).

A segunda concepção é baseada numa filosofia participativa (*bottom-up*), que se configura nas ciências sociais, enfatizando a importância da compreensão do contexto local para traçar metas e estabelecer prioridades, e que o monitoramento da sustentabilidade deve ser um processo de aprendizagem para ambos os pesquisadores e a comunidade.

Os proponentes desta abordagem argumentam que para alcançar as perspectivas relevantes e significativas dos problemas locais, é necessário envolver ativamente atores sociais no processo de pesquisa para estimular ou modificar ações sociais (REED, FRASER e DOUGILL, 2006).

Entretanto, existem pontos favoráveis e desfavoráveis em ambas as abordagens metodológicas. A maioria dos indicadores existentes é baseada na concepção *top-down* de sustentabilidade, que é alimentada por dados de nível nacional (RILEY, 2001). Uma das vantagens da abordagem *top-down* é a de fornecer avaliação global dos problemas e os indicadores são cientificamente rigorosos e objetivos. Os indicadores que emergem da abordagem *top-down* são geralmente coletados rigorosamente, são examinados minuciosamente por especialistas e avaliados quanto à pertinência utilizando ferramentas estatísticas.

Apesar dos indicadores usados com rigor científico no paradigma reducionista serem objetivos, eles podem ser de difícil utilização pela população local (REED et al., 2005). Riley (2001) cita que alguns problemas de gestão decorrem de aspectos críticos do monitoramento sustentável em nível local, pois os indicadores podem falhar na consideração dos aspectos relevantes atribuídos pelas comunidades locais e na posterior necessidade do seu envolvimento no processo de medição.

Os indicadores do método *bottom-up*, por outro lado, propiciam uma compreensão mais contextualizada dos aspectos locais, oferecendo também à sociedade a oportunidade de ampliar a capacidade de aprendizado e de compreensão da realidade. Porém, os indicadores desta abordagem tendem a ser mais subjetivos, com medições mais dispendiosas de tempo, em maior quantidade do que a necessária, e há o perigo de que os indicadores desenvolvidos por meio de técnicas participativas isoladas podem não possuir a capacidade de monitorar a sustentabilidade com precisão e confiabilidade (REED, FRASER e DOUGILL, 2006).

Apesar da abordagem *bottom-up* ser mais adequada aos projetos baseados na comunidade, uma combinação de ambas as abordagens é necessária para colocar a comunidade em seu relevante contexto regional ou global e para identificar as ameaças e impactos externos identificados pela abordagem *top-down*.

Enquanto é fácil visualizar as diferenças fundamentais entre os dois tipos de abordagens (*top-down* e *bottom-up*), há um aumento da consciência e no debate acadêmico da necessidade de desenvolver metodologias inovadoras e híbridas de ambas as concepções. A integração de ambas as abordagens produzirá resultados mais precisos e relevantes (REED, FRASER e DOUGILL, 2006).

A definição de indicadores apenas por um grupo de especialistas é obviamente um método inadequado. Como são especialistas, tendem a focar a sustentabilidade nos aspectos específicos de sua experiência profissional enquanto negligenciam outros importantes fatores que podem ter efeitos significantes no sistema como um todo. Portanto, o processo de seleção de indicadores trabalha melhor com a combinação de especialistas e a participação de pessoas com raízes locais, pois assim, os especialistas trazem credibilidade científica ao processo de seleção de indicadores e os não especialistas (comunidade local) trazem credibilidade política e operacional ao processo (MEADOWS, 1998).

ETAPAS METODOLÓGICAS DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa basearam-se no enfoque participativo de três distintos grupos de envolvidos na seleção e definição de indicadores, compreendendo as seguintes etapas, apresentadas no esquema da Figura 10.1:

- 1) Levantamento e identificação de indicadores aplicados ao contexto do turismo em estudos de casos;
- 2) Identificação do grupo de colaboradores da pesquisa (população local, turismólogos e graduandos em Engenharia Ambiental);
- 3) Estabelecimento de critérios e escalas numéricas para atribuição de conceitos aos indicadores;
- 4) Realização das reuniões, cursos e oficinas técnicas com os grupos de colaboradores e análise dos indicadores (atribuição de conceitos, discussões de necessidades e fragilidades dos indicadores);
- 5) Análise comparativa entre os conceitos atribuídos pelos distintos grupos de participantes;
- 6) Estabelecimento de condições específicas para aceitação ou rejeição dos indicadores analisados.

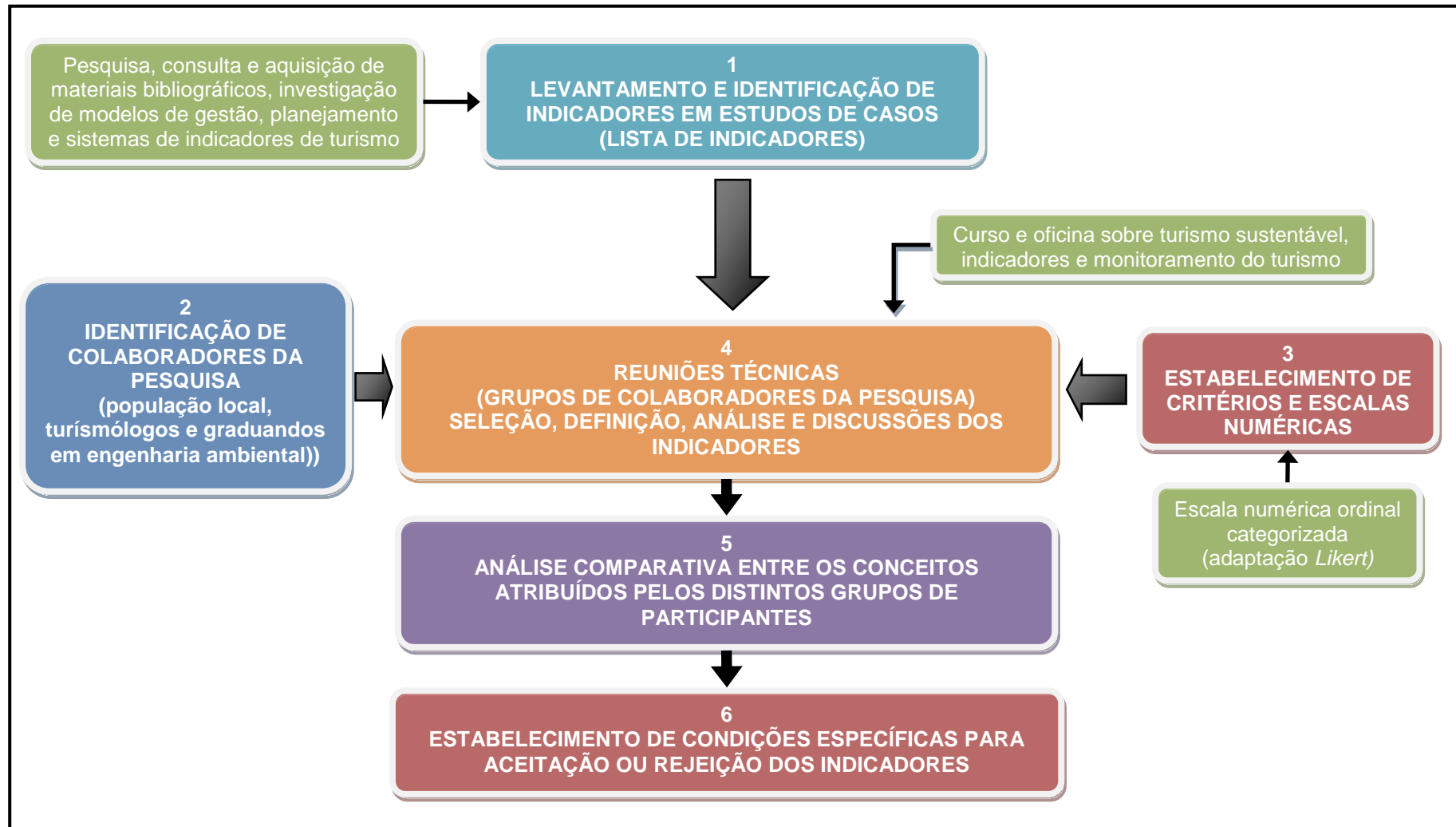


Figura 10.1 – Esquema das etapas metodológicas adotadas no estudo

LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E DE IMPACTOS DO TURISMO EM ESTUDOS DE CASOS

Trabalhos, estudos de caso e pesquisas sobre sistemas de indicadores de sustentabilidade, aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico, têm sido elaborados e implementados em destinos turísticos. A investigação destes estudos de caso e a análise minuciosa dos sistemas de indicadores empregados auxiliam no processo de seleção e definição de indicadores do desenvolvimento turístico aplicado a outros destinos e situações.

De acordo com Valentin e Spangenberg (2000), o conjunto apropriado de indicadores de sustentabilidade deve ser diferente para cada localidade, porém as listas existentes de indicadores são úteis como exemplos (nunca como modelos) para outras cidades, com os devidos ajustes às propostas conceituais envolvidas.

A identificação e o levantamento dos estudos de caso sobre indicadores de turismo em diversos destinos da Espanha e do mundo envolveram a pesquisa, a consulta e a aquisição de material bibliográfico, como: artigos publicados em revistas e eventos científicos, relatórios e informes de investigações, documentos oficiais disponíveis, livros, projetos aplicados, entre outros. Este levantamento foi complementado com a realização do estágio de doutorado na Espanha (na Facultad de Ciencias Sociales y da Comunicación da Universidade de Vigo), durante o período de outubro de 2007 a abril de 2008, com objetivo de investigar os modelos de gestão e planejamento do turismo, assim como as iniciativas de definição e aplicação dos sistemas de indicadores de turismo sustentável.

Os estudos propiciaram a identificação de um conjunto referencial de indicadores que serviram como ponto de partida para o procedimento de seleção e definição dos indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento turístico local. Pelo fato de muitos dos indicadores levantados possuírem significado e potencial informativo semelhantes, apesar de uma denominação distinta, estes foram agrupados e considerados em uma única denominação terminológica.

A adoção inicial de um número grande de indicadores, possíveis de serem utilizados no presente estudo, teve o intuito de levá-los para discussão nas reuniões técnicas com os grupos de colaboradores da pesquisa.

Os indicadores candidatos à seleção e colocados à discussão foram agrupados de acordo com suas funções e dimensões para facilitar a consecução do estudo:

- a) Os indicadores de sustentabilidade nos estabelecimentos turísticos e espaços de visitação, que identificam ações e procedimentos de sustentabilidade e fornecem dados e informações sobre o desenvolvimento das atividades de turismo nos locais e empreendimentos turísticos;
- b) Os indicadores de sustentabilidade de gestão municipal do turismo, que identificam ações, propostas e procedimentos adotados pela gestão municipal que se direcionam à promoção da sustentabilidade do desenvolvimento turístico na região.

Um estudo anterior com os indicadores de impactos do turismo (que foram discutidos e analisados por participantes da comunidade local de Bueno Brandão-MG) concluiu que estes indicadores devem ser transcritos em indicadores de gestão do turismo, que indicam a existência e a promoção de ações no sentido de minimizar os possíveis impactos negativos do turismo visando à sustentabilidade do desenvolvimento turístico. Os indicadores sugeridos devem possuir características relacionadas aos indicadores de sustentabilidade e não de impactos do turismo. Portanto, na presente pesquisa, coube apenas o estudo dos indicadores de sustentabilidade (em estabelecimentos turísticos e de gestão turística municipal).

Para facilitar a análise dos indicadores, foram elaboradas listas com os indicadores levantados e identificados pelos estudos de casos, agrupando-os em função de suas características (de sustentabilidade em locais de visitação e estabelecimentos turísticos, e de gestão municipal) e segundo as dimensões de sustentabilidade (ambiental, cultural, social, econômica, turística e institucional), apresentadas no Apêndice A.

IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE COLABORADORES PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa durante o processo de seleção e definição de indicadores basearam-se na participação dos seguintes grupos de colaboradores:

- Os colaboradores da comunidade local (cujos integrantes foram voluntariamente convidados para a participação na investigação, durante a realização de palestras promovidas pelo programa de sensibilização turística). O programa de sensibilização turística foi idealizado para proporcionar aos residentes locais a incorporação de conhecimentos básicos sobre turismo e um maior esclarecimento dos fenômenos associados à atividade turística, visando o seu envolvimento efetivo e a sua participação ativa nos processos decisórios locais, permitindo o seu posicionamento de forma crítica e responsável no processo do desenvolvimento turístico;
- Os turismólogos do programa de mestrado em *Dirección y Planificación del Turismo* da *Facultad de Ciencias Empresariales y Turismo* da *Universidad de Vigo* na Espanha (cuja participação foi viabilizada pela Profa. Dra. Carmen Padín Fabeiro, docente do programa de pós-graduação, durante a realização do intercâmbio de pesquisa de doutorado);
- Os alunos do curso de Engenharia Ambiental da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (cuja participação foi incentivada pelo Prof. Assoc. Evaldo Luiz Gaeta Espíndola durante sua docência na disciplina de Monitoramento Ambiental).

A formação do grupo de colaboradores da comunidade local originou-se durante a realização das atividades programadas de sensibilização turística no município de Bueno Brandão-MG (eventos, palestras, veiculação de mensagens educativas, materiais didáticos, entre outros). Nestes momentos e em ocasiões oportunas foram apresentadas as intenções da pesquisa sobre indicadores, convidando os interessados a participar voluntariamente no presente estudo. Justificou-se a importância do seu envolvimento tanto para o seu aprimoramento pessoal, quanto para a melhoria do desenvolvimento turístico da região e os

possíveis benefícios individuais e coletivos do estudo. Houve interesse, disposição e motivação de onze membros da sociedade local para integrar o grupo de colaboradores da pesquisa, que se comprometeram voluntariamente à participação nas reuniões técnicas agendadas periodicamente para a execução do estudo. O grupo possui formação multidisciplinar composto por: gestores públicos municipais de turismo; guias de turismo local; proprietária rural de produção artesanal; empresários de agência de turismo receptivo; empreendedores em meios de hospedagem; proprietários e administradores de atrativo turístico.

A colaboração dos grupos de turismólogos decorreu das oportunidades circunstanciais propiciadas durante a realização do estágio de doutorado na Espanha. A participação do grupo de estudiosos em Turismo foi viabilizada por intermédio da Profa. Dra. Carmen Padín Fabeiro, docente do programa de Mestrado em *Dirección y Planificación del Turismo* da *Universidad de Vigo* (Espanha), conciliando-se os interesses, a disponibilidade de tempo e a dedicação dos colaboradores. Foram envolvidos 30 participantes, que possuem formação predominantemente em Turismo, Economia e Comunicação, sendo a maioria atuante e com experiência profissional na área de turismo.

O grupo graduandos do curso de Engenharia Ambiental envolveu 14 alunos que cursavam a disciplina de Monitoramento Ambiental, sob a docência do Prof. Evaldo Luiz Gaeta Espíndola, da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. Os alunos eram na sua maioria formandos (último período do curso) e reforçaram a ótica de gestão ambiental no processo de seleção dos indicadores.

A participação destes grupos de colaboradores consistiu num importante procedimento metodológico, pois permitiu identificar as distintas concepções sobre os indicadores e realizar análises comparativas das visões do desenvolvimento sustentável do turismo e sua influência no processo de seleção de indicadores.

ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS E ESCALAS NUMÉRICAS PARA ATRIBUIÇÃO DE CONCEITOS AOS INDICADORES

As características desejáveis e mais importantes dos indicadores são: confiáveis; de baixo custo de coleta e análise; simples; limitados em número; significativos; relevantes; eficientes; reativos; pertinentes; fáceis de se entender; exequíveis; práticos; aceitos politicamente, mensuráveis e controláveis pela gestão; precisos, exatos; consistentes; sensíveis a alterações do ambiente; conceitualmente bem fundamentados; dependentes apenas nos dados prontamente disponíveis; hábeis para mostrar tendências ao longo do tempo (em longo prazo); e comparáveis ao longo do tempo e entre jurisdições e regiões (STANKEY et al., 1985; GALLOPÍN, 1997; BOSSEL, 1999; ROME, 1999; TWINING-WARD e BUTLER, 2002; HARDI e ZDAN, 1997; MEADOWS, 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003; ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO, 2005; VALENTIN e SPANGENBERG, 2000; REED, FRASER e DOUGILL, 2006).

Para que possam ser aplicáveis na prática, é fundamental que os indicadores contenham mecanismo factível de medição, sendo importante encontrar a medida adequada para assegurar que tanto a obtenção, como o processamento de dados, resulte técnica e economicamente possível (MEDINA MUÑOZ e MEDINA MUÑOZ, 2003).

A partir das considerações mencionadas sobre as características e propriedades desejáveis dos indicadores, é possível condensá-las em três critérios principais para a seleção prática dos indicadores: a sua significância e relevância; a sua facilidade de medição e obtenção de dados; e a sua aplicabilidade e utilidade ao contexto local.

Para a seleção dos indicadores, foi procedida a atribuição de um conceito a cada indicador analisado, considerando os critérios estabelecidos (significância, relevância; facilidade de medição e obtenção de dados; aplicabilidade e utilidade). Em cada um destes critérios estão inseridas as características básicas e propriedades desejáveis dos indicadores listadas anteriormente.

No presente método, atribui-se a cada indicador um único conceito qualitativo (considerando os critérios embutidos no momento de análise),

diferentemente de outros procedimentos que atribuem conceitos a cada um dos critérios na seleção dos indicadores (cuja análise posterior do indicador torna-se complexa e às vezes não conclusiva). Ainda que em alguns trabalhos (ARANDA TORRENTS, 2003) tenha sido preferível adotar análises individuais de diversos critérios para seleção de indicadores (o que gera posteriormente a necessidade de combinações de novos critérios para seleção ou desconsideração do indicador), neste trabalho optou-se pela conveniente adoção de apenas uma única valoração (conceito) que integre e considere todos os critérios básicos dos indicadores.

Assim, para facilitar a atribuição de conceito a cada indicador, foi estabelecida uma escala numérica ordinal categorizada (muito, razoável, pouca e nenhuma), que se refere ao grau de importância, facilidade de medição e aplicabilidade do indicador (critérios básicos). Além disso, para cada categoria de análise do indicador foi correlacionado um valor numérico referido a uma escala previamente estabelecida.

Dentre as escalas numéricas ordinais usualmente adotadas em procedimentos científicos, destaca-se a escala de *Likert*²². A escala *Likert* informa qual o grau de concordância ou discordância sobre um item a ser respondido, atribuindo-lhe um número que reflete o direcionamento da atitude do respondente. Geralmente esta escala possui cinco números, com um ponto médio para registro da manifestação de situação intermediária, de indiferença ou de nulidade.

O sucesso da escala de *Likert* reside no fato de que ela tem a capacidade de recuperar conceitos da manifestação de qualidades: reconhece a oposição entre contrários; reconhece gradiente; e reconhece situação intermediária. As escalas são codificadas de forma que seus códigos representem as relações hierárquicas e aritméticas entre as categorias (PEREIRA, 1999).

²² Este tipo de escala foi originalmente concebido por Likert e hoje tem larga aplicação nas ciências sociais. Em seu estudo de medição de comportamento, Likert (1932) relacionou aspectos de atitudes sociais com itens quantitativos, analisando-os estatisticamente. A manifestação de concordância/discordância é tratada como uma variável categórica ordinal e seus intervalos são assumidos como regulares.

Porém, para a análise de cada indicador foi utilizada uma adaptação dos itens de *Likert*, estabelecendo-se uma escala ordinal definida no intervalo de 0 a 3:

- Conceito 0 – se o indicador possui nenhuma importância, facilidade de medição e aplicabilidade;
- Conceito 1 – se o indicador possui pouca importância, facilidade de medição e aplicabilidade;
- Conceito 2 – se o indicador possui razoável importância, facilidade de medição e aplicabilidade do indicador;
- Conceito 3 – se o indicador possui muita importância, facilidade de medição e aplicabilidade.

Conforme pode ser observada nesta escala, não foi adotada a categoria intermediária do indicador, já que o objetivo deste estudo é a seleção (aceitação ou não) do indicador analisado.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS METODOLÓGICAS (POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO MÉTODO *DELPHI*)

Visando a participação dos grupos de envolvidos no estudo de indicadores, poderia ser cogitada a aplicação do método *Delphi* aos participantes da pesquisa (colaboradores da comunidade local de Bueno Brandão, turismólogos e graduandos de Engenharia Ambiental).

Delphi (nome derivado do *Oracle of Delphi*) é um método reconhecido que permite uma análise qualitativa e estruturada tecnicamente para alcance de um consenso entre os membros do grupo. O método consiste em consultar um grupo de especialistas sobre um tema complexo específico por intermédio de questionamentos aplicados sucessivamente até a obtenção de resultados estáveis, consensuais e convergentes, representando uma consolidação do julgamento intuitivo do grupo de especialistas consultado (WRIGHT e GIOVINAZZO, 2000).

Em função das necessidades da presente pesquisa, verificou-se que o método *Delphi* apresenta alguns inconvenientes, entre os quais o maior consumo de tempo na tomada de uma decisão e a perda dos benefícios associados ao intercâmbio pessoal de ideias proporcionado pelas reuniões de discussões conjuntas.

Desta forma, no presente estudo, optou-se pela aplicação de procedimentos metodológicos em reuniões presenciais, que permitiram a realização de discussões abertas e abrangentes dos participantes, para que pudessem discutir em conjunto o processo de seleção e definição de indicadores, favorecendo as vantagens do intercâmbio de ideias e o dinamismo proporcionado por reuniões e oficinas técnicas presenciais.

REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES E OFICINAS TÉCNICAS COM OS GRUPOS DE PARTICIPANTES DA PESQUISA (COMUNIDADE LOCAL, TURISMÓLOGOS E GRADUANDOS EM ENGENHARIA AMBIENTAL)

A participação dos grupos de colaboradores da pesquisa (comunidade local, turismólogos e alunos de Engenharia Ambiental) foi proporcionada por meio de reuniões e oficinas técnicas programadas para a seleção e definição dos indicadores.

Antes da realização das reuniões técnicas, foram proferidos cursos e palestras aos participantes, visando a familiarização, a contextualização e a compreensão dos temas e do intuito da pesquisa. Nestes eventos, os assuntos abordados foram: desenvolvimento sustentável; sustentabilidade do turismo; turismo e desenvolvimento local; benefícios sociais e econômicos do turismo; impactos negativos do turismo numa localidade; conceito do turismo sustentável; dimensões de sustentabilidade; monitoramento do turismo; conceito de indicadores; requisitos e recomendações para seleção de indicadores; o processo de seleção e definição de indicadores; e noções de monitoramento e gestão da atividade turística.

A realização do curso e das palestras permitiu melhor preparação dos participantes colaboradores da pesquisa, favorecendo discussões mais conscientes, aprofundadas e enriquecedoras sobre o assunto nas reuniões técnicas.

As palestras, oficinas e reuniões técnicas foram programadas em função das oportunidades circunstanciais dos participantes, conciliando-se os interesses, a disponibilidade de tempo e de dedicação dos envolvidos. Procurou-se agendar estes eventos em momentos propícios para que pudessem viabilizar, tanto a análise aprofundada sobre indicadores, enriquecendo as discussões da pesquisa, quanto a contribuir com o processo de aprendizagem individual e coletiva.

As reuniões técnicas com o grupo de colaboradores da comunidade local de Bueno Brandão-MG ocorreram com maior frequência, e como houve um grande interesse e dedicação pelos participantes, proporcionou-se maior detalhamento e aprofundamento nas discussões sobre os indicadores, envolvendo as considerações dos membros do grupo (dúvidas, inquietudes, posicionamentos, reflexões, novas proposições).

Nos grupos de turismólogos e dos graduandos em engenharia ambiental, as reuniões e oficinas técnicas para a seleção e definição dos indicadores ocorreram de forma eventual (em função das oportunidades surgidas durante a realização da pesquisa), com as discussões dos indicadores realizadas em duplas de participantes, finalizando-as numa explanação conjunta geral.

Durante as reuniões técnicas agendadas periodicamente, tomou-se o cuidado de se conduzir a discussão sem demasiada interferência, permitindo a participação de todos os membros do grupo possibilitando a liberdade de ideias e posicionamentos individuais.

Para a atribuição dos conceitos aos indicadores considerou-se a escala numérica ordinal categorizada estabelecida anteriormente, baseada nos critérios para seleção e definição dos indicadores (relevância; facilidade de medição e obtenção de dados; aplicabilidade e utilidade).

Os colaboradores da pesquisa analisaram cada um dos indicadores contidos nas listas levantadas anteriormente pelos estudos de casos (indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e indicadores de sustentabilidade da gestão municipal do turismo), cujas discussões envolveram:

- o significado, a abrangência e a abordagem dos indicadores;
- a seleção, adaptação, proposição e definição de indicadores;
- as críticas e argumentações sobre a praticidade e a relevância dos indicadores candidatos;
- as considerações sobre a existência de dados e a disponibilidade de informações dos indicadores;
- a forma de obtenção da informação e da medição dos indicadores, verificando-se a necessidade de conhecimentos técnicos específicos para a obtenção dos dados;
- a sugestão da desejável readequação dos indicadores e a proposição necessária de novos indicadores para aplicação à realidade local.

Os colaboradores se mostraram dedicados, interessados, assíduos e prestativos nas investigações e execução das ações da pesquisa, que ocorreram de forma conjunta, participativa e muito satisfatória.

Concomitantemente nas reuniões e oficinas técnicas com o grupo de colaboradores da população local e participantes da pesquisa, além da desejável e necessária readequação dos indicadores, novos indicadores foram sugeridos e propostos para a composição e aplicação à realidade local do sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento turístico.

RESULTADOS

Os conceitos atribuídos aos indicadores pelos participantes da pesquisa foram inseridos e organizados em planilhas do programa *Microsoft Office Excel 2007*, determinando-se os valores das medianas dos conceitos de cada indicador por cada grupo de participantes.

O uso da estatística de tendência central mediana foi preferível (ao invés da média aritmética) nesta análise, por se tratar de um conjunto de dados discretos ordinais, cuja variável (conceito do indicador) assume os valores 0, 1, 2 ou 3.

Como os resultados de uma média aritmética aplicada ao conjunto de dados são contínuos, estes não seriam representativos para o objetivo de analisar a seleção do indicador (baseados em valores em escala discreta ordinal), constituindo-se a mediana numa estatística mais conveniente e significativa para a análise.

A fim de facilitar a interpretação e a visualização dos resultados, as medianas dos conceitos atribuídos (pelos grupos de colaboradores da pesquisa) a cada indicador foram inseridas em gráficos, elaborados para as listas de indicadores investigados (de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e de sustentabilidade da gestão turística municipal).

As medianas dos conceitos atribuídos aos indicadores são apresentados graficamente nas Figuras 10.2 e 10.3 para uma análise comparativa entre os distintos grupos de participantes da pesquisa (população local, turismólogos e graduandos em Engenharia Ambiental).

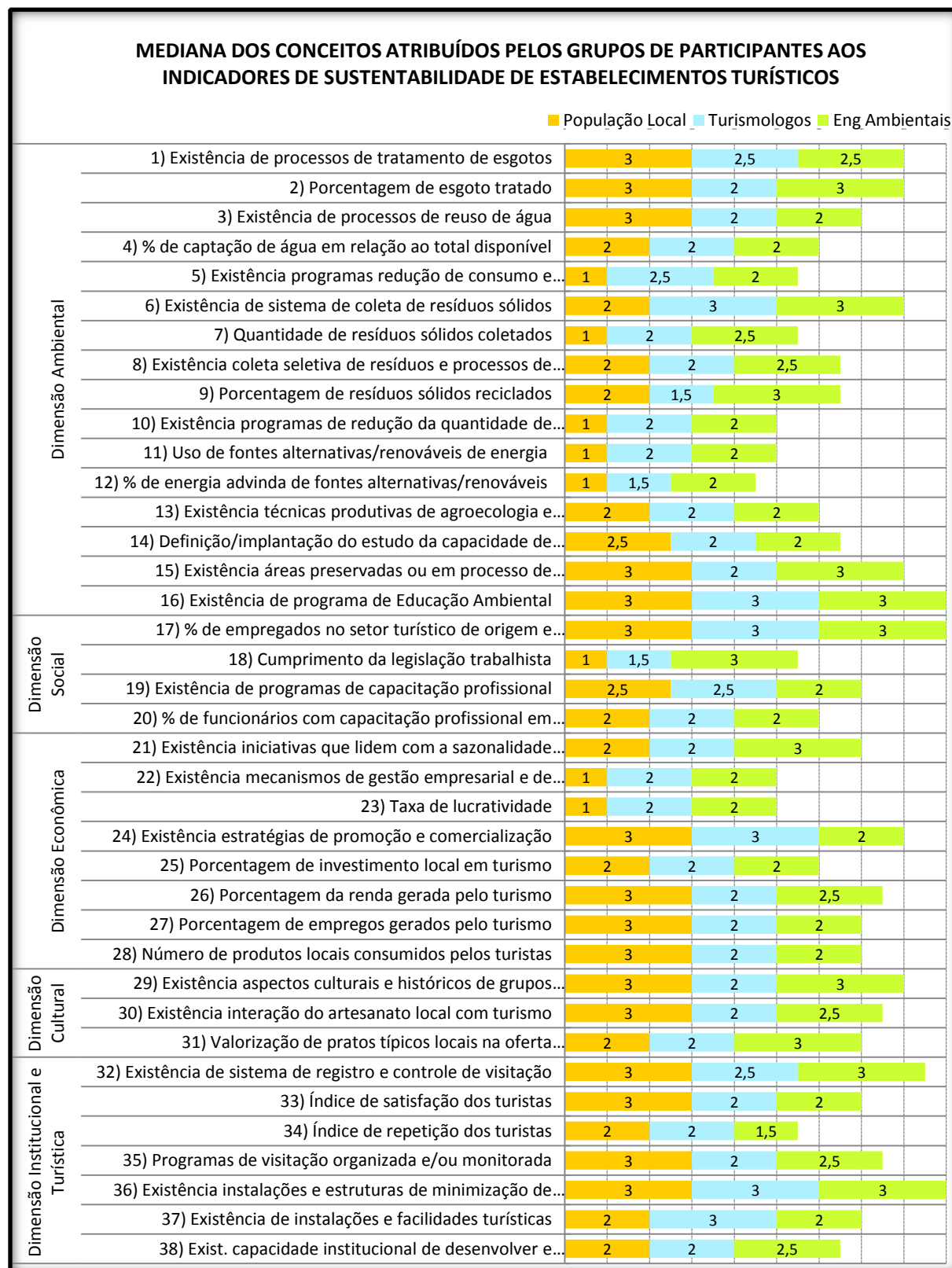


Figura 10.2 - Mediana dos conceitos atribuídos aos indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos pelos grupos de participantes da pesquisa (população local, turismólogos e graduandos em Engenharia Ambiental).

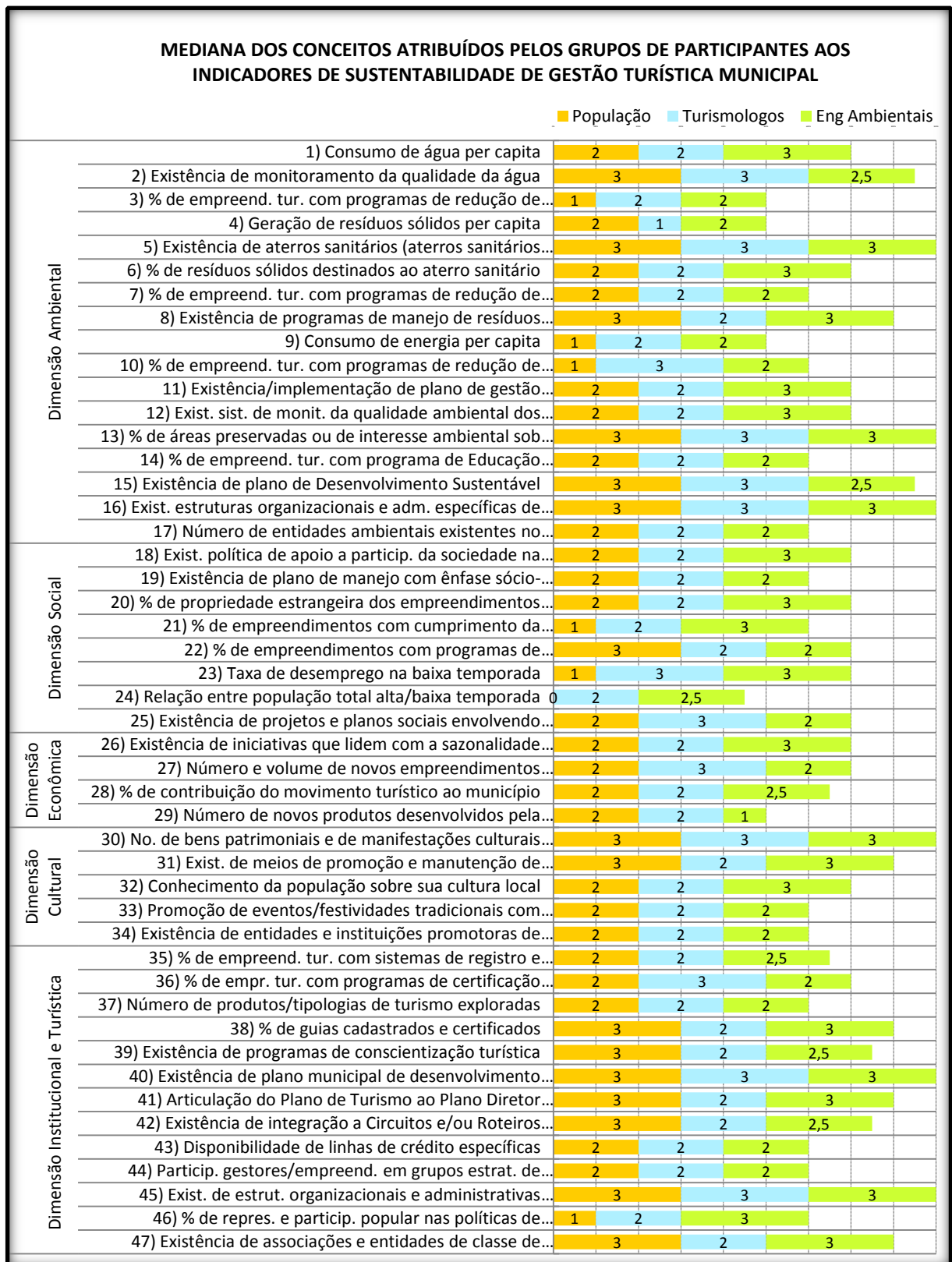


Figura 10.3 - Mediana dos conceitos atribuídos aos indicadores de sustentabilidade de gestão turística municipal pelos grupos de participantes da pesquisa (população local, turismólogos e graduandos em Engenharia Ambiental).

ANÁLISE DOS RESULTADOS POR MEIO DE PROCEDIMENTO METODOLÓGICO PRELIMINAR

Para a análise dos resultados obtidos buscou-se procedimentos metodológicos que pudessem avaliar comparativamente os conceitos atribuídos aos indicadores pelos distintos grupos de participantes da pesquisa. Desta forma, primeiramente recorreu-se ao seguinte procedimento para o processamento dos resultados:

- 1) Inserção e processamento dos dados obtidos em planilhas numéricas, determinando-se a frequência e a média dos conceitos obtidos para cada indicador, atribuídos por cada grupo de participantes da pesquisa;
- 2) Recodificação da média obtida dos conceitos de cada indicador a uma escala ordinal categorizada. Os valores da média ponderada foram recodificados para facilitar a interpretação e análise dos resultados obtidos. Com a finalidade de se medir o distanciamento do indicador em direção às duas situações opostas de análise (aceitação ou rejeição do indicador), aplicou-se a teoria do diferencial semântico de Osgood²³ conforme método relatado por Pereira (1999), como uma estratégia de processamento dos dados que medisse os conceitos dos indicadores contemplando os contrários inerentes às categorias (recodificadas) usadas para a medida;
- 3) Determinação das divergências resultantes entre os grupos de participantes, calculando-se as diferenças de valores dos conceitos atribuídos aos indicadores entre os distintos grupos.

No decorrer da realização das etapas metodológicas propostas para a análise dos resultados, observou-se que além de ser trabalhoso e complicado, o procedimento adotado não permitiu uma análise conclusiva sobre a existência de uma relação direta entre os diferentes grupos de participantes (população local, turismólogos e formandos em engenharia ambiental) e os conceitos atribuídos às diversas dimensões dos indicadores (ambiental, social, econômica, cultural e turística).

²³ A teoria do diferencial semântico utiliza um conjunto de escalas bipolares baseadas em adjetivos opostos. Trata-se de um instrumento visando mensurar o significado conotativo dos conceitos (PEREIRA, 1999).

Em resumo, por meio deste procedimento metodológico, não foi possível obter resultados conclusivos para a análise dos indicadores, exigindo-se outro método alternativo.

UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA ALTERNATIVA: O TESTE ESTATÍSTICO DE KRUSKAL WALLIS

Conforme observado nos resultados apresentados nas Figuras 9.2 e 9.3, existem algumas divergências nos valores das medianas dos conceitos atribuídos pelos distintos grupos de colaboradores da pesquisa. Porém, estas divergências somente podem ser comprovadas por meio da aplicação de testes estatísticos.

Tornou-se conveniente, então, a aplicação de procedimentos estatísticos confiáveis que confirmassem a existência (ou não) de prováveis diferenças entre os conceitos dos indicadores atribuídos pelos distintos grupos de participantes. Assim, realizou-se uma investigação e consulta preliminar sobre os potenciais tratamentos estatísticos que poderiam ser adequados e aplicados para a realização desta análise comparativa.

Como o conjunto de dados existentes é do tipo ordinal (relacionado às informações qualitativas dos conceitos dos indicadores), e o objetivo desta análise é comparar três amostras pequenas independentes (dados obtidos pelos três grupos de participantes da pesquisa), conclui-se que o procedimento estatístico recomendado reside na aplicação de testes não paramétricos, especificamente no Teste de Kruskal Wallis.

As técnicas não-paramétricas são interessantes para aplicação em provas de hipóteses de dados qualitativos e são particularmente adaptáveis aos dados das ciências do comportamento. A *estatística não-paramétrica*, conhecida como *teste de distribuição livre* (HOLLANDER e WOLFE, 1999), não exige suposições quanto à distribuição da variável populacional, pois independe dos parâmetros populacionais e de suas respectivas estimativas. Constitui-se numa ferramenta muito útil para aplicabilidade a pequenas amostras e para análise de dados provenientes de experimentos que não satisfazem a suposição de normalidade e homogeneidade de variâncias (SIEGEL, 1975).

Como neste modelo supõe-se a existência de ordenação entre os tratamentos (PESSOA, 1977), os testes estatísticos não-paramétricos são adequados ao tratamento de dados apresentados em postos (posições e relação de ordem), assim como também a dados cujos escores aparentemente numéricos têm na realidade a força de postos (SIEGEL, 1975).

Dentre as técnicas estatísticas não-paramétricas, o *Teste de Kruskal Wallis* é o indicado para comparar várias amostras independentes, desde que os dados sejam de, no mínimo, nível ordinal (LEVIN, 1987). O teste de Kruskal Wallis é extremamente útil para decidir se k amostras ($k > 2$) independentes provêm de populações com médias iguais. Esse teste só deve ser aplicado se a amostra for pequena e/ou as pressuposições, exigidas para proceder à Análise de Variância, estiverem seriamente comprometidas.

A aplicação do *Teste de Kruskal Wallis* na presente análise de indicadores objetiva verificar as seguintes hipóteses de análise dos dados:

- Hipótese Nula: Não existem diferenças entre os conceitos atribuídos ao indicador pelos grupos de participantes (população local, turismólogos e graduandos de Engenharia Ambiental);
- Hipótese Alternativa: Existe diferença entre os conceitos atribuídos ao indicadores pelos grupos de participantes (população local, turismólogos e graduandos de Engenharia Ambiental).

Para a aplicação do *Teste de Kruskal Wallis* ao conjunto de conceitos atribuídos a cada indicador, utilizou-se o programa estatístico *Minitab*, versão 15 (do ano 2007), escolhido dentre outros programas (*SPSS*, *SYSTAT*, *BIOSTAT*, *STATISTICA*) em função de sua praticidade de aplicação e aceitação científica.

ANÁLISE DOS RESULTADOS DO TESTE DE KRUSKALL WALLIS

Os resultados da aplicação do *Teste de Kruskal Wallis* nos conceitos de cada indicador estão apresentados no Apêndice B, e a interpretação dos resultados obtidos baseia-se na verificação das hipóteses de análise dos dados (hipótese nula ou hipótese alternativa mencionadas anteriormente).

A análise das hipóteses remete à seguinte interpretação: rejeita-se a hipótese nula se o valor da significância p obtido for maior que o nível de significância α estabelecido pelo poder do teste estatístico (por exemplo, com 95% de confiança ou em outras palavras, probabilidade de erro igual a 5%).

A outra interpretação desta análise é: rejeitar a hipótese nula se a estatística H calculada for maior que o valor de uma constante de referência²⁴. Em outras palavras, a hipótese nula é verdadeira (não existe diferença) se o valor da estatística H calculado for menor que o valor $\chi^2_{k-1,\alpha}$ (tabelado), e aceita-se a hipótese alternativa (há diferença entre os graus de importância dos indicadores entre os grupos) se o valor da estatística H calculado for maior que o valor $\chi^2_{k-1,\alpha}$ (tabelado).

A interpretação dos resultados e a verificação das hipóteses pela aplicação do *Teste de Kruskal Wallis* aos indicadores de sustentabilidade de estabelecimentos turísticos e de gestão turística municipal estão apresentadas no Apêndice B, e um resumo quantitativo desta análise é apresentado a seguir nas Tabelas 10.1 e 10.2.

TABELA 10.1 – Análise comparativa dos indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e espaços de visitação

Dimensão	Indicadores Com Diferenças Significativas		Indicadores Sem Diferenças Significativas		TOTAL	
	Quantidade	Porcentual	Quantidade	Porcentual	Quantidade	Porcentual
Ambiental	7	44%	9	56%	16	42%
Social	1	25%	3	75%	4	11%
Econômica	0	0%	8	100%	8	21%
Cultural	0	0%	3	100%	3	8%
Institucional e Turística	2	29%	5	71%	7	18%
TOTAL	10	26%	28	74%	38	100%

²⁴ Esta constante pode ser o $\chi^2_{k-1,\alpha}$ (chi-quadrado) adotada para uma aproximação na distribuição assintótica do chi-quadrado, com $k-1$ graus de liberdade (k é o número de grupos amostrais) e para um nível de significância α (probabilidade de erro igual a α) (HOLLANDER e WOLFE, 1999).

Conforme pode ser observado na tabela 10.1, do total de 38 indicadores de sustentabilidade de estabelecimentos turísticos, dez apresentam evidências estatísticas de diferenças significativas entre os conceitos atribuídos pelos grupos, representando 26% do total. Observa-se que a dimensão ambiental é a que mais apresentou indicadores com diferenças significativas entre os conceitos atribuídos pelos grupos, entretanto os das dimensões econômicas e culturais não apresentaram evidências significativas de diferenças.

TABELA 10.2 – Análise comparativa dos indicadores de sustentabilidade de gestão turística municipal

Dimensão	Indicadores Com Diferenças Significativas		Indicadores Sem Diferenças Significativas		TOTAL	
	Quantidade	Porcentual	Quantidade	Porcentual	Quantidade	Porcentual
Ambiental	4	24%	13	76%	17	36%
Social	6	75%	2	25%	8	17%
Econômica	1	25%	3	75%	4	9%
Cultural	1	20%	4	80%	5	11%
Institucional e Turística	3	23%	10	77%	13	28%
TOTAL	15	32%	32	68%	47	100%

Com relação aos resultados dos indicadores de sustentabilidade de gestão turística municipal apresentados na Tabela 10.2, do total de 47 indicadores, quinze (32% do total) apresentam evidências estatísticas de diferenças significativas entre os conceitos atribuídos aos indicadores. Observa-se que a dimensão social é a que mais apresentou diferenças significativas entre os conceitos atribuídos pelos grupos, totalizando a maioria dos indicadores desta dimensão (75%).

A existência de um número de indicadores que apresentaram diferenças significativas entre os grupos de colaboradores da pesquisa (26% dos indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e 32% de gestão turística municipal) permite concluir que os perfis multiculturais dos participantes da pesquisa (população local, turismólogos e formandos em Engenharia Ambiental) influenciaram no processo de seleção dos indicadores.

Dos resultados obtidos, conclui-se estatisticamente que os distintos grupos de participantes atribuíram diferentes conceitos de importância, facilidade de

medição e aplicabilidade dos indicadores, gerando um impasse momentâneo e indefinição sobre o processo de seleção e definição destes indicadores. Sendo assim, a aceitação ou rejeição do indicador requer o estabelecimento de critérios específicos para a conclusão do processo de seleção dos indicadores.

ESTABELECIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA ACEITAÇÃO OU REJEIÇÃO DOS INDICADORES

Pelos resultados obtidos, existem indicadores em que se evidenciam divergências significativas nos conceitos atribuídos pelos grupos (população local, turismólogos e formandos em Engenharia Ambiental), sendo necessárias outras condições para a consecução do processo de análise, seleção e definição de indicadores.

Assim, foram definidas e estabelecidas as seguintes condições para a análise dos indicadores quanto à sua seleção ou rejeição, que se basearam nas medianas dos conceitos atribuídos (geral e de cada grupo) e na existência ou não de evidências de diferenças significativas entre os grupos (resultados do Teste de Kruskal Wallis).

As condições estabelecidas para os procedimentos de análise e seleção de indicadores estão apresentadas na Tabela 10.3.

Tabela 10.3 - Condições estabelecidas para análise e seleção dos indicadores

CONDIÇÕES			RESULTADOS	
Mediana Geral	Teste estatístico	Medianas dos Grupos	Característica do Indicador	Situação do Indicador
Se Mediana Geral = 3	Se não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos		Muita Importância(1)	Selecionado
	Se existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	Se uma das Medianas $\leq 2,0$	Divergências nos conceitos atribuídos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
Se Mediana Geral = 2,0 ou 2,5	Se não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos		Razoável importância(2)	Selecionado
	Se existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	Se todas as Medianas $\geq 1,5$	Divergências nos conceitos atribuídos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
		Se uma das Medianas $\leq 1,0$	Divergências nos conceitos atribuídos	Sujeito a rejeição
Se Mediana Geral $\leq 1,5$			Pouca ou nenhuma importância(3)	Rejeitado

(1) *Muita importância, subentende-se indicador com muita importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(2) *Razoável importância, subentende-se indicador com razoável importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(3) *Pouca ou nenhuma importância, subentende-se indicador com pouca ou nenhuma importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos).*

A aplicação destas condições estabelecidas possibilita a análise da situação de cada indicador quanto à sua seleção ou rejeição, cujos resultados são apresentados na Tabela 10.4 (indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e espaços de visitação) e na Tabela 10.5 (indicadores de sustentabilidade de gestão turística municipal).

Tabela 10.4 – Resultados da aplicação das condições de análise e seleção dos indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e espaços de visitação

	Indicadores	Mediana Geral	Resultado do Teste de Kruskal Wallis	Medianas dos Grupos			Característica do Indicador	Situação do Indicador
				Pop	Tur	Eng		
Dimensão Ambiental	1) Exist.processos de tratamento de esgotos	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2,5	2,5	Muita Importância (1)	Selecionado
	2) Porcentagem de esgoto tratado	3	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	3	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	3) Exist. de processos de reuso de água	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	2	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	4) % de captação de água em relação ao total	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	5) Exist. progr. redução de consumo de água	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	2,5	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	6) Exist. sistema de coleta de resíduos sólidos	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	3	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	7) Quantidade de resíduos sólidos coletados	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	2	2,5	Divergências nos conceitos	Sujeito a rejeição
	8) Exist. coleta seletiva de resíduos e reciclagem	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2,5	Razoável Importância (2)	Selecionado
	9) Porcentagem de resíduos sólidos reciclados	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	1,5	3	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	10) Exist. programas de redução de res. sólidos	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	11) Uso de fontes alternativas de energia	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	2	2	Divergências nos conceitos	Sujeito a rejeição
	12) % de energia advinda de fontes alternativas	1	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	1,5	2	Pouca Importância (3)	Rejeitado
	13) Exist. técn. agroecol. e agricult. orgânica	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	14) Definição do estudo da capacidade de carga	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2,5	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	15) Exist. áreas preservadas/recuperação	3	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	3	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	16) Existência de programa de Educação Ambiental	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	3	3	Muita Importância (3)	Selecionado

(1) *Muita importância, subentende-se indicador com muita importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(2) *Razoável importância, subentende-se indicador com razoável importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(3) *Pouca ou nenhuma importância, subentende-se indicador com pouca ou nenhuma importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos).*

Continua...

Capítulo 10 – Seleção e definição de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo:
uma abordagem participativa envolvendo três grupos de colaboradores da pesquisa

	Indicadores	Mediana Geral	Resultado do Teste de Kruskal Wallis	Medianas dos Grupos			Característica do Indicador	Situação do Indicador
				Pop	Tur	Eng		
Dimensão Social	17) % empregados locais no setor turístico I	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	3	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	18) Cumprimento da legislação trabalhista	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	1,5	3	Divergências nos conceitos	Sujeito a rejeição
	19) Exist. de programas de capacitação profissional	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2,5	2,5	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	20) % de func.com capac. profissional em turismo	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
Dimensão Econômica	21) Exist. iniciativas sazonalidade turística	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	3	Razoável Importância (2)	Selecionado
	22) Exist. de gestão empresarial custos	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	23) Taxa de lucratividade	1	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	2	2	Pouca Importância (3)	Rejeitado
	24) Exist. estrat. promoção e comercialização	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	3	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	25) % de investimento local em turismo	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	26) Porcentagem da renda gerada pelo turismo	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	2,5	Razoável Importância (2)	Selecionado
	27) Porcentagem de empregos gerados pelo turismo	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	28) Nº produtos locais consumidos	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado

(1) *Muita importância, subentende-se indicador com muita importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(2) *Razoável importância, subentende-se indicador com razoável importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(3) *Pouca ou nenhuma importância, subentende-se indicador com pouca ou nenhuma importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos).*

Continua...

Capítulo 10 – Seleção e definição de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: uma abordagem participativa envolvendo três grupos de colaboradores da pesquisa

	Indicadores	Mediana Geral	Resultado do Teste de Kruskal Wallis	Medianas dos Grupos			Característica do Indicador	Situação do Indicador
				Pop	Tur	Eng		
Dimensão Cultural	29) Exist.aspectos cult. Hist. étnicos resgatados	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	3	Razoável Importância (2)	Selecionado
	30) Exist.interação artesanato com turismo	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	2,5	Razoável Importância (2)	Selecionado
	31) Valoriz. pratos típicos locais gastronômica	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	3	Razoável Importância (2)	Selecionado
Dimensão Institucional e Turística	32) Exist. sist. registro e controle de visitação	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2,5	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	33) Índice de satisfação dos turistas	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	2	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	34) Índice de repetição dos turistas	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	1,5	Razoável Importância (2)	Selecionado
	35) Progr. visitação organizada monitorada	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	2,5	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	36) Exist.instal. estrut. minimização de impactos	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	3	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	37) Exist.de instalações e facilidades turísticas	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	3	2	Muita Importância (1)	Selecionado
	38) Exist. capacidade institucional p/ turismo	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2,5	Razoável Importância (2)	Selecionado

(1) *Muita importância, subentende-se indicador com muita importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(2) *Razoável importância, subentende-se indicador com razoável importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(3) *Pouca ou nenhuma importância, subentende-se indicador com pouca ou nenhuma importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos).*

Capítulo 10 – Seleção e definição de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo:
uma abordagem participativa envolvendo três grupos de colaboradores da pesquisa

Tabela 10.5 – Resultados da aplicação das condições de análise e seleção dos indicadores de sustentabilidade de gestão turística municipal

	Indicadores	Mediana Geral	Resultado do Teste de Kruskal Wallis	Medianas dos Grupos			Característica do Indicador	Situação do Indicador
				Pop	Tur	Eng		
Dimensão Ambiental	1) Consumo de água <i>per capita</i>	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	3	Razoável Importância (2)	Selecionado
	2) Existência de monitoramento da qualidade da água	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	3	2,5	Muita Importância (1)	Selecionado
	3) % de empreend. tur. com redução de consumo de água	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	4) Geração de resíduos sólidos <i>per capita</i>	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	1	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	5) Exist. aterros sanitários (controlados)	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	3	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	6) % de res. sólidos destinados ao aterro sanitário	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	3	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	7) % de empreend. tur. com redução de resíduos sólidos	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	8) Exist. programas de manejo de resíduos perigosos	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	9) Consumo de energia <i>per capita</i>	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	2	2	Divergências nos conceitos	Sujeito a rejeição
	10) % de empreend. tur. com redução de energia	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	3	2	Divergências nos conceitos	Sujeito a rejeição
	11) Existência/implementação de plano de gestão ambiental	3	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	3	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	12) Exist. sist. de monit. da qualidade dos recursos	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	13) % de áreas preservadas ou de interesse sob proteção	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	3	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	14) % de empreend. tur. com progr. Educação Ambiental	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	15) Existência de plano de Desenvolvimento Sustentável	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	3	2,5	Muita Importância (1)	Selecionado

(1) *Muita importância, subentende-se indicador com muita importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(2) *Razoável importância, subentende-se indicador com razoável importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(3) *Pouca ou nenhuma importância, subentende-se indicador com pouca ou nenhuma importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos).*

Continua...

Capítulo 10 – Seleção e definição de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: uma abordagem participativa envolvendo três grupos de colaboradores da pesquisa

	Indicadores	Mediana Geral	Resultado do Teste de Kruskal Wallis	Medianas dos Grupos			Característica do Indicador	Situação do Indicador
				Pop	Tur	Eng		
	16) Exist. estruturas org. adm. específicas meio ambiente	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	3	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	17) Nº de entidades ambientais existentes no município	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
Dimensão Social	18) Exist. política apoio e particip. da sociedade	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	3	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	19) Exist. plano de manejo com ênfase sócio-ambiental	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	20) % propriedade estrangeira dos empreend. turísticos	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	3	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	21) % de empreend. cumprimento da legislação trabalhista	2,5	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	2	3	Divergências nos conceitos	Sujeito a rejeição
	22) % empreend. com programas de capacitação profissional	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	2	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	23) Taxa de desemprego na baixa temporada	2,5	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	3	3	Divergências nos conceitos	Sujeito a rejeição
	24) Relação entre população total alta/baixa temporada	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	0	2	2,5	Divergências nos conceitos	Sujeito a rejeição
	25) Exist. proj. planos sociais aspectos turísticos	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	3	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
Dimensão Econômica	26) Exist. iniciativas sazonalidade turística	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	3	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	27) Nº e volume de novos empreendimentos turísticos	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	3	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	28) % contribuição do movimento turístico ao município	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2,5	Razoável Importância (2)	Selecionado
	29) Nº novos produtos desenv. pela demanda turística	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	1	Razoável Importância (2)	Selecionado
Dimensão Cultural	30) No. bens patrim. manif. culturais preservados	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	3	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	31) Exist. meios promoção e manut. costumes e tradições	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	32) Conhecimento da população sobre sua cultura local	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	3	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	33) Promoção de eventos tradicionais com manifest.	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	34) Exist. entidades e instit. promotoras de cultura	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado

(1) *Muita importância, subentende-se indicador com muita importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(2) *Razoável importância, subentende-se indicador com razoável importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(3) *Pouca ou nenhuma importância, subentende-se indicador com pouca ou nenhuma importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos).*

Continua...

Capítulo 10 – Seleção e definição de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo:
uma abordagem participativa envolvendo três grupos de colaboradores da pesquisa

	Indicadores	Mediana Geral	Resultado do Teste de Kruskal Wallis	Medianas dos Grupos			Característica do Indicador	Situação do Indicador
				Pop	Tur	Eng		
Dimensão Institucional e Turística	35) % empreend. tur. com sist. registro e controle visit.	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2,5	Razoável Importância (2)	Selecionado
	36) % de empr. progr. certif. turística e ambiental	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	3	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	37) Nº de produtos/tipologias de turismo exploradas	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	38) % de guias cadastrados e certificados	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	39) Existência de programas de conscientização turística	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	2,5	Muita Importância (1)	Selecionado
	40) Exist. plano municipal de desenvolvimento turístico	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	3	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	41) Articulação Plano de Turismo /Diretor Municipal	3	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	3	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	42) Exist. integração a Circuitos Roteiros Turíst.	3	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	2,5	Divergências nos conceitos	Selecionado, sujeito a verificação e adaptação
	43) Disponibilidade de linhas de crédito específicas	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	44) Partic. gestores/empreend. em estrat. desenv. turíst.	2	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	2	2	2	Razoável Importância (2)	Selecionado
	45) Exist. de estrut. organ. e admin. espec. em turismo	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	3	3	Muita Importância (1)	Selecionado
	46) % de repres. e particip. popular políticas	2	Existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	1	2	3	Divergências nos conceitos	Sujeito a rejeição
	47) Exist. assoc. e entidades de classe de turismo	3	Não existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos	3	2	3	Muita Importância (1)	Selecionado

(1) *Muita importância, subentende-se indicador com muita importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(2) *Razoável importância, subentende-se indicador com razoável importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos);*

(3) *Pouca ou nenhuma importância, subentende-se indicador com pouca ou nenhuma importância, facilidade de medição, aplicabilidade e utilidade (três critérios básicos para atribuição de conceitos).*

A seguir, apresentam-se nas Tabelas 10.6 e 10.7 os resumos quantitativos dos resultados obtidos pela seleção dos indicadores de sustentabilidade de estabelecimentos turísticos e de gestão turística municipal.

Tabela 10.6 - Resumo quantitativo dos resultados da análise de seleção dos indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e espaços de visitação

Indicadores	Indicadores em Estabelecimentos Turísticos	
	Quantidade	Porcentual
Indicadores Selecionados	27	71%
Indicadores Selecionados, Sujeitos a Verificação e Adaptação	6	16%
Indicadores Sujeitos a Rejeição	3	8%
Indicadores Rejeitados	2	5%
Total	38	100%

Como resultado geral (Tabela 10.6), dos 38 indicadores de sustentabilidade de estabelecimentos turísticos (inicialmente sugeridos para a análise): 71% foram selecionados; 5% foram considerados rejeitados; 8% estão sujeitos a rejeição; e 16% foram selecionados, porém verifica-se a necessidade de adaptação para o estabelecimento do sistema de indicadores proposto.

Com relação aos resultados da análise dos indicadores de sustentabilidade de gestão turística municipal (Tabela 10.7), do total de 47 indicadores, inicialmente sugeridos para a análise, a maioria dos indicadores de sustentabilidade de gestão turística municipal foi selecionada (68% por unanimidade e 19% sujeitos a verificação e adaptação), nenhum indicador foi rejeitado e 13% estiveram sujeitos a rejeição.

Tabela 10.7 - Resumo quantitativo dos resultados da análise de seleção dos indicadores de sustentabilidade de gestão turística municipal

Indicadores	Indicadores de gestão turística municipal	
	Quantidade	Porcentual
Indicadores Selecionados	32	68%
Indicadores Selecionados, Sujeitos a Verificação e Adaptação	9	19%
Indicadores Sujeitos a Rejeição	6	13%
Indicadores Rejeitados	0	0
Total	47	100%

Na tabela 10.8, apresentam-se os resultados dos indicadores selecionados, rejeitados, e os sujeitos a verificação e a rejeição, distribuídos pelas dimensões de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e espaços de visitação.

Tabela 10.8 – Resultados dos indicadores selecionados, rejeitados e sujeitos a verificação e a rejeição, distribuídos pelas dimensões de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e espaços de visitação

Dimensão	Indicadores Selecionados		Indicadores Suj. Verificação		Indicadores Suj. Rejeição		Indicadores Rejeitados		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ambiental	9	56%	4	25%	2	13%	1	6%	16	42%
Social	3	75%	0	0%	1	25%	0	0%	4	11%
Econômica	7	88%	0	0%	0	0%	1	13%	8	21%
Cultural	3	100%	0	0%	0	0%	0	0%	3	8%
Institucional e Turística	5	71%	2	29%	0	0%	0	0%	7	18%
TOTAL	27	71%	6	16%	3	8%	2	5%	38	100%

Conforme mostram os resultados da tabela 10.8, observa-se que apenas pouco mais da metade dos indicadores da dimensão ambiental (56%) foi selecionado por unanimidade, 25% estão sujeitos a adaptação e verificação, e 13% sujeitos a rejeição. Dos indicadores da dimensão social, 75% foram selecionados e 25% estão sujeitos a rejeição. A maior parte dos indicadores da dimensão econômica (88%) foi selecionada e 13% foram rejeitados. Os indicadores da dimensão cultural foram selecionados com 100% por unanimidade. E a maior parte dos indicadores da dimensão institucional e turística (71%) foi também selecionada, sendo 29% sujeitos a verificação e adaptação.

Na tabela 10.9, são apresentados os resultados dos indicadores selecionados, rejeitados, e os sujeitos a verificação e a rejeição, distribuídos pelas dimensões de sustentabilidade de gestão turística municipal.

Tabela 10.9 – Resultados dos indicadores selecionados, rejeitados e sujeitos a verificação e a rejeição, distribuídos pelas dimensões de sustentabilidade da gestão turística municipal

Dimensão	Indicadores Selecionados		Indicadores Suj Verificação		Indicadores Suj. Rejeição		Indicadores Rejeitados		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ambiental	13	76%	2	12%	2	12%	0	0%	17	36%
Social	2	25%	3	38%	3	38%	0	0%	8	17%
Econômica	3	75%	1	25%	0	0%	0	0%	4	9%
Cultural	4	80%	1	20%	0	0%	0	0%	5	11%
Institucional e Turística	10	77%	2	15%	1	8%	0	0%	13	28%
TOTAL	32	68%	9	19%	6	13%	0	0%	47	100%

Conforme mostram os resultados da tabela 10.9, observa-se que apenas 25% dos indicadores da dimensão social foram selecionados por unanimidade, 38% estão sujeitos a verificação e adaptação e também 38% estão sujeitos a rejeição. Nas demais dimensões, a maioria dos indicadores de sustentabilidade de gestão turística municipal foi selecionada por unanimidade (76% na dimensão ambiental, 75% na dimensão econômica, 80% na dimensão cultural e 77% na dimensão institucional e turística. Alguns indicadores estão sujeitos a verificação e adaptação (12% da dimensão ambiental, 25% da dimensão econômica, 20% da dimensão cultural e 15% da dimensão turística e institucional. Não existem indicadores rejeitados e poucos indicadores estão sujeitos a rejeição da dimensão ambiental (12%) e dimensão turística e institucional (8%).

Pelos resultados obtidos, conclui-se que a maior parte dos indicadores inicialmente levados à discussão foram selecionados, porém muitos deles necessitam de adaptação e adequação às condições e realidades locais para sua utilização e aplicação.

Os indicadores cujos resultados obtidos da análise foram “selecionados, porém sujeitos a verificação e adaptação” e “sujeitos a rejeição” devem ser revisados cautelosamente, buscando-se as considerações e as observações expressadas pelos participantes sobre estes indicadores nas reuniões técnicas realizadas.

CONSIDERAÇÕES QUALITATIVAS DOS INDICADORES DISCUTIDAS PELOS PARTICIPANTES DA PESQUISA DURANTE AS REUNIÕES TÉCNICAS

Numa pesquisa qualitativa é recomendado que se procure entender os fenômenos estudados, segundo a perspectiva dos participantes, e somente partindo da compreensão da situação, interpretar os resultados obtidos.

Assim, buscou-se analisar com profundidade os resultados obtidos, resgatando as considerações, as observações e os comentários realizados pelos participantes da pesquisa nas reuniões e oficinas técnicas. Tais observações realizadas durante o processo de seleção e definição de indicadores enriqueceram a análise dos resultados obtidos, sendo fundamentais para ampliar as oportunidades de interpretação e para gerar conclusões representativas da pesquisa.

Os resultados proeminentes podem ser explicados pelo resgate das discussões e observações consideradas pelos participantes da pesquisa durante a realização das reuniões e oficinas técnicas para seleção dos indicadores. Estas discussões e considerações visaram condicionar os indicadores selecionados aos critérios exigidos pela definição de indicadores e adaptá-los para aplicação à realidade local.

Durante a realização dos procedimentos metodológicos da pesquisa, muitas observações e considerações qualitativas foram colocadas pelos participantes, cujas experiências relatadas possibilitam analisar as dificuldades e apontar as necessidades de definição de indicadores aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico local.

Alguns aspectos qualitativos gerais, identificados no processo de seleção de indicadores, foram apontados pelos participantes da pesquisa:

- Alguns indicadores não são possíveis de serem medidos sistematicamente e são difíceis de terem aplicação prática, pois exigem procedimentos complicados, muito dispêndio de tempo, de custos e/ou restrições técnicas para sua medição. Além disso, alguns dados e informações não estão disponíveis para a medição dos indicadores;
- Alguns indicadores possuem características evasivas, abstratas, cuja informação é difícil de ser identificada;

- Alguns indicadores apresentam alto grau de subjetividade, refletindo na grande divergência para a obtenção de resultados e para o estabelecimento de padrões aceitáveis do indicador, devido às diferentes percepções dos observadores (que se baseiam em referências pessoais e valores individuais);
- Alguns indicadores não são aptos ou aplicáveis para o monitoramento do desenvolvimento turístico, pois não condizem com a realidade local e atual específicas da região;
- Alguns indicadores não se relacionam diretamente ao turismo, ou seja, não identificam diretamente uma resposta da atividade turística.

São vários indicadores cuja avaliação procedeu-se de forma qualitativa, sendo que a descrição detalhada de todas as considerações individuais seria demasiada dispendiosa, longa e desnecessária, já que estas foram consideradas na elaboração do sistema de indicadores proposto no capítulo próximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscou-se identificar e integrar os diversos saberes dos grupos (intermediados pelo estudo) no processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento turístico da região do município de Bueno Brandão-MG.

Os resultados obtidos pela pesquisa mostraram que existem divergências significativas (confirmadas estatisticamente) entre os distintos grupos de participantes da pesquisa no processo de seleção de indicadores de sustentabilidade.

A constatação da existência destas divergências corrobora a importância do envolvimento e da participação da população local na definição de indicadores e na produção de instrumentos que sejam adequados, aplicáveis e de aceitação política e social para a gestão do turismo na região município de Bueno Brandão-MG. A adoção de abordagem participativa foi fundamental para colocar a comunidade em seu relevante contexto local, a fim de produzir resultados precisos e

relevantes para a realidade local, refletindo numa visão própria de sustentabilidade e de prioridades locais.

O estudo ressaltou também a importância da integração de concepções, paradigmas, visões e perspectivas de especialistas e da comunidade local no processo de elaboração técnico-científica de um conjunto de indicadores.

Uns dos resultados mais relevantes de todo o processo metodológico da pesquisa (seleção, definição e análise dos indicadores) foram as discussões e considerações qualitativas dos indicadores realizadas durante as reuniões técnicas com os participantes. Além da atribuição de conceitos para a seleção dos indicadores, as discussões conjuntas e participativas (inserindo as colocações e os posicionamentos dos participantes) ampliaram as oportunidades de interpretação dos indicadores, enriquecendo qualitativamente a análise dos resultados obtidos.

Nas reuniões técnicas, as valiosas discussões qualitativas sobre os indicadores entre os participantes da pesquisa produziram considerações e recomendações essenciais para o processo de seleção dos indicadores. A incorporação das diversas ideias e recomendações foram fundamentais para auxiliar a definição do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISTur), proposto no próximo capítulo.

REFERÊNCIAS

ARANDA TORRENTS, X. Un sistema de indicadores sostenibles aptos para un destino turístico: un fundamento metodológico. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE TURISMO Y OCIO, 12., 2003, Barcelona. **Anais...** Barcelona(España): ESADE-Fira de Barcelona, 2003. p.469-476.

BELL, S.; MORSE, S. Breaking through the glass ceiling: who really cares about sustainability indicators? **Local Environment**, Florence, v.6, n.3, p.:291-309, aug 2001.

BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, methods, applications: a report to Balaton Group.** International Institute for Sustainable Development. Winnipeg, Manitoba, Canada, IISD, 1999. 124p.

GALLOPÍN, G.C. Indicators and their use: information for decision making. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S.; MATRAVERS, R. **Sustainability indicators: a report on the project on indicators of sustainable development.** Chichester, GB: Wiley and sons, 1997. 415p. Cap.1, p.13-27.

HARDI, P.; ZDAN, T. **Assessing Sustainable Development: principles in practice**. Winnipeg (Canada): International Institute for Sustainable Development, 1997. 166p.

HOLLANDER, J.; WOLFE, D.A. **Nonparametric statistical methods**. 2nd. Ed. New York: John Wiley and Sons, 1999. 787 p.

LEVIN, J. **Estatística aplicada a Ciências Humanas**. Tradução e adaptação Sérgio Francisco Costa. 2^a Edição. São Paulo: Harbra, 1987. 392p.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of psychology**, Prindeton, R.S.Woodworth, New York University, n.140, p.1-55., jun. 1932.

MEADOWS, D. **Indicators and information systems for sustainable development**: a report to the Balaton Group. Hartland: The Sustainability Institute, 1998. 78p.

MEDINA NUÑOZ, R.D.; MEDINA MUÑOZ D.R. Indicadores del desarrollo sostenible del turismo: una aplicación al caso de Canarias como destino turístico. In: CONGRESO DE TURISMO, UNIVERSIDAD Y EMPRESA, 5., 2002, Benicasim. **La calidad integral del turismo**. Valencia (España): [s.n.], 2003. p.289-306.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos**: guía práctica. Madrid: OMT, 2005. 545p.

PEREIRA, J.C.R. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 1999. 156p.

PESSOA, D. **Estatística não-paramétrica**. Rio de Janeiro: Instituto de Matemática Pura e Aplicada, 1977. 195p.

REED, J.S.; FRASER, E.D.G.; DOUGILL, A.J. An adaptative learning process for developing and applying sustainability indicators with local communities. **Ecological Economics**, Elsevier, Amsterdam, v.59, p.406-418, oct. 2006.

REED, M.; FRASER, E.D.G.; MORSE, S.; DOUGILL, A.J. Integrating methods for developing sustainability indicators to facilitate learning and action. **Ecology and Society**, v.10, n.1, 2005. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol10/iss1/resp3/>>. Acesso em: 16 feb. 2009.

RILEY, J. Indicator quality for assessment of impact of multidisciplinary systems. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, Elsevier, Amsterdam, v.87, p.121–128, nov.2001.

ROME, A. **Ecotourism impact monitoring**: a review of methodologies and recommendations for developing monitoring programs in Latin America. Arlington: Nature Conservancy, 1999. (Ecotourism Technical Report Series, N° 1).

SIEGEL, S. **Estatística não-paramétrica**: para as ciências do comportamento. São Paulo: McGraw-Hill, 1975. 320 p.

SIRAKAYA, E.; JAMAL, T.B.; CHOI, H.S. Developing indicators for destination sustainability. In: WEAVER, D.B. **The encyclopedia of Ecotourism**. Oxon: CABI, 2001. Cap.26, p.411-432.

STANKEY, G.H.; COLE, D.N.; LUCAS, R.C.; PETERSEN, M.E.; FRISSELL, S.S. **The Limits of Acceptable Change (LAC) system for wilderness planning**. Ogden, UT: U.S. Department of Agriculture. Forest Service. Intermountain Forest and Range Experiment Station, 1985. 37p. (General Technical Report INT-176).

TWINING-WARD, L.; BUTLER, R. Implementing STD on a Small Island: development and use of sustainable tourism development indicators in Samoa. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.10, n.5, p.363-387, 2002.

VALENTIN, A. SPANGENBERG, J.H. A Guide to community sustainability indicators. **Environmental Impact Assessment Review**, Elsevier Science, New York, v.20, p.381-392, 2000.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Measuring sustainability in a mass tourist destination: pressures, perceptions and policy responses in Torrevieja, Spain. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.11, n.2/3, p.181-202, 2003b.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible. In: VALDÉS PELÁES, L; PÉREZ FERNANDEZ, J.M. DEL VALLE TUERO, E.A. **Experiências públicas y privadas en el desarrollo de un modelo de turismo sostenible**. Oviedo: Fundación Universidad de Oviedo, 2003a. p.105-129.

WRIGHT, J.T.C.; GIOVINAZZO, R.A. Delphi: uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v.1, n.12, p.54-65, 2000.

**APÊNDICE A - LISTA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE TURISMO
EM ESTABELECIMENTOS TURÍSTICOS E LOCAIS DE VISITAÇÃO SUBMETIDOS À SELEÇÃO**

DIMENSÕES	INDICADORES
Ambiental	Existência de processos de tratamento de resíduos líquidos (esgoto)
	Porcentagem de esgoto tratado
	Existência de processos de reuso de água
	Porcentagem de captação de água em relação ao total disponível
	Existência de programas de redução de consumo e de desperdício de água
	Existência de sistema de coleta de resíduos sólidos
	Quantidade de resíduos sólidos coletados (por tempo, frequência)
	Existência de coleta seletiva de resíduos e processos de reciclagem
	Porcentagem de resíduos sólidos reciclados
	Existência de programas de redução da quantidade de resíduos sólidos
	Uso de fontes alternativas/renováveis de energia
	Porcentagem de energia advinda de fontes alternativas/renováveis
	Existência de técnicas produtivas que adotam princípios de agroecologia e agricultura orgânica
	Definição/implantação do estudo da capacidade de carga
Existência de áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação	
Existência de programa de Educação Ambiental	
Social	Porcentagem de empregados no setor turístico de origem e procedência local
	Cumprimento da legislação trabalhista
	Existência de programas de capacitação profissional
	Porcentagem de funcionários com capacitação profissional em turismo
Cultural	Existência de aspectos culturais e históricos de grupos étnicos resgatados
	Existência de interação do artesanato local com a atividade turística (utilização, promoção e comercialização)
	Valorização de pratos típicos locais pela oferta gastronômica
Turística e Institucional	Existência de sistema de registro e controle de visitação
	Índice de satisfação dos turistas
	Índice de repetição dos turistas
	Programas de visitação organizada e/ou monitorada
	Existência de instalações e estruturas de minimização de impactos do turismo
	Existência de instalações e facilidades turísticas
	Existência de capacidade institucional de desenvolver e manter a infra-estrutura necessária para as atividades turísticas
Econômica	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística
	Existência de mecanismos de gestão do empreendimento e dos custos
	Taxa de lucratividade
	Existência de estratégias de promoção e comercialização (<i>marketing</i>)
	Porcentagem de investimento local em turismo
	Porcentagem da renda gerada pelo turismo
	Porcentagem de empregos gerados pelo turismo
	Número de produtos locais consumidos pelos turistas

**APÊNDICE A - LISTA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL
DE TURISMO NA REGIÃO SUBMETIDOS À SELEÇÃO**

DIMENSÕES	INDICADORES
Ambiental	Consumo de água <i>per capita</i>
	Existência de monitoramento da qualidade da água
	Porcentagem de locais e empreendimentos com programas de redução do consumo e desperdício de água
	Geração de resíduos sólidos <i>per capita</i>
	Existência de aterros sanitários (aterros sanitários controlados e não lixões)
	Porcentagem de resíduos sólidos destinados ao aterro sanitário
	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com programas de redução da quantidade de resíduos sólidos
	Existência de programas de manejo de resíduos perigosos
	Consumo de energia <i>per capita</i>
	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com programas de redução de consumo de energia ou uso de energia alternativa
	Existência/implementação de plano de gestão ambiental
	Existência de sistema de monitoramento da qualidade ambiental dos recursos/atrativos naturais
	Porcentagem de áreas preservadas ou de interesse ambiental sob proteção
	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com programa de Educação Ambiental
	Existência de plano de Desenvolvimento Sustentável
Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas de meio ambiente	
	Número de entidades ambientais existentes
Social	Existência de uma política de apoio a participação da comunidade, organizações, associações na formulação de políticas e no processo decisórios locais
	Existência de plano de manejo com ênfase sócio-ambiental
	Porcentagem de propriedade estrangeira dos empreendimentos turísticos
	Porcentagem de locais e empreendimento com cumprimento da legislação trabalhista
	Porcentagem de empreendimentos com programas de capacitação profissional
	Taxa de desemprego na baixa temporada
	Relação entre população total alta/baixa temporada
Existência de projetos e planos sociais envolvendo aspectos turísticos	
Econômica	Existência de iniciativas que permitam lidar com a sazonalidade turística
	Número e volume de novos empreendimentos turísticos
	Porcentagem de contribuição do movimento turístico ao município
	Número de novos produtos desenvolvidos pela demanda turística
Cultural	Número de bens patrimoniais e de manifestações culturais preservados
	Existência de meios de promoção e manutenção de costumes e tradições
	Conhecimento da população sobre sua cultura local
	Promoção de eventos e festividades tradicionais com manifestações típicas
	Existência de entidades e instituições promotoras de cultura

Continua...

APÊNDICE A - LISTA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL DE TURISMO NA REGIÃO SUBMETIDOS À SELEÇÃO (CONTINUAÇÃO)

DIMENSÕES	INDICADORES
Turística e Institucional	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos com sistemas de registro e controle de visitação
	Porcentagem de locais e empreendimentos turísticos em programas de certificação turística e ambiental
	Número de produtos/tipologias de turismo exploradas
	Porcentagem de guias cadastrados e certificados
	Existência de programas de conscientização turística
	Existência de plano municipal de desenvolvimento turístico
	Articulação do Plano de Turismo ao Plano Diretor Municipal
	Existência de integração a Circuitos e/ou Roteiros Turísticos
	Disponibilidade de linhas de crédito específicas
	Participação de gestores e empreendedores em grupos estratégicos de desenvolvimento turístico
	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo (COMTUR, Secretaria de Turismo)
	Porcentagem de representação e participação popular nas políticas de desenvolvimento turístico
	Existência de associações e entidades de classe de turismo (associações de guias, de hotéis, de restaurantes, de agências)

APÊNDICE B - Interpretação dos resultados e verificação das hipóteses do Teste de Kruskal Wallis nos Indicadores de Sustentabilidade em Estabelecimentos turísticos e Espaços de Visitação

	Indicadores	Teste de Kruskal Wallis	Verificação das Hipóteses
Dimensão Ambiental	1) Exist.processos de tratamento de esgotos	H = 4.94 GL = 2 P = 0.084 (ajustados para os empates)	Como p=0,084 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	2) Porcentagem de esgoto tratado	H = 15.61 GL = 2 P = 0.000 (ajustados para os empates)	Como p=0,000 e $H > \chi^2=10,6$ (tabelado para $\alpha=0,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 0,01%
	3) Exist. de processos de reuso de água	H = 9.28 GL = 2 P = 0.010 (ajustados para os empates)	Como p=0,010 e $H > \chi^2=9,21$ (tabelado para $\alpha=1\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 1%
	4) % de captação de água em relação ao total	H = 2.83 GL = 2 P = 0.243 (ajustados para os empates)	Como p=0,243 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	5) Exist. progr. redução de consumo de água	H = 3.66 GL = 2 P = 0.160 (ajustados para os empates)	Como p=0,160 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	6) Exist. sistema de coleta de resíduos sólidos	H = 3.04 GL = 2 P = 0.219 (ajustados para os empates)	Como p=0,219 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	7) Quantidade de resíduos sólidos coletados	H = 9.44 GL = 2 P = 0.009 (ajustados para os empates)	Como p=0,009 e $H > \chi^2=9,21$ (tabelado para $\alpha=1\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 0,9%
	8) Exist. coleta seletiva de resíduos e reciclagem	H = 4.74 GL = 2 P = 0.094 (ajustados para os empates)	Como p=0,094 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	9) Porcentagem de resíduos sólidos reciclados	H = 8.18 GL = 2 P = 0.017 (ajustados para os empates)	Como p=0,017 e $H > \chi^2=7,38$ (tabelado para $\alpha=2,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 1,7%
	10) Exist. programas de redução de res. sólidos	H = 5.47 GL = 2 P = 0.065 (ajustados para os empates)	Como p=0,065 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	11) Uso de fontes alternativas de energia	H = 13.28 GL = 2 P = 0.001 (ajustados para os empates)	Como p=0,001 e $H > \chi^2=10,6$ (tabelado para $\alpha=0,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 0,1%
	12) % de energia advinda de fontes alternativas	H = 9.52 GL = 2 P = 0.009 (ajustados para os empates)	Como p=0,009 e $H > \chi^2=9,21$ (tabelado para $\alpha=1\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 0,9%
	13) Exist. técn. agroecol. e agricult. orgânica	H = 1.38 GL = 2 P = 0.502 (ajustados para os empates)	Como p=0,502 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	14) Definição do estudo da capacidade de carga	H = 0.24 GL = 2 P = 0.885 (ajustados para os empates)	Como p=0,885 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	15) Exist. áreas preservadas/recuperação	H = 8.64 GL = 2 P = 0.013 (ajustados para os empates)	Como p=0,013 e $H > \chi^2=7,38$ (tabelado para $\alpha=2,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 1,3%
	16) Existência de programa de Educação Ambiental	H = 3.16 GL = 2 P = 0.206 (ajustados para os empates)	Como p=0,206 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
Dimensão Social	17) % empregados locais no setor turístico l	H = 1.28 GL = 2 P = 0.527 (ajustados para os empates)	Como p=0,527 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	18) Cumprimento da legislação trabalhista	H = 11.82 GL = 2 P = 0.003 (ajustados para os empates)	Como p=0,003 e $H > \chi^2=10,6$ (tabelado para $\alpha=0,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 0,3%
	19) Exist.de programas de capacitação profissional	H = 0.45 GL = 2 P = 0.799 (ajustados para os empates)	Como p=0,799 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos

Continua...

Capítulo 10 – Seleção e definição de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: uma abordagem participativa envolvendo três grupos de colaboradores da pesquisa

	Indicadores	Teste de Kruskal Wallis	Verificação das Hipóteses
	20) % de func.com capac. profissional em turismo	H = 0.21 GL = 2 P = 0.899 (ajustados para os empates)	Como p=0,899 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
Dimensão Econômica	21) Exist.iniciativas sazonalidade turística	H = 3.07 GL = 2 P = 0.216 (ajustados para os empates)	Como p=0,216 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	22) Exist. de gestão empresarial custos	H = 2.48 GL = 2 P = 0.289 (ajustados para os empates)	Como p=0,289 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	23) Taxa de lucratividade	H = 5.30 GL = 2 P = 0.071 (ajustados para os empates)	Como p=0,071 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	24) Exist. estrat. promoção e comercialização	H = 5.43 GL = 2 P = 0.066 (ajustados para os empates)	Como p=0,066 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	25) % de investimento local em turismo	H = 1.08 GL = 2 P = 0.584 (ajustados para os empates)	Como p=0,584 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	26) Porcentagem da renda gerada pelo turismo	H = 5.93 GL = 2 P = 0.052 (ajustados para os empates)	Como p=0,052 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	27) Porcentagem de empregos gerados pelo turismo	H = 4.78 GL = 2 P = 0.091 (ajustados para os empates)	Como p=0,091 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	28) N° produtos locais consumidos	H = 2.26 GL = 2 P = 0.324 (ajustados para os empates)	Como p=0,324 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
Dimensão Cultural	29) Exist.aspectos cult. Hist. étnicos resgatados	H = 2.77 GL = 2 P = 0.251 (ajustados para os empates)	Como p=0,251 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	30) Exist.interação artesanato com turismo	H = 4.66 GL = 2 P = 0.097 (ajustados para os empates)	Como p=0,097 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	31) Valoriz. pratos típicos locais gastronômica	H = 0.71 GL = 2 P = 0.702 (ajustados para os empates)	Como p=0,702 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
Dimensão Institucional e Turística	32) Exist. sist. registro e controle de visitação	H = 2.78 GL = 2 P = 0.249 (ajustados para os empates)	Como p=0,249 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	33) Índice de satisfação dos turistas	H = 8.91 GL = 2 P = 0.012 (ajustados para os empates)	Como p=0,012 e $H > \chi^2=7,38$ (tabelado para $\alpha=2,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 1,2%
	34) Índice de repetição dos turistas	H = 4.15 GL = 2 P = 0.125 (ajustados para os empates)	Como p=0,125 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	35) Progr. visitação organizada monitorada	H = 7.99 GL = 2 P = 0.018 (ajustados para os empates)	Como p=0,018 e $H > \chi^2=7,38$ (tabelado para $\alpha=2,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 1,8%
	36) Exist.instal. estrut. minimização de impactos	H = 0.37 GL = 2 P = 0.832 (ajustados para os empates)	Como p=0,832 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	37) Exist.de instalações e facilidades turísticas	H = 4.99 GL = 2 P = 0.083 (ajustados para os empates)	Como p=0,083 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	38) Exist. capacidade institucional p/ turismo	H = 1.02 GL = 2 P = 0.600 (ajustados para os empates)	Como p=0,600 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos

APÊNDICE B - Interpretação dos resultados e verificação das hipóteses do Teste de Kruskal Wallis nos Indicadores de Sustentabilidade de Gestão Turística Municipal

	Indicadores	Teste de Kruskal Wallis	Verificação das Hipóteses
Dimensão Ambiental	1) Consumo de água <i>per capita</i>	H = 1,14 GL = 2 P = 0,565 (ajustados para os empates)	Como p=0,565 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	2) Existência de monitoramento da qualidade da água	H = 0,81 GL = 2 P = 0,669 (ajustados para os empates)	Como p=0,669 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	3) % de empreend. tur. com redução de consumo de água	H = 1,27 GL = 2 P = 0,530 (ajustados para os empates)	Como p=0,530 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	4) Geração de resíduos sólidos <i>per capita</i>	H = 1,72 GL = 2 P = 0,424 (ajustados para os empates)	Como p=0,424 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	5) Exist. aterros sanitários (controlados)	H = 3,46 GL = 2 P = 0,178 (ajustados para os empates)	Como p=0,178 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	6) % de res. sólidos destinados ao aterro sanitário	H = 7,41 GL = 2 P = 0,025 (ajustados para os empates)	Como p=0,025 e $H > \chi^2=7,38$ (tabelado para $\alpha=2,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 2,5%
	7) % de empreend. tur. com redução de resíduos sólidos	H = 0,25 GL = 2 P = 0,883 (ajustados para os empates)	Como p=0,883 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	8) Exist. programas de manejo de resíduos perigosos	H = 2,17 GL = 2 P = 0,338 (ajustados para os empates)	Como p=0,338 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	9) Consumo de energia <i>per capita</i>	H = 10,38 GL = 2 P = 0,006 (ajustados para os empates)	Como p=0,006 e $H > \chi^2=9,21$ (tabelado para $\alpha=1\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 0,6%
	10) % de empreend. tur. com redução de energia	H = 9,08 GL = 2 P = 0,011 (ajustados para os empates)	Como p=0,011 e $H > \chi^2=7,38$ (tabelado para $\alpha=2,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 1,1%
	11) Existência/implementação de plano de gestão ambiental	H = 6,95 GL = 2 P = 0,031 (ajustados para os empates)	Como p=0,031 e $H > \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 3,1%
	12) Exist. sist. de monit. da qualidade dos recursos	H = 5,32 GL = 2 P = 0,070 (ajustados para os empates)	Como p=0,070 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	13) % de áreas preservadas ou de interesse sob proteção	H = 1,01 GL = 2 P = 0,603 (ajustados para os empates)	Como p=0,603 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	14) % de empreend. tur. com progr. Educação Ambiental	H = 0,52 GL = 2 P = 0,769 (ajustados para os empates)	Como p=0,769 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	15) Existência de plano de Desenvolvimento Sustentável	H = 1,62 GL = 2 P = 0,445 (ajustados para os empates)	Como p=0,445 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	16) Exist. estruturas org. adm. específicas meio ambiente	H = 0,17 GL = 2 P = 0,919 (ajustados para os empates)	Como p=0,919 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	17) Nº de entidades ambientais existentes no município	H = 0,39 GL = 2 P = 0,821 (ajustados para os empates)	Como p=0,821 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos

Continua...

Capítulo 10 – Seleção e definição de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: uma abordagem participativa envolvendo três grupos de colaboradores da pesquisa

	Indicadores	Teste de Kruskal Wallis	Verificação das Hipóteses
Dimensão Social	18) Exist. política apoio e particip. da sociedade	H = 10,04 GL = 2 P = 0,007 (ajustados para os empates)	Como p=0,007 e H > $\chi^2=9,21$ (tabelado para $\alpha=1\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 0,7%
	19) Exist. plano de manejo com ênfase sócio-ambiental	H = 0,36 GL = 2 P = 0,834 (ajustados para os empates)	Como p=0,834 e H < $\chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	20) % propriedade estrangeira dos empreend. turísticos	H = 8,94 GL = 2 P = 0,011 (ajustados para os empates)	Como p=0,011 e H > $\chi^2=7,38$ (tabelado para $\alpha=2,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 1,1%
	21) % de empreend. cumprimento da legislação trabalhista	H = 8,23 GL = 2 P = 0,016 (ajustados para os empates)	Como p=0,016 e H > $\chi^2=7,38$ (tabelado para $\alpha=2,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 1,6%
	22) % empreend. com programas de capacitação profissional	H = 6,00 GL = 2 P = 0,050 (ajustados para os empates)	Como p=0,050 e H > $\chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 5%
	23) Taxa de desemprego na baixa temporada	H = 13,73 GL = 2 P = 0,001 (ajustados para os empates)	Como p=0,001 e H > $\chi^2=10,6$ (tabelado para $\alpha=0,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 0,1%
	24) Relação entre população total alta/baixa temporada	H = 11,51 GL = 2 P = 0,003 (ajustados para os empates)	Como p=0,003 e H > $\chi^2=10,6$ (tabelado para $\alpha=0,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 0,03%
	25) Exist. proj. planos sociais aspectos turísticos	H = 5,64 GL = 2 P = 0,060 (ajustados para os empates)	Como p=0,060 e H < $\chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
Econômica	26) Exist. iniciativas sazonalidade turística	H = 8,97 GL = 2 P = 0,011 (ajustados para os empates)	Como p=0,011 e H > $\chi^2=7,38$ (tabelado para $\alpha=2,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 1,1%
	27) N° e volume de novos empreendimentos turísticos	H = 5,06 GL = 2 P = 0,079 (ajustados para os empates)	Como p=0,079 e H < $\chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	28) % contribuição do movimento turístico ao município	H = 4,09 GL = 2 P = 0,130 (ajustados para os empates)	Como p=0,130 e H < $\chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	29) N° novos produtos desenv. pela demanda turística	H = 5,17 GL = 2 P = 0,075 (ajustados para os empates)	Como p=0,075 e H < $\chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
Dimensão Cultural	30) No. bens patrim. manif. culturais preservados	H = 0,90 GL = 2 P = 0,636 (ajustados para os empates)	Como p=0,636 e H < $\chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	31) Exist. meios promoção e manut. costumes e tradições	H = 4,24 GL = 2 P = 0,120 (ajustados para os empates)	Como p=0,120 e H < $\chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	32) Conhecimento da população sobre sua cultura local	H = 7,13 GL = 2 P = 0,028 (ajustados para os empates)	Como p=0,028 e H > $\chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 2,8%
	33) Promoção de eventos tradicionais com manifest.	H = 1,58 GL = 2 P = 0,453 (ajustados para os empates)	Como p=0,453 e H < $\chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	34) Exist. entidades e instit. promotoras de cultura	H = 1,54 GL = 2 P = 0,464 (ajustados para os empates)	Como p=0,464 e H < $\chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos

Continua...

Capítulo 10 – Seleção e definição de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: uma abordagem participativa envolvendo três grupos de colaboradores da pesquisa

	Indicadores	Teste de Kruskal Wallis	Verificação das Hipóteses
Dimensão Institucional e Turística	35) % empreend. tur. com sist. registro e controle visit.	H = 1,13 GL = 2 P = 0,570 (ajustados para os empates)	Como p=0,570 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	36) % de empr. progr. certif. turística e ambiental	H = 3,50 GL = 2 P = 0,174 (ajustados para os empates)	Como p=0,174 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	37) N° de produtos/tipologias de turismo exploradas	H = 1,33 GL = 2 P = 0,514 (ajustados para os empates)	Como p=0,514 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	38) % de guias cadastrados e certificados	H = 3,38 GL = 2 P = 0,185 (ajustados para os empates)	Como p=0,185 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	39) Existência de programas de conscientização turística	H = 1,48 GL = 2 P = 0,477 (ajustados para os empates)	Como p=0,477 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	40) Exist. plano municipal de desenvolvimento turístico	H = 2,60 GL = 2 P = 0,272 (ajustados para os empates)	Como p=0,272 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	41) Articulação Plano de Turismo /Diretor Municipal	H = 13,58 GL = 2 P = 0,001 (ajustados para os empates)	Como p=0,001 e $H > \chi^2=10,6$ (tabelado para $\alpha=0,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 0,1%
	42) Exist. integração a Circuitos Roteiros Turíst.	H = 10,22 GL = 2 P = 0,006 (ajustados para os empates)	Como p=0,006 e $H > \chi^2=9,21$ (tabelado para $\alpha=1\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 0,6%
	43) Disponibilidade de linhas de crédito específicas	H = 0,51 GL = 2 P = 0,777 (ajustados para os empates)	Como p=0,777 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	44) Partic. gestores/empreend. em estrat. desenv. turíst.	H = 0,29 GL = 2 P = 0,865 (ajustados para os empates)	Como p=0,865 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	45) Exist. de estrut. organ. e admin. espec. em turismo	H = 2,60 GL = 2 P = 0,272 (ajustados para os empates)	Como p=0,272 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos
	46) % de repres. e particip. popular políticas	H = 7,64 GL = 2 P = 0,022 (ajustados para os empates)	Como p=0,022 e $H > \chi^2=7,38$ (tabelado para $\alpha=2,5\%$), existem evidências estatísticas de diferenças significativas entre os grupos com probabilidade de erro de até 2,2%
	47) Exist. assoc. e entidades de classe de turismo	H = 1,26 GL = 2 P = 0,533 (ajustados para os empates)	Como p=0,533 e $H < \chi^2=5,99$ (tabelado para $\alpha=5\%$), os dados não apresentam evidências estatísticas de diferenças entre os grupos

CAPÍTULO 11

SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO (SISDTUR): UMA PROPOSTA PARA APLICAÇÃO NA REGIÃO DO MUNICÍPIO DE BUENO BRANDÃO-MG



HANAI, FREDERICO YURI. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009. Orientador: Prof. Assoc. Evaldo Luíz Gaeta Espíndola.

RESUMO

Os processos de planejamento do turismo têm exigido bases científicas e aplicações práticas de modelos propostos de desenvolvimento, tornando-se prioritária a definição dos sistemas de indicadores, assim como a elaboração de instrumentos técnicos e científicos para sua medição. O presente capítulo apresenta a proposta do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur), definido por meio das ações de investigação desenvolvidas ao longo da pesquisa, visando à configuração de um instrumento metodológico prático, útil e exequível para o monitoramento da sustentabilidade e a gestão da atividade turística na região do município de Bueno Brandão-MG. A proposição e elaboração do SISDTur basearam-se na concepção proativa, que identifica aspectos da sustentabilidade do turismo, antecipando futuras necessidades, mudanças e problemas e, ao mesmo tempo, induz à execução de ações para melhoria das condições observadas. O SISDTur compreende dois conjuntos de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (indicadores em estabelecimentos turísticos e espaços de visitação e indicadores de gestão turística municipal), cuja aplicação ocorre num fluxo sequencial de retroalimentação e direcionamento das ações do desenvolvimento turístico, possibilitando a adequação e atualização dos indicadores e o aperfeiçoamento do sistema. O sistema consiste numa importante referência útil para a adaptação e a integração dos indicadores de sustentabilidade nos processos de planejamento e gestão do turismo no município de Bueno Brandão, possibilitando a melhoria desejável da sustentabilidade do desenvolvimento turístico na região.

Palavras-chave: sistema de indicadores; indicadores de sustentabilidade; SISDTur; Bueno Brandão-MG.

INTRODUÇÃO

Os processos de planejamento, gestão e tomada de decisão em destinos turísticos exigem bases científicas e aplicações práticas de modelos propostos de desenvolvimento, tornando-se prioritários a definição dos sistemas de indicadores, assim como a elaboração de instrumentos técnicos e científicos para sua medição.

Desta forma, constata-se que a necessidade de um conjunto completo de indicadores que avaliem a viabilidade, o desempenho e a sustentabilidade de um sistema é especialmente urgente na gestão do desenvolvimento sustentável em todos os níveis, desde o global até a escala local (BOSSEL, 2001).

Considerando-se que cada vez mais os destinos turísticos tendem a utilizar instrumentos de planejamento e gestão visando monitorar as metas rumo à sustentabilidade, o desenvolvimento de sistemas e instrumentos de aplicação se faz necessário e, neste sentido, o sistema de indicadores de sustentabilidade pode representar um instrumento útil e eficaz (ROMAGOSA CASALS e CUÉTARA SÁCHEZ, 2001).

No entanto, apesar dos avanços produzidos durante a última década na elaboração dos sistemas de indicadores, ainda não existe, até o momento, consenso e acordo sobre um conjunto unânime de indicadores idôneos, que auxiliem os gestores e técnicos dos destinos turísticos na adoção de políticas e estratégias direcionadas a mensurar e monitorar o desenvolvimento sustentável do turismo (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO, 2005; SANCHO PÉREZ e GARCÍA MESANAT, 2006a e 2006b).

A definição de indicadores, assim como a elaboração de instrumentos e técnicas para sua medição, é um tema da atualidade que têm promovido reflexões, discussões e aplicações específicas para o estabelecimento de modelos e sistemas de indicadores. O sistema de indicadores constitui-se no desafio de tornar operativo o paradigma da sustentabilidade, pois contribui para reforçar os eixos essenciais de desenvolvimento sustentável com a visão estratégica, a perspectiva integral de desenvolvimento e a participação ativa da sociedade local (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2004).

Sendo assim, o esboço de um sistema de indicadores, conforme os princípios de desenvolvimento sustentável, responde à necessária perspectiva integrada de planejamento e gestão do espaço turístico (IVARS BAIDAL, 2001; VERA REBOLLO E IVARS BAIDAL, 2003a).

A complexidade do paradigma da sustentabilidade incorpora-se aos próprios processos e modelos de desenvolvimento turístico, obrigando a criação de um sistema de indicadores adaptado a especificidade de cada realidade local. Estas condições e situações remetem às pesquisas e aos estudos sobre sistemas de indicadores, requerendo uma evolução no processo de investigação científica para definição e aplicação dos indicadores de turismo e projetando um panorama favorável para o aprimoramento dos modelos de sistema de gestão turística.

OBJETIVO

O presente capítulo apresenta a proposta do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur), definido por meio das ações de investigação desenvolvidas ao longo da pesquisa, visando à configuração de um instrumento metodológico prático, útil e exequível para o monitoramento da sustentabilidade e gestão da atividade turística na região do município de Bueno Brandão-MG.

SISTEMAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE TURÍSTICA

O desenvolvimento de abordagens detalhadas para medir o progresso de desenvolvimento sustentável utilizando indicadores representa um desafio considerável (DAHL, 1997).

As iniciativas da difusão dos princípios da sustentabilidade se traduzem na incorporação deste paradigma aos processos de planejamento e gestão turística, assim como nas declarações internacionais como a Carta de Turismo Sustentável de Lanzarote (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE, 1995), e nas adaptações da Agenda 21 ao setor de Viagens e Turismo (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 1997). Todas estas iniciativas constataam a necessidade de medir a sustentabilidade do desenvolvimento turístico por meio da definição de um sistema

de indicadores (IVARS BAIDAL, 2001; VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003a, 2003b).

De acordo com as conclusões de Van Bellen (2002), a utilização de sistemas de indicadores tem se constituído em importante elemento legitimador e num componente indispensável para o processo eficaz de mudanças rumo à sustentabilidade.

A necessidade de propor um sistema de indicadores que, de forma harmônica, inter-relacione os aspectos ambientais, socioculturais e econômicos, já demonstra, de início, uma especial sensibilidade por incorporar a prática cotidiana de instrumentos de atuação e de desenvolvimento do destino turístico considerando as questões que preocupam as comunidades residentes locais (ROMAGOSA CASALS e CUÉTARA SÁCHEZ, 2001).

A definição de um sistema de indicadores mostra precisamente o significado do turismo sustentável e, com o seu monitoramento, auxilia na interpretação do processo de desenvolvimento das destinações turísticas em relação aos princípios sustentáveis do turismo (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2003b).

Atualmente o estabelecimento do sistema de indicadores tem enfrentado uma série de problemas, descritos sucintamente a seguir (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2004):

- Carência de uma visão estratégica orientada para a sustentabilidade que promova a criação de novos sistemas de informação territorial e turística;
- Limitações de informações estatísticas de âmbito local, tanto quantitativas como qualitativas;
- Falta de integração e coordenação dos distintos setores de gestão municipal (meio ambiente, desenvolvimento, turismo);
- Subutilização das possibilidades de obter sinergias mediante a disponibilidade de informações de atos e processos administrativos;
- Escasso aproveitamento das possibilidades de tecnologia da informação para sistematizar dados com valor estatístico.

Uma forma de suprir algumas das deficiências citadas e contornar problemas comumente observados em diversas localidades turísticas, é a inclusão da efetiva participação e envolvimento da sociedade local nos processos de planejamento turístico e definição do sistema de indicadores.

A elaboração e a definição de um sistema de indicadores para monitoramento e gestão do desenvolvimento turístico numa localidade requerem o envolvimento e a participação da sociedade para maior aceitação política e social e melhor tomada de decisão por gestores e atores sociais locais.

A implementação e aplicação de um programa de indicadores, permite às administrações locais priorizar ações concretas para avançar em direção do desenvolvimento sustentável, no controle de sua gestão, além de informação de apoio e ferramentas para orientação de uma melhoria contínua da qualidade de vida e da competitividade do destino, além de possuir a capacidade de orientar positivamente a transformação e preservação do destino turístico, com o propósito de contribuir ao processo de tomada de decisão em função das tendências e comportamento que os indicadores expressam (ROMAGOSA CASALS e CUÉTARA SÁCHEZ, 2001).

Deve-se considerar, porém, que os indicadores são pontos de influência. Sua ausência ou presença, sua exatidão ou erro, uso ou não uso, podem mudar a sobrevivência de um sistema para melhor ou para pior. De fato, a mudança de indicadores pode ser um dos mais poderosos e, ao mesmo tempo, uma das mais fáceis formas de provocar alterações em um sistema (MEADOWS, 1998).

Durante a última década, observou-se uma notável expansão do interesse pela criação de sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável (e conseqüentemente de turismo sustentável). Estes sistemas são considerados de grande utilidade na maioria dos cenários, pela maior parte dos atores sociais, o que tem levado a um esforço importante de implementação por parte das organizações internacionais e inter-governamentais, governos nacionais, regionais e locais, setores econômicos, gestores, comunidades, organizações não governamentais e do setor privado (SÁNCHEZ RIVERO e PULIDO FERNÁNDEZ, 2008).

Os sistemas de indicadores supõem uma nova perspectiva para os sistemas de informação turística. As iniciativas se multiplicaram nos últimos anos e

atestam a relevância destes sistemas como elemento de diagnóstico e continuidade da atividade turística e das políticas relacionadas (VERA REBOLLO e IVARS BAIDAL, 2004).

Há uma variedade de modelos de indicadores atualmente em uso. O desenvolvimento de bons indicadores para monitoramento e medição de impactos do turismo, assim como para monitoramento e garantia da sustentabilidade do turismo, permanece uma tarefa crítica na batalha pela sustentabilidade global (SIRAKAYA, JAMAL e CHOI, 2001).

CARACTERÍSTICAS DESEJÁVEIS DOS SISTEMAS DE INDICADORES

Um bom sistema de indicadores não somente requer grande quantidade de informação, mas também informação de qualidade: objetiva, atualizada, confiável, com adequado nível de desagregação e objetivo de continuidade periódica em uma série temporal adaptada às características de cada variável de estudo (IVARS BAIDAL, 2001).

As características básicas dos indicadores implicam no cumprimento da seguinte série de requisitos fundamentais no seu processo de seleção e definição (STANKEY et al., 1985; GALLOPÍN, 1997; BOSSEL, 1999; ROME, 1999; TWINING-WARD e BUTLER, 2002; HARDI e ZDAN, 1997; MEADOWS, 1998; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003; ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO, 2005; VALENTIN e SPANGENBERG, 2000; REED, FRASER e DOUGILL, 2006):

- Os valores dos indicadores devem ser mensuráveis (ou pelo menos observáveis no caso de características qualitativas);
- Os dados devem estar prontamente disponíveis ou possíveis de se obter (por meio de medições especiais ou atividades de monitoramento);
- Os dados coletados devem possuir transparência e confiabilidade para uso no sistema;
- Os indicadores devem ser simples, limitados em número, significativos, relevantes, precisos e conceitualmente bem fundamentados;
- A metodologia de obtenção de dados, processamento de dados e construção de indicadores deve ser clara, transparente e padronizada;

- Os indicadores devem ser fáceis de se entender; exequíveis; práticos e sua coleta e análise devem ser de custos eficazes;
- Os meios para estabelecimento e monitoramento dos indicadores devem estar disponíveis, incluindo capacidades financeiras, humanas e técnicas;
- A coleta de dados dos indicadores deve ser simples e de fácil realização por gestores públicos e a sociedade local;
- A aceitação política em nível apropriado (local, nacional e internacional) deve ser promovida (indicadores que não são aceitos por tomadores de decisão são improváveis de influenciar decisões);
- É essencial o envolvimento de todas as administrações relevantes, sob uma clara liderança por parte da autoridade turística municipal para fins de coordenação;
- A participação do público (e suporte para isto) no uso de indicadores é altamente desejável no sentido de refletir as visões e valores locais, como um elemento de exigência geral na busca do desenvolvimento sustentável;
- O número de indicadores deve ser gerenciado e implementado com facilidade no destino e de forma oportuna no nível de comunidade;
- Os resultados obtidos periodicamente pelo sistema de indicadores devem ser divulgados o mais amplamente possível, de modo a promover sua utilização por todos os atores do processo turístico.

Estes requisitos fundamentais remetem aos atuais desafios associados ao estabelecimento de um sistema de indicadores, cuja seleção e definição criteriosa de bons indicadores podem propiciar os seguintes benefícios locais (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO, 2005):

- Melhores tomadas de decisão, diminuindo riscos ou custos ambientais;
- Identificação de efeitos emergentes, permitindo ações preventivas;
- Identificação de impactos, permitindo ações corretivas quando necessárias;
- Medição do desempenho da implementação de planos e ações de gestão, avaliando os resultados e progresso no sentido do desenvolvimento sustentável do turismo;

- Redução do risco de erros no processo de planificação, determinação de limites e oportunidades;
- Grande responsabilidade, permitindo informações confiáveis para tomadas de decisões amplamente aceitas;
- Monitoramento constante, conduzindo à melhoria contínua e incorporação de soluções para a gestão do turismo numa localidade.

ELABORAÇÃO DE UM SISTEMA DE INDICADORES

Um sistema de indicadores deve ser formulado com foco na identificação prática e definição clara de seus objetivos, e deve ser elaborada uma estrutura flexível e efetiva de implementação do sistema para converter os resultados obtidos dos indicadores em ações de gestão e manejo (TWINING-WARD e BUTLER, 2002).

O desafio é como propor a sistematização de indicadores para que se configure num elemento básico para gestão sustentável e numa plataforma de decisões futuras. Para isso, os indicadores devem ser relevantes, cientificamente aceitáveis e representativos da informação que sintetizam, ou em outras palavras, tecnicamente úteis (ARANDA TORRENTS, 2003).

Segundo Meadows (1998), os procedimentos práticos para seleção de indicadores envolvem as seguintes etapas:

- 1) Seleção de um grupo de trabalho pequeno e multidisciplinar;
- 2) Esclarecimento da proposta do conjunto de indicadores;
- 3) Identificação dos valores e visão da comunidade;
- 4) Revisão de modelos, indicadores e dados existentes;
- 5) Esboço do conjunto de indicadores propostos, com várias revisões antes de seu uso;
- 6) Convocação de um processo de seleção participativo para apresentação do conjunto de indicadores ao perfil da comunidade;
- 7) Execução de revisão técnica para preenchimento de lacunas, eliminação de problemas técnicos e produção de um conjunto de indicadores para utilização;
- 8) Pesquisa e busca de dados para adicional revisão dos indicadores;

- 9) Publicação e promoção dos indicadores, traduzindo-os a uma linguagem clara, em representações gráficas atraentes e a uma efetiva campanha;
- 10) Atualização regular das versões dos relatórios dos indicadores, com a oportunidade de revisão dos indicadores e desenvolvimento de novos métodos e adição de conexões.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS EMPREGADOS PARA A DEFINIÇÃO DO SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO (SISDTur)

O processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade para aplicação ao contexto do desenvolvimento turístico na região do município de Bueno Brandão-MG envolveu a participação de três grupos distintos na pesquisa (população local, turismólogos e graduandos em Engenharia Ambiental).

Neste estudo, foi priorizada a elaboração pormenorizada do SISDTur, em vez da sua efetiva aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG.

Considera-se que o direcionamento da pesquisa ao aprofundamento da formatação dos indicadores, empenhando maiores esforços na fase da concepção, seleção e definição dos indicadores do SISDTur (envolvendo a participação social de diversos grupos de colaboradores), propiciou a elaboração de um sistema consistente, condizente, confiável e de mais fácil interpretação, o que facilitará a aplicação e a medição futuras dos indicadores propostos.

O estudo tratou do processo de construção de um sistema de indicadores adequado às condições locais, de forma que fossem bem selecionados e definidos com ampla participação e aceitação visando a sua aplicabilidade e efetivação.

Assim, foi priorizada a realização das reuniões técnicas envolvendo os colaboradores da pesquisa supracitados no sentido de incentivar as discussões e reflexões qualitativas sobre a seleção, definição e análise de indicadores de sustentabilidade do turismo.

Um dos resultados mais relevantes de todo o processo metodológico da pesquisa (seleção, definição e análise dos indicadores) foram as discussões e as análises qualitativas dos indicadores realizadas durante as reuniões técnicas com os participantes. As discussões conjuntas e participativas (inserindo as colocações e os

posicionamentos dos participantes) produziram ideias, considerações e recomendações essenciais que ampliaram as oportunidades de interpretação dos indicadores e enriqueceram qualitativamente a análise dos indicadores.

A pesquisa realizou também um levantamento e análise de estudos de casos sobre a aplicação de sistemas de indicadores de turismo em diversos destinos da Espanha e no mundo. Os estudos de casos identificados e levantados propiciaram uma visão abrangente dos procedimentos, técnicas e práticas de planejamento e de gestão do turismo usualmente adotadas e a análise da possibilidade de aplicação dos indicadores a outras realidades do desenvolvimento turístico.

Além disso, no período de abril a julho de 2008, houve a oportunidade de realizar o “Curso Internacional de Indicadores para Avaliação do Desenvolvimento Sustentável” promovido e coordenado pelo Prof. Dr. Tadeu Fabrício Malheiros e também participar do “Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade (WIPIS 2008)” realizado na EESC/USP, inserido nas ações da rede de pesquisa SIADES (Sistema de Informações Ambientais para o Desenvolvimento Sustentável). A realização do referido curso viabilizou o aprofundamento e aprimoramento do estudo sobre os indicadores de sustentabilidade, fazendo surgir novas ideias, reflexões e raciocínios para o aperfeiçoamento e proposição do SISDTur.

Assim, o processo de elaboração do SISDTur compreendeu e considerou as seguintes ações desenvolvidas durante a pesquisa:

- O levantamento e a análise dos sistemas de indicadores aplicados em diferentes contextos, escalas e situações, identificados nos estudos de casos investigados;
- As considerações e as recomendações qualitativas discutidas nas reuniões técnicas com os participantes da pesquisa (população local, turismólogos e graduandos em Engenharia ambiental) durante o processo de seleção e análise dos indicadores;

- Os indicadores selecionados por estes grupos por meio da aplicação dos procedimentos estatísticos e das condições específicas para a seleção dos indicadores;
- As reflexões e a visão futura da utilização do sistema de indicadores, considerando-se a pertinência e a aplicabilidade de indicadores idealizados e sugeridos;
- As ideias, os conhecimentos e os raciocínios sobre indicadores, direcionando-os ao contexto da sustentabilidade do turismo.

Na proposição e elaboração do SISDTur, adotou-se a concepção de um sistema proativo, ou seja, que identifica aspectos da sustentabilidade do turismo, antecipando futuras necessidades, mudanças e problemas e, ao mesmo tempo, induz à execução de ações para melhoria das condições observadas. A ideia da **concepção proativa**, contrastando com a reativa, surgiu da necessidade do sistema de indicadores em apontar para a geração de atitudes de prevenção (e não somente de correção) frente aos problemas e aos desafios identificados pelos indicadores.

Meadows (1998) afirma que para medir sustentabilidade são necessários indicadores do potencial de mudança evolucionária. O potencial evolucionário de um sistema é a habilidade de adaptar-se a novas condições, criar novas espécies, estruturas, tecnológicas ou ideias (evoluir) (MEADOWS, 1998).

Conforme se observa no SISDTur, os indicadores possuem caráter de estimular (e não inibir) o desenvolvimento turístico, sob as condições de sustentabilidade. Os indicadores considerados no SISDTur são indicadores **para o desenvolvimento sustentável do turismo** e não indicadores **do desenvolvimento sustentável do turismo**²⁵. Apesar desta sutil distinção conceitual, ela influenciou fortemente na idealização funcional dos indicadores propostos. O sistema de

²⁵ Os indicadores para o desenvolvimento sustentável do turismo buscam verificar o processo de mudança do desenvolvimento turístico. Observa-se que alguns sistemas de indicadores foram concebidos visando apenas a descrever uma situação ou o estado atual do destino turístico (às vezes para efeito de comparação entre destinos), não se preocupando com a identificação dos meios e procedimentos para a melhoria das condições a serem alcançadas e satisfeitas, relacionadas à sustentabilidade.

indicadores proposto possui a intenção de proporcionar um instrumento de gestão **para** o desenvolvimento, no sentido de direcioná-lo à sustentabilidade do turismo.

Desta forma, os indicadores definidos no SISDTur refletem estas concepções, e também consideram outras características e propriedades relevantes, que foram estabelecidas em função das ideias, reflexões e conclusões surgidas durante o processo de investigação sobre os indicadores, relatadas a seguir.

DISTINÇÕES DO CONCEITO DE INDICADOR E DOS TEMAS CORRELATOS

Devido à multiplicidade de terminologias sobre indicadores, empregadas usualmente nos estudos e nos sistemas de indicadores (muitas das quais equivocadas) e também pela inexistência de um glossário terminológico padronizado, permitiu-se neste trabalho a definição categórica do conceito de indicador e dos seus temas correlatos, visando à simplificação e à atenuação das confusões semânticas sobre o assunto.

Desta forma, adotam-se neste trabalho as seguintes definições terminológicas:

- **Parâmetro:** propriedade específica ou grandeza mensurável variável (característica ou dado), cuja medida é indicativa de uma quantidade ou função de um sistema, à qual se atribui um valor e por seu intermédio se definem outros valores ou funções;
- **Indicador:** variável (de valor ou de qualidade) derivada a partir de parâmetros (isolados ou combinados), que sinaliza informações sintéticas sobre um fenômeno e revela por meio da representação operacional, o atributo de um sistema (qualidade, característica ou propriedade);
- **Descritor:** indexador que engloba todos os registros e dados referentes ao mesmo assunto, identificando e revelando os seus indicadores e parâmetros;
- **Índice:** conjunto de parâmetros, ou de indicadores agregados, ponderados, ou de funções de variáveis que descrevem uma situação observada, possíveis de serem quantificadas e comparadas;

- **Padrão de sustentabilidade:** limite idealizado que determina o nível e a condição em que um sistema deve ser mantido para que seja sustentável;
- **Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo:** conjunto de indicadores e procedimentos sistematicamente organizados e destinados à gestão e ao monitoramento do desenvolvimento sustentável do turismo.

A TRANSCRIÇÃO DOS INDICADORES DE IMPACTOS EM INDICADORES DE GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO

No estudo realizado com a participação da comunidade local da região do município de Bueno Brandão-MG, durante o processo de seleção de indicadores de impactos do turismo em estabelecimentos turísticos e espaços de visitação, foi observada que a aplicação destes indicadores não é tão relevante e significativa conforme as expectativas para o monitoramento da sustentabilidade do turismo na região.

Os indicadores de impactos do turismo apenas ilustram as condições aparentes (os problemas e os efeitos negativos advindos do processo de desenvolvimento turístico), e na maioria das vezes não remetem a indicações de procedimentos que minimizem os impactos negativos identificados (de acordo com a concepção proativa do sistema proposto, conforme mencionado anteriormente).

As conclusões deste estudo apontaram a maior importância em verificar se ações preventivas do desenvolvimento turístico estão sendo empregadas, no sentido de evitar ou minimizar os impactos. Em outras palavras, a relevância reside na verificação da existência de meios e ações rumo à sustentabilidade (averiguadas por meio de indicadores) durante o processo de planejamento e desenvolvimento turístico.

A ideia embutida nesta colocação é da necessidade de não somente identificar os problemas decorrentes da atividade turística (por meio dos indicadores de impacto), mas verificar se existem ações empenhadas na antecipação, solução e prevenção dos impactos, durante o planejamento e desenvolvimento turístico (por meio de indicadores de gestão local).

Como resultado destas considerações, o estudo sugeriu a transcrição dos indicadores de impactos em indicadores de gestão do turismo, que indicam a existência e a promoção de ações no sentido da sustentabilidade do desenvolvimento turístico.

Estes indicadores sugeridos possuem características relacionadas aos indicadores de gestão da sustentabilidade e não de impactos do turismo.

A ADOÇÃO DE INDICADORES DE CARÁTER QUALITATIVO

Alguns indicadores propostos no SISDTur medem aspectos e variáveis que possuem características inerentemente qualitativas (tais como: satisfação dos turistas, satisfação dos residentes locais, perfil dos turistas, entre outros), visando a fornecer informações relevantes e complementares para a gestão do desenvolvimento turístico. Outros indicadores propostos no SISDTur são identificados por questões booleanas, cujos resultados podem ser: Sim ou Não.

Para ilustrar a aplicação e o uso de indicadores qualitativos, Sancho Pérez e García Mesanat (2006a e 2006b) realizaram um estudo comparativo sobre um conjunto de destinos de sol e praia e de rotas culturais, e planejaram uma proposta de indicadores em que, junto aos indicadores mais tradicionais e de caráter objetivo, se introduzem outros de alto componente subjetivo, buscando um método que permita compagnar com a informação objetiva e subjetiva, e que permita obter comparações entre os destinos turísticos, seus pontos fortes e suas fraquezas numa análise competitiva.

Os autores concluíram que a utilização de dados subjetivos supõe uma melhor interpretação da realidade vivida pelos agentes envolvidos na gestão do desenvolvimento turístico. A combinação dos resultados obtidos com dados objetivos e subjetivos de alguns indicadores propostos sugere a necessidade de combinar ambas duas fontes de informações, já que os resultados obtidos em cada uma das análises realizadas (objetiva e subjetiva) não são sempre coincidentes (SANCHO PÉREZ e GARCÍA MESANAT, 2006a e 2006b).

A IMPORTÂNCIA DA DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE MEDIÇÃO DOS INDICADORES

Apesar de Dahl (1997) afirmar que num sistema de indicadores é importante não somente considerar quais indicadores serão usados, mas também como eles devem ser usados, são inexistentes os trabalhos e os sistemas que descrevem as formas de medição e obtenção de dados dos indicadores.

Todos os sistemas de indicadores identificados nos estudos de casos investigados apresentam apenas o conjunto dos indicadores (somente uma listagem com os nomes dos indicadores), sem a descrição dos seus objetivos, e nem da indicação dos procedimentos de medição ou da forma de aplicação dos indicadores.

Acredita-se que, contemplando a descrição das orientações práticas para a medição dos indicadores, o conjunto de indicadores proposto constitui-se num verdadeiro sistema de indicadores para a obtenção e o processamento de dados com maior facilidade de uso e aplicação local.

O SISTEMA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO - SISDTur

O SISDTur (Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo) é um instrumento metodológico prático, útil e exequível que tem a finalidade de auxiliar o processo de monitoramento e gestão sustentável da atividade turística, compreendendo o conjunto de descritores, indicadores, parâmetros, procedimentos técnicos, diretrizes e orientações para identificação e obtenção de informações e dados sobre o turismo, distribuídos nas dimensões de sustentabilidade.

O SISDTur consiste num importante instrumento para a gestão do turismo no município, pois permite o mapeamento e a visualização das condições atuais do desenvolvimento turístico, apontando as necessidades de intervenções para o direcionamento de prioridades, esforços e de investimentos no sentido de melhorar a sustentabilidade do desenvolvimento.

Para facilitar a compreensão e o uso do SISDTur, a Figura 11.1 apresenta a estrutura de aplicação do SISDTur, que compreende os dois conjuntos de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (em estabelecimentos turísticos e espaços de visitação e de gestão turística municipal). A estrutura envolve a aplicação dos indicadores num fluxo sequencial que retroalimentam e direcionam as ações do desenvolvimento turístico, possibilitando a adequação e atualização dos indicadores e o aperfeiçoamento do sistema.

De acordo como foi concebido, o SISDTur não é apenas uma coletânea de indicadores selecionados pela pesquisa, mas um sistema operacional que compreende procedimentos técnicos definidos para medição dos indicadores. O SISDTur consiste numa síntese de diversas considerações, reflexões, raciocínios e idealizações sobre indicadores de sustentabilidade, que estão compilados para uso e aplicação prática na região do município de Bueno Brandão-MG.

O conjunto de indicadores do SISDTur é apresentado no formato de tabelas, contendo os objetivos de cada descritor e indicador, os parâmetros a serem medidos, as orientações e os procedimentos técnicos para obtenção dos dados (forma e frequência de medição), assim como os tipos e unidades de medida dos parâmetros e indicadores, distribuídos nas dimensões de sustentabilidade (Tabelas 11.1 e 11.2).

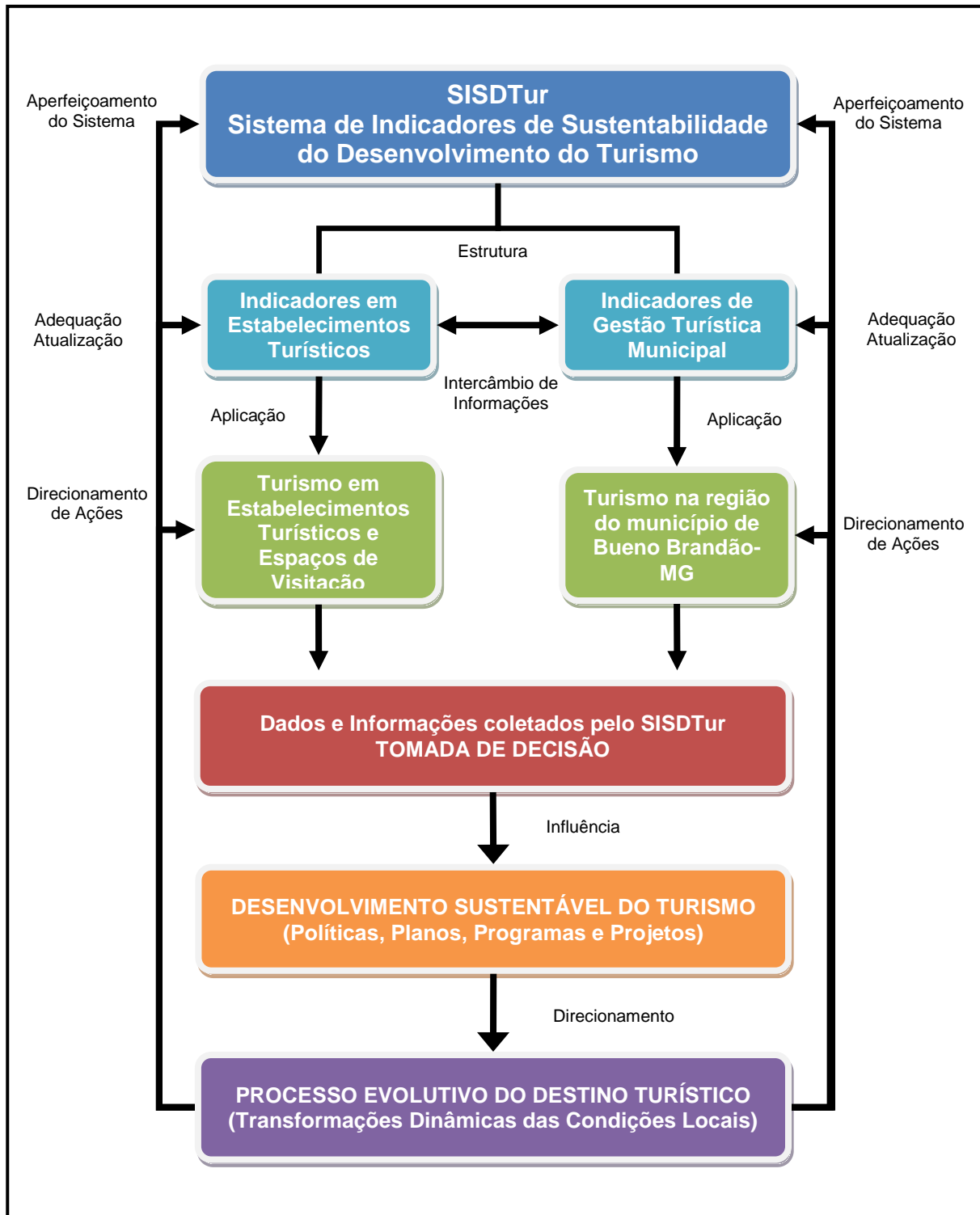


Figura 11.1 – Estrutura de Aplicação do SISDTur

TABELA 11.1 – Indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e espaços de visitação do SISDTur
Escala de aplicação Local (Estabelecimentos Turísticos e Espaços de Visitação)

SISDTur – Indicadores em estabelecimentos turísticos	DIMENSÃO AMBIENTAL	Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida
		Consumo e qualidade da água	Identificar a evolução do consumo, da qualidade da água e das iniciativas de diminuição de consumo	Quantidade de água consumida por turistas num período	Volume mensal de água consumida ou Volume mensal de água captada do manancial e % relativa ao total	Leitura em hidrômetro e Cálculo pela expressão 1 ou Medição do volume captado e Estimativa do volume existente de água do manancial (mensal)	Quantitativa (m ³ por mês e % do total)
		Programas de redução de consumo, desperdício e reuso de água	Existência de programas de redução de consumo, desperdício e reuso de água	Constatação e Verificação Local	Booleana (Sim ou Não)		
		Quantidade de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água	Volume mensal estimado de água economizada pelo programa de redução de consumo e reuso de água	Cálculo estimado (mensal)	Quantitativa (m ³ por mês)		
		Monitoramento da qualidade da água (1)	Existência de monitoramento da qualidade da água (abastecimento e lazer aquático)	Constatação e Verificação Local	Booleana (Sim ou Não)		
Geração e Manejo dos Resíduos Sólidos	Identificar a evolução da geração de resíduos sólidos e das iniciativas de redução da produção de resíduos	Resíduos sólidos gerados por turistas num período	Volume ou peso mensal de resíduos sólidos gerados por turistas	Medição de Volume ou Pesagem, Cálculo seguindo a expressão 2 (mensal)	Quantitativa (volume ou peso por mês)		
		Programas de redução da quantidade de resíduos sólidos	Existência de programas de redução da quantidade de resíduos sólidos	Constatação e Verificação Local	Booleana (Sim ou Não)		
		Coleta seletiva de resíduos sólidos e processos de reciclagem	Existência de coleta seletiva de resíduos sólidos e processos de reciclagem	Constatação e Verificação Local	Booleana (Sim ou Não)		
		Resíduos sólidos reciclados	Volume ou peso mensal de resíduos sólidos reciclados e % reativa ao total de resíduos	Medição de Volume ou Pesagem, Cálculo seguindo a expressão 2	Quantitativa (volume ou peso por mês e % do total)		

(1) O indicador de monitoramento da qualidade de água é distinto do indicador de qualidade da água. O indicador de monitoramento da qualidade de água identifica as iniciativas de monitoramento e verificação periódica da qualidade de água. Já o indicador de qualidade de água envolve a determinação dos parâmetros físico-químicos, de carga orgânica e de contaminação das águas. Os resultados deste último indicador não se aplicam à composição do SISDTur por não estarem condicionados especificamente ao desenvolvimento da atividade turística. Os índices de qualidade do ar, da água e do solo não são indicadores de gestão do desenvolvimento sustentável do turismo. Considera-se que o monitoramento destes índices é primordial e relevante (a existência de monitoramento é um indicador necessário para a gestão turística), porém a análise dos resultados específicos medidos por estes índices é competência de outros setores, cujas providências devem ser tomadas por outras instâncias decisórias.

Continua...

Capítulo 11 – Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTUR): uma proposta para aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG

	Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida		
SISDTur – Indicadores em estabelecimentos turísticos	DIMENSÃO AMBIENTAL	Consumo de energia	Identificar a evolução do consumo de energia e das iniciativas de diminuição de consumo	Energia consumida por turistas num período	Energia consumida pelos turistas por mês	Leitura em medidor de energia e cálculo seguindo a expressão 3	Quantitativa (kwh por mês)	
			Programas de redução de consumo de energia	Existência de programas de redução de consumo de energia; ou Existência de instalações com uso de energia alternativa (painéis solares)	Constatação e Verificação Local	Booleana (Sim ou Não)		
		Tratamento de esgotos	Identificar a evolução do processo de tratamento de esgotos	Processos de tratamento de esgotos	Existência de processos de tratamento de esgotos (fossas); ou Existência de sistema de coleta de esgotos para estação de tratamento	Constatação e Verificação Local	Booleana (Sim ou Não)	
		Áreas naturais preservadas	Identificar a existência e a manutenção de áreas naturais protegidas	Áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação	Área natural preservada e % relativa ao total	Medição e Cálculo das áreas preservadas	Quantitativa (m ² ou hectare e % do total)	
		Melhoria da qualidade do ar	Identificar as iniciativas de melhoria da qualidade do ar	Programas ou instalações para melhoria da qualidade do ar	Existência de programas ou instalações para melhoria da qualidade do ar	Constatação e Verificação Local	Booleana (Sim ou Não)	
		Iniciativas de Educação Ambiental e Cultural	Identificar iniciativas de promoção da educação ambiental e/ou cultural	Programas orientados de interpretação e educação ambiental e/ou cultural	Existência de programas orientados de interpretação e educação ambiental e/ou cultural	Constatação e Verificação Local	Booleana (Sim ou Não)	
		Minimização dos impactos da produção rural	Identificar iniciativas de produção rural com mínimo impacto	Processos tecnológicos de minimização dos impactos da produção rural	Existência de processos tecnológicos que minimizem os impactos da produção rural (técnicas de agroecologia, agricultura orgânica)	Constatação e Verificação Local	Booleana (Sim ou Não)	
SISDTur – Indicadores em estabelecimentos turísticos	DIMENSÃO CULTURAL	Certificação Ambiental e/ou Turística	Identificar estabelecimentos que possuem certificação ambiental e/ou turística	Processo de certificação ambiental e/ou turística	Existência de processo de certificação ambiental e/ou turística no estabelecimento turístico	Constatação e Verificação Local	Booleana (Sim ou Não)	
			Produtos típicos culturais locais	Identificar a valorização dos produtos típicos locais	Produtos típicos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenirs)	Nº total de produtos típicos locais ofertados, tais como artesanato, produtos alimentícios, souvenirs, etc.; Nº de produtos típicos locais por tipologia e % relativa ao total de produtos ofertados	Contagem de produtos típicos locais e cálculo da % relativa ao total de produtos ofertados no estabelecimento turístico	Quantitativa (número de produtos e % do total)
				Preservação de patrimônios culturais	Identificar a preservação dos patrimônios culturais locais	Bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos existentes	Nº de bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos em bom estado de conservação; Nº de bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos utilizados pelo turismo	Contagem de bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos protegidos e utilizados no estabelecimento turístico
Manifestações culturais típicas	Identificar a valorização das manifestações de cultura típica local	Eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizados	Nº de eventos populares tradicionais e festividades de manifestações culturais típicas realizados no ano	Contagem de eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizados por ano no estabelecimento turístico	Quantitativa (número de eventos)			

Continua...

Capítulo 11 – Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTUR): uma proposta para aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG

	Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida	
SISDTur – Indicadores em estabelecimentos turísticos	DIMENSÃO SOCIAL	Inserção de residentes locais (origem local) no setor turístico	Residentes locais empregados no estabelecimento turístico	Nº de residentes locais no estabelecimento turístico e % relativa ao total de postos de trabalho	Medição de postos de trabalhos e de residentes locais	Quantitativa (número e % do total)	
			Iniciativas de capacitação e treinamento profissional aos funcionários residentes locais num período	Nº de cursos e Nº de participantes nos cursos no ano	Contagem de cursos e do número de participantes por ano	Quantitativa (Nº de cursos e Nº de participantes por ano)	
			Funcionários residentes locais com capacitação em turismo	Nº de residentes locais com capacitação turística e % relativa ao total	Contagem de residentes locais com capacitação turística	Quantitativa (Nº de residentes locais e % do total)	
	Nível de empregabilidade em turismo	Identificar a evolução de empregos de turismo em suas distintas concepções	Empregos fixos e temporários de turismo	Nº de empregos fixos e temporários	Medição do nº de postos de empregos fixos e temporários no estabelecimento turístico	Quantitativa (Nº de empregos fixos e Nº de empregos temporários)	
	DIMENSÃO ECONÔMICA	Rentabilidade	Indicar a evolução dos níveis de rentabilidade do turismo	Renda gerada pelo turismo	Montante da renda produzida pelo turismo e % relativa do total	Contabilização dos valores de renda advindas do negócio turístico	Quantitativa (em valores monetários R\$ e % do total)
		Longevidade do estabelecimento turístico	Identificar o tempo de permanência e atuação do estabelecimento turístico	Longevidade do estabelecimento turístico	Idade do estabelecimento turístico	Identificação do período de atividade do negócio turístico	Quantitativa (em anos)
Disponibilidade de funcionamento		Identificar a disponibilidade de funcionamento do estabelecimento turístico	Funcionamento do estabelecimento turístico	Funcionamento do estabelecimento turístico nos finais de semana e feriados	Constatação e Verificação Local	Booleana (Sim ou Não)	
Gastos do turista		Identificar o montante de gastos pelos turistas no estabelecimento	Gasto médio diário de turistas	Valor de gastos médios diários totais dos turistas no estabelecimento turístico	Cálculo do somatório total de gastos dos turistas num dia dividido pelo número de turistas	Quantitativa (em valores monetários R\$)	
Investimentos em turismo		Identificar a quantidade de investimentos feitos em turismo	Investimentos anuais em turismo	Valor anual investido em turismo e % relativa ao total	Somatório dos valores investidos anualmente em turismo e % do total investido no estabelecimento	Quantitativa (em valores monetários R\$ e % do total)	
Sazonalidade turística	Identificar iniciativas que lidem com a sazonalidade turística	Iniciativas de minimização da sazonalidade turística	Existência de iniciativas que lidem com a sazonalidade turística	Constatação e Verificação Local	Booleana (Sim ou Não)		

Continua...

	Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida
SISDTur – Indicadores em estabelecimentos turísticos	Capacidade total de alojamento	Identificar a capacidade total de hospedagem no estabelecimento turístico	Oferta de hospedagem	Nº total de leitos e acomodações no meio de hospedagem	Somatório total do nº de leitos e acomodação no estabelecimento turístico de hospedagem	Quantitativa (número de leitos)
	Acessibilidade	Identificar a existência de facilidades para a inclusão de pessoas com necessidades especiais	Facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção e/ou outras necessidades especiais	Existência de facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção e/ou outras necessidades especiais	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)
	Registro e Controle de Visitação	Identificar o sistema de registro e controle da visitação	Registro e controle da visitação	Existência de sistema de registro e controle da visitação	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)
	Programas de interpretação ambiental e cultural	Identificar a programação de visitas orientadas com interpretação ambiental e/ou cultural	Programação de visitas orientadas com interpretação ambiental e/ou cultural	Existência de programação de visitas orientadas com interpretação ambiental e/ou cultural	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)
	Intensidade de uso / Capacidade de Carga	Identificar a capacidade e intensidade de uso dos espaços de visitação	Quantidade de turistas/visitantes num local atrativo durante um período	Nº máximo observado de turistas e visitantes nos locais atrativos; Relação entre Nº de turistas e área dos locais atrativos principais; Nº total de turistas recepcionados no estabelecimento turístico num dia	Medição e contagem do número de turistas/visitantes nos locais atrativos e no estabelecimento turístico (diário)	Quantitativo (número de turistas/visitantes)
			Proporção entre número de guias e número de turistas durante a visitação aos atrativos e tamanho dos grupos de turistas	Nº de guias e monitores por Nº de turistas conduzidos; Nº de turistas nos grupos de visitação a locais atrativos principais	Contagem do número de guias, do número de turistas por grupo de visitação a locais atrativos principais (diário) na temporada	Quantitativo (número de guias, número de turistas)
	Segurança	Identificar a evolução de incidentes e acidentes envolvendo turistas/visitantes	Incidentes e acidentes envolvendo turistas/visitantes num período	Nº de incidentes (roubo, furto, violência) e acidentes envolvendo turistas e visitantes por ano	Contagem de registros de ocorrência de incidentes e acidentes com turistas no estabelecimento turístico (anual)	Quantitativo (número por ano)
Satisfação e Assiduidade (Repetição) do Turista	Identificar o índice de satisfação e assiduidade (repetição) do turista	Grau de satisfação e assiduidade (quantidade de repetições) do turista	Grau de satisfação do turista; Número de repetições do turista no estabelecimento turístico; Nº de turistas que repetem a visita e % relativa ao total de turistas entrevistados; Nº de turistas que recomendam o local e % relativa ao total de turistas entrevistados	Obtenção da informação por meio de entrevistas e aplicação de questionário aos turistas por método de amostragem; Contagem dos turistas que repetem a visita e dos turistas que indicam o local e cálculo das % relativas ao turistas entrevistados (por temporada)	Qualitativa (escala ordinal do nível de satisfação) e Quantitativa (número de repetições, número de turistas e % do total)	

Continua...

Capítulo 11 – Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTUR): uma proposta para aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG

	Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida	
SISDTur – Indicadores em estabelecimentos turísticos	DIM. TURÍSTICA	Perfil e avaliação dos turistas	Identificar o perfil e a avaliação dos turistas sobre o estabelecimento turístico	Perfil e avaliação turística dos visitantes	Perfil do turista (procedência, frequência de viagens, preferências, equipamentos turísticos usuais, companhias em viagens); Avaliação do turista sobre infra-estrutura, serviços e equipamentos turísticos	Obtenção da informação por meio de entrevistas e aplicação de questionário aos turistas por método de amostragem; Levantamento de preferências, percepções e avaliação da visita (por temporada)	Qualitativa e Quantitativa (número de turistas e % do total)
		Instalações e Facilidades Turísticas	Identificar a existência de instalações e facilidades turísticas	Facilidades turísticas e de instalações e estruturas de minimização dos impactos do turismo	Existência de facilidades turísticas e de instalações e estruturas de minimização dos impactos do turismo	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)
		Capacitação e apoio técnico em turismo	Identificar a busca de capacitação e de apoio técnico específico em turismo e	Capacitação e apoio técnico específico em turismo	Existência de capacitação específica em turismo ou de apoio técnico administrativo para a administração do estabelecimento turístico	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)
DIM. INSTITUCIONAL	Envolvimento de administradores e empreendedores com o setor turístico	Identificar a participação e o envolvimento dos empreendedores e administradores no setor turístico local	Participação dos empreendedores e/ou gestores administrativos no setor turístico local	Participação dos empreendedores e/ou gestores administrativos do estabelecimento turístico em associações, entidades de classe e em eventos decisórios sobre o desenvolvimento turístico no município	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)	
	Promoção e comercialização de produtos turísticos	Identificar as estratégias de promoção e comercialização dos produtos turísticos do estabelecimento turístico	Estratégias de promoção e comercialização dos produtos turísticos	Existência de estratégias de promoção e comercialização dos produtos turísticos	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)	

Fonte: elaboração própria.

Observação: Muitos dos resultados obtidos pelas medições dos indicadores de sustentabilidade nos estabelecimentos turísticos e espaços de visitação alimentam e são fontes de dados para os indicadores de sustentabilidade da gestão turística municipal.

EXPRESSÕES DE CÁLCULOS DE PARÂMETROS DO SISTUR

Expressão 1 – Consumo de Água do Turismo

$$VazaoTur = \frac{VazaoTotal}{N} - VazaoPop$$

$$VazaoTur \text{ per capita} = \frac{VazaoTur}{N^{\circ} \text{ de Turistas na temporada}}$$

VazaoTur = Quant. de Água diária consumida pelo turismo

VazaoPop = Quant. de Água diária consumida pela população

VazaoTotal = Quant. Água total consumida numa temporada

N = Número de dias da temporada turística

Expressão 2 – Resíduos Sólidos do Turismo

$$RSTur = \frac{RSTotal}{N} - RSPop$$

$$RSTur \text{ per capita} = \frac{RSTur}{N^{\circ} \text{ de Turistas na temporada}}$$

RSTur = Quant. diária de Resíduos Sólidos do Turismo

RSTotal = Quant. de RS Total coletada ao final da temporada

RSPop = Quant. média diária de RS da população residente

N = Número de dias da temporada turística

Expressão 3 – Consumo de Energia do Turismo

$$EnergiaTur = \frac{EnergiaTotal}{N} - EnergiaPop$$

$$EnergiaTur \text{ per capita} = \frac{EnergiaTur}{N^{\circ} \text{ de Turistas na temporada}}$$

EnergiaTur = Quant. Energia diária consumida pelo turismo

EnergiaPop = Quant. Energia diária consum. pela população

EnergiaTotal = Quant. Energia diária consum. temporada

N = Número de dias da temporada turística

TABELA 11.2 – Indicadores de sustentabilidade da gestão turística municipal do SISDTur
Escala de aplicação Regional (Município)

	Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida
SISDTur – Indicadores de gestão turística municipal DIMENSÃO AMBIENTAL	Consumo e qualidade da água	Identificar a evolução do consumo, da qualidade da água e as iniciativas de redução de consumo	Quantidade de água consumida por turistas num período	Volume mensal de água consumida por turistas	Somatório de valores dos estabelecimentos turísticos (mensal)	Quantitativa (m ³ por mês)
			Programas de redução de consumo, desperdício e reuso de água	Nº de estabelecimentos turísticos com programas de redução de consumo, desperdício e reuso de água e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Contagem de estabelecimentos Turísticos com programas de redução de consumo, desperdício e reuso de água (semestral)	Quantitativa (número e % do total)
			Políticas, planos ou programas específicos de redução do consumo de água	Existência de políticas, planos ou programas específicos de redução do consumo de água no município	Constatação e Verificação	Booleana (Sim ou Não)
			Monitoramento da qualidade da água (abastecimento e lazer aquático) (2)	Nº de estabelecimentos turísticos com monitoramento da qualidade da água de abastecimento e de lazer aquático; % relativa ao total de estabelecimentos turísticos e periodicidade de monitoramento	Contagem de estabelecimentos turísticos com monitoramento da qualidade da água de abastecimento e de lazer aquático e frequência de monitoramento (anual)	Quantitativa (número; % do total e frequência)
	Geração e Manejo dos resíduos sólidos	Identificar o manejo e a evolução da geração e as iniciativas de redução de resíduos sólidos	Resíduos sólidos gerados por turistas	Volume ou peso mensal de resíduos sólidos gerados por turistas	Somatório de valores dos estabelecimentos turísticos	Quantitativa (volume ou peso por mês)
			Resíduos sólidos com destinação adequada (aterros sanitários)	% de resíduos sólidos com destino a aterros sanitários em relação ao total	Cálculo estimado	Quantitativa (% do total)
			Programas específicos de redução da quantidade de resíduos sólidos	Existência de programas específicos de redução de resíduos sólidos no município; Nº de estabelecimentos turísticos com programas e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Constatação e Verificação; Contagem de estabelecimentos Turísticos (anual)	Booleana (Sim ou Não); Quantitativa (número e % do total)

(2) O indicador de monitoramento da qualidade de água é distinto do indicador de qualidade da água. O indicador de monitoramento da qualidade de água identifica as iniciativas de monitoramento e verificação periódica da qualidade de água. Já o indicador de qualidade de água envolve a determinação dos parâmetros físico-químicos, de carga orgânica e de contaminação das águas. Os resultados deste último indicador não se aplicam à composição do SISDTur por não estarem condicionados especificamente ao desenvolvimento da atividade turística. Os índices de qualidade do ar, da água e do solo não são indicadores de gestão do desenvolvimento sustentável do turismo. Considera-se que o monitoramento destes índices é primordial e relevante (a existência de monitoramento é um indicador necessário para a gestão turística), porém a análise dos resultados específicos medidos por estes índices é competência de outros setores, cujas providências devem ser tomadas por outras instâncias decisórias.

Observação: Muitos indicadores de sustentabilidade de gestão turística municipal dependem dos resultados de medição dos indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e espaços de visitação, mostrando a interconexão entre os dados e as informações dos indicadores do SISDTur.

Continua...

Capítulo 11 – Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTUR): uma proposta para aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG

SISDTur – Indicadores de gestão turística municipal	DIMENSÃO AMBIENTAL	Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida
		Geração e Manejo dos resíduos sólidos	Identificar o manejo, a evolução da geração e as iniciativas de redução de resíduos sólidos	Coleta seletiva de resíduos sólidos e processos de reciclagem	Nº de estabelecimentos turísticos com coleta seletiva de resíduos sólidos e processos de reciclagem e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Contagem de estabelecimentos com coleta seletiva de resíduos sólidos e processos de reciclagem (anual)	Quantitativa (número e % do total)
		Resíduos sólidos reciclados	Volume ou peso mensal de resíduos sólidos reciclados e % relativa ao total de resíduos	Somatório de valores dos estabelecimentos turísticos (mensal)	Quantitativa (volume ou peso por mês e % do total)		
		Programas de manejo de resíduos perigosos no município	Existência de programas de manejo de resíduos perigosos (resíduos de serviços de saúde, resíduos industriais, etc.)	Constatação e Verificação	Booleana (Sim ou Não)		
Consumo de energia elétrica	Identificar a evolução do consumo de energia elétrica e as iniciativas de diminuição de consumo	Energia consumida por turistas num período	Energia elétrica consumida pelos turistas por mês	Somatório de valores dos estabelecimentos turísticos (mensal)	Quantitativa (kwh por mês)		
		Programas específicos de redução de consumo de energia elétrica	Existência de programas específicos de redução do consumo de energia no município; Nº de estabelecimentos turísticos com estes programas e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Constatação e Verificação; Contagem de estabelecimentos turísticos com programas de redução de consumo de energia elétrica (anual)	Booleana (Sim ou Não) Quantitativa (número e % do total)		
Tratamento de esgotos	Identificar a evolução do processo de tratamento de esgotos	Processos de tratamento e sistema de coleta de esgotos	Existência de sistema de coleta e estação de tratamento de esgotos; Nº de estabelecimentos turísticos com processos de tratamento de esgotos (fossas) ou com sistema de coleta de esgotos para estação de tratamento e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Constatação e Verificação; Contagem de estabelecimentos turísticos com processos de tratamento de esgotos (anual)	Booleana (Sim ou Não) Quantitativa (número e % do total)		
		Quantidade de esgotos tratados	% de esgotos com tratamento em relação ao total	Cálculo estimado (% esgoto tratado)	Quantitativa (% do total)		
Áreas naturais preservadas	Identificar a existência e a manutenção de áreas naturais protegidas	Áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação	Superfície da área natural preservada, recuperada ou em processo de recuperação e % relativa ao total	Somatório das áreas preservadas dos estabelecimentos turísticos e somatório de áreas públicas preservadas (unidades de conservação) (anual)	Quantitativa (m ² ou hectare e % da área total)		
Melhoria da qualidade do ar	Identificar as iniciativas para melhoria da qualidade do ar	Melhoria e monitoramento da qualidade do ar (3)	Existência de iniciativas de monitoramento e de programas de melhoria da qualidade do ar; Nº de estabelecimentos turísticos com programas ou instalações para melhoria da qualidade do ar e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Constatação e Verificação; Contagem de estabelecimentos turísticos com programas ou instalações para melhoria da qualidade do ar (anual)	Booleana (Sim ou Não) Quantitativa (número e % do total)		

(3) O indicador de monitoramento da qualidade do ar é distinto do indicador de qualidade do ar. O indicador de monitoramento da qualidade do ar identifica as iniciativas de monitoramento e verificação periódica da qualidade do ar. Os resultados do indicador da qualidade do ar não se aplicam à composição do SISDTur por não estarem condicionados especificamente ao desenvolvimento da atividade turística. Os índices de qualidade do ar, da água e do solo não são indicadores de gestão do desenvolvimento sustentável do turismo. Considera-se que o monitoramento destes índices é primordial e relevante (a existência de monitoramento é um indicador necessário para a gestão turística), porém a análise dos resultados específicos medidos por estes índices é competência de outros setores, cujas providências devem ser tomadas por outras instâncias decisórias

Continua...

Capítulo 11 – Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTUR): uma proposta para aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG

	Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida	
SISDTur – Indicadores de gestão turística municipal	DIMENSÃO AMBIENTAL	Iniciativas de Educação e Interpretação Ambiental e Cultural	Identificar iniciativas de promoção da educação e interpretação ambiental e/ou cultural	Iniciativas e programas desenvolvidos para interpretação e educação ambiental e/ou cultural num período	Nº de iniciativas e programas desenvolvidos de educação ambiental num período; Nº de participantes envolvidos no programa do setor turístico.	Contagem de iniciativas e programas desenvolvidos no período de um ano e contagem de participantes envolvidos no programa do setor turístico (anual)	Quantitativa (número por ano; número de participantes)
		Implementação da Agenda 21 ou de Plano de Desenvolvimento Sustentável	Identificar iniciativas de implementação da Agenda 21 Local	Iniciativas de implementação da Agenda 21 e plano de desenvolvimento sustentável	Existência de iniciativas de implementação da Agenda 21 e plano de desenvolvimento sustentável	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)
		Certificação Ambiental e/ou Turística	Identificar estabelecimentos que possuem certificação ambiental e/ou turística	Certificação ambiental e/ou turística	Nº de estabelecimentos turísticos com certificação ambiental e/ou turística emitidas por entidade oficial e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Contagem de estabelecimentos turísticos com certificação ambiental e/ou turístico e cálculo da % relativa ao total de estabelecimentos turísticos (anual)	Quantitativa (número e % do total)
		Capacidade administrativa de gestão ambiental	Identificar a existência de estruturas organizacionais específicas de gestão ambiental e de instituições atuantes nos processos decisórios sobre questões ambientais	Organismos, instituições e entidades atuantes nos processos decisórios sobre questões ambientais	Nº de entidades e instituições registradas no município; Nº de participantes por entidade/classe/associação	Constatação, Verificação e Contagem do número de instituições atuantes e do número de participantes	Booleana (Sim ou Não) e Quantitativa (número de instituições e número de participantes)
				Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em meio ambiente	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas (órgão responsável ou equipe gestora da gestão ambiental municipal)	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)
		Valorização de produtos típicos locais	Identificar a oferta de produtos típicos locais pelo turismo	Oferta de produtos típicos locais	Nº de estabelecimentos turísticos com a oferta de produtos típicos locais, tais como artesanato, produtos alimentícios, souvenirs, etc.; Nº de produtos típicos locais por tipologia e % relativa ao total de produtos ofertados	Contagem de estabelecimentos com produtos típicos locais, somatório do número de produtos por tipologia e % relativa ao total de produtos típicos (anual)	Quantitativa (número de estabelecimentos, número de produtos e % do total)
Conservação de bens patrimoniais históricos e culturais	Identificar as iniciativas de conservação de bens históricos e culturais no município	Bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos conservados	Nº de bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos em bom estado de conservação e % relativa ao total de bens existentes; Nº de bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos utilizados pelo turismo e % relativa do total de bens existentes	Somatório de bens patrimoniais, arquitetônicos, arqueológicos e históricos (existentes, em bom estado de conservação e utilizados pelo turismo) e cálculo da % relativa ao total (anual)	Quantitativa (número de bens e % do total)		

Continua...

Capítulo 11 – Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTUR): uma proposta para aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG

		Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida
SISDTur – Indicadores de gestão turística municipal	DIM. CULTURAL	Valorização da cultura tradicional local	Identificar o empenho e as iniciativas de valorização, resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local	Eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizados num período	Nº de eventos populares tradicionais e festividades de manifestações culturais típicas realizados no ano	Contagem de eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizados no ano	Quantitativa (número de eventos)
				Organismos, instituições, entidades de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local	Nº de organismos, instituições e artistas cadastrados da cultura tradicional	Contagem do Nº de organismos, instituições, entidades e iniciativas e contagem do Nº de participantes (anual)	Quantitativa (número)
				Iniciativas de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local	Nº de programas de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional local	Contagem do Nº de programas desenvolvidos no ano	Quantitativa (número)
	DIMENSÃO SOCIAL	Inserção socioeconômica de residentes locais (origem local)	Identificar a inserção de residentes locais no setor turístico e as iniciativas de capacitação profissional em turismo	Residentes locais empregados no estabelecimento turístico	Nº de residentes locais empregados no estabelecimento turístico e % de ocupação nos postos de trabalho	Somatório do total de residentes locais e somatório total de postos de trabalho dos estabelecimentos turísticos (anual)	Quantitativa (número e % do total)
				Proprietários e empresários de estabelecimentos turísticos de origem local	Nº de estabelecimentos turísticos com proprietários e empresários locais e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Contagem de estabelecimentos turísticos com proprietários locais (anual)	Quantitativa (número e % do total)
				Iniciativas de programas de capacitação e treinamento profissional aos residentes locais	Nº de total de cursos de capacitação e treinamento profissional oferecidos aos residentes locais e Nº total de participantes por ano	Contagem de cursos oferecidos e contagem de participantes (anual)	Quantitativa (Nº de Cursos e Nº de participantes por ano)
				Funcionários residentes locais com capacitação em turismo	Nº de residentes locais com capacitação turística e % relativa ao total de funcionários	Somatório e cálculo dos residentes locais com capacitação turística (anual)	Quantitativa (Nº de residentes locais e % do total)
		Empregabilidade no setor turístico	Identificar a evolução de empregos no setor turístico em suas distintas concepções	Empregos fixos e temporários no setor turístico	Nº de empregos fixos; Nº de trabalhos temporários do setor turístico; % de empregos fixos em relação ao total de empregos no setor; % de empregos temporários em relação ao total de empregos no setor; relação entre empregos fixos e temporários no setor	Somatório de postos de empregos fixos e temporários nos estabelecimentos turísticos (anual)	Quantitativa (Nº de empregos fixos e Nº de empregos temporários e % relativas ao total)

Continua...

Capítulo 11 – Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTUR): uma proposta para aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG

	Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida
DIM. SOCIAL	Satisfação dos residentes locais	Identificar o grau de satisfação dos residentes locais com o turismo e os programas sociais envolvendo residentes locais articulados como turismo	Proporção entre turistas e residentes em alta e baixa temporada	Proporção entre o nº de turistas e o nº de residentes locais	Medição do Nº de Turistas num período de alta e num período de baixa temporada e cálculo da proporção com o nº de residentes locais (anual)	Quantitativa (Nº Turistas e Nº de residentes locais)
			Nível de satisfação/aceitação dos residentes em relação ao turismo	% de residentes satisfeitos em relação ao total de residentes entrevistados e grau de satisfação/aceitação média atribuída pelos residentes locais	Obtenção da informação por meio de entrevistas e aplicação de questionário aos residentes locais por método de amostragem (anual)	Quantitativa (% de residentes satisfeitos) e Qualitativa (escala ordinal do nível de satisfação/aceitação)
			Programas e projetos sociais envolvendo residentes locais e articulados com o desenvolvimento turístico	Existência de planos, programas e projetos sociais envolvendo residentes locais e articulados com o desenvolvimento turístico	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)
DIMENSÃO ECONÔMICA	Renda gerada pelo setor turístico	Indicar a evolução da renda gerada pelo setor turístico	Renda gerada pelo turismo	Montante da renda gerada pelo turismo por temporada e % relativa do total; Contribuição (em %) dos rendas individuais dos empreendimentos turísticos – distribuição da renda	Somatório dos valores de renda dos empreendimentos turísticos (por temporada)	Quantitativa (em valores monetários R\$ e % do total)
	Longevidade dos estabelecimentos turísticos	Identificar o tempo de atuação de atividades dos estabelecimentos turísticos	Longevidade média dos estabelecimentos turísticos	Idade de cada estabelecimento turístico e Idade média dos estabelecimentos turísticos	Identificação do período de atividade de cada negócio turístico e cálculo da média entre todos os estabelecimentos (anual)	Quantitativa (em anos)
	Disponibilidade de funcionamento de estabelecimentos turísticos	Identificar o funcionamento dos estabelecimentos turísticos para atendimento à demanda de turistas	Funcionamento nos finais de semana e feriados dos estabelecimentos turísticos em	Nº de estabelecimentos turísticos em funcionamento nos finais de semana e feriados	Contagem de estabelecimentos turísticos em funcionamento	Quantitativa (número e % do total)
	Novos estabelecimentos turísticos	Identificar a evolução dos estabelecimentos e empreendimentos turísticos	Novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos num período	Nº de novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos abertos no ano	Contagem de novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos (anual)	Quantitativa (número)

Continua...

Capítulo 11 – Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTUR): uma proposta para aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG

	Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida
DIM. ECONÔMICA	Investimentos públicos no setor turístico	Identificar a taxa de investimentos públicos em turismo	Investimentos públicos em turismo	Valores de investimentos públicos em turismo no ano em conservação de infra-estruturas específicas, bens patrimoniais históricos, arquitetônicos, eventos culturais tradicionais, benfeitorias ambientais e % por área de investimento relativa ao total; Proporção entre o valor arrecadado pela atividade turística e o valor investido em turismo no ano	Levantamento dos valores arrecadados de taxas e impostos pelo setor turístico e dos valores investidos em turismo (anual) (Este levantamento exige procedimento técnico de contabilidade financeira, provido por órgão específico municipal)	Quantitativa (em valores monetários R\$ e % do total)
	Gastos do turista	Identificar o montante de gastos efetuados pelos turistas durante a estada na região	Gasto médio dos turistas num período	Valores dos gastos médios diários dos turistas durante estada na região	Obtenção da informação por meio de entrevistas e aplicação de questionário aos turistas por método de amostragem e/ou Cálculo da média dos gastos diários dos turistas nos estabelecimentos turísticos (por temporada)	Quantitativa (em valores monetários R\$)
DIMENSÃO TURÍSTICA	Capacidade total de alojamento	Identificação da capacidade total de oferta de hospedagem no município por tipologias de meios de hospedagem e sua evolução	Oferta de meios de hospedagem	Nº total de leitos e acomodações em meios de hospedagem; Nº de leitos e acomodações por tipos de hospedagem; % de leitos por tipologia em relação à capacidade total	Somatório total do nº de leitos e acomodação no estabelecimento turístico de hospedagem e cálculo das % por tipologia (anual)	Quantitativa (número de leitos e % de leitos por tipologia)
	Capacidade de restauração	Identificação da capacidade total de oferta de alimentação no município por tipologias de restaurantes e sua evolução	Oferta de estabelecimentos de alimentação	Nº total de restaurantes e meios de alimentação; Nº de restaurantes por tipologia e % relativa ao total; Nº total de restaurantes com oferta gastronômica típica local e % do total	Contagem do número de restaurantes por tipologia (anual)	Quantitativa (número de restaurantes e % por tipologia)
	Capacidade dos meios de transportes	Identificação da capacidade total de oferta de transportes no município por tipologias e sua evolução	Oferta de serviços de transportes	Nº total de empresas e serviços de transportes; Nº de empresas e serviços de transportes por tipologia e % relativa ao total	Contagem do número de serviços de transportes por tipologia (anual)	Quantitativa (número de serviços de transportes e % por tipologia)
	Recursos turísticos existentes e potenciais	Identificar o grau de diversificação dos recursos turísticos existentes e dos atrativos e atividades potencialmente turísticas	Recursos turísticos existentes	Nº total de atrativos e atividades turísticas ofertadas como produto turístico; Nº de atrativos e atividades turísticas por tipologia e % relativa ao total; Nº de atrativos e atividades turísticas potenciais/complementares e % relativa ao total	Contagem do número de atrativos e atividades turísticas existentes (ofertadas e potenciais) por tipologia e cálculo de % relativa ao total (anual)	Quantitativa (número de atrativos e atividades turísticas e % do total)

Continua...

Capítulo 11 – Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTUR): uma proposta para aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG

	Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida
SISDTur – Indicadores de gestão turística municipal DIMENSÃO TURÍSTICA	Capacidade de oferta de serviços turísticos receptivos	Identificar a capacidade de oferta de serviços receptivos de turismo	Oferta de agências e serviços de turismo receptivo	Nº de agências e serviços de turismo receptivo; Nº de guias turísticos locais cadastrados e credenciados; Nº de postos e centros de informação turística	Contagem do número de agências de turismo receptivo, do número de guias locais atuantes e do número de postos e centros de informação turística em funcionamento (anual)	Quantitativa (número)
	Investimentos em turismo	Identificar as possíveis fontes de créditos em investimentos em turismo	Linhas de crédito disponíveis específicas de turismo para investimentos	Existência de linhas de crédito disponíveis específicas de turismo para investimentos	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)
	Sazonalidade turística	Identificar iniciativas que lidem com a sazonalidade turística	Programas estratégicos que lidem com a sazonalidade turística	Nº de estabelecimentos com programas e estratégias que lidem com a sazonalidade turística	Contagem de estabelecimentos turísticos e verificação de programas estratégicos que lidem com a sazonalidade turística (anual)	Quantitativa (número) e Booleana (Sim ou Não)
	Acessibilidade	Identificar a existência de facilidades para o atendimento de pessoas com necessidades especiais	Facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção e/ou outras necessidades especiais	Nº de estabelecimentos turísticos com facilidades para mobilidade de pessoas com dificuldades de locomoção e/ou outras necessidades especiais e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Contagem de estabelecimentos turísticos com facilidades de atendimento à necessidades especiais (anual)	Quantitativo (número e % do total)
	Registro e Controle de Visitação	Identificar a existência de registro e controle de visitação	Sistemas de registro e controle da visitação	Nº de estabelecimentos turísticos com sistemas de registro e controle de visitação e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Contagem de estabelecimentos turísticos com sistemas de controle e registro de visitação (anual)	Quantitativo (número e % do total)
	Visitas orientadas com programas de interpretação ambiental e cultural	Identificar estabelecimentos turísticos com visitas e programas ambientais e ou culturais	Programas de visitação orientada de interpretação ambiental e/ou cultural	Nº de estabelecimentos turísticos com programas de interpretação ambiental e/ou cultural e % relativa ao total de estabelecimentos turísticos	Contagem de estabelecimentos turísticos com programas de interpretação ambiental e/ou cultura (anual)	Quantitativo (número e % do total)
	Quantidade de turistas	Identificar a evolução do número de turistas em temporadas específicas (feriados, finais de semana, férias)	Quantidade de turistas numa temporada específica	Nº de turistas recepcionados num período de temporada turística; Nº e % de ocupação de leitos em meios de hospedagem em temporadas específicas	Contagem do número de turistas por meio de registros de ocupação em meios de hospedagem (anual)	Quantitativo (número de turistas)
	Segurança Turística	Identificar a evolução de incidentes e acidentes envolvendo turistas/visitantes	Incidentes (roubo, furto, violência) e acidentes envolvendo turistas/visitantes num período	Nº de incidentes (roubo, furto, violência) e acidentes envolvendo turistas e visitantes por ano	Somatório do número de registros de ocorrência de incidentes e acidentes com turistas nos estabelecimentos turísticos e delegacias de polícia (anual)	Quantitativo (número por ano)

Continua...

Capítulo 11 – Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTUR): uma proposta para aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG

	Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida
DIM. TURÍSTICA	Fidelização, Satisfação e Repetição do Turista	Identificar o grau de satisfação e quantidade de repetições do turista (fidelização do turista)	Grau de satisfação e quantidade de repetições do turista	Grau de satisfação do turista; Nº de repetições do turista de viagens na região; Nº de turistas que repetem a visita e % relativa ao total de turistas entrevistados	Obtenção da informação por meio de entrevistas e aplicação de questionário aos turistas por método de amostragem, contagem dos turistas que repetem a visita e cálculo das % relativas ao turistas entrevistados (por temporada)	Qualitativa (escala ordinal do nível de satisfação) e Quantitativa (número de repetições, número de turistas e % do total)
	Demanda Turística	Identificar a demanda turística e perfil turístico dos visitantes	Perfil dos turistas e Avaliação dos turistas	Perfil do turista (procedência, frequência de viagens, preferências, equipamentos turísticos usuais, companhias em viagens); Avaliação do turista sobre infra-estrutura, serviços e equipamentos turísticos	Obtenção da informação por meio de entrevistas e aplicação de questionário aos turistas por método de amostragem (por temporada)	Qualitativa e Quantitativa (número de turistas e % do total)
	Zoneamento paisagístico e normas de edificações turísticas	Identificar a existência de normas e regulamentações sobre a ocupação do solo e de construções de edificações turísticas	Regulamentações e Normas para ocupação e uso do solo em áreas turísticas	Existência de regulamentos e controle para ocupação e uso do solo em áreas turísticas e de instrumentos regulatórios para construção e reforma de edificações e espaços turísticos com critérios de adaptação e harmonia paisagística com elementos e características locais	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)
DIMENSÃO INSTITUCIONAL	Participação Social no processo de desenvolvimento turístico	Identificar a participação Social em decisões sobre o desenvolvimento do turismo	Participação social no processo de desenvolvimento turístico	Nº de eventos de consulta, reuniões, fóruns, assembléias realizadas no ano com a participação social no processo de desenvolvimento turístico; Nº de participantes por evento	Contagem de eventos realizados (reuniões, fóruns de discussão, assembléias de decisão) no ano e contabilização do número de participantes nos eventos	Quantitativa (número de eventos por ano e número de participantes por evento)
	Comunicação social de decisões e resultados do setor turístico	Identificar os mecanismos e periodicidade de divulgação dos resultados e decisões sobre o desenvolvimento turístico e dos relatórios da aplicação do SISDTur	Mecanismos de comunicação dos resultados de decisões sobre o desenvolvimento turístico e dos relatórios de avaliação turística obtidos pela aplicação do SISDTur	Existência de meios de comunicação e disponibilização dos resultados e decisões; Periodicidade de divulgação dos resultados de decisões sobre o desenvolvimento turístico e dos relatórios de avaliação turística obtidos pela aplicação do SISDTur	Constatação e Verificação local; Frequência de divulgação	Booleana (Sim ou Não) e Quantitativa (número de divulgações num período)
	Planejamento do Turismo no município	Identificar o processo de planejamento municipal do desenvolvimento do turismo	Plano Municipal de Turismo	Existência de um processo específico de planejamento municipal do desenvolvimento do turismo (Plano de Turismo Municipal)	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)

Continua...

Capítulo 11 – Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo (SISDTUR): uma proposta para aplicação na região do município de Bueno Brandão-MG

	Descritores	Objetivos do descritor e dos indicadores	Indicadores	Parâmetros Específicos de Medição	Forma de Medição e Frequência de levantamento de dados	Tipo e Unidade de Medida
SISDTur – Indicadores de gestão turística municipal DIMENSÃO INSTITUCIONAL	Conscientização do turismo sustentável	Identificar as iniciativas de educação e conscientização sobre turismo sustentável aplicadas à comunidade local	Programas de educação e conscientização sobre turismo sustentável	Existência de programas de educação e conscientização sobre turismo sustentável envolvendo a comunidade local; Frequência de aplicação dos programas	Constatação e Verificação local; Frequência de ocorrência (anual)	Booleana (Sim ou Não) Quantitativa (número de programas realizados no período)
	Articulação e integração do planejamento turístico a outros setores municipais	Identificar a integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico	Integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico	Existência de integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental com o desenvolvimento turístico; Existência de meios para controle de avanços e especulação imobiliária	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)
	Planejamento do turismo regional	Identificar a integração da planificação do turismo municipal com o processo de planejamento turístico regional	Integração entre a planificação do desenvolvimento turístico com o processo de planejamento regional de turismo	Existência de integração entre a planificação do desenvolvimento turístico com o processo de planejamento regional de turismo (Circuitos Turísticos)	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)
	Organização social do desenvolvimento turístico	Identificar as instituições e entidades representativas das classes do setor de turismo	Organismos sociais, associações e entidades de classe de turismo (guias, hotéis, restaurantes, agências) atuantes nos processos decisórios de desenvolvimento turístico	Nº de entidades e associações representativas das classes de turismo atuantes nos processos decisórios de desenvolvimento turístico; Nº de participantes por entidade/classe/associação	Constatação, Verificação e Contagem do número de associações e entidades atuantes e do número de participantes	Booleana (Sim ou Não) e Quantitativa (número por tipo de classe ou associação e número de participantes)
	Capacidade de gestão turística municipal	Identificar a existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo no município	Estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo	Existência de estruturas organizacionais e administrativas específicas em turismo (órgão responsável ou equipe gestora do ordenamento e planejamento do desenvolvimento sustentável do turismo, Conselho de Turismo, Secretaria ou departamento de turismo) Número de participantes e número de gestores de turismo	Constatação e Verificação local; Contagem de número de participantes e gestores turísticos	Booleana (Sim ou Não) Quantitativa (número)
	Capacidade de monitoramento do turismo sustentável	Identificar a equipe para uso, aplicação e manutenção do SISDTur	Equipe de aplicação do SISDTur	Existência de equipe tecnicamente preparada para aplicação do SISDTur	Constatação e Verificação local	Booleana (Sim ou Não)

Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICABILIDADE DO SISDTur

O SISDTur proposto está direcionado à aplicação no âmbito municipal (gestão municipal) e em empreendimentos e espaços de visitação (nível local), caracterizando-se como instrumento de monitoramento de atividades turísticas, visando à sustentabilidade do desenvolvimento local.

Os indicadores definidos e selecionados contaram com a ampla participação da sociedade local e com a intervenção de estudiosos (turismólogos e graduandos em Engenharia Ambiental), que corroboraram os indicadores avaliados. Durante todo o processo de seleção e definição destes indicadores, buscou-se direcioná-los à aplicação da realidade local da região de Bueno Brandão, com vistas a seu uso como um instrumento de gestão e de tomada de decisão pela própria sociedade local.

O conjunto de indicadores do SISDTur torna-se adequado, pertinente, aplicável, coerente, abrangendo as várias dimensões de sustentabilidade para aplicação à realidade desta região, e se as condições forem semelhantes, os sistema pode ser reproduzível, desde que haja uma adaptação dos indicadores às especificidades locais.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VALIDAÇÃO DO SISDTur

A exequibilidade do SISDTur no município de Bueno Brandão-MG, que foi propositalmente concebido com o envolvimento dos membros da sociedade local, depende de sua aceitação e validação pelos gestores públicos e da sua aprovação pelas autoridades locais, a fim de constituir-se num instrumento oficial de gestão do turismo no município.

No município de Bueno Brandão percebe-se expectativa positiva de aceitação e de interesse na aplicação do SISDTur e das propostas resultantes deste estudo. A administração municipal atual manifestou interesse em utilizar os resultados da presente pesquisa, gerando grandes perspectivas da legitimidade e continuidade do processo idealizado e desenvolvido na pesquisa.

Há a necessidade do estabelecimento de equipe executora, responsável e engajada para a realização das medições dos dados (aplicação dos indicadores) e para a atualização dos indicadores (por meio de discussão em fóruns participativos), coordenada por uma supervisão responsável pela aplicação do sistema.

Esforços também devem ser empenhados para garantir que o SISDTur seja utilizado também pelos demais setores da sociedade envolvidos no turismo (estabelecimento e empreendimentos turísticos), a fim de auxiliar na tomada de decisão, e na orientação de políticas de desenvolvimento do turismo na região²⁶.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A REVISÃO E A ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DO SISDTur

O conceito de sustentabilidade está associado ao aspecto temporal, e sendo assim, as condições locais se modificam e exigem novas expectativas de sustentabilidade, que devem ser verificadas e analisadas por meio de indicadores mais apropriados às novas condições.

O conjunto definido de indicadores deve ser constantemente adaptado às mudanças das condições observadas ao longo do tempo pelo processo de desenvolvimento do turismo. Revisões periódicas, atualizações e adequações dos indicadores são constantemente necessárias para a sua aplicabilidade.

De acordo com a afirmação de Valentin e Spangenberg (2000), novos objetivos, indicadores e medições serão encontrados ao longo do tempo, para complementar ou substituí-los, pois os indicadores refletem interesses atuais, que estão sempre em dinâmica transformação. Os indicadores de sustentabilidade são dinâmicos e variam de acordo com a natureza do objeto de estudo, não existindo indicadores definitivos (RABELO, 2008).

A revisão e avaliação periódica dos indicadores é um processo contínuo, de acordo com as necessidades de usos para a gestão e as demandas de urgência para tomada de decisão. Os indicadores precisam estar relacionados aos aspectos prioritários que são identificados numa localidade, e desta forma, devem ser

²⁶ Houve sugestões de se vincular a obrigatoriedade da aplicação de alguns indicadores e o levantamento de dados pelos estabelecimentos turísticos por meio de regulamentações específicas municipais, condicionadas a emissões de autorização de funcionamento dos estabelecimentos.

aperfeiçoados de acordo com sua relevância e praticidade de uso, num processo dinâmico de ajustes regulares na composição do sistema de indicadores. A avaliação periódica de sua utilidade visa à readequação dos indicadores e à atualização com novos indicadores, em função das necessidades correntes no processo de monitoramento e gestão (conforme esquema apresentado na Figura 10.1).

O aperfeiçoamento e a inserção de novos indicadores devem acompanhar o processo de desenvolvimento turístico numa localidade. Como exemplo, pode-se citar os indicadores que identificam a existência (ou ausência) de uma determinada condição. A partir do momento em que o indicador torna-se satisfatório (comprovação da existência de uma condição), surge a necessidade de se verificar a qualidade e/ou a quantidade das condições específicas existentes, por meio de novos indicadores e parâmetros de medição.

As características de transformações dinâmicas, próprias da atividade turística, exigem a revisão e a atualização da configuração e estrutura do SISDTur, adaptando-o aos sucessivos estágios do processo de desenvolvimento turístico.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO E DISPONIBILIDADE DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DO SISDTur

Os resultados da aplicação do SISDTur devem ser traduzidos a uma linguagem clara aos usuários e à sociedade geral, disponibilizando-os por meio de relatórios e publicações sintéticas, de leitura compreensível e atraente.

A representação gráfica dos resultados dos indicadores (com as diferentes categorias e dimensões da sustentabilidade) pode ser muito conveniente, pois permite a explanação e a compreensão da evolução temporal das condições observadas e medidas pelos indicadores.

Algumas abordagens metodológicas e sistemas de indicadores priorizam e baseiam-se na representação gráfica para mostrar as diferentes categorias e dimensões da sustentabilidade nos seus modelos, tais como: Barômetro da sustentabilidade (*Barometer of Sustainability*) (PRESCOTT-ALLEN, 1997); Indicadores do Método Ameba (PATTERSON, 2002); Painel de Sustentabilidade – *Dashboard of Sustainability* (VAN BELLEN, 2004), entre outros.

Sugestões futuras de representação visual da sustentabilidade do desenvolvimento turístico devem surgir e serem idealizadas, a fim de promover e facilitar sua interpretação, permitindo: projetar tendências e cenários futuros; identificar as relações implícitas dos indicadores; esclarecer explicitamente a avaliação do desenvolvimento turístico; e auxiliar didaticamente no processo educacional e de conscientização da sociedade local sobre a sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGREGAÇÃO DE INDICADORES E O ESTABELECIMENTO DE ESCALAS PARA OS ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

No SISDTur, preferiu-se não combinar os indicadores e os parâmetros por intermédio de funções e ponderações para a composição de índices de sustentabilidade, pelo fato de considerar extremamente relevante a análise individual de cada indicador em cada uma de suas dimensões no sistema proposto.

O processo de agregação de indicadores e hierarquização de atributos possui a tendência de ocultar valiosas informações sobre os aspectos cruciais de sustentabilidade, apontados pelos indicadores específicos, o que pode prejudicar a transparente visualização e interpretação completa do sistema.

Assim, os indicadores do SISDTur abordam isoladamente cada aspecto de cada dimensão a ser monitorado, sem agregação em índices de sustentabilidade, cuja informação obtida permite identificar as necessidades de ações específicas, que associadas aos diversos indicadores, propiciam a visão integral (tanto geral como pormenorizada) de todo o sistema.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O USO DO SIDTur PARA COMPARAÇÃO ENTRE LOCALIDADES E DESTINOS TURÍSTICOS

O objetivo de um monitoramento do desenvolvimento do turismo não é o de comparar a sustentabilidade entre destinos, mas o de verificar se o destino está evoluindo em termos de sustentabilidade turística.

Por isso, considera-se de pouca ou nenhuma relevância a comparação do nível de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo entre localidades e regiões turísticas, já que o objetivo de um sistema de indicadores é o de identificar as

necessidades de intervenções no próprio destino no qual o sistema está sendo aplicado.

A comparação de sustentabilidade entre destinos turísticos, com a aplicação de um sistema de indicadores, pode ser útil em situações de tomada de decisão, quando eventualmente for necessária a priorização de investimentos e a definição da destinação de recursos entre as possíveis localidades turísticas em desenvolvimento.

O objetivo da proposição do SISDTur nunca foi o de propiciar um instrumento de comparação entre localidades e destinos turísticos, mas sim de verificar as condições atuais do desenvolvimento sustentável do turismo na região do município de Bueno Brandão-MG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o alcance do turismo sustentável (objetivo), o desenvolvimento do turismo (processo) deve ser melhor operacionalizado. Assim, o monitoramento de turismo não deve ser apenas um processo de verificação final de condições anteriormente planejadas, mas um instrumento útil para definições de ações durante o desenvolvimento turístico.

O SISDTur (Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo) consiste num importante instrumento metodológico prático, útil e exequível que tem a finalidade de auxiliar o processo de monitoramento e gestão sustentável da atividade turística no município de Bueno Brandão.

Assim, o uso do SISDTur é um componente central de planejamento e gestão do processo de desenvolvimento turístico, pois permite o mapeamento e a visualização das condições atuais do desenvolvimento do turismo, tornando-se numa referência básica de procedimentos que auxilia o estabelecimento de políticas públicas adequadas, de âmbito municipal e regional.

Constitui-se, portanto, em instrumento altamente efetivo e flexível no planejamento e monitoramento do turismo, que busca, juntamente com outros

instrumentos de gestão, o alcance dos princípios sustentáveis de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão-MG.

A aplicação futura e efetiva do SISDTur na região (concebido e gerido pela sociedade local) possibilitará:

- Monitoramento contínuo do processo de desenvolvimento do turismo local;
- Monitoramento constante e com maior facilidade e efetividade;
- Maior compromisso e responsabilidade pelo monitoramento;
- Maior expectativa de aplicação das ações direcionadas ao desenvolvimento do sustentável turismo;
- Incorporar sistemas de monitoramento e gestão ambiental em atividades cotidianas, conduzidas pela própria comunidade.

O SISDTur adapta-se aos requisitos de um sistema de indicadores de sustentabilidade da atividade turística em nível local, sem renunciar ao caráter holístico de desenvolvimento sustentável, nem à transversalidade do turismo remetendo à base do paradigma da sustentabilidade.

Durante a elaboração e definição do SISDTur, alguns legados metodológicos puderam ser identificados e considerados para a sua aplicação:

- Há necessidade de preocupação constante de operacionalização dos indicadores durante o processo de sua seleção e definição, para torná-los exequíveis e adequados à realidade local;
- Há necessidade de se estabelecer procedimentos padronizados para medição e levantamento de indicadores, para permitir informações passíveis de análise dos aspectos identificados;
- Há necessidade de estabelecer os responsáveis para medição periódica dos indicadores a campo (monitoramento), assim como atribuir funções a gestores do processo de monitoramento do desenvolvimento turístico, exigindo instrumentos administrativos (alguns de ordem legal) para a efetividade do processo;
- A revisão periódica dos indicadores deve ser um processo contínuo, de acordo com as necessidades de usos para a gestão e as demandas de urgência para tomada de decisão. Os indicadores precisam estar

relacionados aos aspectos prioritários que são identificados numa localidade, e desta forma, devem ser aperfeiçoados de acordo com sua relevância e praticidade de uso, num processo dinâmico de ajustes regulares na composição do sistema de indicadores. Faz-se necessário avaliar periodicamente sua utilidade e capacidade de monitorar o processo do desenvolvimento turístico;

- Os indicadores devem ser bem interpretados sob a ótica científica, política e de gestão. Devem, com a devida frequência, ser completados com outras informações qualitativas e científicas, sobretudo para explicar os fatores que ocorrem ao longo do processo de desenvolvimento turístico.

Dentro de um enfoque teórico-conceitual não se pretendeu configurar uma proposta rígida e imutável de um sistema de indicadores, pois o objetivo foi oferecer um marco de referência para a adaptação e a integração dos indicadores de sustentabilidade nos processos de planejamento e gestão turística da região de Bueno Brandão-MG.

Desta forma, torna-se imprescindível fomentar as discussões de estudos contínuos e aprofundados sobre indicadores e que forneçam instrumentos e procedimentos aplicáveis, adequados e coerentes para a análise e monitoramento do desenvolvimento do turismo, sob a égide dos princípios de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ARANDA TORRENTS, X. Un sistema de indicadores sostenibles aptos para un destino turístico: un fundamento metodológico. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE TURISMO Y OCIO, 12., 2003, Barcelona. **Anais...** Barcelona(España): ESADE-Fira de Barcelona, 2003. p.469-476.

BOSEL, H. Assessing viability and sustainability: a systems-based approach for deriving comprehensive indicator sets.. **Conservation Ecology**, Waterloo, v.5, n.2, art.12, 2001.

BOSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, methods, applications: a report to Balaton Group.** International Institute for Sustainable Development. Winnipeg, Manitoba, Canada, IISD, 1999. 124p.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE TURISMO SOSTENIBLE, 1., 1995, Lanzarote, Ilhas Canarias, Espanha. **Carta del Turismo Sostenible...** Lanzarote, Ilhas Canarias, Espanha: [s.n.], 1995. p.1-5.

DAHL, A.L. The big picture: comprehensive approaches. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S.; MATRAVERS, R. **Sustainability indicators: a report on the project on indicators of sustainable development.** Chichester, GB: Wiley and sons, 1997. p.69-83.

GALLOPÍN, G.C. Indicators and their use: information for decision making. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S.; MATRAVERS, R. **Sustainability indicators: a report on the project on indicators of sustainable development.** Chichester, GB: Wiley and sons, 1997. 415p. Cap.1, p.13-27.

HARDI, P.; ZDAN, T. **Assessing Sustainable Development: principles in practice.** Winnipeg (Canada): International Institute for Sustainable Development, 1997. 166p.

IVARS BAIDAL, J.A. **Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG).** Alicante: Universidad de Alicante; Instituto Universitario de Geografía, 2001. 75p. (Documentos de Trabajo, n.1).

MEADOWS, D. **Indicators and information systems for sustainable development: a report to the Balaton Group.** Hartland: The Sustainability Institute, 1998. 78p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável.** Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE TURISMO. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos: guía práctica.** Madrid: OMT, 2005. 545p.

PATTERSON, M. **Headline indicators for tracking progress to sustainability in New Zealand.** Wellington, New Zealand: Ministry for the Environment, 2002. 126p. (Technical Report Nº 71).

PRESCOTT-ALLEN, R. Barometer of stability. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S.; MATRAVERS, R. **Sustainability indicators: a report on the project on indicators of sustainable development.** Chichester, GB: Wiley and sons, 1997. p.133-137.

RABELO, L.S. **Indicadores de sustentabilidade: a possibilidade do desenvolvimento sustentável.** Fortaleza: Prodemá; UFC, 2008. 126p.

REED, J.S.; FRASER, E.D.G.; DOUGILL, A.J. An adaptative learning process for developing and applying sustainability indicators with local communities. **Ecological Economics**, Elsevier, Amsterdam, v.59, p.406-418, oct. 2006.

ROMAGOSA CASALS, F.; CUÉTARA SÁNCHEZ, L. El desarrollo sostenible en destinos turísticos: propuesta de un sistema de indicadores de sostenibilidad. **Papers de Turismo**, Valencia, n.30, 2001, p.125-137.

ROME, A. **Ecotourism impact monitoring**: a review of methodologies and recommendations for developing monitoring programs in Latin America. Arlington: Nature Conservancy, 1999. (Ecotourism Technical Report Series, Nº 1).

SÁNCHEZ RIVERO, M.; PULIDO FERNÁNDEZ, J.I. **Medida de la sostenibilidad turística**: propuesta de un índice sintético basado en ponderaciones factoriales. Madrid: IX CONVOCATORIA PREMIO TRIBUNA FITUR JORGE VILA FRADERA 2007; FITUR, 2008. 203p.

SANCHO PÉREZ, A.; GARCÍA MESANAT, G. ¿Qué indica un indicador? Análisis comparativo en los destinos turísticos. **Revista de análisis turístico**, Asociación Española de expertos científicos en turismo, Alicante, n.2, p.69-75, 2006a.

SANCHO PÉREZ, A.; GARCÍA MESANAT, G. El papel de los indicadores en la planificación turística. In: CONGRESO NACIONAL TURISMO Y TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LAS COMUNICACIONES - TURITEC, 6., 2006, Málaga. **Anais...** Málaga (España): Escola Universitária de Turismo; Universidad de Málaga, 2006b, p.1-13.

SIRAKAYA, E.; JAMAL, T.B.; CHOI, H.S. Developing indicators for destination sustainability. In: WEAVER, D.B. **The encyclopedia of Ecotourism**. Oxon: CABI, 2001. Cap.26, p.411-432.

STANKEY, G.H.; COLE, D.N.; LUCAS, R.C.; PETERSEN, M.E.; FRISSELL, S.S. **The Limits of Acceptable Change (LAC) system for wilderness planning**. Ogden, UT: U.S. Department of Agriculture. Forest Service. Intermountain Forest and Range Experiment Station, 1985. 37p. (General Technical Report INT-176).

TWINING-WARD, L.; BUTLER, R. Implementing STD on a Small Island: development and use of sustainable tourism development indicators in Samoa. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.10, n.5, p.363-387, 2002.

VALENTIN, A. SPANGENBERG, J.H. A Guide to community sustainability indicators. **Environmental Impact Assessment Review**, Elsevier Science, New York, v.20, p.381-392, 2000.

VAN BELLEN, H.M. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, Brasil, ANPPAS, v.7, n.1, p.67-87, 2004.

VAN BELLEN, H.M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa, 2002. 235 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. **Indicadores de sostenibilidad para destinos maduros: balance y propuestas de aplicación**. Conferência criando estruturas para la investigación e la educación en la política turística y gestión de destinos. Madrid: Organización Mundial de Turismo, 2004. 10p.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Measuring sustainability in a mass tourist destination: pressures, perceptions and policy responses in Torrevieja, Spain. **Journal of Sustainable Tourism**, Clevedon, v.11, n.2/3, p.181-202, 2003b.

VERA REBOLLO, J.F.; IVARS BAIDAL, J.A. Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible. In: VALDÉS PELÁES, L; PÉREZ FERNANDEZ, J.M. DEL VALLE TUERO, E.A. **Experiências públicas y privadas en el desarrollo de un modelo de turismo sostenible**. Oviedo: Fundación Universidad de Oviedo, 2003a. p.105-129.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Agenda 21 for the travel and tourism industry**: towards environmentally sustainable development. Madrid: WTO, 1997. 78p.

CAPÍTULO 12

CONCLUSÕES E LEGADOS METODOLÓGICOS



HANAI, FREDERICO YURI. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade:** uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC) – Universidade de São Paulo (USP), São Carlos-SP, 2009. Orientador: Prof. Assoc. Evaldo Luíz Gaeta Espíndola.

CONCLUSÕES

O contínuo almejo da sustentabilidade do turismo, a constante busca de uma maior eficiência econômica racional (baseada em princípios de equidade e de justiça social) e o equilíbrio harmônico do homem com o meio ambiente pode direcionar na prática o objetivo realizável do turismo sustentável, entendido aqui como algo a ser aspirado e um sentido a ser seguido. Esta visão gera iniciativas e ações para organizar uma nova postura da sociedade diante dos desafios atuais e futuros – socioambientais e econômicos - concordantes com o novo paradigma de desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável do turismo, apesar de ser considerado por alguns autores como utópico ou um viés do conceito de desenvolvimento sustentável, provoca o desafio de alcançá-lo e, ao mesmo tempo, induz à tendência de operacionalizá-lo ao planejamento futuro por meio de esforços sistemáticos e integradores para consolidação das aspirações dos princípios da sustentabilidade.

Na região de Bueno Brandão, as transformações socioeconômicas, principalmente do espaço rural, vêm requisitando urgentemente novas alternativas sustentáveis de desenvolvimento, colocando o turismo como opção emergente adequada às aptidões e realidades regionais.

A existência de atrativos naturais, culturais e rurais na região, o interesse e a disposição da população local no turismo, a demanda de visitantes e turistas e a existência de empreendimentos turísticos emergentes configuram um quadro favorável ao desenvolvimento do turismo, porém exige a definição de políticas, planos e programas específicos de turismo para direcionar e subsidiar projetos, iniciativas e empreendimentos turísticos emergentes no município, os quais devem ser elaborados consonantes com os princípios de sustentabilidade e com ampla participação e envolvimento da população local.

O envolvimento da comunidade local tornou-se imperativa e um componente essencial do desenvolvimento sustentável do turismo. O incentivo à efetiva participação da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico busca propiciar o seu envolvimento de maneira consciente na definição das ações desejáveis (buscando incorporar os princípios sustentáveis e valores éticos) nas

estratégias de planejamento e nos propósitos de desenvolvimento local da atividade turística.

O programa de sensibilização turística constituiu-se num valioso procedimento para sensibilizar a população local sobre a sustentabilidade do turismo, incentivando-a à sua participação ativa e ao seu envolvimento no processo de desenvolvimento do turismo.

A inserção, a efetivação e a satisfação dos princípios pressupostos pelo desenvolvimento sustentável do turismo na região de Bueno Brandão podem ser verificados pelo estabelecimento de diretrizes e mecanismos que auxiliem a gestão sustentável da atividade turística, requisitando os procedimentos e instrumentos de análise do turismo, como os indicadores de sustentabilidade.

Os indicadores constituem-se como valiosos e úteis instrumentos para subsidiar o processo de tomada de decisão na gestão e no desenvolvimento de projetos e políticas de desenvolvimento sustentável do turismo.

O reconhecimento da complexidade, que alcançam os problemas de medição de indicadores, constitui-se em um importante desafio motivador para a idealização e o estabelecimento de um conjunto de indicadores, de forma a contribuir com informação significativa sobre as distintas dimensões da sustentabilidade.

Assim, a presente pesquisa investigou e elaborou instrumentos e procedimentos para a proposição do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur), por meio da abordagem participativa envolvendo a comunidade local do município de Bueno Brandão-MG, subsidiando o processo de desenvolvimento, gestão e monitoramento do turismo iniciado na região, de acordo com os princípios de sustentabilidade.

Porém, torna-se imprescindível fomentar as discussões de estudos mais aprofundados sobre indicadores e a necessidade de proporcionar a continuidade de investigações que forneçam instrumentos e procedimentos aplicáveis, adequados e coerentes para a análise da sustentabilidade e do monitoramento do desenvolvimento sustentável do turismo.

A seguir, verificam-se as hipóteses básicas norteadoras da tese, concluindo-se sobre a pesquisa investigada:

HIPÓTESE 1: *A adoção da abordagem participativa, envolvendo a comunidade local da região do município de Bueno Brandão-MG, é possível e relevante ao processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade do turismo e pode ser viabilizada por meio do programa de sensibilização turística.*

A adoção da abordagem participativa, envolvendo a comunidade local é possível e relevante. A participação e o envolvimento dos colaboradores foram imprescindíveis para o processo de seleção, definição e proposição de indicadores de turismo e à consecução dos procedimentos metodológicos da pesquisa. Os resultados obtidos pela pesquisa mostraram que existem divergências significativas (confirmadas estatisticamente) entre os distintos grupos de participantes da pesquisa no processo de seleção de indicadores de sustentabilidade. As diferenças intrínsecas nos perfis dos participantes (experiências individuais, interpretações, percepções pessoais) refletiram nas concepções de sustentabilidade e exerceram importante influência na definição dos indicadores. A constatação da existência destas divergências corrobora a importância do envolvimento e da participação da população local na produção e definição de instrumentos que sejam adequados, aplicáveis e de aceitação política e social para a gestão do turismo local. A adoção de abordagem participativa foi fundamental para inserir e valorizar as concepções, paradigmas, visões e perspectivas da comunidade sobre a sustentabilidade no contexto da realidade local.

A participação da comunidade local pôde ser viabilizada pelo programa de sensibilização turística. O programa de sensibilização turística proposto possibilitou à população local o esclarecimento sobre a sustentabilidade do turismo e a compreensão dos aspectos relacionados ao fenômeno do turismo, incentivando-a ao

envolvimento e à participação ativa tanto nos processos decisórios de desenvolvimento turístico, assim como nas ações de investigação e extensão desenvolvidas ao longo do trabalho. Observou-se o interesse e a disposição favorável dos moradores em obter conhecimentos sobre a atividade turística e em participar do processo de desenvolvimento do turismo na região. Além disso, a sensibilização turística também despertou a comunidade sobre a necessidade de atuação conjunta do setor turístico por meio de associações, a fim de propiciar a desejável cooperação mútua e o seu fortalecimento institucional para viabilizar ações, reivindicar necessidades coletivas e reforçar exigências para conquista de investimentos e melhorias turísticos.

HIPÓTESE 2: É possível conceber um Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur), aplicável à realidade da região do município de Bueno Brandão-MG, concebido como instrumento de auxílio à gestão turística, permitindo averiguar a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo.

O SISDTur é um instrumento metodológico prático, útil e exequível que tem a finalidade de auxiliar o processo de monitoramento e gestão sustentável da atividade turística, compreendendo o conjunto de descritores, indicadores, parâmetros, procedimentos técnicos, diretrizes e orientações para identificação e obtenção de informações e dados sobre o turismo, distribuídos nas dimensões de sustentabilidade. Foi desenvolvido com a participação da sociedade local, propiciando a elaboração de um sistema consistente, condizente, adequado às condições locais e de fácil interpretação, o que facilita a aplicação e a medição dos indicadores propostos. O SISDTur consiste num importante instrumento para a gestão do turismo no município, pois permite o mapeamento e a visualização das condições atuais do desenvolvimento turístico, apontando as necessidades de intervenções para o direcionamento de prioridades,

esforços e de investimentos no sentido de melhorar a sustentabilidade do desenvolvimento. Constitui-se, portanto, em instrumento altamente efetivo e flexível no planejamento e monitoramento do turismo, que busca, juntamente com outros instrumentos de gestão, o alcance dos princípios sustentáveis de desenvolvimento do turismo na região do município de Bueno Brandão-MG.

CONSIDERAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E LEGADOS METODOLÓGICOS

Ao longo do desenvolvimento da tese, obteve-se a oportunidade de vivenciar experiências e adotar procedimentos metodológicos que foram essenciais para a consecução da pesquisa.

Os principais legados metodológicos advindos do processo de execução da investigação são apresentados e compartilhados no presente capítulo, configurando-se numa compilação das considerações e recomendações julgadas relevantes e de destaque.

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES SOBRE O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL NA CONCEPÇÃO DAS AÇÕES PRETENDIDAS DE UM PROJETO SOCIOAMBIENTAL DE PESQUISA E EXTENSÃO

A consulta à sociedade local, com a consideração de suas ideias e sugestões (sobre a programação, os procedimentos, métodos, técnicas e cronograma), é essencial para que as ações propostas num projeto se desenvolvam de maneira satisfatória e produtiva.

Por isso, é importante a sensibilização e o esclarecimento da comunidade local sobre as ações pretendidas (antes mesmo de se iniciar efetivamente o projeto), podendo ser viabilizados por meio de reuniões preliminares para a apresentação clara das intenções do projeto, permitindo também a inclusão de suas sugestões e orientações. Este procedimento proporciona também o interesse, a credibilidade e a motivação da comunidade local, incitando a sua participação e envolvimento ativo nas ações do projeto.

Como legado deste trabalho, são sugeridos os seguintes delineamentos para uma boa relação com a comunidade local e alcance das ações pretendidas em projetos de extensão e pesquisa:

- 1) Inicialmente, ouvir bastante e compreender a situação cultural da comunidade, a fim de perceber os aspectos essenciais sobre seu perfil socioeconômico e cultural;
- 2) Integrar-se por meio da vivência local com a comunidade, incorporando os aspectos cotidianos tradicionais, para conquistar sua confiança e credibilidade nas ações propostas;
- 3) Respeitar irrestritamente as especificidades e diferenças culturais da comunidade local;
- 4) Sensibilizar e indicar à comunidade sobre as necessidades atuais (às vezes as conclusões sobre as necessidades são conjuntas e ocorrem naturalmente);
- 5) Sugerir (e não impor) as ações pretendidas, com as devidas adequações e adaptações locais.

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DE SENSIBILIZAÇÃO TURÍSTICA

O programa de sensibilização turística consiste em importante meio multiplicador e disseminador dos conceitos básicos do turismo, mas que não deve ser considerado como veículo de convencimento da comunidade local sobre o desenvolvimento irrestrito do turismo. A sensibilização turística deve propiciar a elucidação da população local sobre as oportunidades e também sobre os possíveis riscos associados ao desenvolvimento do turismo, no sentido de torná-las aptas a precaução e à tomada de decisão, sendo necessária, neste processo, muita cautela para não gerar falsas expectativas e ilusões à comunidade local.

A sensibilização turística deve ressaltar a importância da inserção e atuação da população local no processo de desenvolvimento turístico, apontando a grande responsabilidade atribuída aos moradores locais, que são importantes atores sociais e dinâmicos para o sucesso do desenvolvimento turístico sustentável.

Os programas de sensibilização turística não devem se constituir em meios de convencimento passivo da população local ou de legitimação dos diversos interesses (nem sempre coletivos) ou de imposições do desenvolvimento irrestrito do turismo numa localidade.

Recomenda-se que os programas de sensibilização turística considerem os seguintes aspectos relevantes no seu processo de elaboração e desenvolvimento:

- Os programas de sensibilização turística devem considerar os pressupostos culturais, ideológicos ou religiosos da comunidade, sem os quais resulta ser praticamente impossível a efetivação e concretização das ações propostas. A consideração de valores culturais da comunidade constitui-se num aspecto de extrema importância para a definição da abordagem, conteúdo e estratégias de aplicação de um programa de sensibilização turística;
- Um levantamento preliminar, por meio de entrevistas e aplicação de questionários, do grau de conhecimento da população local sobre o turismo é importante e auxilia na definição dos conteúdos e estratégias do programa de sensibilização turística, assim como a posterior avaliação de seu desempenho;
- O uso dos termos técnicos específicos sobre turismo e sustentabilidade devem ser adaptado à uma linguagem simples, usual e compreensível pela população local;
- Os fatos e as situações cotidianas da realidade do local devem ser inseridos para exemplificação dos conceitos e conteúdos do turismo. Para isso é necessário um levantamento prévio das características turísticas locais (atrativos naturais, culturais, históricos locais), que possibilitam a melhor compreensão das mensagens a serem transmitidas;
- A programação e organização das estratégias de sensibilização turística deve ser realizada conjuntamente com colaboradores e gestores locais envolvidos, a fim de conciliar as ações programadas com as atividades cotidianas e rotineiras da comunidade e considerar as facilidades existentes, orientações e sugestões advindas destes colaboradores para

- melhor adequação do programa às disponibilidades, conveniências e comodidades locais;
- Os programas de sensibilização turística não devem possuir o caráter de um curso de capacitação e desta forma, técnicas e materiais didáticos de interpretação gráfica, dinâmicas, práticas pedagógicas, cursos, palestras, eventos devem ser desenvolvidos para implementação do programa, assim como outros meios alternativos e inovadores de comunicação e de alcance público;
 - Os programas de sensibilização turística devem contemplar também a sua auto-avaliação, a fim de verificar se os procedimentos adotados tem propiciado uma evolução na consciência turística da população local.

LEGADOS METODOLÓGICOS ADVINDOS DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA DE INDICADORES

O processo de seleção, definição de indicadores e de elaboração do Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur) envolveu a execução de diversas atividades, consideradas essenciais para a conclusão da pesquisa.

Na construção de um sistema de indicadores destacam-se as seguintes ações recomendadas e apresentadas sucintamente na Figura 12.1: o levantamento e a identificação de um conjunto referencial de indicadores, envolvendo a revisão da literatura e a investigação de estudos de caso de sistemas de indicadores empregados em outros destinos e situações; a aplicação do programa de sensibilização turística para o envolvimento e a participação da sociedade local; a realização de cursos básicos preparatórios, reuniões e oficinas técnicas, envolvendo a participação da comunidade local e de especialistas, para o processo de seleção e definição de indicadores; o estabelecimento de critérios e conceitos para atribuição aos indicadores; a elaboração do sistema de indicadores, que compreende a definição de descritores, indicadores, parâmetros, procedimentos técnicos para identificação e obtenção de informações; a atribuição dos responsáveis pela medição dos indicadores; e a definição dos meios de comunicação e disponibilização das informações obtidas pelos indicadores.

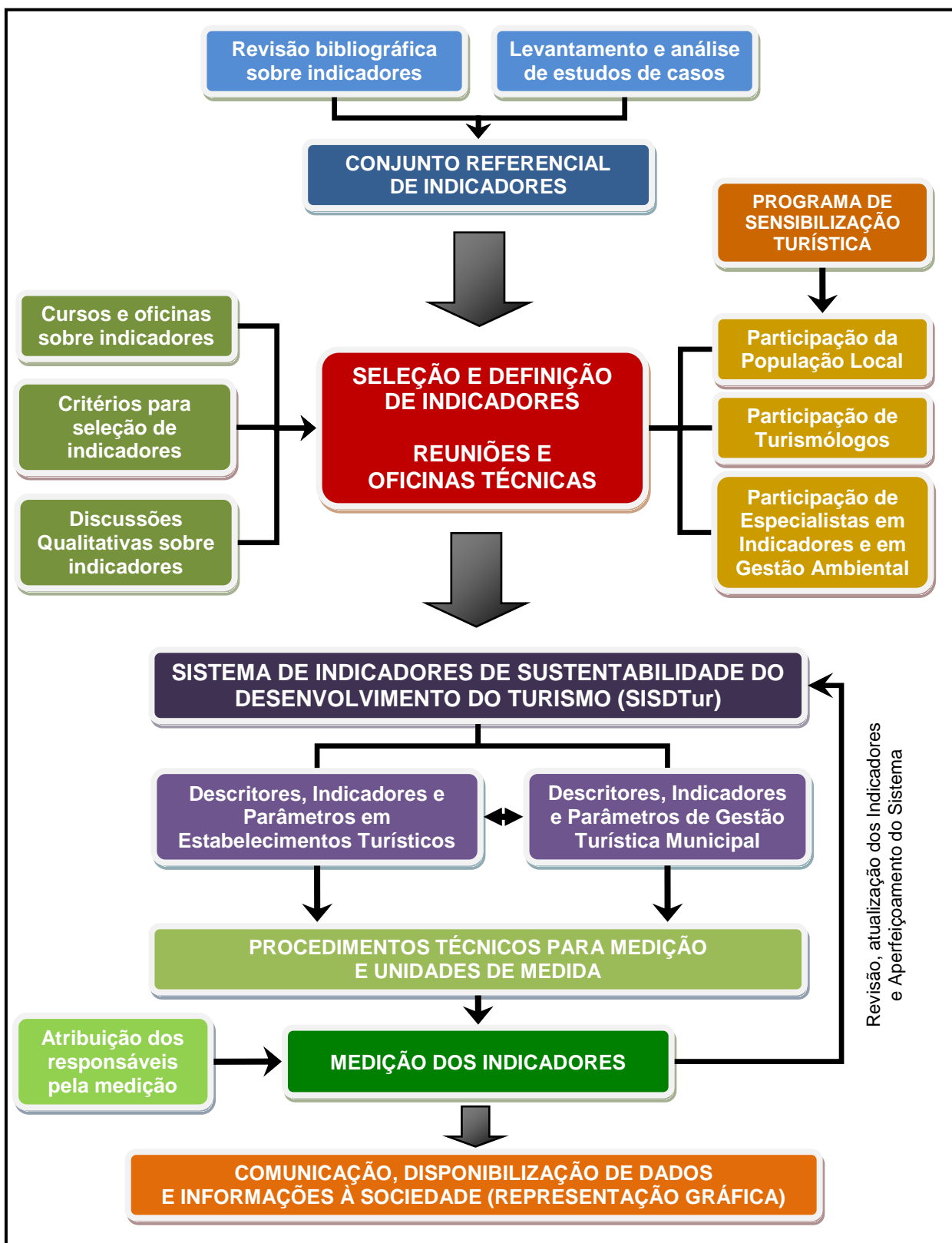


Figura 12.1 – Estrutura metodológica da construção de um sistema de indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do desenvolvimento do turismo

Abordagem participativa da população local

No presente estudo, é sugerida e adotada a abordagem participativa da comunidade local (gestores municipais, empreendedores, guias, agenciadores, administradores) no processo de construção de indicadores de sustentabilidade, propiciada pelo programa de sensibilização turística. O envolvimento e a participação de atores locais são imprescindíveis e de extrema importância para o estabelecimento de indicadores aplicáveis e adequados à realidade de um destino turístico.

Recomenda-se que os indicadores sejam selecionados e definidos pela visão da sociedade, a fim de torná-los aplicáveis e coerentes com a realidade local. Os indicadores devem ser definidos a cada realidade local, contemplando as características, prioridades e interesses específicos, para sua melhor aplicação efetiva, confiabilidade e aceitação política e social, considerando ao mesmo tempo, os aspectos integradores e multidimensionais regionais.

Abordagem participativa com a integração de especialistas

Além da participação dos atores locais da comunidade, é conveniente o envolvimento de especialistas em indicadores, em gestão ambiental e de turismólogos no processo de seleção e definição de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo.

No presente estudo, a participação de alguns destes especialistas ocorreu em grupos isolados, em função das possibilidades e oportunidades disponíveis durante a realização da pesquisa. Assim, recomenda-se a participação e o envolvimento concomitantes da população local, dos especialistas em indicadores e gestão ambiental e dos turismólogos em eventos e reuniões conjuntas, permitindo a desejável integração e o melhor aprofundamento das discussões no processo de seleção dos indicadores.

O diálogo entre especialistas e comunidades deve ser promovido, contemplando concepções distintas das realidades locais e valorizando as

diversidades para encontrar convergências, por meio da interação desejável entre os diferentes envolvidos no processo de definição de indicadores.

Para a condução das reuniões técnicas, o facilitador/coordenador deve previamente preparar os integrantes dos grupos e programar o processo de construção dos indicadores utilizando-se de técnicas participativas e integradoras nas oficinas de trabalho, a fim de promover as discussões e considerações dos envolvidos de forma harmoniosa e conclusiva.

Preparação e programação das reuniões e oficinas técnicas

Recomenda-se a aplicação de cursos básicos e oficinas técnicas, a fim de permitir melhor preparação dos participantes nas discussões sobre indicadores, compreendendo conteúdos sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade do turismo, conceito de indicadores, seu uso e características desejáveis. Estes cursos e oficinas propiciam e favorecem discussões mais conscientes, aprofundadas e enriquecedoras sobre o assunto nas reuniões técnicas.

A seleção dos indicadores deve se basear em várias características e propriedades desejáveis, que podem ser sintetizadas em três critérios principais para a seleção prática dos indicadores: a sua significância e relevância; a sua facilidade de medição e obtenção de dados; e a sua aplicabilidade e utilidade ao contexto que será empregado.

Para a seleção dos indicadores, pode-se adotar o procedimento de atribuir conceitos aos indicadores, por meio de escala numérica ordinal categorizada (muito, razoável, pouca e nenhuma), referindo-se aos critérios básicos e correlacionando valores numéricos (escala de *Likert*), conforme realizado neste estudo.

Porém, recomenda-se incentivar discussões qualitativas (e não apenas a atribuição dos conceitos aos indicadores), visando propiciar a ocorrência de contribuições pelos participantes. As considerações, observações e comentários realizados pelos participantes da pesquisa nas reuniões e oficinas técnicas enriquecem consideravelmente as discussões qualitativas e a análise dos

indicadores, sendo fundamentais para ampliar as oportunidades de interpretação e definição de indicadores.

O Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento do Turismo (SISDTur)

O SISDTur compreende um conjunto de descritores, indicadores, parâmetros, procedimentos técnicos, diretrizes e orientações para identificação e obtenção de informações e dados sobre o turismo, distribuídos nas dimensões de sustentabilidade.

De acordo como foi concebido, o SISDTur não é apenas uma coletânea de indicadores selecionados pela pesquisa, mas um sistema operacional que compreende procedimentos técnicos definidos para medição dos indicadores.

Transcrição dos indicadores de impactos em indicadores de sustentabilidade de gestão

O SISDTur elaborado compreende dois conjuntos de indicadores: indicadores de sustentabilidade em estabelecimentos turísticos e espaços de visitação; e indicadores de sustentabilidade da gestão turística municipal. Os indicadores de impactos, preliminarmente levantados e identificados pelos estudos de caso, foram transcritos em indicadores de sustentabilidade de gestão do turismo.

Recomenda-se a definição e o estabelecimento de indicadores que não somente avaliem os impactos, mas que também identifiquem as ações e as iniciativas que evitem os possíveis impactos negativos relacionados ao desenvolvimento do turismo numa localidade.

Sugere-se a transcrição dos indicadores de impactos do turismo em indicadores de gestão do turismo, que indiquem a existência e a promoção de ações no sentido da sustentabilidade do desenvolvimento turístico, apontando a maior importância em verificar as ações preventivas do desenvolvimento turístico, no sentido de evitar ou minimizar os impactos e não apenas corretivas.

Indicadores qualitativos e quantitativos

Os indicadores podem ser quantitativos (números simples, proporções, porcentagens) e/ou qualitativos (categorias, níveis de satisfação, etc.). A aplicação prática de indicadores qualitativos mostrou-se possível, importante e indispensável para a análise da sustentabilidade de um destino turístico.

Sugere-se a proposição e aplicação combinada das duas concepções de indicadores (qualitativo e quantitativo), tornando-se adequada, pertinente, desejável e enriquecedora para o estabelecimento de um bom sistema de monitoramento.

Sistema de indicadores e procedimentos de medição e obtenção dos dados

Na proposição de um sistema de indicadores, recomenda-se não somente considerar quais indicadores serão usados ou apresentar apenas uma listagem com os nomes dos indicadores, mas também contemplar a descrição das orientações e indicações dos procedimentos de medição e aplicação prática dos indicadores para a obtenção e o processamento de dados com maior facilidade e disponibilidade.

O estabelecimento de procedimentos padronizados para medição e operacionalização dos indicadores deve ser preocupação constante durante o processo de sua seleção e definição, para torná-los exequíveis e adequados à realidade local.

Atribuição de responsabilidades para a medição dos indicadores

Recomenda-se estabelecer os responsáveis para aplicação dos indicadores (medição periódica dos indicadores a campo), assim como atribuir funções a gestores do processo de monitoramento do desenvolvimento turístico, exigindo instrumentos administrativos (alguns de ordem legal) para a efetividade do processo.

Esforços também devem ser empenhados para garantir que o Sistema de Indicadores seja utilizado também pelos demais setores da sociedade envolvidos no turismo (estabelecimento e empreendimentos turísticos), a fim de auxiliar na tomada de decisão, e na orientação de políticas de desenvolvimento do turismo na região.

Comunicação dos indicadores e disponibilização de informações

Os resultados da aplicação de um sistema de indicadores devem ser traduzidos e comunicados por uma linguagem clara aos usuários e à sociedade geral, disponibilizando-os por meio de relatórios e publicações sintéticas, de leitura compreensível e atraente.

A representação gráfica e visual dos resultados dos indicadores pode ser muito conveniente, permitindo a explanação e a compreensão da evolução temporal das condições observadas e medidas pelos indicadores, bem como auxiliando didaticamente o processo educacional e de conscientização da sociedade local sobre a sustentabilidade.

Atualização dos indicadores e aperfeiçoamento do sistema

A reflexão sobre sustentabilidade deve incluir compreensões sobre modificações ao longo do tempo, refletindo na base conceitual dos indicadores de sustentabilidade, os quais devem considerar a dinâmica de transformações e tendências do desenvolvimento do turismo ao longo do tempo.

Assim, os indicadores precisam estar relacionados aos aspectos temporais prioritários que são identificados numa localidade, e desta forma, devem ser constantemente aperfeiçoados e adaptados às mudanças das condições observadas ao longo do tempo. Revisões periódicas e atualizações dos indicadores (de acordo com sua relevância e praticidade de uso) são constantemente necessárias para a sua aplicabilidade, num processo dinâmico de ajustes regulares e contínuos.

A revisão periódica dos indicadores propostos deve ser um processo contínuo, em função das necessidades de usos e dos aspectos prioritários para a gestão do turismo. Os indicadores devem ser aperfeiçoados de acordo com sua relevância e praticidade, num processo dinâmico de ajustes regulares, avaliando-se periodicamente sua utilidade e capacidade de monitorar o desenvolvimento do turismo.